

JOÃO GOMES DE ABREU DE LIMA

**A HEURÍSTICA
APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA**



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
PORTO – 2012**

JOÃO GOMES DE ABREU DE LIMA

**A HEURÍSTICA
APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA**



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
PORTO – 2012**

JOÃO GOMES DE ABREU DE LIMA

**A HEURÍSTICA
APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA**

(VOL. I – CORPO DA DISSERTAÇÃO)

TRABALHO APRESENTADO À UNIVERSIDADE FERNANDO
PESSOA, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA E URBANISMO

SUMÁRIO

Esta Dissertação pretende demonstrar a importância da Heurística aplicada à Arquitectura, entendida como a ciência que estuda e utiliza as fontes de informação, designadamente nos processos de intervenção no edificado que inclui referências culturais significativas.

Do projecto de reformulação de um simples edifício à reestruturação da malha urbana das cidades e ao ordenamento do território, a Heurística fundamenta a análise e ajusta as soluções. Mas exige dos Técnicos uma formação abrangente, que permita acautelar as diferentes sensibilidades que condicionam as situações.

O caso de estudo é a vila de Ponte de Lima, cuja evolução é analisada a partir da informação contida num documento inédito, o Tombo das propriedades reguengas em 1535.

A Dissertação conclui com as conclusões de uma intervenção real na área do estudo, coordenada pelo autor, que validam a metodologia proposta e demonstram o interesse da Heurística aplicada à Arquitectura.

ABSTRACT

This dissertation intends to demonstrate the importance of Heuristics applied to Architecture, as the science that studies and uses information sources, namely in the intervention processes in buildings that includes specific cultural references.

From the reformulation project of a simple building to the restructuring of the urban network of cities and to the country planning, Heuristics underpins the analysis and adjusts solutions. But it demands from technicians a large-scope training that allows them to take into account the different sensitivities that might condition the solutions.

The case-study is the village of Ponte de Lima, in the northern of Portugal, which urban evolution is analyzed through the information contained in an inedited document, the roll of the real estate of the Crown in Ponte de Lima, in 1535.

The dissertation concludes by presenting the outcome of a real intervention in the area being studied, coordinated by the author, that validates the methodology and demonstrates the interest of Heuristics applied to Architecture.

PALAVRAS-CHAVE — KEYWORDS

Documento – Estrutura urbana – Evolução urbana – Fontes de informação –
Heurística – Património – Ponte de Lima – Recuperação

Ad majorem Dei gloriam atque Virginis Mariæ

Na conclusão dos trabalhos que empreendi para esta Dissertação de Mestrado e que se prolongaram ao longo do ano 2011, quero expressar o meu agradecimento a todos os que, de alguma forma contribuíram para a sua consecução e, de modo particular,

ao Prof. Arquitecto José Manuel Pagés Madrigal, que pacientemente orientou esta Dissertação, mostrando-se sempre disponível para corrigir deficiências e sugerir melhoramentos, num contributo decisivo para o bom termo do meu propósito

a todos os Professores de quem recebi a instrução necessária, na frequência do meu curso de Arquitectura e Urbanismo, para empreender esta Dissertação

ao Prof. Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que aceitou arguir esta Dissertação

à minha Família e Amigos, a quem não dei o tempo que esta Dissertação exigiu.

GLOSSÁRIO

Adarve – respaldo da muralha de uma fortaleza, protegido pelo parapeito com as respectivas ameias, que permitia a circulação de pessoas entre as torres. Frequentemente, fazia o circuito completo do perímetro da praça de guerra, sendo por isso conhecido também por caminho de ronda.

Ager Publicus - conjunto de bens territoriais e imóveis que pertenciam ao domínio do Estado romano e que cresceu pela conquista e pelo confisco.

Alambor – reforço dos paramentos verticais das fortalezas da Baixa Idade Média, que consiste numa forte inclinação da sua parte inferior, para dificultar a aproximação dos sitiantes e dos seus engenhos de assalto. É uma das mais expressivas características góticas dos castelos medievais.

Albarrã (torre) – torre destacada do resto da fortificação, à qual se unia por uma estrutura protegida, geralmente um inexpugnável pano de muralha, designado couraça ou um pontão que podia ser destruído em caso de necessidade. É comum em muitos castelos de origem hispano-árabe ou que mantiveram essa tradição.

Alcáçova / Alcaide – parte da fortaleza ibérica de origem muçulmana, geralmente sobranceira à povoação fortificada e que constituía o último reduto da população em caso de assédio. Também designada alcaidaria, por aí residir o alcaide, que era o governador da praça ou do castelo, em preito e menagem ao seu suserano, que lhe confiara a sua defesa.

Alodial – propriedade que não é foreira, mas livre de encargos e apenas “dízima a Deus”.

Ameia – espaço livre entre os blocos líticos que coroam o parapeito de uma muralha ou de uma torre, designando-se estes blocos, que ao longo dos tempos e em cada região se caracterizaram por diferentes configurações, por merlões. Generalizou-se, contudo, o barbarismo da designação do merlão por ameia, já que a ameia propriamente dita era popularmente chamada aberta.

Anamnese – figura de retórica que, na realidade, significa o conjunto de informações sobre o passado de um paciente e o seu significado, obtidos pelo médico para fazer o respectivo diagnóstico

Baluarte – confluência angulosa de panos de muralha numa praça de guerra poligonal, onde se concentrava a artilharia para defender os flancos da fortaleza. Também conhecido pelo galicismo ‘bastião’.

Barbacã de porta – estrutura murada exterior à fortaleza, que protegia as portas, vedando um pequeno espaço de defesa designado liça. No sentido em que se aplica no texto, a própria torre constituía a barbacã, desalinhando o acesso com dois cotovelos que impediam o ataque frontal e a liça, provavelmente lajeada, constituiria um eirado que deu o nome à torre.

Braça – unidade linear do sistema craveiro português, utilizada no dimensionamento de construções e de terrenos, equivalente a 2 varas ou a 10 palmos craveiros e correspondente a 2,20 metros

Burgo – aglomerado com forte expressão comercial e artesanal, desenvolvido fora do acanhado limite fortificado do castelo ou da cidade que lhe deu origem, num característico processo de consolidação de espaços urbanos organizados, iniciado na Baixa Idade Média.

Cabeção das sisas – registo dos quantitativos fixados como devidos à Coroa, que eram incorporados no património régio, constituindo o remanescente, designado ‘sobejos das sisas’, proventos suplementares da gestão autárquica. Incluía ainda as fintas extraordinárias ou ‘ferrolho’, lançadas para custear despesas excepcionais (vd. Finta).

Caput viarium (pl. *capita viarium* ou *caput viae*) – locais de referência para a contagem das milhas, indicados nos marcos miliários das *viae publicae* e das *viae vicinales* romanas.

Censo – pensão paga anualmente a alguém pela posse de uma propriedade, como sinal de submissão. No caso de estudo, os moradores na vila de Ponte de Lima, que eram censuais à Coroa, pagavam censo de valor variável, mas que o Foral de 1125 fixara em um soldo por cada casa e o Foral Novo de 1511 fizera corresponder a 11 ceitis.

Centuria quadrata – estrutura fundiária regular definida por uma quadrícula de cerca de 50 ha (700 m de lado), utilizada pelos romanos no arroteamento do solo das regiões submetidas ao seu domínio e que ainda é perceptível nalgumas zonas meridionais da Península Ibérica.

Civitas (pl. *civitates*) – estatuto do cidadão romano. No sentido referido no texto estendia-se às áreas territoriais que integravam os *conventus* da administração romana, com um núcleo administrativo e económico, onde se erguiam a *basilica* e o *forum*. Há conhecimento de 24 *populi civitates* no *conventus Bracaraugustanus*,

dos quais, cerca de metade sediada em território actualmente português. A área do concelho de Ponte de Lima poderia estar, a norte do Lima, entre as *civitates* dos *Seurbi* e dos *Leuni* e a sul na *civitas* dos *Bracari*. A montante do rio Lima, já na Galiza, era a *civitas* dos *Limici*.

Conventus (pl. *conventus*) – com o sentido que assume no texto, o de *conventus juridicus*, era cada uma das circunscrições territoriais que resultaram da repartição da Península Ibérica no tempo da ocupação romana, designação que abrangia também a assembleia que coadjuvava o governador na administração da justiça. Um deles era o *Conventus Bracaraugustanus*, com sede em *Bracara Augusta* (Braga).

Coroadas – obra exterior à praça fortificada, constituída por um sistema de baluarte entre dois meio-baluartes, para protecção de uma cortina. Também conhecida por obra coroa.

Cortile (pl. *cortili*) – pequeno claustro no interior dos palácios da Itália renascentista

Costão – termo antigo e em desuso que significava a parede lateral de um templo

Couça (vd. Albarrã (torre))

Côvado – unidade linear do sistema craveiro português, utilizada no dimensionamento de porções de tecido, mas também noutros materiais e até em construções, equivalente a 2 pés ou 3 palmos craveiros, ou seja, cerca de 0,66 metros. Correspondia à distância anatómica entre o cotovelo e a ponta do dedo médio.

Cubelo – torreão maciço para reforço de uma cortina mais vulnerável da muralha, desprovido de ameias, de planta quadrada ou semi-circular, ainda de recurso corrente no início da Idade Moderna.

Direitos Reais – Tributo recebido pela Coroa dos titulares de determinadas propriedades, que as adquiriram ou herdaram sem quaisquer outros encargos onerosos e que era periodicamente satisfeito com a designação de censo. O termo utilizado no âmbito deste trabalho não deve ser confundido com o conceito jurídico dos direitos de propriedade, dos bens móveis e imóveis e das formas pelas quais eles podem ser transmitidos, que é matéria específica do Direito Privado.

Edafoclimáticas (condições) – características e factores do meio relacionadas com o solo e o clima, que influenciam o desenvolvimento das plantas

Eirado (vd. Barbacã de porta)

Emprazamento – também conhecido por contrato de enfiteuse ou fateuzim, ou simplesmente por prazo, consistia no desdobramento do direito de propriedade em dois domínios – o senhorio directo ou eminente, que conservava a raiz e o senhorio útil, transferido para o enfiteuta (ou foreiro), que reservava para si o usufruto, pagando este ao primeiro, anualmente, um valor entre ambos estipulado, em géneros, raramente em espécie, designado foro. O contrato prolongava-se além

da vida do enfiteuta, que nomeava a segunda vida e esta a terceira, com as mesmas condições contratuais, sendo geralmente o contrato (ou prazo) renovado por mais três vidas. A reunião dos dois domínios numa propriedade plena designava-se remissão do prazo.

Empresa – Figura simbólica acompanhada de letra ou mote, que alguns indivíduos da alta nobreza utilizavam na perpetuação das suas próprias iniciativas e que tinha uma significação pessoal, independente das relações familiares que eram traduzidas pela heráldica.

Enfiteuse (*vd.* Emprasamento)

Enforcado (vinha de) (*vd.* Latada)

Enxalço – cada uma das superfícies verticais criadas transversalmente na parede pelo rasgamento ou voamento de um vão de porta ou de janela.

Enxido – termo antigo que significa quintal ou logradouro de uma propriedade urbana

Ergástulo – cárcere penoso, por extensão da designação comum das enxovias destinadas aos escravos no Império Romano.

Esplanada – terraço ou área plana que cobria uma parte da fortaleza, designadamente de um baluarte

Estela funerária – monólito colocado verticalmente num local de inumação, atestando esse facto.

Esteriotomia – ciência que estuda o corte e a justaposição de corpos sólidos, designadamente da pedra, com os seus entalhes e aparato dos paramentos.

Etiologia – termo que, correlacionado com a anamnese, identifica a área da Medicina que estuda a causa das doenças. No presente caso significa, por analogia, o estudo da origem dos factos.

Fateuzim (*vd.* Emprazamento)

Filonianas (rochas) – rochas magmáticas que ocorrem em filões encaixados noutras formações geológicas, das quais se distinguem pela textura e composição mineralógica. No caso de estudo, são de natureza aplítica, semelhante ao granito de grão muito fino, cor clara e grande dureza.

Finta – imposto extraordinário estendido a todo o país ou apenas a uma determinada região, para fazer face a despesas com iniciativas de interesse geral – guerra, fortificações, pontes e vias de comunicação, abastecimento de água, obras públicas, ..., do qual só podiam eximir-se alguns privilegiados por direito próprio, por cargos que exerciam ou por mercês recebidas.

Forfex - tenaz utilizada pelos construtores romanos, que presa a uma grua mecânica e com as pontas introduzidas em dois orifícios dos blocos de cantaria, permitia

elevá-los e colocá-los em obra. A marca destes orifícios pode indiciar a origem romana de uma estrutura.

Foro (*vd.* Emprasamento)

Fractal (objecto) – aquele cuja estrutura apresenta características semelhantes em diferentes níveis de desagregação, ou seja, quando observado em diferentes escalas

Fundiária (estrutura) – Retalhamento da propriedade do solo, mais concretamente, da superfície agrária, em parcelas

Gado de vento – expressão antiga usada para designar o gado extraviado que pastava livremente

Genius loci – locução latina que designa o espírito do lugar, que teve culto na civilização romana com a invocação dos Lares, Génios do lugar onde cada homem se referencia. O termo foi recuperado pelo Arquitecto italiano Aldo Rossi (1931-1997), para significar as características sócio-culturais e arquitectónicas e os hábitos, costumes e tradições que identificam um lugar ou um ambiente, retratando, assim, o seu carácter.

Hermenêutica – numa perspectiva filosófica, é a Teoria da Interpretação, sendo o termo tradicionalmente monopolizado pela Hermenêutica Bíblica, ou seja, o estudo e interpretação dos textos sagrados.

Heurística – conceito ainda hoje fluido ou, pelo menos, muito abrangente, que pode ser entendido, numa perspectiva racionalista, como o conhecimento geral das fontes históricas ou, numa dimensão filosófica, como o conhecimento que desperta a sensibilidade e a compreensão das fontes históricas.

Hornaveque – obra exterior à praça fortificada, constituída por um sistema de dois meio-baluartes, geralmente para protecção de um baluarte ou de um revelim, constituindo uma extensão deste. Também conhecida por obra corna.

Interamnense (região) – de um modo geral é um interflúvio, ou seja, uma área territorial entre dois rios, embora o termo seja tradicionalmente utilizado para a região entre o Douro e o Minho.

Itinerarium Antonini – compilação estruturada de itinerários entre as principais cidades do Império Romano (*viæ publicæ*), com indicação das *mantiones* e das distâncias em milhas. A versão que nos chegou é uma cópia do original, feita no séc. III d.C., admitindo-se, por isso, eventuais erros de interpretação do copista.

Ladroneira – balcão ou sacada de pedra assente numa cachorrada simples ou múltipla, geralmente fechado e coberto, inserido a meia-altura das torres e muralhas para permitir a defesa vertical, quasi sempre de uma porta, ou de um acesso, através das aberturas que tinha na laje do pavimento, designadas matacães.

Latada – teia de sustentação de bardos de uveiras, primitivamente constituída por estruturas entrelaçadas de caibros e canas, apoiadas em esteios de granito ou xisto, que o arame substituiu nos finais do séc. XIX. Em alternativa às latadas, havia vinhedos em plantação contínua e vinhas de enforcado quando os tutores para a condução das cepas eram árvores caducifólias.

Lume – vão de uma abertura de porta, de janela ou de arco ou cada um dos vãos, quando a abertura era subdividida por colunas ou mainéis. Também designado por luz.

Matacões (*vd.* Ladroneira).

Medidas antigas – unidades do sistema craveiro da tradição portuguesa, que caíram em desuso com a adopção oficial do sistema métrico decimal, em 1852 (*vd.* Braça, Côvado, Palmo, Quina e Vara).

Merlão (*vd.* Ameia)

Metassedimentar (rocha) – formação geológica de origem sedimentar, no caso presente de natureza detrítica, formada num oceano antigo e que sofreu uma profunda acção metamórfica. Podem incluir xistos, grauvaques e quartzitos.

Obsidional (estrutura) – perímetro muralhado que defendia um local

Oppidum (pl. *oppida*) – era o estabelecimento populacional mais importante de uma área administrativa do Império Romano, sendo o termo inicialmente utilizado por Júlio César quando se referia aos aglomerados fortificados da Europa céltica. Caracterizava-se por uma concentração de habitações em local proeminente, num espaço urbanizado e com funções definidas, protegido por fortes muralhas e com uma efectiva hegemonia territorial.

Osteológicos (restos) – ossos e partes do esqueleto ainda não totalmente decompostos

Ousia – corruptela vernácula de osia, significava a capela-mor de um templo

Palma – unidade linear do sistema craveiro português, a mais pequena na composição da ‘quina’ (*vd.* Quina), equivalente a cerca de 0,07 metros. Tomou o nome da palma da mão, por corresponder à dimensão conjunta dos seus quatro dedos.

Palmo – unidade linear do sistema craveiro português, utilizada no dimensionamento de construções, equivalente a cerca de 0,22 metros. Correspondia à distância anatómica entre as extremidades dos dedos polegar e mínimo, com a mão aberta.

Palmo menor – unidade linear que compunha a quina e equivalente a cerca de 0,13 metros. Esta designação foi adoptada em (CUNHA, 2003), por se desconhecer a tradução portuguesa da unidade original no sistema dimensional hispano-árabe.

Parcel – baixio do leito de um rio que permite a passagem a vau

Parochiale suevorum – organização eclesiástica e administrativa do reino suevo da Galécia, na segunda metade do séc. VI, que abrangia 134 paróquias agrupadas em 13 dioceses e que foi a génese da organização territorial que ainda hoje prevalece. É também conhecida por *Divisio Theodemiri* ou simplesmente por Paroquial Suevo.

Pastiche – produção artística grosseira, obtida por imitação ou por colagem total ou parcial de criações originais. É condenável quando tem subjacente uma intenção ludibriosa.

Pax romana – período de relativa paz vivido no Império Romano desde o fim das guerras civis, na época de Augusto (29 a.C.) até à morte de Marco Aurélio (180 d. C.), naturalmente imposto pelo autoritarismo e garantido pela força das armas. Esta expressão perdurou com o sentido da segurança, da ordem e do progresso assegurados por Roma a todos os povos que dominou.

Pé – unidade linear do sistema craveiro português, com cerca de 0,33 metros. Correspondia à distância média de um pé de adulto e equivalia a um palmo e meio ou a meio côvado.

Petipé – termo antigo que significava a escala gráfica de medição em cartografia, representada por uma régua de conversão de distâncias, desenhada no próprio mapa.

Poliorcética – termo genérico referente às tecnologias de ataque e de defesa das praças-fortes, que têm em conta as condições naturais, as características arquitectónicas e construtivas do edificado, os apetrechos militares e as tácticas defensivas e ofensivas utilizáveis.

Portela – depressão constituída pelo abaixamento das linhas de cumeada, geralmente pontos singulares de cota mínima das principais linhas de fecho, utilizadas para a passagem das vias na transposição das barreiras orográficas. Também designada por colo e quebrada.

Positivismo – corrente filosófica, sociológica e política introduzida por Auguste Comte (1798-1857) nos alvares da sociedade industrial, que valoriza o humanismo, associando-se-lhe depois uma interpretação radical da ciência que subverteu os princípios da Teologia e da Metafísica. É a esta concepção científica pós-Comte, que o texto se refere.

Póvoa – pequena povoação

Quattrocento – Sentido abstracto que assumem na História da Civilização Ocidental o período que vai dos inícios do séc. XV aos inícios do XVI, em Itália, e os eventos culturais e artísticos que aí se registaram e que foram determinantes na conformação de uma nova mentalidade e na reorientação e consolidação da História da Europa. É o fulcro do movimento comumente designado por Renascimento.

Quina – bitola dimensional utilizada na construção pelos mestres da Idade Média. Correspondia ao somatório de cinco unidades lineares distintas, relacionadas pela secção de ouro – 1 côvado + 1 pé + 1 palmo + 1 palmo menor + 1 palma, equivalendo a cerca de 1,27 metros.

Recuperação – Intervenção com o objectivo de repor os valores perdidos, de readquirir características significantes

Reformulação - Intervenção com base na definição de novas regras, de diferentes princípios estruturantes

Reguengos (bens) – bens que integravam o património da Coroa e que podiam ser cedidos por mercê régia ou arrendados mediante o prestação de um tributo em géneros ou em espécie

Refuncionalização – neologismo de uso corrente que se refere a uma intervenção que visa alterações de uso, de funções.

Relheira – sulco aberto no lajedo das calçadas pela passagem contínua das rodas de carros e carroças, que são sempre mais evidentes nos trainéis inclinados das vias, podendo atingir mais de um palmo de fundo quando se tratava de um percurso antigo sem cuidados de manutenção ou quando a rocha constituinte era muito friável. Também designado por relha.

Revelim – obra exterior e no prolongamento da praça fortificada, com configuração triangular, podendo ter dois flancos associados e destinada a cobrir portas e cortinas.

Serga – assento que integra a estrutura de um vão de janela, também designado por pial e poial e popularmente, quando constitui um par, por namoradeiras.

Studiolo (pl. *studioli*) – estúdio ou gabinete criado em alguns grandes palácios da Renascença europeia, onde se expunham curiosidades de História Natural, de Etnografia, de Arqueologia e colecções de objectos raros e inéditos

Tafonómicos (factores) – agentes intrínsecos e extrínsecos que condicionam a decomposição dos cadáveres.

Tombo – registo ou inventário de situações relacionadas com uma entidade ou com uma instituição. No caso vertente, são róis de propriedades identificadas por inquiridores e confirmados por um juiz para esse efeito nomeado.

Transumância – deslocação periódica dos gados, em muitos casos comunitários, para pastagens elevadas no estio e retorno às terras baixas no início da invernia.

Tenalha – obra exterior à praça fortificada, constituída por um prolongamento pronunciado em frente de uma cortina, para levar a defesa a maior distância, com dois flancos que estreitam na direcção da praça e pelo menos uma reentrância no topo. Com esta configuração era também conhecida por cauda de andorinha.

Troneira – orifício aberto nos paramentos das muralhas e torres ou no adarve, sob as ameias, para adaptação de pequenas armas de fogo, com diâmetro adequado ao seu calibre. Frequentemente estava associada a uma fenda vertical ou cruzetada, para ajustar o alcance e a pontaria e foi comum nas fortalezas do final do séc. XIV ao final do séc. XV.

Vara – unidade linear do sistema craveiro português, utilizada no dimensionamento de construções, era equivalente a 5 palmos craveiros, ou seja, cerca de 1,10 metros. Como bitola dimensional, era um dos padrões que frequentemente se gravavam, para conhecimento público, nos umbrais das principais portas das muralhas das cidades e vilas medievais.

Veduta (pl. *vedute*) – representação gráfica em desenho, gravura ou pintura, de perspectivas abrangentes, em grande escala e rica em detalhes. Expressão artística originária da Flandres, no séc. XVI, atingiu o seu ponto alto em Itália, designadamente em Veneza, no séc. XVIII.

Venal (valor) – valor real da propriedade, correspondente ao que pode atingir numa transacção corrente no mercado.

Vergel – terreno utilizado para a plantação de árvores de fruto, hortas ou jardins.

Villa (pl. *villæ*) – vasta exploração agro-florestal resultante do arroteamento do território conquistado pelos romanos, que subsistiu durante a Baixa Idade Média. Integrava o assento de lavoura, com uma estrutura que compreendia a *pars urbana*, onde o proprietário tinha a sua residência (*domus*), a *pars rustica*, onde viviam os servos e se alojavam os animais e a *pars frumentaria*, que abrangia os serviços e as instalações agrícolas.

ABREVIATURAS

a.C. — antes de Cristo

al. — alínea

Artº — artigo

av. — avenida

b — braças

c. — carta

cap. — capítulo

cf. — conferir, ver

d.C. — depois de Cristo

ed. — edição

et al. — e outro

et alli. — e outros

fig. — figura

figs. — figuras

fl. — folha

fls. — folhas

ib. — *ibidem*

id. — *idem*

loc. cit. — no local citado (*loco citato*)

m — metros

ms. — manuscrito

n^o — número

n^{os} — números

op. cit. — a obra citada (*opus citatum*)

p — palmos

p. — página

pp. — páginas

reimp. — reimpressão

séc. — século

sep. — separata

s.l. — sem indicação de local

Tít. — Título

tom. — tomo

Trad. — Tradução

v — varas

vd. — *vide*

v^o — verso

VOL. / vol. — volume

ACRÓNIMOS

ADB/UM — Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho

ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CIAM — Congrès Internationaux d'Architecture Moderne

DGEMN — Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGOTDU — Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

ISBN — International Standard Book Number

ISSN — International Standard Serial Number

PDM — Plano Director Municipal

TER — Turismo no Espaço Rural

ÍNDICE GERAL

VOL. I – CORPO DA DISSERTAÇÃO

ÍNDICES	xvii	
<i>PREÂMBULO</i>	1	
CAP. I – INTRODUÇÃO		
1 – A questão de fundo	3	
2 – A percepção da questão	3	
3 – Formulação da Tese	3	
4 – Metodologia e estrutura do trabalho	6	
5 – Resultados expectáveis	10	
CAP. II – A HEURÍSTICA NA REABILITAÇÃO URBANA		10
1 – Nota Prévia	11	
2 – Evolução de alguns conceitos fundamentais na análise do espaço urbano	11	
2.1 – O Património urbano	11	
2.2 – A percepção da imagem urbana	17	
2.3 – Evolução territorial e urbana	21	
2.4 – Reabilitação urbana	47	
3 – Estado da Arte	51	
3.1 – Fundamentos teóricos da Heurística	51	
3.2 – A Heurística aplicada à Arquitectura	54	
3.3 – Fontes heurísticas de referência	61	
CAP. III – ESTUDO DE CASO. A VILA DE PONTE DE LIMA		66
1 – Enquadramento territorial	66	
2 – Evolução histórica e urbana	77	
3 – Análise da estrutura urbana pelo Tombo de 1535	114	
3.1 – Generalidades	114	
3.2 – Discrepâncias entre os Tombos de 1412 e 1535	127	
3.3 – O eixo norte-sul – a rua Direita	128	
3.4 – A área central – a Praça	138	
3.5 – A Ribeira	141	
3.6 – A rua Nova	144	
3.7 – Os Açougues	148	
3.8 – O Outeiro de Selas e as Pereiras	153	
3.9 – O eixo nascente-poente – a rua velha	158	
3.10 – Os arrabaldes	163	
3.11 – Aplicação do modelo de Caniggia na vila de Ponte de Lima	164	
CAP. IV – CONCLUSÃO FINAL		166
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	180	

VOL. II – APÊNDICE DOCUMENTAL

Iconografia da vila de Ponte de Lima nos séc. XVII, XVIII e XIX (7 registos)	
Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima em 1535 (Fac-símile reduzido do original)	
Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima em 1535 (Transcrição paleográfica)	
Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima em 1535 (Quadro sinóptico)	
Esquema interpretativo da estrutura urbana da vila de Ponte de Lima a partir do Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima em 1535 (Esquema gráfico)	
Evolução da estrutura urbana da vila de Ponte de Lima a partir de 1535 (desenho)	

ÍNDICE DAS FIGURAS

NO TEXTO (VOL. I)

- 1 - Vestígios conhecidos de castros e de romanização nas bacias inferiores do Minho, do Lima e do Cávado, que evidenciam a densidade de ocupação na área central, sobretudo no actual concelho de Ponte de Lima, segundo o levantamento feito por C.A. Brochado de Almeida (ALMEIDA, 2003:105) — 25
- 2 - A arruação da vila de Ponte de Lima no séc. XVI, na obra de A. A. Andrade (ANDRADE, 1990: 43) — 63
- 3 - O concelho de Ponte de Lima ocupa uma posição central na bacia inferior do Lima — 66
- 4 - O rio Lima corre encaixado na área do apanhamento das suas cabeceiras ... — 68
- 5 - ...e espraiado, em vale aberto, já a caminho da sua área vestibular. Troços entre Soajo e Peneda e na zona intermédia do concelho de Ponte de Lima — 68
- 6 - Estrela de equidistâncias centrada na vila de Ponte de Lima — 69
- 7 - O Vale do Lima - do fraguado das montanhas ... — 70
- 8 - ... ao intrincado parcelário agrícola das veigas. Bacias visuais com origem em Castro Laboreiro e na serra de Arga — 70
- 9 - O Vale do Lima - do habitat concentrado das aldeias serranas ... — 72
- 10 - ... ao habitat difuso que alcança toda a paisagem. A aldeia de Sistelo, no concelho de Arcos de Valdevez e o vale do Esturãos, no concelho de Ponte de Lima — 72
- 11 - A Terra de S. Martinho, que foi a génese do concelho de Ponte de Lima — 76
- 12 - Organização administrativa da região entre Cávado e Minho, forjada ao longo da Idade Média e que persistiu até à Reforma de 1832 — 77
- 13 - Reorganização administrativa do concelho de Ponte de Lima, resultante da Reforma de 1832, com as 51 freguesias que ainda hoje conserva — 78
- 14 - A centralidade de Ponte de Lima justifica-se pelo alinhamento de várias portelas orográficas, que originaram percursos viários antiquíssimos, entre os quais avulta a Via XIX do *Itinerarium Antonini* — 78
- 15 - Os dois tramos da ponte de Ponte de Lima – o gótico à esquerda, sobre o rio e o romano à direita, em seco — 80
- 16 - Duas representações das pontes de Ponte de Lima, uma de 1769 (pormenor do frontespício dos *Acordaons da Camara da villa de Ponte do Lima*) e outra de 1821 (pormenor do frontispício dos *Estatutos da Irmandade de Santo António da Torre Velha*), que registam as águas do rio a correrem ainda sob a ponte romana — 81

- 17 - O tramo romano (poente) da ponte de Ponte de Lima — 82
- 18 - O tramo gótico (nascente) da ponte de Ponte de Lima — 82
- 19 - Trajecto presumível (a tracejado vermelho) do curso original do rio Labruja no rio Lima, sobre a Carta Geológica de Portugal (Folha 5-A) — 83
- 20 - Perfil longitudinal das pontes romana e gótica de Ponte de Lima, indicando a vermelho as torres que as flanqueavam (Torre da Ponte, à direita e Torre Velha, à esquerda) e os dois arcos soterrados no Largo de Camões — 83
- 21 - Justificação esquemática do presumível desvio do rio Labruja — 84
- 22 - Apontamento desenhado numa carta de 1798, que corrobora a tese da passagem do rio Labruja sob a ponte romana, embora se trate de uma reminiscência já então sem correspondência real — 85
- 23 - Vestígio de uma estrutura defensiva no interior da Alcaidaria de Ponte de Lima, anterior à muralha trecentista, deixada a descoberto em recente sondagem arqueológica — 86
- 24 - Itinerários que terão justificado o embrião urbano de Ponte de Lima — 87
- 25 - Conformação da muralha e da estrutura urbana de Ponte de Lima aos itinerários primitivos — 87
- 26 - As lápides de D. Pedro e de D. Manuel, que registam a construção da muralha e torres no séc. XIV e a reforma da ponte gótica no séc. XVI — 88
- 27 - Merlões recolocados no parapeito da ponte, numa extensão limitada do seu topo nascente — 89
- 28 - Identificação das Torres e Portas da fortaleza de Ponte de Lima, num extracto de uma gravura de 1780, incluída no Apêndice no seu formato integral — 90
- 29 - Excerto de uma fotografia da vila de Ponte de Lima, feita em 1858, que regista ainda algumas torres e panos da muralha, que foram demolidos nos anos subsequentes. A fotografia integral está incluída no Apêndice da Dissertação — 91
- 30 - O embasamento da Torre da Ponte, posto a descoberto numa campanha arqueológica realizada no ano 2000 — 92
- 31 - A Torre da Ponte, já em fase adiantada da sua demolição, realçada a amarelo numa fotografia de 1858, cujo formato integral se inclui no Apêndice desta Dissertação. São ainda perceptíveis os três pisos, uma parede interior constituindo um septo transversal, que contém uma porta de arco apontado e uma outra, de verga recta, no primeiro sobrado. A vermelho, sugere-se a dimensão original da ponte — 93
- 32 - Duas representações pouco realistas da Torre da Ponte, mas que registam a existência de uma janela de balcão na parede volvida à ponte. A primeira, numa aguarela dos inícios do séc. XVII, do códice *Typis Portugaliae* e a segunda, de 1839, do álbum de Georges Vivian, ambas excertos de imagens que se apresentam integralmente no Apêndice desta Dissertação — 93
- 33 - A Torre da Ponte apresenta no embasamento um ligeiro alambor, que é uma característica eminentemente gótica das estruturas defensivas medievais — 94
- 34 - Torre de S. João, no único registo iconográfico conhecido, extraído de uma fotografia de 1858, que se apresenta integralmente no Apêndice desta Dissertação — 95
- 35 - Excerto de uma fotografia de 1858, cuja dimensão global se apresenta no Apêndice desta Dissertação, que regista ainda o pano de muralha entre a Torre de S. João (em primeiro plano) e a Torre da Esgrima, já então desaparecida, mas substituída pelo edifício que se vê no mesmo local e

- com volumetria semelhante e ainda as ruínas da muralha que desta Torre subia à das Pereiras (coberto de vegetação) — 96
- 36 - Percurso do pano de muralha entre as Torres da Esgrima e das Pereiras, registado na estereotomia do pavimento, na sequência de uma sondagem arqueológica que permitiu também identificar a fundação do cunhal nordeste da Torre das Pereiras, que foi reconstituído — 97
- 37 - Cubelo que foi prisão do Alcaide (à esquerda), muito próximo do seu paço e que pode ter sido a Torre da Póvora, referenciada em alguns documentos, por estar integrado na muralha, no seu lado interior — 99
- 38 - O Paço do Marquês de Ponte de Lima, que era a Alcaidaria da vila, edificada no séc. XV junto à velha Torre da Menagem e com diversos acrescentamentos em épocas posteriores — 101
- 39 - À esquerda, numa fotografia de 1867, é visível o pano de muralha que unia a Torre de Menagem à do Souto, aproveitado com dois vãos de janela, parte do qual ainda hoje se conserva, não visível, no tardo das casas. À direita, numa fotografia de 1864, o edifício, há muito demolido, que ocupou o chão da antiga Torre do Souto e que teria, muito provavelmente, uma volumetria idêntica à desta torre. As fotografias de onde se fizeram estes excertos, estão integralmente reproduzidas no Apêndice desta Dissertação — 102
- 40 - A evidência de pedras sigladas e de distorção da regularidade da silharia, pela ampliação tardia dos vãos, denunciam diversas campanhas de intervenção — 103
- 41 - Armas e empresa de D. Manuel I, cravadas junto à janela do primeiro piso — 103
- 42 - A Torre da Cadeia — 104
- 43 - A porta original, anterior à reforma manuelina — 104
- 44 - Um dos vãos da reforma manuelina — 104
- 45 - A assimetria actual do vão indicia claramente um alargamento, que justificou a posterior designação de 'Porta Nova' — 105
- 46 - A Torre de S. Paulo — 107
- 47 - Excerto de uma fotografia de 1858, que mostra a Torre de S. Paulo, tendo ainda à ilharga a Porta do postigo, com de arco redondo, delineada a vermelho. Em amarelo, evidenciou-se a edícula onde estava a imagem de S. Paulo, a lápide da Consagração e os níveis da soleira e do adarve da muralha — 107
- 48 - O pano de muralha que unia a Torre de S. Paulo à Torre da Ponte e os alpendres adjacentes, onde os mercadores montavam as suas tendas nos dias de feira — 108
- 49 - Em 1994, por altura das festas do concelho, reconstituiu-se a volumetria da Torre Velha, com a sua passagem interior entre as duas pontes, numa iniciativa que teve em vista a avaliação do impacte que esta estrutura tinha na paisagem e na mobilidade e para sensibilizar a população para a irreversibilidade da perda com a depreciação do património cultural — 108
- 50 - A Torre Velha, numa fotografia de 1858 (integralmente apresentada no Apêndice desta Dissertação), onde se pode identificar a lápide da fundação da fortaleza, que se apresenta na fig. 26 e que deve ter encimado esta fachada. Percebe-se também a existência de uma porta no interior da passagem, à esquerda, que deveria comunicar com uma escada de acesso ao eirado, onde se encontra um pequeno edifício telhado. Actualmente, apenas se conserva a parte maciça desta torre, abaixo da rasante do tabuleiro das pontes — 109

- 51 – Pormenor de uma gravura de 1863, que no formato integral se inclui no Apêndice desta Dissertação e que regista claramente a porta referida na figura anterior e ainda um arco subjacente, no que parece ser um piso da torre actualmente aterrado e não maciço, como se tem admitido — 109
- 52 – Desenho antigo do início do séc. XIX (col. particular), que mostra a face norte da Torre Velha, com três troneiras no adarve, reduzindo a torre, assim, a três pisos e não a quatro — 109
- 53 – Uma das lápides tumulares achadas na necrópole do adro da Matriz — 110
- 54 – Fragmento de laje, com funda relheira, recolhida da antiga calçada que subia à Porta de Braga — 111
- 55 – Os três principais itinerários de acesso à parte alta da vila, onde estava a Porta de Braga – ao centro o percurso original, à esquerda a rua das Pereiras e à direita a do Castelo — 111
- 56 – Área da vila de Ponte de Lima abrangida pelo Tombo das casas reguengas realizado em 1535 — 117
- 57 – Durante o trabalho da montagem do ‘puzzle’, que permitiu que o Tombo de 1535 evoluísse do seu conteúdo narrativo para a sua representação gráfica — 120
- 58 - Referências urbanas actuais contemporâneas do Tombo de 1535 — 121
- 59 - A rua Direita, direita de porta a porta, da Porta do Souto à de S. João — 128
- 60 - A antiga rua Direita abrangia as ruas de Sanhoane e da Sapataria, que correspondem parcialmente à actual rua Beato Francisco Pacheco, ... — 129
- 61 - ... à rua dos Mercadores, que actualmente é a rua da Abadia e à rua do Souto, que ainda conserva a mesma designação — 129
- 62 - Escudetes com as armas reais e registos censitários que identificam algumas casas que foram reguengas nas antigas ruas de Sanhoane e da Sapataria, hoje rua Beato Francisco Pacheco — 130
- 63 - a casa nº 29 da rua Beato Francisco Pacheco (rua de Sanhoane) é a única que conserva uma fachada indubitavelmente anterior ao Censo de 1535 — 131
- 64 - O actual Largo de S. José foi gerado na bifurcação da rua da Sapataria, que a imagem ilustra – à esquerda, o braço que se prolonga na rua dos Mercadores e *a direita, na rua Dante a Igreja ou rua da Matriz — 133
- 65 – A rua dos Mercadores, actualmente designada rua da Abadia, com a configuração adquirida no séc. XVI — 134
- 66 - A irregularidade dos alinhamentos das frentes edificadas da rua do Souto, ainda se regista nesta planta da vila, de 1927, onde são perceptíveis as correcções então em curso — 134
- 67 – Portada manuelina que integrava a fachada da Casa dos Malheiros, na rua do Souto recuada no séc. XIX — 135
- 68 – Nesta vista do interior do quarteirão Largo da Matriz – rua do Souto – rua Nova, reconhece-se a antiga azinhaga referida no texto. Vestígios da torre da casa dos Ledo Ponte são visíveis à esquerda — 135
- 69 – Porta gótica que se abre para o vazio existente no actual quarteirão rua do Souto – rua do Castelo – rua Cardeal Saraiva — 136
- 70 – Vestígios do pano da muralha que se erguia entre a Torre do Souto e o Castelo, no interior de uma casa comercial — 137

- 71 – O antigo Largo da Matriz, ainda com o Hospital da Misericórdia ao fundo, que foi transformado em rua há cerca de cem anos — 138
- 72 - Alguns dos arcos dos alpendres que existiam na praça da Igreja e nas ruas confinantes, no espaço público comumente designado por ‘baixos das casas’ — 139
- 73 – O cemitério da Santa Casa da Misericórdia, no adro da sua igreja — 140
- 74 – A actual Travessa da Matriz era a ‘rua dailharga da igreja e sacristia’ — 141
- 75 – Imagem de S. Paulo, que esteve na porta do Postigo — 142
- 76 – O avanço do corpo dos sobrados (em tabique) sobre o rés-do-chão não é paralelo, evidenciando uma correcção do alinhamento da rua, que foi imposta ao edifício — 143
- 77 – Vestígios da rua da Fraria junto à capela-mor da igreja da Misericórdia — 143
- 78 – A azul, a Rua Nova e a vermelho, o espaço onde corria a azinhaga que ligava a rua Nova à rua do Souto, servindo os fornos — 144
- 79 – Nesta fotografia de 1867, vê-se ao centro a capela de S. Sebastião, erecta no séc. XVI sobre a extinta sinagoga, que existia à boca da rua do Souto — 145
- 80 – O troço nascente-poente da rua Nova — 146
- 81 – É ainda perceptível, à esquerda, o espaço onde corria a azinhaga que, por trás dos enxidos, conduzia à rua do Souto — 146
- 82 – Um vestígio da betesga (à direita), que conduzia aos fornos, integrando a azinhaga que ligava a rua Nova à do Souto e um postigo gótico existente na fachada nascente da casa que aparece em primeiro plano — 147
- 83 – Fotografia do final do séc. XIX, que mostra a Praça da Rainha, hoje Praça da República, com o desenho urbano que transformou os designados ‘Açougues’. À esquerda vê-se, parcialmente, a Fonte da Vila — 149
- 84 – O vazio no interior do quarteirão rua Inácio Perestrelo – rua da Abadia – rua Cardeal Saraiva – rua Agrónomo Morais, ainda perceptível na planta de 1927, indicia o espaço onde existiram as ruas da Triparia, da Carniçaria e da Fonte — 150
- 85 – Neste extracto da planta de 1927, a malha urbana e o vazio do interior dos dois quarteirões, indiciam as ruas da Triparia e da Carniçaria (a azul) e permitem conjecturar para norte e para sul, uma primitiva continuidade (a vermelho) — 151
- 86 – O Outeiro de Selas numa fotografia de finais do séc. XIX, que evidencia uma estrutura urbana ainda mal consolidada, sendo visível, à esquerda, o início da azinhaga referida no texto e que conduzia à ponte — 154
- 87 – Pormenor de um desenho do início do séc. XVII, cujo formato integral se apresenta no Apêndice da Dissertação, que mostra a Capela das Pereiras, com um pórtico maneirista (ou até renascentista) e um arco sineiro a rematar a fachada. A rua das Pereiras está perfeitamente definida pelo alinhamento das casas — 155
- 88 – Referenciação dos espaços e locais relacionados com o cruzamento dos dois eixos viários principais da vila medieval de Ponte de Lima – o eixo nascente-poente, entre as Portas de Braga e da Ponte, que convencionei designar por rua velha e o eixo norte-sul, entre as Portas do Souto e de S. João, popularmente conhecida por rua Direita. Este eixo nascente-poente alcançava o Outeiro de Selas e

descia até à rua da Ponte, mas este arrevesado percurso perdeu importância e no séc. XVI estava já reduzido a uma azinhaga que hoje apenas se reflecte nos espaços vazios do quarteirão entre as ruas de Sanhoane e da Sapataria (rua Beato Francisco Pacheco) e o Outeiro de Selas (rua Formosa), espaços esses que integraram os logradouros dos edifícios com frente para a rua Beato Francisco Pacheco e que nos últimos anos têm sido sistematicamente ocupados por anexos. A azul, demarcam-se nesta planta de 1963 esses espaços, identificando a tracejado as ocupações indubitavelmente posteriores à segunda metade do séc. XIX. A vermelho, assinalam-se os arruamentos relacionados com este eixo nascente-poente, com destaque para o anel da rua das Pereiras, que ainda se conserva com diversas designações toponímicas. Merece particular referência o vestígio da ligação da rua da Tanoaria ao Outeiro de Selas, num afastamento de cerca de meio metro entre dois edifícios no actual Beco das Selas, sendo presumível a ligação da rua da Tanoaria com a da Brancaria e a continuidade dela para sul, pela rua da Carniçaria, até à da Triparia (vd. fig. 85). Também do lado oposto, a azinhaga que do Outeiro de Selas conduzia à ponte, tinha continuidade para norte até um arruamento secundário (actual calçada dos Artistas) que servia a Porta de S. João, ainda hoje perceptível na sequência dos logradouros e que, pela descrição do Tombo, parece ser a designada rua de S. Tomé. Quanto ao troço inicial do eixo nascente-poente, depois de passada a Porta de Braga, admito três cenários possíveis, correspondendo o original, à Hipótese 1, que é a mais fluente, sendo muito provável que todos correspondam a soluções viárias que efectivamente se concretizaram, uma vez que o cadastro urbano regista orientações correlacionáveis e se conservam alguns testemunhos locais que indiciam essas possibilidades — 157

- 89 – A profusão de casas manuelinas que ainda se conservam nos vários troços que constituíam a antiga rua das Pereiras, como é o caso destas duas na rua Formosa, subsistem algumas pré-existências góticas, o que pressupõe a existência total ou parcial deste arruamento no início do séc. XVI, época em que terá ocorrido uma efectiva operação de expansão e consolidação urbanística. O Tombo de 1535 é posterior à maior parte destas casas mas, por razões que desconhecemos, não as identifica — 158
- 90 – Frontal armoreado de um arcossólio quinhentista da desaparecida capela de Vera Cruz, que estava no percurso do atravessamento da vila — 159
- 91 – Do vasto repositório de cantarias lavradas manuelinas, estes oito exemplos de portas e de vergas de janela, na rua das Neves, que foi um troço da antiga rua das Pereiras, traduzem bem o desenvolvimento urbanístico da vila de Ponte de Lima no primeiro quartel do séc. XVI, ou seja, nos 30 anos que antecederam o Tombo de 1535 — 160
- 92 – Porta quatrocentista da Casa da Carvalheira, ao cimo da rua das Neves e uma janela geminada de lumes apontados, na mesma rua, filiada ainda no gótico primário, são reminiscências medievais que comprovam a importância dos percursos que lhes estavam associados — 161
- 93 – Definição actual do espaço que em tempos foi o Outeiro de Selas, vendo-se ainda no plano inferior os vestígios da azinhaga que sucedeu ao primitivo eixo de ligação entre as Portas de Braga e da Ponte, provavelmente decalcado na via militar romana XIX — 162
- 94 – As duas fachadas do edifício de raiz medieval que foi objecto de intervenção na vila de Ponte de Lima – a primeira, oitocentista, volvida a poente, sobre o Largo de Camões e a segunda, setecentista, volvida a nascente, sobre a rua Beato Francisco Pacheco — 168
- 95 – Fragmento da pedra quinhentista com o brasão de armas dos Marinho, que apareceu numa parede do prédio contíguo ao que serve de referência no texto — 168
- 96 – Esquema genealógico que demonstra o parentesco entre os descendentes de Vasco Afonso Malheiro e de Lopo Dias Malheiro. A vermelho, os nomes referidos no Tombo de 1535, todos referenciados à Rua Direita ou à sua proximidade — 170
- 97 – Esquema gráfico da descrição no Tombo da Gafaria, da casa referenciada no texto e que foi objecto de intervenção. Está assinalada a vermelho — 171

- 98 – Nesta fotografia da parede sul do edifício, ainda na fase da investigação, antes do início da obra, é bem perceptível, até pela diferença do aparelho da elevação, a justaposição da Torre do Patim sobre uma parede mais antiga, tal como refere o Tombo da Gafaria. A seta vermelha assinala o contafiamiento da primeira fiada do cunhal noroeste da torre, que se conserva intacto — 172
- 99 – As duas portas ogivais e a a silharia regular no arranque da parede norte, que refiro no texto — 173
- 100 – As duas faces de um dos arcos quebrados que se acharam na casa intervencionada, reconhecendo-se o soterramento parcial, ainda mais acentuado no segundo arco — 174
- 101 – Nesta representação planimétrica do quarteirão rua Beato Francisco Pacheco – rua Inácio Perestrelo – rua Mestre João Lopes – Largo de Camões, ainda se conservam vestígios de paredes transversais, que indiciam a pré-existência de um arruamento interior — 175
- 102 – Excerto da fotografia de 1858, que evidencia a Torre do Patim e indícios das antigas azinhagas — 176
- 103 – Desenho do início do séc. XIX, que se presume representar o patim que deu o nome à Casa do Patim, em Ponte de Lima — 178

NO APÊNDICE (VOL. II)

ICONOGRAFIA DA VILA DE PONTE DE LIMA NOS SÉC. XVII, XVIII E XIX

A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, NO SÉC. XVII

Aquarela monocromática legendada, inserida no álbum *Typis Portugaliæ* [Imagens Portuguesas], conservado numa coleção particular e que se julga ter sido executado no decénio 1603-1613

VISTA DE SANTA MARINHA DE ARCOZELO SOBRE A VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1780

Prova da gravura (exemplar único) que ilustraria a descrição da vila de Ponte de Lima num dos tomos não editados da obra *Os Estrangeiros no Lima*, de Manuel Gomes de Lima Bezerra. Gravura aberta a buril por Ventura Silva, sobre desenho feito em 1780 pelo Mestre-Escola Tomás da Silva Campos

VISTA DE MERIM SOBRE A VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1818

Gravura sobre desenho do Ten. Coronel George Thomas Landemann, inserida com o nº 58 no vol. II da sua obra *Historical, Military and Picturesque Observation on Portugal ...*, publicada em Londres em 1818

VISTA DO ARRABALDE DE S. JOÃO DE FORA SOBRE A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1839

Gravura em processo litográfico, sobre desenho de autor desconhecido, inserida com o nº 22 na 1ª edição (nº 15 na reedição) do álbum de George Vivian, *Scenery of Portugal and Spain*, editado em Londres em 1839

VISTA DE ALÉM DA PONTE SOBRE A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1858

Fotografia feita em 1858 e atribuída ao Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra

VISTA DA LAPA SOBRE O LARGO DO CHAFARIZ, NA VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1860

Fotografia feita cerca do ano 1860 e atribuída ao Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra. Presumivelmente desenhada por Nogueira da Silva e gravada por processo xilográfico, foi inserida na fl. 385 do vol. VII da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1864

O LARGO DO CHAFARIZ, NA VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1860

Fotografia feita cerca do ano 1860 e assinada pelo Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra. Desenhada por Bernardo Lima e gravada por processo xilográfico por João Pedroso, foi inserida na fl. 117 do vol. X da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1867

VISTA DO CAMPO DO ARNADO SOBRE A PONTE E SANTO ANTÓNIO DA TORRE VELHA, EM 1863

Xilogravura executada por João Pedroso sobre desenho de Bernardo Lima, decalcado de fotografia anterior a 1860 e inserida com a designação

“Ponte do rio Lima”, na fl. 337 do vol. VI da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1863

TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE LIMA EM 1535 (FAC-SÍMILE
REDUZIDO DO ORIGINAL)

ÍNDICE DOS QUADROS

NO TEXTO (VOL. I)

Quadro 1 – CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES
PORTUGUESAS BARROCAS

NO APÊNDICE (VOL. II)

Quadro 2 – TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE LIMA EM 1535
(QUADRO SINÓPTICO)

ÍNDICE DOS DESENHOS

NO APÊNDICE (VOL. II)

ESQUEMA INTERPRETATIVO DO TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE
LIMA EM 1535

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DA VILA DE PONTE DE LIMA A PARTIR DE 1535

PREÂMBULO

A Dissertação que me proponho apresentar na conclusão do meu curso de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo está orientada para uma questão que tem sido pouco valorizada na prática corrente das diferentes actividades onde ela tem expressão e designadamente na Arquitectura e no Urbanismo, quando aplicadas à valorização de espaços culturalmente relevantes.

Numa perspectiva alargada, a questão, em si, pode ser facilmente formulada – como aceder e interpretar as informações referenciadas aos espaços com valor cultural e que podem condicionar um projecto de intervenção física? Numa focagem mais restrita – que vantagem pode advir ao projecto, do conhecimento dessa informação?

Esta abordagem, que tem por base a utilização das fontes de informação, é um processo de dedução que culmina numa experiência aplicada. Trata-se, por isso, de uma ciência e é comumente designada Heurística. É, pois, a aplicação da Heurística à Arquitectura e ao Urbanismo que constitui o objecto deste trabalho, exemplificado num caso de estudo cujo desenvolvimento teórico logrou, afortunadamente, obter uma confirmação efectiva em tempo útil.

O alcance da Heurística é o da utilização dos recursos da informação proveniente das fontes documentais – descritivas, gráficas – que pode ser cruzada com a que advém de outras proveniências e, em conjunto, esclarecem as dúvidas que se põem na análise in situ e têm, inclusivamente, um contributo preventivo no acautelamento de situações imprevisíveis no decurso das intervenções.

Ainda hoje é frequente, durante as obras de reabilitação, deparar-se com situações ou circunstâncias que não haviam sido equacionadas e que justificam o reajustamento do projecto, mas que seriam previsíveis se se tivesse procedido com maior prudência na fase da caracterização, com a recolha sistemática das fontes documentais disponíveis e uma análise rigorosa da informação recolhida.

A intervenção no edificado que tem uma expressão cultural relevante, mesmo que não se trate de situações com um nível de erudição significativa, requer dos responsáveis a consciencialização de todas as vertentes do processo. Esta exigência, que tem de se compreender quando se trata da valorização de um edifício singular, adquire uma dimensão reforçada quando o objecto da intervenção é uma área urbana, que resultou da sedimentação de diferentes culturas ou expressões culturais que se sucederam no tempo, constituindo referências importantes da memória colectiva da população local.

Por outro lado, este processo tem que recorrer ainda a outras áreas do conhecimento, que são subsidiárias da análise e da acção, o que justifica a pluridisciplinaridade das equipas intervenientes. No caso de estudo tive que ser intérprete de todas as sensibilidades que a sua problemática desperta, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos na minha formação académica, em áreas tão diversas como as que vão da Teoria da Arquitectura à História da Arte, da Topografia à Computação Gráfica, da Reabilitação à Qualidade Ambiental e, apurando a formação que me foi proporcionada nas cadeiras de Projecto.

Foi com esta bagagem de conhecimentos que desenvolvi a Dissertação, mas sem perder de vista o objectivo fundamental, que é a justificação da importância da Heurística, enquanto ciência aplicada à Arquitectura e ao Urbanismo, no processo de reabilitação dos espaços, edificados ou não edificados.

Ponte de Lima, 29 de Fevereiro de 2012.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1 - A questão de fundo

Em muitas cidades e vilas portuguesas, têm-se multiplicado nos últimos anos as intervenções de recuperação do casco urbano, designadamente dos seus centros históricos. Contudo, nem sempre são claros os critérios que determinam as opções assumidas, quer ao nível do edifício, quer ao nível do conjunto, onde a coerência e a integração devem ser sempre entendidos como conceitos estruturantes.

Raramente me fica a convicção de que o processo da intervenção equacionou convenientemente as variáveis e procurou salvaguardar todos os interesses. Ou porque o orçamento era escasso, ou porque o prazo estabelecido era curto ou, como frequentemente acontece, porque o interesse cultural do objecto foi insuficientemente percebido. Factores que conduzem, a mais das vezes, a uma parca avaliação das situações, sobretudo quando estas não reflectem a real dimensão e o alcance do seu significado cultural.

Nestas circunstâncias, será legítimo questionar o processo corrente de recuperação, designadamente a fundamentação do projecto de arquitectura. E este raciocínio conduz-me ao tema de fundo que vou abordar nesta dissertação e que se pode resumir nesta simples questão — *no processo de recuperação do edificado, será que o projecto de arquitectura seria o mesmo, se o seu autor tivesse um conhecimento mais circunstanciado das pré-existências?*

2 - A percepção da questão

O equacionamento das pré-existências faz-se em três possíveis situações, que podem também ocorrer cumulativamente, quando:

- o objecto da intervenção está protegido por disposições regulamentares aplicáveis

- o arquitecto projectista valoriza as pré-existências como condicionamentos específicos na concepção do projecto
- o dono da obra requer objectivamente esse procedimento

No primeiro caso, cabem as intervenções sujeitas à regulamentação que salvaguarda os imóveis classificados ou simplesmente inventariados e ainda as que são apontadas para áreas protegidas pelo concurso de restrições específicas das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão onde se incluem.

No segundo, enquadram-se as situações que são submetidas a projectos de arquitectura que resultaram de uma fundamentação criteriosa, exclusivamente devida à atitude positiva do arquitecto quando faz apelo à informação disponível e disponibilizável sobre a formação e a evolução do objecto que lhe foi confiado.

No terceiro, menos frequente, estão as intervenções em espaços edificados com os quais o dono da obra alimenta um sentimento de afinidade, que se traduz em orientações definidas no Programa Preliminar do projecto.

Analisemos, então, em que circunstâncias ocorrem actualmente estes casos, para se perceber a relevância da questão de fundo.

Nos imóveis classificados, singulares ou agrupados em conjuntos que estão protegidos pela disciplina regulamentar do Direito Administrativo ou seja, naqueles que usufruem de uma classificação específica, as intervenções já hoje comumente se realizam com o concurso de equipas pluridisciplinares que envolvem arquitectos, engenheiros, geógrafos, sociólogos e especialistas dos diversos ramos da História, incluindo arqueólogos e peritos na história local. O contributo de tantas sensibilidades, quando o diálogo é construtivo, pode e deve gerar soluções projectuais interessantes, que acautelam e valorizam a realidade histórica do edificado.

Já não é recente, no nosso país, que a convergência de interesses para a salvaguarda do valor cultural dos edifícios classificados condicione o projecto de arquitectura das intervenções a que são sujeitos. Algumas vezes, como aconteceu na vigência da DGEMN e em particular nas décadas de 40 e 50 do séc. XX, com um apelo até excessivo às razões históricas, quando estas nem eram sequer suficientemente justificadas. Hoje, essa partilha de esforços multidisciplinares é uma prática comum no tratamento do nosso património edificado, sugerido, quando não imposto, pelas instituições tutelares, desde o IGESPAR aos Municípios. E os próprios Executivos, na elaboração dos seus instrumentos de ordenamento do território, acautelam esse prática e até a generalizam a perímetros alargados de protecção dos seus cascos históricos e a outros imóveis não formalmente classificados, mas que fazem parte dos inventários locais dos valores culturais.

Mas se nos confrontamos hoje com condições favoráveis à consecução de projectos coerentes de recuperação de imóveis e de espaços de relevância cultural, estamos ainda longe de saber interpretar convenientemente muitos indícios que atestam a memória

local e que poderiam, com vantagem, ser equacionados no projecto. É frequente desperdiçar-se informação de monta por aparentemente irrelevante, quer por deficiência da interpretação local e da pesquisa documental, quer por uma irreflectida concatenação dos dados na concepção do projecto. Exemplo gritante é o da reformulação da Casa dos Bicos, em Lisboa, realizada em 1983 para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, que preconizou o refazimento dos elementos arquitectónicos da fachada, apenas vagamente conhecidos, quando eles, desde o terramoto de 1755, estavam soterrados no terreiro fronteiro, como se veio a apurar durante as obras, o que era, de resto, naturalmente previsível.

O segundo caso, que envolve uma participação exclusiva do arquitecto, quando sujeito a um Programa Preliminar esvaziado de conteúdo e que lhe dá carta-branca para conceber a solução inteiramente a seu gosto, é menos frequente. É certo que o edificado a recuperar, mesmo quando não classificado e portanto a coberto apenas de uma vaga referenciação cultural, não estimula o arquitecto a vasculhar as memórias do local, até porque elas podem coarctar a sua liberdade de projectista. Nestas circunstâncias, ele pode ceder à tentação de inverter o processo, servindo-se do edificado para justificar uma ideia pré-concebida, em vez de construir a ideia em função da realidade que deve salvaguardar. É este o risco que corre o património edificado que não tem protecção específica, nem tutores que lhe acautelem a integridade e preservem as suas memórias.

Contudo, há muitos e bons exemplos de intervenções em locais não protegidos mas com interesse cultural relevante, que motivaram o arquitecto na realização de porfiados esforços para perceber a evolução do edificado e que fundamentaram o seu projecto.

Passando agora ao terceiro dos casos que referi, em que, não estando o local classificado, ainda assim há um claro empenho do dono da obra na salvaguarda da memória cultural que lhe está associada, tenho verificado que as situações não são tão poucas que não mereçam referência própria. Estão neste caso as muitas intervenções que nos últimos anos se têm feito, sobretudo no espaço rural, em edifícios antigos, uns com tipologias arquitectónicas mais eruditas, outros com carácter mais vernáculo, para a criação de alojamento em Turismo de Habitação ou nas diferentes modalidades do Turismo Rural. Neste tipo de intervenções, em que tenho estado particularmente envolvido desde a criação do TER, a postura dos donos das obras é, por via de regra, muito participativa e empenhada na valorização da memória dos locais, reflexo da conjugação de afectos que sustentam uma fortíssima relação das pessoas com os seus espaços afins. Estas situações, com a cooperação de quem muito bem conhece os locais, contribuem para uma maior probabilidade de valorização da identidade local e, desta forma, para um projecto mais ajustado e, porque não?, mais sustentado até. Contudo, a moeda tem duas faces, porque o conhecimento que o direito de propriedade, quantas vezes transmitido em longas sucessões familiares ou as relações de vizinhança favorecem, descodificando aspectos ilegíveis para o arquitecto e até para historiadores menos habilitados, tem muitas vezes uma fundamentação empírica ou resulta de leituras apaixonadas que abrem as portas a soluções projectuais descabidas, quando não a *pastiches* de duvidosa cabimentação.

3 - Formulação da Tese

Quando me interrogo sobre a natureza e a dimensão do conhecimento que o arquitecto deveria ter dos locais e do edificado que lhe compete salvaguardar e valorizar como projectista, ou seja como decisor da intervenção, fico sempre na dúvida se na generalidade existe um conhecimento suficiente para acautelar os valores em questão e se esse conhecimento é transmitido de forma proficiente.

Reforço este meu receio formulando a questão com que abordei a Dissertação, mas posta agora por outras palavras – *de um modo geral, terão os arquitectos uma consciência efectiva do edificado onde pretendem intervir, a pretexto da sua valorização?* E até complemento a questão com a apostila – *ainda na generalidade, poderá essa consciência trazer algum contributo significativo para a diversidade e a originalidade das soluções projectuais?*

É neste dilema que assenta o tema fulcral da Dissertação. Sempre acreditei na necessidade do conhecimento profundo das situações, para habilitar os Técnicos a intervirem nelas com liberdade consciente. O que não restringe o arbítrio da criação estética que se espera do artista, quando também ele é interventor e respeita as premissas do enunciado da situação.

Assim sendo, vou tentar demonstrar a seguinte hipótese – *Quanto mais alargado for o conhecimento das memórias de um local, edificado ou não, maior é o número de variáveis que podem contribuir para a qualidade do projecto de intervenção.*

É este o enunciado da minha Tese de Mestrado, a conclusão a que procurarei chegar, pelo recurso a uma metodologia concordante com o discurso racionalista.

4 - Metodologia e estrutura do trabalho

A asserção feita carece de demonstração e é esse o objectivo deste trabalho. Sendo assim, importa concretizar as premissas de partida, que envolvem o conhecimento das situações e o tipo de variáveis obténíveis que podem contribuir para um acréscimo qualitativo da solução projectual.

Não sendo realista, num estudo com as restrições próprias de uma Tese de Mestrado, alargar desmesuradamente os termos da equação, considerou-se apenas como dados do conhecimento, para além dos que estão disponíveis na observação *in loco*, com ou sem recurso a sondagens arqueológicas, os que resultam da pesquisa de fontes documentais escritas e iconográficas, coetâneas das situações descritas. Por outro lado, como variáveis do projecto de intervenção, têm-se as informações que emanam das fontes

históricas e que são enquadráveis em temas que vão da evolução morfológica dos edifícios à estrutura urbana dos aglomerados, da afectação funcional à hierarquia viária, da identificação de referências históricas à cronologia da dinâmica evolutiva. É um alfobre de dados que podem referenciar a evolução dos locais ou identificar valores singulares e que devem, por isso mesmo, ser tidos em conta na análise dos condicionamentos quando se perspectiva uma intervenção.

O que se pretende nesta Dissertação é comprovar essa possibilidade com um caso de estudo irrefutável. Para isso, seleccionei um documento inédito, que tomei como exemplo, relacionado com a área seleccionada para caso de estudo e procurei tirar dele toda a informação possível, estabelecendo uma relação comparativa com a situação actual, que me permitisse avaliar correctamente cada aspecto.

O processo analítico é estruturado em oito fases, que no estudo de caso serão explicitamente detalhadas, para melhor compreensão do método descrito. Assim, tem-se:

- 1 – Transcrição do documento – corresponde à tradução do documento, a leitura paleográfica e também em versão corrente, tratando-se de um texto, como pode ser a focagem, a limpeza e a ampliação de pormenores se se tratar de uma imagem.
- 2 – Esquematização da informação – corresponde à síntese da informação, segundo uma tabela ou um algoritmo, com vista a uma sistematização dos dados, que possa traduzir-se graficamente.
- 3 – Identificação de referências permanentes – corresponde ao reconhecimento de elementos arquitectónicos ou urbanos que ainda hoje existem ou cuja localização rigorosa permanece na memória ou é indiscutivelmente comprovável.
- 4 – Comparação ou complementaridade de informação contida na mesma ou noutras fontes de cronologia intermédia – corresponde ao esclarecimento de situações pouco claras, com recurso a averbamentos posteriores do documento original ou a outros documentos em que as mesmas situações são contempladas.
- 5 – Representação gráfica do conteúdo – corresponde à expressão desenhada da informação relacionada no esquema, com ou sem proporção dimensional ou precisão vectorial.
- 6 – Verificação *in situ* da representação gráfica do documento – corresponde à recolha de informação local que permita esclarecer a representação gráfica do documento, designadamente de aspectos parcelares de que tenham subsistido reminiscências.
- 7 – Transposição da situação documentada para a realidade actual – corresponde à comparação da representação gráfica realizada, com desenhos rigorosos que representam a situação actual, de forma a introduzir nestes desenhos as diferenças correspondentes àquela representação, tendo em vista uma definição mais aproximada da realidade pretérita.
- 8 – Reconhecimento de situações potenciais de valor arqueológico – corresponde à identificação de locais de maior probabilidade de ocorrência de vestígios e de registos de informação, onde deve ser concentrada a pesquisa, criando assim condições de valorização da solução projectual.

O caso de estudo é a vila de Ponte de Lima, limitada à dimensão que tinha até à Idade Moderna, então configurada pela cintura de muralhas medieval, que na época a que se reporta o documento se conservava intacta e da qual restam ainda alguns indícios. O documento é um tomo de propriedades urbanas realizado em 1535 e organizado por ruas, com edifícios arrolados sequencialmente e indicando, para além dos proprietários, as confrontações anterior, posterior e laterais, a natureza fiscal da propriedade e o ónus correspondente.

Esta informação, aparentemente simples e desprovida de interesse, foi convenientemente registada e cartografada, o que permitiu, por analogia com os levantamentos actuais, tirar conclusões insuspeitáveis sobre a estrutura e a malha urbana desta vila, de fundamental importância em qualquer projecto de reabilitação urbana da sua zona histórica.

O bom resultado obtido com esta análise foi corroborado e, mais do que isso, foi até superado com uma aplicação prática real, que me permitiu testar a validade da hipótese.

De acordo com esta metodologia, o estudo, que corresponde ao cap. II desta Dissertação, foi estruturado em quatro partes:

- Estado da Arte – onde se faz o ponto da situação no que respeita à atenção que o tema escolhido para esta Dissertação – a Heurística aplicada ao projecto urbano – tem merecido no campo da investigação, da aplicação prática e da publicação
- Conceitos Fundamentais – onde se aborda o significado teórico e prático de algumas concepções da realidade urbana que têm uma relação forte com o tema em estudo, designadamente, o património, a imagem, a evolução territorial e a reabilitação
- Estudo de Caso – aplicação prática da Heurística na reabilitação urbana, faseada nas oito etapas atrás referidas, tomando-se como exemplo a vila de Ponte de Lima e um documento escrito com 500 anos, e complementada com uma aferição real fundamentada neste exemplo
- Conclusão Final – confirmação do método dedutivo utilizado e extrapolação do resultado.

Devo também referir que não foi levemente que redigi esta Dissertação na primeira pessoa e não numa linguagem impessoal referenciada na terceira. O tema abordado, pela afinidade com a minha actividade profissional e com algumas iniciativas culturais a que me tenho dedicado, justificava um discurso que, fazendo apelo às experiências vividas e aos conhecimentos adquiridos, reflectisse a convicção dos meus pontos de vista.

Rejeitado o expediente ao afectado plural majestático, optei conscientemente pelo singular, escudado na excepção regulamentar que prevê o recurso a uma estratégia metodológica própria, desde que explicitamente enunciada.

5 – Resultados expectáveis

O bom resultado obtido no caso de estudo, a partir dos dados seleccionados, não pode ser generalizado a todas as situações que envolvam locais com um percurso histórico assinalável.

Com efeito, nem todos os locais têm referências documentais directas que contribuam para a avaliação do seu percurso histórico. Mas há sempre a possibilidade de se recorrer a fontes documentais indirectas que permitam deduções por analogia, a partir dos indícios reconhecidos *in situ*.

Por outro lado, a sistematização das fontes documentais e muitas delas são, como se verá no decurso do estudo, pode contribuir para a análise comparativa de situações semelhantes e, deste modo, precaver os projectos de intervenção de iniciativas contraproducentes e induzir soluções de valor acrescentado.

CAPÍTULO II – A HEURÍSTICA NA REABILITAÇÃO URBANA

1 – Nota Prévia

Neste capítulo faz-se a teorização da metodologia heurística aplicada à Arquitectura e, de uma forma mais concreta, ao Urbanismo, numa perspectiva de reabilitação.

Este exercício sobre a Heurística justificou a abordagem ao Estado da Arte, tão vaga tem sido a sua interpretação, que vai da capacidade abstracta de descobrir, de inventar, à concreta habilitação a fundamentar racionalmente qualquer pesquisa documental, podendo até, no limite, conduzir à reflexão metafísica que caracteriza a Hermenêutica, que mais não é, na realidade, que uma concepção extrema da própria Heurística.

Mas o que se pretende é, tão simplesmente, promover a metodologia da busca e da interpretação, na utilização das fontes documentais, aplicando o processo na actividade projectual que tem como objecto a reabilitação do património edificado.

A nebulosidade desta ciência, porque a Heurística é uma ciência, uma vez que recorre e se fundamenta em deduções hipotético-factuais, decorre da sua aplicação ainda de forma demasiado empírica, quasi a sentimento. Mas ela bem pode ser regada pelo discurso lógico que a ciência requer, credibilizando, assim, a sua aplicação a outras áreas científicas. Foi essa presunção, aliás, que justificou a presente Dissertação.

Talvez por este excesso de empirismo, que conta apenas com a experiência acumulada pelo hábito, a Heurística, como ciência, não tem deixado rasto perceptível como recurso de outras ciências. É essa a dificuldade da abordagem ao respectivo Estado da Arte, o que farei na segunda parte deste capítulo. Antes, contudo, vou introduzir alguns

conceitos importantes para a avaliação do processo heurístico aplicado à intervenção urbana – o património, a imagem, a evolução territorial e a reabilitação. Conceitos que têm evoluído ao longo dos tempos, adaptando-se à escala de valores que as dinâmicas sociais, culturais e económicas vão introduzindo e que por isso justificam sempre novas avaliações, que as correntes de pensamento e as mudanças dos hábitos de vida vão fundamentando.

2 – Evolução de alguns conceitos fundamentais na análise do espaço urbano

2.1 – O património urbano

Françoise Choay considera que a consciência do património se adquire por três formas – por atracção intelectual, quando o objecto tem um valor cultural que convida à reflexão; por sedução da sensibilidade, quando se trata de uma criação artística que estimula a contemplação; ou pelo fascínio da escala, das dimensões, da riqueza e dos acabamentos, que surpreendem e induzem a fruição estética.

Mas o conceito de monumento histórico não é totalmente convergente com o de património. Criado no *Quattrocento* pelos humanistas do Renascimento, era um qualificativo usado no campo da Arte com apelo ao campo da História.

Era esta relação que justificava os encómios ao monumento histórico, entendido numa perspectiva absolutamente pragmática. Para Alberti (cf. nota 23), os vestígios da civilização romana eram monumentos, porque confirmavam a História. Aliás, ele próprio inventariara esses testemunhos da Roma antiga, fazendo o percurso que distancia o arqueólogo do arquitecto para poder ajuizar as suas noções da História Clássica.

Este fascínio pela antiga civilização romana e, por acréscimo, pela civilização grega, onde aquela fundara as suas raízes, não se estendia ao período subsequente da longa Idade Média, que era intolerada pelo espírito renascentista. Petrarca considerava mesmo esta época como uma idade obscura.

É neste contexto histórico que se começam a valorizar as referências das civilizações clássicas – as móveis, sobretudo peças de estatuária, de medalhística, de numismática e, de um modo geral, das artes decorativas, que se conservavam nos *studioli*, nos *cortili*, nos jardins, depois nos gabinetes e galerias e mais tarde ainda, nos museus; e as imóveis, constituídas pelas ruínas que, necessariamente, se conservavam *in situ*.

Mas este entusiasmo era sobremaneira ambíguo, já que a maior parte destes cultores das civilizações clássicas cujos testemunhos colecionavam, se comprometeu em actos de puro vandalismo, desfazendo os vestígios edificados para reaproveitamento dos elementos e materiais de melhor qualidade. A atracção pela Arte e pela História antiga não se alargara ainda à Arquitectura e muito menos ao Urbanismo.

O conhecimento que temos destas “antiguidades”, quando elas não sobreviveram à voragem do tempo, resulta de referências escritas ou fundamenta-se em representações icónicas, geralmente ingénuas e desprovidas de informações de contexto. Até ao séc. XVI, o contexto, a definição espacial, era muito impreciso, lavrado a sentimento, com uma forte contribuição subjectiva. Com excepção de algumas situações cujo objectivo exigia algum pragmatismo da definição, como acontecia com a cartografia ou com os interesses militares, são já do séc. XVIII as primeiras representações espaciais que denotam uma maior preocupação de rigor, como as *veduta* de algumas cidades ou de paisagens naturais, que chegam a ser de tal modo figurativas que se pode até admitir uma precisão topográfica. E este rigor foi-se tornando uma exigência crescente até atingir, já no séc. XIX, a perfeição da fotografia ou das gravuras obtidas por interpretação fotográfica.

Mas o apelo à conservação dos testemunhos edificados levou muito mais tempo a sedimentar e a estribar-se em argumentações convincentes. E ainda hoje não são consensuais as práticas correntes.

O pragmatismo da gestão dos recursos julga sempre pertinente o aproveitamento das obras que deixando de ser úteis aos seus objectivos originais ainda podem ser reutilizadas com economia de meios para outros fins, se disso não resultarem outras implicações desaconselháveis. E foi esta circunstância que impediu no passado a destruição sistemática da criação humana. É aquilo que se designa por “conservação primária ou preventiva”, em contraponto à “conservação secundária ou reactiva”, que resulta de outro tipo de procedimentos, metódicos, mais actuates e diferentemente

argumentados. Françoise Choay (2000: 91) faz esta distinção quando se refere ao período vandálico da revolução francesa, que acabou por constituir a grande charneira histórica na mudança das mentalidades.

Serenados os ânimos, seguiu-se uma época temperada pela racionalidade e percebeu-se que o rompimento com o passado não justificava a abolição da memória, nem a destruição dos seus monumentos. Eles poderiam até dar corpo a uma dinâmica dialéctica que assumindo o passado como uma realidade, fizesse também o juízo crítico do seu significado histórico. Porque esses monumentos eram, por herança, de todo o povo e faziam parte do legado patrimonial das gerações precedentes. Era já a fase larvar do conceito de património, que se desenvolveria ao longo de todo o séc. XIX.

A noção de “património urbano histórico” associado à necessidade da sua conservação, nasceu pouco depois, em Inglaterra, com John Ruskin¹ e em França com Viollet-le-Duc². Eram já passados quatro séculos sobre a interiorização do conceito de monumento histórico criado no período renascentista.

Françoise Choay³ justifica este hiato de tempo com o contributo de diversos factores que retardaram a objectivação do espaço urbano – a escala, a complexidade e a personalização das suas referências históricas e sociais – que considera o espaço um mero pormenor de contexto.

Por outro lado, a historiografia, nos raros casos em que enfoca os aglomerados urbanos e tardiamente o fez, não tinha à sua disposição inventários e cadastros fiáveis, cartografia precisa e outros registos de informação económica, demográfica e

¹ John Ruskin (1819-1900) foi um escritor e crítico britânico fortemente imbuído do espírito romântico que marcou a primeira metade do séc. XIX europeu. Dedicou-se também à poesia e ao desenho, mas foi sobretudo como teórico da Arte e da Arquitectura que imortalizou o seu nome, tendo sido um crítico de grande influência na Inglaterra vitoriana, cujo pensamento se repercutiu em toda a Europa. Reagindo ao Classicismo, foi um revivalista do Medievalismo, reflectindo-se a sua filosofia no movimento proteccionista da Arte e da Arquitectura medieval, com a defesa intransigente da conservação da ruína, pela sua genuinidade e pureza de testemunho, contra a reconstrução, que sempre adultera o significado do vestígio histórico.

² Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um arquitecto francês, considerado um dos primeiros teóricos do património histórico edificado. Desenvolveu a sua actividade sobretudo na área do restauro, como foi o caso da monumental reformulação da cidade de Carcassonne e realizou projectos e desenhos de obras imaginárias, referenciando neles a imagem medieval, sobretudo no estilo gótico, mas recorrendo também a materiais de construção contemporâneos, o que faz dele uma referência incontornável como o precursor da Arquitectura revivalista europeia. Por outro lado, procurou definir também um estilo de arquitectura para o seu tempo, tirando partido das novas tecnologias construtivas e do contributo que poderiam dar materiais como o ferro e o cimento e recursos como o vapor e a electricidade.

³ Françoise Choay (* 1925) é uma historiadora francesa das teorias e formas urbanas. Professora de Arquitectura, Arte e Urbanismo na Universidade de Paris, consagrou o seu nome como Crítica de Arte na interpretação do conceito de Património.

urbanística. Só a partir do início do séc. XIX, com a liberalização do regime político, se generalizou o registo sistemático de informação em bases racionalizadas e suficientemente abrangentes. Antes disso, os recursos disponíveis eram fragmentários e casuísticos. As próprias monografias e referências historiográficas mais antigas, mesmo as mais credíveis, só abordavam o espaço e as relações espaciais quando referenciavam os monumentos singulares por alguma razão assinalável. E mesmo as mais recentes, até há relativamente poucos anos, só focalizavam a cidade quando analisavam as suas instituições políticas e administrativas e as suas estruturas sociais e económicas, sendo o espaço, enquanto suporte de todas as actividades, uma ausência habitual, que até nas versões clássicas dos tratados de Arquitectura é comum verificar-se.

Actualmente são recorrentes os estudos que analisam o espaço urbano e a sua estrutura, incluindo o processo a que Cerdà⁴ pela primeira vez associa o termo ‘urbanização’ (PUIG, 1999: 79). Mas a teorização da forma urbana, sobretudo a sua programação, não implica necessariamente a noção de “património” e muito menos da sua salvaguarda, muito embora os dois conceitos sejam naturalmente inter-relacionados. Aliás, nas palavras da própria Françoise Choay, “*a noção de património urbano histórico constitui-se na contra-corrente do processo de urbanização dominante*” (CHOAY, 2000: 158). E sugere três figuras da cidade antiga, entre as quais se gera uma dialéctica de história – a memorial, a histórica e a historial.

A primeira figura, a memorial, é referenciada a Ruskin, que em meados do séc. XIX se insurgiu contra a destruição do tecido urbano, considerando a textura da cidade a sua própria essência, que devia ser incondicionalmente protegida. A cidade, no seu todo, era, assim, o próprio monumento histórico e fora esta a realidade que em todos os aglomerados se verificara no passado, embora a tendência conservadora não tivesse resultado de uma atitude consciente e voluntariosa de quem a governara.

Esta perspectiva moralista e sentimental de Ruskin, que opunha as urbes cristalizadas (fixação da ruína), com que tanto se identificava, às metrópoles que então surgiam eivadas de modernidade, criava um mundo a duas velocidades. Mas esta obsessão na

⁴ Ildefons Cerdà i Sunyer (1815-1876) foi um engenheiro urbanista catalão, justamente considerado um dos fundadores do Urbanismo moderno. O seu nome está imorredoiamente associado à expansão urbana da cidade de Barcelona. Este plano, que ficou conhecido como Plano Cerdà e foi aprovado em 1860, foi seguido de um outro estudo para a cidade de Madrid, que consagrou a sua ‘*Teoría de la Viabilidad Urbana*’, explicada na sua obra, publicada em 1867 – *Teoría General de la Umanización*, hoje considerada o primeiro tratado moderno de Urbanismo. Curiosamente, Cerdà refere o processo como ‘urbanização’ mas nunca utiliza o termo ‘urbanismo’, que correntemente lhe é atribuído.

fixação da ruína teve, pelo menos, o condão de subtrair à padronização global alguns notáveis exemplares que permaneceram incólumes, como atestados coerentes de um passado que se não repete.

A segunda figura, a histórica, tem expressão na atitude de Camillo Sitte⁵, que tinha uma visão positivista do processo de transformação da cidade. Não se revendo no fundamentalismo de Ruskin, também não alinhava pelo vanguardismo de Haussmann⁶, assumindo antes uma postura de reflexão com vista a uma concertação de pontos de vista. Vilipendiado por Corbusier⁷ pelo seu distanciamento da doutrina dos CIAM⁸ e caucionando, inclusivamente, intervenções que configuravam o “execrável *pastiche*”, Sitte é claro na depreciação estética da cidade contemporânea e faz uma avaliação interpretativa do desenho urbano, designadamente da praça pública, como aspecto valorativo da imagem das cidades antigas, sendo por isso justamente considerado o criador da morfologia urbana. Avaliação que, para além da perspectiva histórica, tem, sobretudo, uma natureza pragmática de ensejo à experimentação em situações actuais dos princípios e regras intemporais que determinaram no passado soluções geniais.

⁵ Camillo Sitte (1843-1903) foi um arquitecto austríaco e historiador de Arte, tendo sido Director da Escola Imperial e Real de Arte Industrial de Viena. Como teórico do Urbanismo, fez uma análise detalhada de algumas cidades que floresceram ao longo dos tempos e reavaliou-as pela natureza e características dos seus espaços públicos, designadamente das suas praças, tomando uma posição contundente com as alterações urbanas que se verificavam em Viena com a construção da Ringstrasse, projectada segundo a concepção urbanística de Haussmann em Paris e que defende na sua obra ‘*Construção das cidades segundo os seus princípios artísticos*’ (*Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*).

⁶ Georges Eugène Haussmann, Barão Haussmann (1809-1891) foi um funcionário francês do quadro da Administração Pública, advogado de formação e empreendedor por natureza, que reformou a cidade de Paris no período 1853-1870, planeando uma cidade nova, com arruamentos largos e desimpedidos, frentes edificadas monumentais, espaços verdes de grandes dimensões e redes eficientes de infra-estruturas de abastecimento e drenagem, sacrificando partes significativas da cidade antiga para alcançar os objectivos pretendidos – uma cidade com qualidade de vida, pautada por padrões de modernidade e projecção a nível internacional. É uma referência fundamental na história do Urbanismo, mas sofreu também a oposição de grandes detractores, que o alcunharam de ‘Artista Demolidor’.

⁷ Charles Edouard Jeanneret Gris, geralmente conhecido pelo pseudónimo ‘Le Corbusier’, (1887-1965) foi um arquitecto francês de origem suíça, que lançou as bases do movimento moderno de tendência funcionalista, que pretendia ajustar o projecto às necessidades do homem e que viria a revolucionar a arquitectura em todo o mundo. A sua invulgar capacidade de síntese permitiu-lhe fixar o que de essencial e intemporal havia nas diversas tendências artísticas que ao longo do tempo se manifestaram. Ao negar as idiosincrasias nacionalistas na Arte e na Arquitectura, abriu caminho ao ‘International Style’, que resultou da convergência em torno dos CIAM (Congrès Internationaux d’Architecture Moderne). A sua influência no Urbanismo foi também determinante. A obra de Corbusier, uma das principais referências da Arquitectura Moderna, referencia-se em cinco pontos, que formalizou no seu projecto da Villa Savoye – construção sobre pilotis, terraço-jardim, planta livre, fachada livre e fenestração corrida.

⁸ CIAM é o acrónimo de Congrès Internationaux d’Architecture Moderne, realizados pela primeira vez na Suíça, em 1928, cujo esforço determinou a convergência de diversas tendências da Arquitectura (Bauhaus, na Alemanha; Le Corbusier, em França; Frank Lloyd Wright nos EUA; o Construtivismo, na URSS; ...), que caracterizou a Arquitectura Moderna e produziu o ‘International Style’. Uma das principais consequências dos CIAM, pela sua ampla divulgação e aceitação, foi a Carta de Atenas, que definiu o Urbanismo moderno.

Na figura histórica, o estudo da morfologia das cidades corresponde à fase heurística da teorização e assume um papel propedêutico indispensável da fase projectual. Esta procura de vias para uma criação contemporânea que envolveu Sitte nas questões do desenho urbano, teve expressão também na concepção arquitectónica, nomeadamente com Viollet-le-Duc, já na segunda fase da sua carreira, depois de ter apostatado os princípios do mimetismo que o tinham celebrizado.

Enquadra-se, naturalmente, neste conceito, a atitude museológica subjacente a muitas intervenções urbanas que pautaram a qualificação de fragmentos incompletos da cidade, colmatando mimeticamente os hiatos.

A terceira figura da cidade antiga, a historial, resulta das duas antecedentes e excede o contributo de ambas, sendo a base da problemática, tal como hoje se apresenta. Concebida por G. Giovannoni⁹, reconhece aos aglomerados antigos um sentido de utilização e um valor museológico a integrar no projecto da organização territorial.

A doutrina de Giovannoni assenta fundamentalmente em três postulados – qualquer fragmento antigo da cidade deve ser reintegrado num plano de ordenamento do território que traduza a sua relação com a actualidade; qualquer elemento de destacado valor arquitectónico deixa de ser isolado e passa a referenciar-se com a envolvente que tem com ele uma relação essencial; e os conjuntos urbanos antigos exigem os mesmos procedimentos de salvaguarda aplicados aos monumentos singulares.

Os monumentos históricos são portadores de valores, essencialmente de natureza artística, económica ou cognitiva. O valor artístico pode ser discutível, porque a estética tem um carácter muito subjectivo. Já o valor económico é uma realidade que lhes está frequentemente associada, sobretudo pela sua exploração turística, que na maioria dos casos é até o garante da sua própria conservação. Mas é no valor cognitivo que reside o seu verdadeiro sentido, como parte integrante do acervo patrimonial de uma comunidade, de um povo, da própria humanidade. Os monumentos consubstanciam a sua identidade cultural e alimentam-lhe a auto-estima; testemunham a História, a arte,

⁹ Gustavo Giovannoni (1873-1947) foi um arquitecto, engenheiro civil e crítico de Arte italiano, dedicado ao estudo da História da Arquitectura, que leccionou na Reggia Scuola di Applicazione per Ingegneri, assumindo depois a Direcção da Scuola di Architettura di Roma, onde regeu a cadeira de Relevos e Restauro de Monumentos. Ainda no início do séc. XX, definiu um conceito novo de restauro científico, reformulando a teoria até então corrente, que fora proposta por Camillo Boito. E associa a realidade urbana à sua perspectiva de integração do testemunho histórico, na modernização da cidade. Os critérios de Giovannoni para a conservação e intervenção nos monumentos históricos viriam a ser consagrados na própria Carta de Atenas, aprovada no CIAM de 1931.

os costumes, as tradições; fundamentam a investigação e o trabalho intelectual e contribuem para a especialização profissional; e “introduzem até uma pedagogia geral do civismo” (CHOAY, 2000: 98).

Contudo, este sentimento conduz a um paradoxo – a conservação dos monumentos históricos não poderá, ela própria, ser limitativa de um pleno desenvolvimento? E esta limitação, por sua vez, não terá consequências na conservação do património?

Este ciclo vicioso que aqui se exemplifica apenas com os monumentos ditos históricos, abrange, na realidade, todas as formas do património, porque é este, enquanto legado cultural de que somos apenas fiéis depositários com o encargo de o transmitirmos mais que preservado, com valor acrescentado, que gera externalidades que a prazo condicionam a sua própria subsistência.

O culto pelo património, tão grande tem sido a sua inflação nos últimos anos, chega a raiar o fetichismo, por um lado porque alimenta o síndrome narcisista que é o culto exacerbado da nossa própria identidade e por outro, porque não somos capazes de definir limites ao acervo e de inventar alternativas para o registo dos valores que ele encerra.

Deve, por isso mesmo, proceder-se com bom senso na relação que estabelecemos com o património e, de uma forma particular, com o património edificado e com o conceito de monumento, porque uma visão fundamentalista e demasiadamente abrangente em termos de critérios de preservação irá degenerar, a curto prazo, na banalização dos objectos, no descrédito do seu real significado, na alimentação de contestações radicais e na inviabilidade da sua própria conservação.

2.2 – A percepção da imagem urbana

Gordon Cullen¹⁰ analisou os aspectos que suscitam reacções emocionais na percepção e fruição da paisagem urbana e sistematizou-os em três grupos a que chamou Óptica, Local e Conteúdo (CULLEN, 1993).

¹⁰ Thomas Gordon Cullen (1914-1994) foi um arquitecto e urbanista inglês. Publicista versado na problemática do planeamento urbano e do desenho da cidade, deixou as suas teorias expressas na obra ‘*Paisagem Urbana*’ (*The Concise Townscape*), que consagrou o autor com 15 reedições sucessivas.

Com a designação de ‘óptica’ referia-se à visão serial, que se traduz numa sucessão de revelações súbitas, criando o efeito de surpresa, que pode ser manipulado com o objectivo de despertar emoções em situações que se não fossem inesperadas, mais não revelariam que a sua própria inércia. É aquilo que o autor distingue como imagem existente e imagem emergente.

No grupo a que chamou ‘local’ enquadra os aspectos susceptíveis de nos provocar uma reacção face à nossa posição no espaço, despertando-nos sentimentos referenciados a disjunções do tipo ‘aqui’ e ‘ali’ ou ‘isto’ e ‘aquilo’.

No “conteúdo”, G. Cullen considera a percepção das características do espaço – a côr, a textura, a escala, o estilo, a natureza, a personalidade e outros aspectos que o individualizam e que são qualidades intrínsecas da diversidade da paisagem.

Já Kevin Lynch¹¹, na sua tentativa de interpretação da imagem que cada pessoa faz da cidade, sintetiza seis factores que considera determinantes – a forma, o significado social, a área, a função, a história e a designação (LYNCH, 1996).

Como factores formais aponta – as vias, como canais de mobilidade e de percepção; os limites, como contenções ou costuras de espaços; os bairros ou regiões, como espaços ou extensões bidimensionais; os cruzamentos, como pontos focais, que são, dos alinhamentos perspécticos; e ainda alguns elementos marcantes, por se tratar de referências radiais ou símbolos de direcção.

Para este autor, os ‘limites’ são a fronteira entre áreas de espécies diferentes, referências laterais que podem ter características direccionais, como uma via ou um rio ou até as suas margens e que são sempre permeáveis quando existe um efeito de visibilidade ou de continuidade. E ‘bairros ou regiões’ são continuidades temáticas, com inúmeras variantes de componentes – texturas, espaços, morfologias, detalhes, simbologias, tipologias edificadas, actividades, estados de conservação, etc. Porque considera que numa cidade interiorizada, fechada em si própria, existem homogeneidades que são

David Gosling e Norman Foster homenagearam-no dois anos após a sua morte com a publicação ‘*Gordon Cullen: Visions of Urban Design*’.

¹¹ Kevin Andrew Lynch (1918-1984) foi um urbanista americano e professor do Massachusetts Institute of Technology. Com base nas observações que fez durante vários anos nas cidades de Boston, Jersey City e Los Angeles, desenvolveu uma teoria sobre a forma como as pessoas observam, apreendem e se movimentam no espaço urbano, que apresentou na sua obra ‘*A imagem da cidade*’, concluindo que os usufruentes dela definem a imagem com recurso mental a cinco referências – vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos.

indicações básicas da sua identificação, como tipologias de fachadas, materiais de construção, vegetação, a paleta cromática, modelos arquitectónicos e ornamentais e até odores e sonoridades, características reconhecidas em conjunto e que definem a unidade temática, por mais fluida que seja a sua fronteira.

Este autor vê os ‘cruzamentos’ como pontos de transferência que potenciam concentrações comerciais ou de serviços, podendo até, numa escala superior, serem focos regionais com uma significativa área de influência. E os ‘elementos marcantes’ como originalidades, características-chave assinaláveis no contexto, repetitivas ou individuais, que definem, por exemplo, o sentido da proximidade ou a ocorrência de pontos nodais, que contribuem para o reconhecimento e a memorização da paisagem.

Para Lynch não há uma imagem, mas um conjunto de imagens sobrepostas e inter-relacionadas, sendo que cada uma delas resulta também da inter-relação de elementos. E a sua percepção só é um campo contínuo para os que estão mais familiarizados com ela, ou seja, para a própria população local que a usufrui permanentemente. É por isso que as alterações de forma ou de contexto, por pequenas que sejam, implicam muito tempo para sedimentar uma nova imagem e são, muitas vezes, difíceis de aceitar.

Aldo Rossi¹² discute a imagem urbana a partir da interacção entre duas realidades – os ‘factos urbanos’, que estão em permanente actividade e os ‘problemas históricos’ que com eles se relacionam.

Os factos urbanos mais não são que as partes da cidade e as singularidades que a constituem – o edifício, a rua, a praça, a ponte, etc. e agrupa-as em áreas-residência e em elementos primários (ROSSI, 2001).

Os factos urbanos, pela sua qualidade e originalidade, são relacionáveis como obras de arte. São produzidos pelo homem e testemunhos da sua memória. Daí, infere Rossi o seu grande postulado – o que enriquece a cidade, com os seus factos urbanos, é a sua constante transformação, ou seja, a presença de tempos diferentes no mesmo espaço

¹² Aldo Rossi (1931-1997) foi um arquitecto italiano que ficou conhecido pelo recurso a formas puras da geometria euclidiana, como os cubos e as esferas, tendo sido um dos fundadores do movimento neo-racionalista ‘*La Tendenza*’. As suas teorias sobre a Arquitectura, designadamente pelo apelo que faz ao *genius locus*, como evocação do espírito do local, que os Romanos interpretavam como uma divindade gentílica, foram consagradas na sua obra de referência ‘*A Arquitectura da Cidade*’. Pelo conjunto da sua obra, recebeu em 1990 o Prémio Pritzker da Arquitectura.

urbano demonstra uma cultura em desenvolvimento, proporcionando-se, assim, a sua fruição estética

A cidade histórica não pode, por isso, ser estática. A sua dinamização deve ser entendida como a continuidade em desenvolvimento, que congrege as imagens da cidade histórica e da cidade moderna, de tal modo que aquela não se torne obsoleta e esta não se revele anti-histórica.

Esta imagem da arquitectura da cidade com as suas permanências históricas consagrou o conceito de *genius loci* como o princípio característico da actividade urbana. A. Rossi introduziu-o nestes termos – “*a cidade é a memória colectiva dos povos; e como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o ‘locus’ da memória colectiva*”.

Em Portugal, José Lamas¹³ foi um dos investigadores que teorizou a morfologia dos espaços urbanos, procurando identificar os elementos que o constituem e a forma como entre si se articulam (LAMAS, 2010).

Para a leitura e compreensão do espaço, da sua concepção e transformações sofridas, contribui uma diversidade de aspectos que conseguiu sistematizar em quatro grupos – os ‘quantitativos’, ou seja os dimensionáveis (densidades, volumes e outras extensões euclidianas, fluxos,...); os de ‘organização funcional’, ou seja, os que têm a ver com as actividades humanas existentes (habitar, mover-se, comerciar,...) e com a afectação de áreas específicas para esses fins (tipo de usos de solo); os ‘qualitativos’, relacionados com o tratamento e o conforto dos espaços utilizados (isolamentos, protecções, estado de conservação, acessibilidade,...); e os ‘figurativos’, que se relacionam fundamentalmente com a expressão estética.

Estes aspectos podem ser avaliados em todos os contextos da cidade, porque os elementos morfológicos que os determinam estão presentes com maior ou menor relevância.

A análise espacial na morfologia urbana, seja qual for a escala da focagem, desde a dimensão sectorial ou urbana à dimensão territorial, fundamenta-se na avaliação dos elementos morfológicos e nas suas relações. J. Lamas, na sua teorização crítica do

¹³ José Manuel Ressano Garcia Lamas (1948-2003) foi um arquitecto português, doutorado em Planeamento Urbanístico e Professor Catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Para além da sua obra como projectista, merece especial referência a sua actividade como teórico do Urbanismo, consagrada na sua obra ‘*Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*’.

espaço urbano, considera os seguintes – o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado da rua, a praça, o monumento, a árvore e a vegetação e ainda o mobiliário urbano.

Gordon Cullen, Kevin Lynch, Aldo Rossi e José Lamas, entre outros autores, enunciam assim, cada um a seu modo, princípios teóricos fulcrais na definição da imagem urbana. Analisados em conjunto, como recentemente foi feito a propósito de um plano de reabilitação na Covilhã (VIRTUDES, 2005), poderão sistematizar-se nos seguintes conceitos:

Conteúdo – que resume as características físicas que individualizam o aglomerado, como a cor ou a textura, a forma ou a escala.

Visão serial – que resulta da percepção da diversidade, frequentemente surpreendente, que o transeunte tem na progressão do movimento ao longo dos arruamentos

Clareza – que valoriza individualmente os pormenores, não perdendo cada um deles a sua identidade, independentemente do contributo que dão para o conjunto do aglomerado

Tendo em conta estas noções, facilmente se entende como a forma, os contrastes, as axialidades e a movimentação são factores que contribuem para a qualificação da malha urbana. Mas também a estrutura fundiária, as tipologias e funcionalidades do edificado, os sistemas de vistas, o coberto vegetal, a memória histórica e as vivências locais, contribuem para a percepção da realidade e a fruição do espaço, podendo ser considerados outras tantas directrizes da matriz dos princípios teóricos da definição da imagem urbana.

Na análise e no processo de intervenção no espaço edificado, é fundamental a interiorização destes conceitos, porque a decisão resultará da tensão gerada entre diferentes opções mais ou menos influenciadas por eles.

2.3 – Evolução territorial e urbana

M. Rosário Guerreiro introduz no seu estudo sobre o território e a edificação (GUERREIRO, 2002: 77), um processo de análise a que chama ‘processo tipológico territorial edificativo’, baseado na relação que se estabelece, como se se tratasse de uma

lei natural, entre a edificação e a estrutura física do território, verificável a diferentes escalas e que se sucede com cronologias diferenciadas. Este método, criado por Saverio Muratori¹⁴, foi seguido por Gianfranco Caniggia¹⁵ (1933-1987), que criou a operacionalidade da sua aplicação, identificando no território características de ocupações específicas – redes viárias, tipologias de parcelamentos fundiários ou implantação do edificado – que ciclicamente se repetem e em diferentes escalas.

Com uma análise deste tipo, é teoricamente possível, num caso concreto e em presença de um determinado estágio da evolução urbana, conhecer o nível anterior e aquele que se seguirá, determinados pelo ciclo evolutivo. Pode-se, assim, entender as fases da evolução de um aglomerado e prever o seu desenvolvimento. Alfonso del Pozo¹⁶ refere-se a este sugestivo princípio, nunca totalmente explicado, mas também não contraditado, que Muratori designou como a *‘construção da cidade análoga’* – *‘La ciudad análoga se puede entender como un procedimiento compositivo que se centra en algunos hechos fundamentales de la realidad urbana y en torno a los cuáles constituye otros hechos en el marco de un sistema analógico.’* (POZO, 1997: 13). E extrapola-o para a própria estrutura natural do território, por se tratar de um objecto fractal¹⁷.

Caniggia concebeu um modelo estrutural dos ciclos territoriais, que embora adaptado à realidade italiana, considerou representativo para outros cenários. Considerou quatro ciclos, numa sequência cronológica – o da ‘implantação’, correspondente ao período da pré-história; o da ‘consolidação’, praticamente até ao final do Império Romano; o da ‘recuperação da implantação’, até ao início da Baixa Idade Média; e o da ‘recuperação da consolidação’, que se prolonga até à actualidade. E em cada ciclo, quatro fases – trajecto, assentamento, produtividade e geração de núcleos proto-urbanos e urbanos.

¹⁴ Saverio Muratori (1910-1972) foi um arquitecto italiano, considerado o pioneiro no estudo das tipomorfologias urbanas, designadamente pela criação de uma metodologia para avaliação e compreensão da Arquitectura, que inter-relaciona a tipologia edificatória, o contexto urbano e o período histórico, cujas teses frequentemente o colocaram em clara contradição com os cânones culturais vigentes.

¹⁵ Gianfranco Caniggia (1933-1987) foi um arquitecto italiano que estudou e desenvolveu a teoria das inter-relações do edifício no espaço e no tempo, estudada pelo Prof. S. Muratori, de quem foi discípulo. Sendo já professor de Composição Arquitectónica nas Faculdades de Arquitectura de Reggio Calabria, Florença, Génova e Roma, desenvolveu elaborados estudos sobre a relação dialéctica entre o projecto e o processo histórico de estruturação territorial. Os seus trabalhos estão publicados com diversos títulos, merecendo particular destaque os manuais de *‘Composizione architettonica e tipologia edilizia’* – *‘Lettura dell’edilizia di base’* (1979) e *‘Progetto nell’edilizia di base’* (1984), que têm tido larga difusão em todo o mundo.

¹⁶ Alfonso del Pozo y Barajas(*1958), arquitecto espanhol e Professor da Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha, é um nome de referência no panorama actual dos estudos sobre a Análise Urbana.

¹⁷ Objectos *fractais* são aqueles cuja estrutura apresenta características semelhantes em diferentes níveis de desagregação, ou seja, quando observados em diferentes escalas.

Fases estas que se sucedem pela complexidade das vias, a partir da matriz dos interflúvios, como explica Cataldi no seu exemplo da Calabria Setentrional (CATALDI, 1977).

Vou agora transpor esta teoria para o noroeste peninsular, designadamente para a região interamnense e com especial focagem no Vale do Lima, onde se enquadra o caso de estudo. Aqui, o acumular de vestígios das civilizações e dos tempos históricos que nos precederam torna cada vez mais complexa a dissecação das intervenções e a sua conotação com as culturas e as épocas em que floresceram.

Tem, por isso, todo o interesse conhecer bem a forma como as gerações passadas se relacionaram com o território, designadamente quando viviam em comunidades fechadas.

Esse relacionamento foi-se processando de diferentes modos e são as marcas que deixou que permitem adivinhar as épocas em que as intervenções aconteceram, as civilizações que as produziram e a forma como se sucederam.

Nos nossos aglomerados urbanos, estas marcas, que o tempo vai esbatendo, raramente recuam além da época da dominação romana, que foi o período em que assentou uma grande parte das nossas vilas e cidades. Naturalmente, nalguns casos, comprovam-se pré-existências de povoações castrejas das Idades do Bronze e do Ferro, mas são vestígios residuais que não esclarecem suficientemente as circunstâncias em que se formaram. Já da Antiguidade romana há bastantes indícios em muitas povoações portuguesas no subsolo e no substrato das próprias edificações, em alguns casos musealizadas até ou evidenciadas nas próprias construções.

Cada povoação, cada aglomerado, no nosso país como em qualquer outra parte, é um caso individual, influenciado por cada época e pelas sociedades que a viveram. Contudo, resultou de condicionalismos geográficos próprios, reagiu com alguma idiosincrasia aos estímulos das vicissitudes históricas e criou na sua própria população sentimentos de afecto, quantas vezes eivados até de autêntico chauvinismo, que lhe traçaram o perfil e a identidade.

O povoamento desta região é muito remoto, tendo sobrevivido às glaciações alpinas e deixado uma profusão de artefactos líticos que vêm do Paleolítico Superior, com cronologias que podem remontar a quinze mil anos. Mais recentes, mas copiosamente

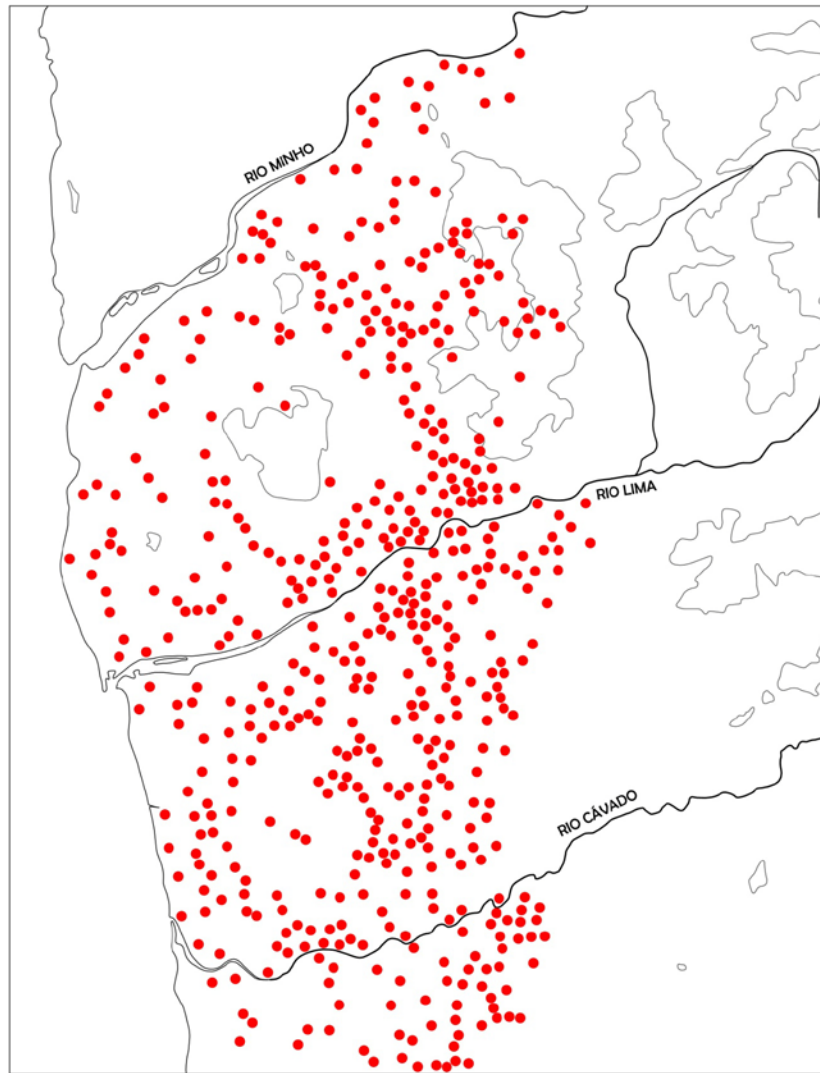
distribuídas nas suaves encostas que modelam a paisagem, as mântas, algumas ainda com partes significativas das suas estruturas megalíticas, atestam uma ocupação humana organizada e fixa há pelo menos cinco mil anos, abrangendo o Período Neolítico até à Idade do Bronze. Inicia-se aqui o primeiro ciclo do modelo territorial de Cannigia (CANIGGIA, 1981).

Mas para o comum das pessoas, o registo mais evocativo da difusa pré-história, pelo menos do seu período mais recente, que culminou com a Idade do Ferro, são os castros, que aqui se multiplicam com rara prodigalidade, ocupando praticamente todos os cabeços de colinas e outeiros. Eram estruturas urbanas com vestígios de malhas inicialmente irregulares e edifícios de planta redonda, que se foram organizando em malhas regularizadas com edifícios gradualmente reformulados para implantações quadrangulares. Bem defendidas, muitas vezes até com três ordens de muralhas e fossos, podiam incluir locais de culto colectivo, quasi sempre na área central, indiciando com isso a importância dada à centralidade como noção empírica de uma hierarquia do espaço.

Pode-se questionar, no entanto, se estas referências serão suficientes para se poder identificar estes assentos como espaços urbanos, porque sendo perceptíveis algumas noções de organização funcional, designadamente a acomodação das famílias, parece incipiente a estruturação do espaço, ainda que se admita que não houvesse actividades económicas e que as instituições político-administrativas estivessem diluídas numa oligarquia local.

Estes estabelecimentos urbanos seriam semelhantes a algumas aldeias serranas actuais, que demonstram nisso uma notável capacidade de reminiscência. De resto, o *modus vivendi* dos íncolas castrenses ainda há poucos anos se ajustava aos hábitos ancestrais das populações serranas que viviam nessas aldeias enquistadas nas agrestes serranias das cabeceiras dos vales do Minho, do Lima e do Cávado, gerindo a transumância dos seus animais entre as brandas e as inverneiras. Para uns e outros e para a maioria deles, o pastoreio era a única actividade económica, se não de gado grosso, de extensos rebanhos de cabras e ovelhas. Até a propriedade da terra era colectiva, embora sujeita a eventuais maquinações de apropriação individual.

É interessante conjecturar sobre a influência que povos originários de outras regiões do mundo antigo e que há muito tinham uma rede de interesses comerciais estabelecida nas



1 - Vestígios conhecidos de castros e de romanização nas bacias inferiores do Minho, do Lima e do Cávado, que evidenciam a densidade de ocupação na área central, sobretudo no actual concelho de Ponte de Lima, segundo o levantamento feito por C.A. Brochado de Almeida (ALMEIDA, 2003:105)

áreas costeiras da Península Ibérica, terão exercido na estrutura destes assentos. É o caso dos Fenícios e dos Gregos, que não sendo certa a sua permanência nestas latitudes, podem ao longo do tempo ter influenciado os indígenas por via reflexa, a partir de outras colónias e feitorias que estes conhecessem.

Com efeito, apesar de em Portugal não se reconhecerem os vestígios tão característicos das cidades gregas mediterrânicas, há um conjunto de aspectos típicos das nossas povoações castrejas que parece filiar-se em tipologias gregas. Assim acontece com a preferência por locais elevados para criar o sistema defensivo, adaptando a estrutura à topografia local e estruturando o povoado em dois níveis altimétricos; a influência dos materiais, cores e texturas locais, nalguns casos reforçada até por alguma idiossincrasia

da composição arquitectónica; e a circunstância do espaço resultar não de uma concepção programada, mas sim da consequência das opções da massa edificada, que valorizam sobretudo a intimidade das áreas habitacionais.

Quando os romanos chegaram a esta região pelos finais do séc. II a.C., vindos da pacificada Lusitânia, fez-se sentir a hostilidade da população local, poeticamente evocada na Lenda do Letes, o Rio do Esquecimento, citada pelos contemporâneos Estrabão, Tito Lívio e Plínio¹⁸.

Ao contrário dos gregos, que se limitaram a criar colónias e feitorias costeiras que lhes garantissem as trocas comerciais por via marítima, os romanos, que chegaram à Península atravessando os Pirenéus, fizeram uma efectiva ocupação territorial, dominando o interior à custa de uma coerente rede urbana articulada por uma eficiente rede viária. Os indígenas, encerrados em citânias e castros estrategicamente localizados nas cotas dominantes, deram luta ao invasor, que arditamente foi ocupando as veigas e as linhas de água, desarticulando a precária rede de comunicações entre os aglomerados autóctones. E a *pax romana* acabou por se impor.

O paradigma da ocupação foi uma novidade. Em vez de sítios isolados e inacessíveis, privilegiaram para o assento das novas povoações, áreas aplanadas e baixas, as margens dos rios junto a locais de fácil travessia e o cruzamento das vias que traçaram. Inicia-se, assim, o segundo ciclo do modelo territorial de Caniggia (CANIGGIA, 1981), que evolui para a consolidação da rede urbana regional.

Os princípios urbanistas romanos, também estes em total contradição com os de inspiração grega, foram a racionalidade, a regularidade geométrica, a ordem hierárquica. Adoptando uma estrutura comumente utilizada nos acampamentos militares ultramarinos, a cidade colonial romana apresenta uma composição claríssima, com uma malha ortogonal estruturada por duas vias medianas principais – o *cardus* e o *decumanus*, em cuja intersecção se localizava o *forum*, onde se referenciavam as

¹⁸ Estrabão (c. 63 a.C.- c. 24 d.C.) foi um historiador, geógrafo e filósofo grego, que nos legou uma monumental *Geographia* em 17 volumes, que abrange todo o mundo conhecido na sua época, incluindo, naturalmente, a Península Ibérica, e que conta a História e descreve as particularidades das regiões e dos seus povos. Tito Lívio (c. 59 a.C.- c. 17 d.C.) foi um historiador romano, cuja obra de referência, *Ab Urbe Condita* [Desde a fundação da cidade], narrava a História de Roma em 142 livros, dos quais apenas 35 chegaram até nós. Plínio, o Velho, de seu nome completo Caio Plínio Segundo (23-79), foi um naturalista romano que escreveu em 37 volumes uma *Naturalis Historia* [História Natural], obra de grande importância para a compreensão do mundo naquela época.

funções político-administrativas, judiciais, religiosas e até as comerciais, uma vez que era também aí que funcionava o mercado dos géneros.

Quando os novos colonizadores reestruturaram o território em *conventus*, foi naturalmente intencional a fragilização das relações de dependência da rede urbana existente, geradas por antigos conflitos ou por afinidades étnicas. E na nova base organizativa criaram *civitates* em cada um dos *conventus*, onde a população gozava de uma certa autonomia, fortificando aquelas que lhes convinham (*oppida*) para facilitar o domínio territorial.

O colectivismo foi-se diluindo, constituindo-se um vasto *ager publicus* onde se criou o estatuto da propriedade rural. E a pouco e pouco, com cada vez maior número de pessoas em situações jurídicas diferenciadas, foi-se intensificando a prática agrícola em detrimento de outras formas de exploração económica extensiva, designadamente da pecuária, já que a transumância pouco interessava aos romanos, que insistiram na criação de cidades abertas, as *urbis*, convenientemente localizadas junto às áreas de maior aptidão pedológica. A paisagem foi-se modelando com o traçado das novas vias, a construção de pontes e aquedutos, a plantação de extensas searas, vinhedos e olivais e a introdução de uma estrutura fundiária regular, a *centuria quadrata* (50 ha, ou seja quadrados com cerca de 700 metros de lado), que ainda é perceptível nalgumas zonas meridionais da Península¹⁹. E as populações indígenas foram abandonando os castros, se bem que alguns, por razões logísticas decorrentes da morfologia do território e da própria rede viária, tenham enquistado e evoluído lentamente.

Da fragmentação das *civitates*, num lento processo de formação, saíram as *villae*, complexos agrários centrados na habitação do seu *dominus* ou *proprietarius* – o *palatium*, integrado no assento de lavoura e que podia ainda incluir outros núcleos

¹⁹ Na sua obra *O Urbanismo Português...*, Manuel C. Teixeira (TEIXEIRA *et al*, 1999: 17) refere a *centuria quadrata* e reporta-se à opinião do Prof. Vasco Gil Mantas, da Universidade de Coimbra. De facto, este autor faz alusão a esta modulação em diversas obras da sua extensa bibliografia, que tem sido citada em trabalhos de outros autores. A título de exemplo refiro (MANTAS, 1987) e (MANTAS, 1990). Nesta última obra (*op. cit.*, p. 162), o autor confirma algumas fontes escritas, designadamente a *Geografia* de Ptolomeu, a respeito do limite meridional do território de Olisipo, a norte da Arrábida, perto de Palmela, onde crê subsistirem resquícios de um cadastro romano orientado a 12° W, com o módulo habitual da *centuria quadrata*. Mais adiante (*op. cit.*, p. 194), admite de novo, embora com alguma reserva, que numa área de cerca de 9.000 ha, a poente do local onde existiu a antiga cidade de Balsa, nas proximidades da actual Tavira, no Algarve, são também visíveis traços de um cadastro rural com uma orientação geral 31° W, eventualmente resultantes da *centuria quadrata*.

dispersos de habitações serviçais, constituindo a exploração um sistema de policultura que justificava, em muitos casos, a sua descontinuidade territorial.

A heterogeneidade morfológica e a multiplicidade de condições edafoclimáticas do noroeste peninsular justificaram aqui uma sistematização muito mais irregular do parcelamento que definiu as *villæ*, resultando que alguns latifúndios confinassem com pequenas e médias propriedades, algumas até de reduzidíssima dimensão.

A contiguidade das *villæ*, resultando numa estrutura territorial apoiada numa rede viária eficiente, foi determinante na romanização, unindo moralmente os trabalhadores e dando a cada unidade a coesão necessária para se converterem numa verdadeira molécula social, radicando hábitos e costumes, estabelecendo diferenças e criando determinismos que orientaram a sua própria evolução (SAMPAIO, 1903).

No início do séc.V, a Península começou a ser invadida por sucessivas hordas de bárbaros germânicos e a Galécia martirizada pelos suevos e visigodos, fixando aqueles, novas raízes nesta região. A sua governação foi uma continuação da romana, no que respeita à organização agrária com as *villæ* como base, mas, na realidade, verificou-se uma efectiva ruptura económica, social e cultural com o período anterior, com a desagregação dos circuitos comerciais, que induziram à subsistência pelo auto-consumo e, sobretudo, com o esvaziamento dos centros urbanos como entrepostos comerciais e de prestação de serviços, que ficaram abandonados pelo regresso das populações aos antigos castros, muito dos quais foram revitalizados.

É o início do terceiro ciclo do modelo territorial de Caniggia (CANIGGIA, 1981), marcado pelo retrocesso à estruturação primitiva, devido à instabilidade e à decadência das instituições que pontificaram nos fundos de vale e na orla costeira. As urbes, sujeitas a constantes incursões devastadoras, foram-se despovoando, quando as muralhas construídas à pressa à custa dos materiais recolhidos com a demolição do edificado, caíram também por terra. Apenas em alguns casos, depois da cristianização dos povos bárbaros, permaneceram nelas funções religiosas e até administrativas, o que justificou a sua posterior erecção como sedes episcopais.

O Código Visigótico não alterou os limites da propriedade nem o regime de exploração, já que a sua conservação só trazia aos invasores vantagens na eficácia da tributação. Limitaram-se tão só a impor novas designações antroponímicas que expungiam a

memória dos anteriores possuintes, respeitando contudo as delimitações e quem trabalhava as glebas. Quebravam assim a mentalidade, fortemente arreigada na *pax romana*, de que a terra era uma extensão da personalidade do seu dono. Foi assim que muitos topónimos se radicaram e ainda hoje indiciam a sua procedência onomástica – Geraz (de *Geracus*), Vitorino (de *Vulturinus*), Germil (de *Gilemirus*) ou Cendufe (de *Cendulfus*)²⁰, entre muitos outros e para referir apenas um em cada um dos actuais concelhos do Vale do Lima.

Entretanto, algumas *villae* haviam adquirido funções urbanas e a sua individualidade referenciava-se no terreno com marcas delimitativas. Mas não perderam a sua individualidade histórica, porque as alterações impostas foram apenas superficiais, mantendo-se as relações familiares e a afinidade sentimental, muitas vezes secular, o que reforçou a coesão moral da população. E foi esta a realidade consagrada na *Parochiale suevorum*, que criou as circunscrições administrativas que, grosso modo, ainda hoje prevalecem, tendo como base o complexo organismo, vivo e coerente, das *villae* romanas.

A ocupação muçulmana, iniciada em 711, não alterou substancialmente a vida das populações, reservando os invasores para si apenas o senhorio teórico das terras, cuja exploração real continuou de facto na mão dos seus antigos cultivadores. E esta realidade foi ainda mais evidente em todo o noroeste peninsular, já que a ofensiva moura se reduziu a algaras pontuais, sem uma efectiva fixação dos conquistadores.

De qualquer modo, a influência da cultura muçulmana, que não foi tão evidente como no centro e sul do país, fez-se sentir também na região norte, embora de forma induzida, reflectindo-se numa concepção do espaço urbano ajustada à clássica perspectiva grega. Os espaços fechados e sinuosos, com arruamentos estreitos e sombreados, de perfil variável e concorrentes com inúmeros becos e quelhas de acesso a núcleos isolados de casas; o carácter intimista e discreto das habitações, preferentemente volvidas a pátios interiores ou a espaços fechados, com os poucos vãos rasgados sobre o espaço público protegidos por rótulas e muxarabis; e os rocios de feira no exterior das urbes muradas, como alternativa aos espaços de mercado na malha interna. São as principais

²⁰ Há muitos antropónimos de origem germânica que são comuns a diferentes locais do norte do país. Os escolhidos para exemplo, que designam freguesias em cada um dos quatro concelhos do Vale do Lima, ocorrem cumulativamente no concelho de Ponte de Lima, na toponímia dos lugares, tendo sido, por isso, objecto de estudo por parte do filólogo A. Almeida Fernandes, na *Toponímia de Ponte de Lima*, considerada uma obra de referência da etimologia portuguesa (FERNANDES, 2001: 66,121, 240).

características urbanas herdadas dos muçulmanos, que também no norte de país deixaram registo dos três séculos em que perdurou a sua tutela efectiva.

No período da Reconquista, que se lhe seguiu de imediato com a reacção da monarquia asturo-leonesa, a presúria modificou o sistema de sucessões e alienações, que passou a fazer-se sentir sem ter em conta apenas o valor do rendimento que poderia ser distribuído, mas a subdivisão da propriedade em unidades mínimas de cultura, incluindo glebas de diferentes aptidões, ainda que descontínuas. Como organismos unitários que eram, as *villæ* não podiam ser amputadas, pelo menos a nível funcional, sem prejuízo da coerência que justificava a sua viabilidade económica. O novo sistema de partilhas, sem corresponder de forma aleatória à fragmentação real das *villæ*, permitiu o fraccionamento em unidades mínimas mas ainda coerentes, que foram o germe das actuais freguesias rurais (SAMPAIO, 1903: cap. XIII).

O direito de Padroado, ou seja, a prerrogativa da apresentação do Pároco, era exercido democraticamente pela população, não obstante, com a presúria, ter em muitos casos passado para a Coroa ou sido adquirido pelos próceres locais. O papel do Pároco foi determinante para se manter a coesão da unidade agrária que fora a antiga *villa* romana que, apesar das vicissitudes dos tempos, ainda constituía o liame dos pequenos núcleos populacionais, não os deixando desunir. A maioria das *villæ* gerou as novas freguesias e as mais pequenas ou as subunidades fraccionadas – designadas “casais” quando mantinham o antigo equilíbrio funcional, ou “quintãs” se correspondiam tão-só à residência dos pequenos proprietários que não trabalhavam directamente a terra – estão na origem de muitos lugares que se foram consolidando. E o povoamento iniciou uma tendência dispersiva que persistiu no tempo.

A propriedade que se tornara reguenga pela presúria e correspondia a algumas *villæ* ou à parte delas reservada ao *dominus*, foi sendo doada, gerando “honras” e “coutos”, em muitos casos abusivamente assumidos, como as Inquirições régias vieram mais tarde a demonstrar.

A reconquista ao Islão a partir do séc. XI exigiu um esforço notável de repovoamento do território já politicamente estabilizado, que recebeu novos estímulos com a concessão de privilégios e regalias consagradas em cartas de “foral” que confirmaram antigos direitos e concederam outros.

Foi assim que alguns aglomerados radicados nas antigas *villæ* evoluíram até se assumirem como importantes povoações com prerrogativas municipais.

Quando no séc. XII afirmávamos a nossa nacionalidade para justificar o direito à soberania, Portugal, no que se refere à organização territorial e à imagem dos seus aglomerados populacionais, em todos os níveis da rede urbana, em nada se distinguia das regiões envolventes, com as quais mantinha evidentes relações de afinidade cultural.

No período que vai do séc. XI ao XIV, verifica-se aqui, como em toda a Europa uma renovação da vida urbana, com a fundação de novos burgos que retomam a tradição do traçado regular da Antiguidade clássica, que foi aplicado não apenas a novos assentos, como às expansões dos existentes e até à reconversão de alguns dos que haviam desenvolvido malhas orgânicas de influência islâmica. Começa a desenhar-se o quarto ciclo do modelo territorial de Caniggia (CANIGGIA, 1981).

A maior aglomeração era, muito provavelmente, a da cidade de Braga, o *oppidum* romano que chegara a ser a capital do antigo reino suevo e era há muito a sede de uma extensa diocese que disputava as proeminências com a de Santiago de Compostela. Mas esta cidade, que os Visigodos no séc. V e os Mouros no VIII massacraram, não era então mais que um amontoado de ruínas, que muito lentamente se recuperava, conservando a memória da malha geométrica herdada dos romanos. E todas as outras urbes não passavam de aglomerações com características urbanas incipientes, pequenas póvoas constituídas nas imediações das fortalezas e dos conventos mais ricos ou em locais estratégicos onde pudesse funcionar um mercado autónomo.

No governo do Conde D. Henrique, o Condado Portucalense viu criados apenas dois burgos – o de Guimarães e o de Constantim e confirmados dois centros de jurisdição eclesiástica – Braga e Porto. São, por isso, Guimarães e Constantim, os primeiros burgos conhecidos com foral atribuído no Entre Douro-e-Minho, ambos com data de 1096. Braga era há muito uma cidade e o Porto recebeu o foral do seu Bispo, D. Hugo, em 1123, decalcado do que fora dado a Sahagún em 1084. Logo se segue Ponte de Lima, em 1125, de iniciativa da Rainha D. Teresa. E durante o séc. XII, tanto quanto se saiba, apenas a Barcelos (1156), Melgaço (1183) e Castro Laboreiro (1187), terão sido outorgadas cartas de foro, muito embora outros burgos da região das Beiras tivessem sido já contemplados em datas anteriores (REIS, 1991).

Infelizmente, se estes documentos traduzem a autonomia municipal e, por conseguinte, o reconhecimento de órgãos da administração judicial e civil próprios, pouco ou nada nos dizem relativamente à organização interna do município e muito menos em relação à sua população e estrutura edificada.

Não conhecemos ao certo as motivações e os objectivos subjacentes à criação destas póvoas e à renovação dos burgos existentes. Não sabemos, por isso, que aglomerados resultaram de uma programação prévia ou de meras tentativas de regularização de estruturas urbanas anárquicas mal consolidadas como seriam, muito provavelmente, as póvoas que cresceram por acaso e ao acaso, como ainda hoje acontece um pouco nos bairros de lata suburbanos, de que as favelas brasileiras são, a uma outra escala, um exemplo actual.

A influência islâmica teve tempo para se fazer sentir na região alto-minhota que me tem servido de referência, pelo contributo da cultura moçárabe, mas não foi significativa na reestruturação urbana, o que significa a ausência de malhas de traçado orgânico nos actuais cascos históricos das suas vilas e cidades (MATTOSO, 1985: I-311).

Por outro lado, a outorga a novos burgos de foral onde se definiam os privilégios, os direitos e as obrigações dos seus moradores, como atrás referi, ou a criação de coutos de homiziados, que eram colónias urbanas de povoamento criadas por iniciativa régia com a contrapartida de aí se fixarem, como foi o caso de Vila Nova de Cerveira, pressupõe a elaboração de programas bem delineados, uma vez que incluíam a distribuição de terrenos para construção e, conseqüentemente, a definição de uma malha urbana estruturada que assegurava uma maior rapidez e eficácia na consecução dos objectivos. É isto, aliás, que se reconhece em todas as povoações que neste período se formaram à custa da outorga de forais e que mantêm ainda núcleos urbanos que conservam a estrutura primitiva.

Esta programação de burgos, no nosso caso de reduzida dimensão, implicava, geralmente, a construção de uma cintura de muralhas flanqueada por torreões de reforço, total ou parcialmente preenchida por uma malha arruada ortogonalmente em função de um ou dois eixos concorrentes (*cardus* e *decumanus*), à boa maneira dos acampamentos romanos.

De pequena dimensão, albergavam inicialmente algumas dezenas de famílias a quem fora concedido um reduzido lote para construção da sua habitação, sendo elas obrigadas apenas a levá-la a efeito num prazo definido, para gozarem dos privilégios e isenções consignadas na carta de foral e na justiça d'el-Rei.

No final do séc. XV, início do XVI, gerou-se um movimento de renovação do edificado, quer nos contextos urbanos, quer nas singularidades arquitectónicas, inspirado na corrente humanista que soprava da Europa e na abertura às novas culturas que fomos conhecendo por esse mundo fora.

Por opção própria ou por imposição regulamentar ou discricionária, muitos cidadãos começaram nesta época a reformular a composição e a estrutura das suas casas, removendo os frontais de madeira com ressalto de pisos e os elegimentos de tabiques, para os substituir por panos de alvenaria de pedra, raramente de tijolo e as coberturas de palha colmaça por telhados. As Câmaras, por questões de segurança, de conforto e de salubridade públicas, preocupações que calavam fundo na população urbana, que assumia uma postura cada vez mais interventiva, começava a impor a regularização dos espaços públicos, com a remoção do avanço de corpos edificados, a correcção de alinhamentos, a contenção de cérceas, a demolição de passadiços e o alargamento de vias.

Algumas destas medidas sobre a ocupação e o uso do território, vinham de trás e estavam já previstas em documentação avulsa que fora condensada nas Ordenações Afonsinas. Mas foram as Ordenações Manuelinas, promulgadas em 1521, que constituíram o primeiro corpo legislativo regulador de questões de interesse público relacionadas com o abastecimento, a saúde, a segurança, a construção e o território em geral.

D. Manuel I teve mesmo preocupações sérias com a necessidade de reforma das principais cidades e vilas do Reino, a que respondeu de forma magnânima, investindo nelas uma grande parte da imensa riqueza trazida das costas de África e da Ásia. E por todo o país, aquém e além-mar, construiu e reforçou fortalezas para adaptação ao exercício da artilharia, consolidou a rede urbana, lançou e reformou novas pontes e estradas, modernizou a malha de muitas cidades e vilas com a abertura de Praças Novas e de Ruas Novas, sediou novas instituições quase sempre em edifícios monumentais, beneficiou infraestruturas portuárias, financiou a reforma de muitas igrejas e conventos,

criou outros equipamentos públicos e sancionou inúmeras iniciativas públicas e privadas de modernização do espaço urbano.

É ainda no séc. XVI que se levam a efeito as primeiras expansões urbanas programadas, algumas por colmatção ou renovação do tecido existente, mas a maior parte por crescimento das urbes para fora dos seus muros de contenção, criando arrabaldes e bairros periféricos modernos, como foi o caso do Bairro Alto de Lisboa. No norte, foi comum a reserva de grandes espaços exteriores ao circuito das muralhas e na contiguidade de uma das suas portas mais utilizadas, com a localização de importantes edifícios religiosos, administrativos ou simplesmente de casas de habitação de excepcional qualidade arquitectónica. Popularmente designados por ‘rossios’ ou ‘terreiros’, muitos entraram na toponímia com a designação de ‘campos’, antes que as reformas urbanas contemporâneas os consagassem com a designação de ‘largos’ e até de ‘praças’. Foi o caso, por exemplo, do Campo do Forno, em Viana, do Campo da Vinha, em Braga ou do Campo do Toural, em Guimarães. Nas vilas de menor dimensão, os arrabaldes, que tendencialmente acompanhavam as estradas de acesso às principais entradas da urbe, criaram também espaços alargados na imediação das portas, embora não tanto nem tão regulares como as praças exteriores daquelas cidades.

O contributo mais significativo que esta época do Renascimento e do início da Idade Moderna deu para a modernização do espaço urbano foi, sem dúvida, a introdução da praça, quer na malha regular das cidades novas, quer na malha orgânica das cidades medievais, onde o espaço necessário para a criar foi conseguido à custa de expropriações forçadas com a violenta demolição de tudo o que embaraçava aquele objectivo.

É curioso verificar que no tecido urbano medieval, nem as igrejas usufruíam de espaço envolvente mais do que qualquer outro edifício, para além do campo-santo (cemitério), ficando inseridas no edificado ou preenchendo por completo um quarteirão da malha, mas com estreitos arruamentos periféricos que dificultavam a distinção do templo no contexto do edificado. Nem mesmo a Igreja Matriz ou a Sé Catedral dispunham do desimpedimento que hoje, por recentes e insensatas intervenções, se verificam.

Às praças medievais, que também as havia, embora fossem de pouca tradição entre nós, os arruamentos afluíam tangencialmente, nos cantos. A inovação das modernas praças recriadas a partir do séc. XVI, para além da regularidade geométrica e compositiva,

estava precisamente nessa articulação viária, que passou a fazer-se por entroncamento directo nos lados, geralmente a meio do seu desenvolvimento, valorizando a perspectiva com a interposição de monumentos ou de edifícios de referência.

Para além das praças, dois outros contributos se devem também à inspiração renascentista – a rectilinearidade dos novos arruamentos e a ortogonalidade das malhas urbanas, jogando sempre com os conceitos da simetria e da perspectiva. Ao nível do quarteirão, também a segmentação dos lotes lhes retirou uma das frentes, ficando estes acoplados pelas traseiras. Do que resultou uma multiplicação da capacidade edificatória, por redução substancial das áreas das parcelas. Nalguns casos, contudo, o resultado não redundou num aumento do número de lotes, nem na redução da sua área, sobretudo quando estes já por si eram diminutos, mas resultaram da mesma forma lotes com uma única frente, por supressão dos arruamentos secundários que serviam os tardozeiros, que foram sendo abusivamente integrados no espaço privado.

A distribuição funcional das actividades por sectores determinados da urbe, agrupando os ofícios e sobretudo as actividades com maior impacte na população residente, que já era uma característica da Idade Média, manteve-se, mas foi-se ajustando lentamente a outras realidades mais consentâneas com os interesses da burguesia local.

Quanto às cinturas defensivas das muralhas, ainda era cedo para ser posta em causa a sua utilidade, muito embora estas estruturas fossem já obsoletas nos ataques de artilharia pesada. Mas é nesta época que se começa a verificar o arrimo de novos edifícios nos panos internos das muralhas, interrompendo os caminhos de ronda e até nos externos, ficando, em muitos casos, extensos troços da muralha completamente inseridos em novos quarteirões. Curiosamente, em muitas vilas e cidades são precisamente estes, os únicos e derradeiros vestígios que remanescem das velhas fortalezas medievais, cujas torres, portas e panos livres não resistiram à senda demolidora que durou até quase aos nossos dias. É exemplo disso a cortina setentrional da antiga muralha de Viana do Castelo, que hoje apenas se vislumbra das coberturas dos edifícios que a envolvem.

Ao longo do séc. XVII foi determinante na reformulação do urbanismo português a participação dos engenheiros militares enviados para as Capitánias e para o Governo das Armas das Províncias para proverem o reforço das fortificações existentes, absolutamente necessárias ao esforço de guerra que mantínhamos com Espanha. Alguns

tinham até larga experiência com a consolidação de posições estratégicas do nosso imenso Império ultramarino, que exigia a construção de cidades fortificadas, experiência depois aproveitada nas reformulações urbanas levadas a cabo no próprio Reino.

Militares como Miguel de l'Escol²¹ ou Manuel Pinto de Vilalobos²², que tinham tarimbado na Aula do Risco e depois na Aula da Fortificação e absorvido os conceitos dos grandes mestres da tratadística renascentista, como Alberti²³ (*De re ædificatoria*, esc. em 1452 e pub. em 1485), Giorgio Martini²⁴ (*Trattato di architettura, ingegneria e arte militare*, esc. em 1480/1482 e não pub.), Serlio²⁵ (*Regole generali d'architettura ...*, esc. c.1527 e pub. em 1537) e Palladio²⁶ (*I Quattro Libri dell'Architettura*, pub. em

²¹ Miguel de l'Escol ou Michel de l'École (....-1688) foi um militar francês que veio muito novo para Portugal, no início da Guerra da Restauração. Fez exame para engenheiro em 1642 e iniciou a sua actividade no ano seguinte, como engenheiro militar no Partido da Beira, seguindo depois para o Algarve. Estabeleceu-se mais tarde no norte do país, ao serviço do Governo das Armas da Província do Minho, onde atingiu a patente de Mestre de Campo General. Desenhou e construiu muitas obras militares, civis e religiosas, de que são exemplo o castelo do Queijo, no Porto e a Igreja de S. Víctor, em Braga. A sua obra fez escola que teve ilustres continuadores nos séculos XVII e XVIII, como foi o caso de Manuel Pinto de Vilalobos.

²² Manuel Pinto de Vilalobos (16..-1734) foi um engenheiro e arquitecto militar, que alcançou o posto de Sargento-mor de Engenharia e que exerceu larga actividade na Província do Minho, quer ao serviço do Governo das Armas, quer no projecto de obras particulares de carácter civil e religioso. Foi discípulo e colaborador de Miguel de l'Escol e para além da sua obra como projectista, deixou diversos trabalhos sobre Ciência e Técnica Militares, que não chegaram a ser publicados.

²³ Leon Battista Alberti (1404-1472) foi um arquitecto italiano, que personifica o ideal renascentista do *uomo universale*, com múltipla actividade como escritor, matemático, físico, pintor, escultor, músico e filósofo da arquitectura e do urbanismo, tendo, inclusivamente, estudado Direito. Na sua notável obra *De re ædificatoria libri decem*, considerado o primeiro tratado moderno de Arquitectura, tomou como referência a Arte na Antiguidade Clássica, com uma grande preocupação pela harmonia e proporção das partes na concepção do edifício como um todo. Traduz bem esta preocupação a frase que se lhe atribui – ‘Uma obra está completa quando nada lhe pode ser acrescentado, retirado ou alterado, a não ser para pior’. Foi neste tratado que se estabeleceram as bases de uma teoria geral para a construção e para a cidade, onde se funda o movimento arquitectónico europeu. Sobre a sua obra cf. TAVARES, 2002).

²⁴ Francesco di Giorgio Martini (1439-1502) foi também um dos Renascentistas italianos de referência, com diversificada actividade, não apenas como arquitecto, mas também como engenheiro militar, pintor e escultor da escola de Siena. É considerado um precursor na concepção de escadarias com lances arrojados, que só no séc. XVI se generalizariam. Deixou escrita a obra *Trattato di architettura, ingegneria e arte militare*, que não chegou a ser publicada, mas que correu em cópias manuscritas por toda a Europa.

²⁵ Sebastiano Serlio (1475-1554) foi um arquitecto e tratadista italiano, que contribuiu significativamente para a corrente maneirista, designadamente com a adopção das ordens clássicas da Arquitectura na sua obra *I sette libri dell'architettura*, também conhecida por *Tutte l'opere d'architettura et prospetiva*. Foi um dos artistas que trabalharam para Francisco I de França no Castelo de Fontainebleau.

²⁶ Andrea di Pietro della Gondola, vulgarmente conhecido por Palladio (1508-1580) é um destacado humanista italiano e um dos maiores expoentes da História da Arquitectura europeia. Toda a sua obra, na sua maior parte na região do Veneto, revela um profundo conhecimento dos cânones clássicos e uma imensa sabedoria na sua adaptação às questões de carácter social e às exigências práticas da habitabilidade, designadamente da funcionalidade, do conforto, da estabilidade e da beleza. É bem significativa a frase que se lhe atribui – ‘Não é vedado ao arquitecto que algumas vezes se afaste do que é habitual, pois tais variações são graciosas e fundamentam-se na natureza’. Em 1570 publicou *I Quattro*

1570), que corriam impressos ou em cópias manuscritas, foram colocados ao serviço do Governo das Armas da Província do Minho, sediado em Viana [do Castelo], onde foi criado um partido da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar, que tinha sido fundada na Ribeira das Naus em 1647. A sua participação não se resumiu à reforma do sistema defensivo da fronteira galega. Foram chamados a projectar equipamentos e reestruturações urbanas em diversas localidades da Província e, particularmente, projectaram também arquitectura para entidades privadas, designadamente, algumas casas senhoriais (SOROMENHO, 1991: 180-200) e portões de aparato (PAIVA, 2011: 47-55), em que deixaram uma marca muito peculiar, que fez escola, constituindo-se como referências importantes da História da Arte em Portugal.

Na concepção moderna da guerra, com a artilharia a desempenhar um papel decisivo, a teoria da fortificação, agora aplicada às vilas e cidades onde se concentrava a população, estava intimamente associada à noção de aglomerado urbano – a fortificação tem população residente e permanente e a cidade ou vila é fortificada para defesa da sua população. Não admira, por isso, que as questões do urbanismo passassem a suscitar o interesse dos estrategas da engenharia militar, que defendiam perímetros poligonais abaluartados, a centralidade com traçados radiais, a isomorfia da malha, quadrícula regular e arruamentos rectilíneos bem dimensionados.

Feitas as pazes com a Espanha e com as potências europeias que nos disputavam o Brasil, de onde começava a afluir o ouro em quantidade inesgotável, o país virou-se para si próprio e iniciou o período de maior concretização em toda a sua História. Na imensa panóplia de realizações, o Urbanismo e a Arquitectura tiveram, naturalmente, um lugar de destaque, com a oportunidade de se concretizarem aspirações antigas e de se ensaiarem novos modelos. Para isso terão contribuído também alguns Teóricos nacionais que viram publicadas as suas concepções, como Luís Serrão Pimentel²⁷, que em 1680 editou o *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificaçoens...*, onde expõe o seu conceito de regularização da prática urbanística, durante muito tempo uma referência importante desta actividade, pelo menos no que dizia respeito à reformulação das praças de guerra.

Libri dell'Architettura, justamente considerado um dos mais influentes tratados de Arquitectura de todos os tempos.

²⁷ Luís Serrão Pimentel (1613-1679) foi um militar português que alcançou o posto de Tenente-General de Artilharia, tendo servido os cargos de Cosmógrafo-mor e de Engenheiro-mor do Reino. Fundou a Aula de Fortificação, onde leccionou e em 1680 publicou a obra *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças Regulares e Irregulares...*

Nesta obra, o autor define os pressupostos que considera necessários para a concepção de uma cidade ideal, na perspectiva de um espaço urbano digno e simultaneamente uma fortaleza inexpugnável – localização e acessibilidade, periferia poligonal murada, praça principal centrada, arruamentos principais radiais apontados aos baluartes, arruamentos secundários desprovidos de interesse militar, praças menores nos cruzamentos viários para uso civil, etc. Por outro lado, à importância da hierarquia viária associa também a orientação e a funcionalidade, justificando assim alguma preocupação com a localização preferencial dos edifícios públicos e de interesse colectivo e até com o dimensionamento aconselhável das casas de habitação (plantas de 60x24, 70x36 ou 80x40 pés, aproximadamente 20x8, 23x12 e 26x13 metros) e ainda a eficiência das infraestruturas de abastecimento (água) e de drenagem (esgotos). Mas a arquitectura e a ornamentação também não são descuradas, já que a sua abordagem tem efeito directo na apreensão da imagem e reflexo na funcionalidade do conjunto.

Alguns anos mais tarde, uma outra obra portuguesa de grande impacto foi a do Engenheiro-mor do Reino Manuel de Azevedo Fortes²⁸, “*O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados...*”, que viu a luz em 1728 e que explica os métodos modernos de consagrados autores como Antoine de Ville, Pagan e Vauban²⁹, onde a côr e o coberto vegetal merecem, pela primeira vez, um tratamento especial, pelo menos em termos de representação gráfica.

No séc. XVIII, foram-se generalizando em Portugal alguns princípios urbanísticos que tinham sido postos em prática com comprovado êxito ao longo da centúria anterior, designadamente nas cidades do ultramar, que se podem considerar sintetizados nas três grandes iniciativas que o poder central levou a efeito nesse período – a reconstrução

²⁸ Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) foi um engenheiro militar português que deu aulas na Academia Militar de Fortificação e que serviu o cargo de Engenheiro-mor do Reino, onde introduziu as convenções europeias do desenho técnico e a respectiva padronização dos códigos, que explicita no tomo I da sua obra *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados...*, publicada em 1728.

²⁹ Antoine de Ville [ou Deville] (1596-1657) foi um engenheiro militar francês que participou activamente nas campanhas militares que decorreram na Europa no segundo quartel do séc. XVII, onde adquiriu vastos conhecimentos que lhe permitiram escrever e publicar em 1640 a obra *Les Fortifications du Chevalier Antoine de Ville ...* Blaise François Pagan, Conde de Merveilles (1604-1665) foi outro engenheiro militar francês, que chegou ao posto de Marechal-de-Campo dos exércitos de Luís XIII e de Luís XIV e criou um modelo de fortificação constituído por um complexo sistema de defesa com corpos avançados de transição para o tipo abaluartado; como o precedente, também em 1640 publicou uma obra com um título semelhante, *Les Fortifications du comte de Pagan*. Sébastien Le Prestre (1633-1707), engenheiro militar de fortificações que viria a ser Marquês de Vauban e Marechal de França, é considerado o expoente máximo da poliorcética, por ter criado, com as suas fortificações abaluartadas, uma cintura de aço na França de Luís XIV. Criador do sistema de fortificação estrelada com cortinas de baluartes e trincheiras, que ficou conhecido pelo seu nome (sistema Vauban), foi o responsável pela profunda alteração que o uso da artilharia passou a ter em toda a Europa.

pombalina de Lisboa após o terramoto de 1755, a reforma dos Almada para a expansão da cidade do Porto, que decorreu ao longo de toda a segunda metade do século e a fundação *ex novo* de Vila Real de Santo António, iniciada em 1774.

Em todas elas – o reforço da escala urbana; a rígida geometria da malha, tendencialmente ortogonal; a expressão das praças públicas como elementos estruturantes do plano; a clara hierarquia da rede viária, associada à composição do edificado; a arquitectura das fachadas projectadas de acordo com um programa definido; a regularidade dos alinhamentos e das cérceas, quebradas apenas por singularidades monumentais; ou o próprio arranjo do espaço público – eram preocupações dominantes, que tinham em vista a afirmação da imagem da cidade, de acordo com os princípios iluministas que marcaram o final do *Ancien Régime* e abriram a porta à Idade Contemporânea.

Mas para que estas reformas fossem exequíveis, pela primeira vez se começou a sujeitar o interesse privado ao interesse público, muitas vezes até violentamente imposto, traduzindo já a preocupação da prevalência dos valores sociais. Só assim foi possível à Coroa, elaborar e impor planos de urbanização eruditos e abrangentes que modificaram radicalmente situações tradicionalmente firmadas em interesses individuais, mas que eram incompatíveis com as aspirações colectivas e o bem geral.

Estes novos planos, inspirados por princípios abstraccionistas e racionalistas, por radicais que fossem quanto aos procedimentos executivos, integravam facilmente espaços e edifícios pré-existentes com simbologia própria, mas sempre numa lógica pragmática, económica e socialmente justificada. É exemplo disso a conservação do Rossio na malha pombalina de Lisboa.

Tomando como exemplos as sobreditas iniciativas urbanísticas do poder central realizadas no séc. XVIII e acrescentando ainda mais alguns empreendimentos de menor dimensão, que pela mesma época se foram realizando no Brasil, podemos ter uma ideia das dimensões correntes no planeamento urbano que serviam de referência na construção e renovação das cidades.

Comparemos então o dimensionamento imposto nos seguintes planos: no Brasil – o da vila de Nossa Senhora da Conceição de Ourém, no Grão Pará, de 1745; o da vila de S. José de Macapá, na foz do Amazonas, de 1761 e muito próximo, também no Grão Pará,

o de Vila Nova de Mazagão, de 1770; e ainda o de Santa Maria do Paraguai, no Mato Grosso, de 1778. No Reino – o de Eugénio dos Santos, para a reconstrução da parte de Lisboa destruída no terramoto de 1755; os dos Almadás, para a renovação e expansão da cidade do Porto, que se arrastaram ao longo de meio século, a partir de 1757; e o da construção, de raiz, de Vila Real de Santo António, no Algarve, que se concretizou apenas em dois anos, de 1774 a 1776.

Podemos sintetizar os indicadores no Quadro seguinte³⁰:

Quadro 1
CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES PORTUGUESAS BARROCAS

medidas em palmos (1 p. = 0,22 m)	LISBOA	PORTO	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	VILA DE OURÉM (BRASIL)	VILA DE MACAPÁ (BRASIL)	VILA NOVA DE MAZAGÃO (BRASIL)	VILA MARIA DO PARAGUAI (BRASIL)
QUARTEIRÕES	114 x 323 150 x 268 195 x 268	geometria variável	100 x 240 240 x 250		600 x variável variável x 300	560 x 560	
LOTES	maioritariamente 80 x 56	25 ou 30 x grande profundidade	100 x 120 100 x 125	50 de frente	100 x 300	70 x 280	
PRAÇAS	<u>Praça do Comércio</u> 800 x 875 <u>Rosário</u> 450 x 925	<u>Praça Nova</u> (trapezoidal) 340 x ±490	1 (central) 320 x 330 2 (secundárias) 100 x 100	300 x 600	2 iguais com 840 x 730	640 x 640	
ARRUAMENTOS	principais (3) – 50 intermédios – 40 menores – 30		40		32	70	ruas – 60 travessas – 30
CÉRCEAS	máx. 5 pisos (inc. águas furtadas)						14 ao beirado 24 ao cume

Autor – João Gomes de Abreu de Lima

e comparar a informação recolhida:

→ A malha urbana, na construção e renovação de cidades e vilas, quer em Portugal, quer no Brasil (e noutras partes do Ultramar também), foi sempre regular e tendencialmente ortogonal, mas a adaptação à topografia ou a integração de pré-existências criou redes viárias mais complexas e, conseqüentemente, quarteirões de geometrias variadas, como aconteceu com a gestão urbanística dos Almadás na cidade do Porto durante a segunda metade do séc. XVIII. No Brasil, a incipiência das funções urbanas dos aglomerados então criados e a sua estreita relação com as

³⁰ Construí este quadro tomando como base as informações contidas na obra *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil* (TEIXEIRA et al, 1999), nalguns casos com confirmação das dimensões em plantas da época e em cartografia recente.

actividades rurais, justificou um parcelamento fundiário muito mais generoso, de que resultaram, naturalmente, quarteirões de área muito maior, nalguns casos doze vezes maior que a dos existentes no Reino.

→ A natureza das funções urbanas e a estrutura, geometria e dimensão dos quarteirões determinam o seu fraccionamento e por isso os lotes se apresentam com dimensões tão variadas. Era ainda corrente em todo o país a frente edificável de 5 varas (= 2,5 braças = 25 palmos = 5,5 metros) em habitações unifamiliares, bitola que foi utilizada na planificação do crescimento da cidade do Porto, onde se pretendia criar logradouros que permitissem uma prática agrícola de subsistência. Daí a frente mínima para uma profundidade algumas vezes desmedida e tanto assim que, alguns anos mais tarde, já no séc. XIX, haveriam de gerar as conhecidas ‘ilhas’ onde se concentrou muita população de magros recursos. Em Lisboa, a baixa pombalina foi programada para edifícios de habitação multifamiliar com ocupação multifuncional de forte incidência urbana, justificando, por isso, lotes com muito maior frente, quase integralmente edificadas. Na nova Vila Real de Santo António, razões políticas justificadas pelas relações com a Espanha e o prestígio da Companhia Geral de Pescarias Reais do Reino do Algarve, influenciaram uma solução moderna, racionalista e de forte expressão estética e por isso mesmo um exemplo consagrado do espírito das luzes que caracterizou essa época. Aqui, os quarteirões eram bem dimensionados e formavam apenas dois lotes, cujas dimensões excediam largamente as necessidades da maioria dos seus moradores. No Brasil, a escala teve influência na dimensão dos lotes, cuja frente tinha pelo menos o dobro da medida-padrão, como acontecia em Ourém do Pará ou o quádruplo, no caso de Macapá, permitindo, assim, alguma actividade agrícola ou pecuária naqueles tempos pioneiros da colonização, como era o caso das cidades programadas de acordo com as Leis das Índias Espanholas, cujos lotes eram dimensionados para albergar, além dos residentes, 10 vacas, 4 bois, 1 égua, 5 porcos, 20 carneiros e 6 galinhas.

→ Desde o Renascimento que as praças eram elementos estruturantes da malha urbana, mas no apogeu do Despotismo Iluminado assumiram mesmo papel fulcral na sua programação. Quasi sempre em posição central ou de primeira evidência, como é o caso da Praça do Comércio de Lisboa ou da Praça da Ribeira do Porto, foram-se multiplicando, constituindo espaços urbanos de referência, obtidos por supressão do edificado em uma ou mais células da sua malha. Assim acontece em Vila Real de Santo António, como nas vilas do Brasil tomadas para exemplo, onde chegaram a

adquirir uma escala inesperada para a dimensão da urbe programada, como acontecia com a Praça do Pelourinho em Vila Nova de Mazagão, cujas dimensões não eram muito inferiores às da Praça do Comércio de Lisboa.

- Os arruamentos existentes foram-se rectificando para poderem ajustar-se aos novos desenhos urbanos ou programados com perfis transversais muito mais largos do que era habitual até então. Se a Lisboa de Eugénio dos Santos hierarquizou rigidamente as novas vias e lhes atribuiu larguras de 50, 40 e 30 palmos (11; 8,8; e 6,6 metros), a maioria dos outros planos da época não diferencia os arruamentos pela sua dimensão, mas previa larguras generosas, sobretudo no Brasil, onde chegaram a atingir os 70 palmos (15,4 m).
- No que respeita ao edificado, a maioria dos planos era abstracta, ou seja, definia apenas os alinhamentos e limitava ou impunha a cêrcea. Nem todos iam mais longe que isto, mas alguns eram fortemente reguladores e definiam, inclusivamente, a composição arquitectónica das fachadas, como sucedeu no plano da reconstrução de Lisboa e em muitos planos parcelares da Junta das Obras Públicas da cidade do Porto, no tempo dos governadores Almada. No caso de Lisboa, as fachadas e a própria estrutura ‘gaioleira’ foram definidas com cinco pisos, incluindo as águas furtadas, estando previstas três tipologias de fachada adequadas à importância dos arruamentos. As ruas principais teriam vãos de sacada no primeiro andar e janelas de peitoril nos restantes e as secundárias, apenas janelas de peitoril. Já numa perspectiva muito mais impositiva, o plano da Vila Maria do Paraguai, no Brasil, apenas exigia que as fachadas, naturalmente de alvenaria, não ultrapassassem 14 palmos até ao beirado ou 24 até à cumeeira, para não prejudicarem os arruamentos confinantes.

Com o início do séc. XIX, entrou-se num longo período de desestabilização política e social do país, acompanhado por uma grande recessão económica. As três invasões francesas, a ausência da Corte no Brasil e posteriormente a sua independência, a tutela britânica e, sobretudo, a violenta guerra civil e a guerrilha política que se lhe seguiu, trouxeram ao país meio século de atraso em relação à Europa central, que só a partir da Regeneração foi possível recuperar.

Estas circunstâncias foram um entrave ao desenvolvimento económico do país, mas abriram a porta ao espírito liberal que vingara na Revolução Francesa e que tinha em Portugal um número crescente de cultores, em todos os estratos da sua complexa sociedade.

Cortadas as amarras ao passado, abriam-se novas perspectivas de desenvolvimento a um país anquilosado e sedento de mudança. A vontade política foi necessária para o efeito, mas excedeu-se os limites da sensatez. O compromisso social envolveu todos os cidadãos, mas deixou de fora a mão-de-obra iletrada. E a capacidade financeira foi insuficiente, recorrendo-se à demagogia como solução de recurso – pouco ou nada se acrescentou de novo, mas acabava-se com o que era velho.

Foi isto que sucedeu na maior parte das vilas e cidades portuguesas na primeira metade do séc. XIX. Destruiu-se o que pudesse ser conotado com o passado, a pretexto de constituírem empecilhos à consecução de iniciativas modernas, mas essas iniciativas só muito raramente tiveram lugar. Foi assim que se demoliram as torres e muralhas que cingiam as urbes, que se apearam os pelourinhos e que se extinguíram os conventos. Mas nem por isso se criaram melhores cidades, nem se apurou a justiça, nem outras instituições compensaram a acção social das Ordens religiosas.

Vejamos, muito sucintamente, o que em geral se passou nas cidades e vilas deste país. A demolição das estruturas defensivas medievais e a rectificação das malhas urbanas, que se tinham iniciado ainda no séc. XVIII, continuaram em marcha acelerada, justificadas pela necessidade de expansão urbana, pela utilidade dos materiais recuperados, por questões de higiene e de salubridade e até por pruridos políticos e por interesses pessoais. Mas faltaram os meios para dar sequência às intervenções – programar as expansões, reutilizar os materiais em iniciativas de interesse público, melhorar a qualidade do espaço urbano, valorizar a imagem dos aglomerados e devolvê-los à sua própria população. Estes objectivos chegariam, mas muitos anos mais tarde, já com o Plano de Melhoramentos de Fontes Pereira de Melo, a partir de meados do séc. XIX e sobretudo ao longo do séc. XX.

Com este apontamento sobre a evolução do urbanismo em Portugal e das suas implicações territoriais, estou agora em condições de inferir algumas conclusões interessantes, que são uma síntese aplicável à maioria das vilas e cidades antigas do nosso país.

Em primeiro lugar, o reconhecimento de uma experiência urbana muito antiga, que embora incipiente no longo período da evolução castreja, não foi de todo despicienda, porque absorveu alguma influência mediterrânica, designadamente da cultura grega, que

em muitos aspectos foi determinante na modelação de alguns povoados que estão na génese de urbes ainda hoje existentes.

Mas a cultura grega tornou a influenciar o modelo urbano das nossas povoações nos últimos três séculos do primeiro milénio, com a presença dos muçulmanos, que foram os herdeiros e intérpretes daquela cultura, em clara divergência dos cânones da civilização romana. Podemos mesmo dizer que esse testemunho passou e transmitiu-se de forma vernácula e é por isso que os modelos urbanos que nele se inspiraram são estruturados a partir de funções e de construções singulares proeminentes na malha urbana. São elas, portanto, enquanto objectos arquitectónicos, os elementos que definem o espaço urbano.

Pelo contrário, o modelo romano era racional e ordenado. O espaço era programado de forma abstracta e são as funções e as construções que se ajustam à sua planificação. Assumido por via erudita, este modelo foi sempre a referência nas iniciativas de criação de novas povoações por parte das instituições do poder político, designadamente da vontade régia, quer na Idade Média, quer noutros períodos decisivos da nossa História.

Em muitas povoações é possível reconhecer estes dois modelos, porque raramente um aglomerado urbano resulta de uma iniciativa que se esgota em tempo definido e fica incólume a influências posteriores. Pelo contrário, eles resultam da conjugação desta dualidade, que teve expressão própria em diferentes períodos da História e são hoje uma síntese de concepções, um sincretismo de influências, constituindo uma complexa expressão cultural.

Nos mil anos que vão do séc. III ao XIII, com um pequeno desfasamento de antecipação, grosso modo o período correspondente à longa Idade Média, apesar das sucessivas invasões, não se verifica um corte absoluto com a Antiguidade Clássica. Pelo contrário, reconhecem-se até elos de continuidade que permitiram a planificação de importantes urbes no séc. XIII e no XIV e o seu posterior florescimento.

Ao longo deste período, a preocupação urbana foi sobretudo a “solução de problemas concretos, sem espírito de sistema, com o sentido do relativo”, uma visão bem diferente da que caracterizou o período Renascentista que se seguiu, cuja preocupação foi o modelo da cidade ideal, definida por critérios de valor universal (HAROUEL, 1998: 33).

Os tratadistas que se debruçam então sobre os problemas da cidade e que buscam o seu modelo ideal, equacionam de novo, como já não acontecia desde a Antiguidade Clássica, o equilíbrio estético (*aspectus publicus*) e a qualidade de vida (*commoditas e voluptas*).

A ideia da concepção intelectual de todo o espaço urbano era utópica, como ainda hoje o é. Mas das tentativas ficaram algumas ruas axialmente alinhadas que permitiram a regularidade da composição urbana, sem prejuízo das interligações orgânicas entre as diversas partes da urbe; convergências nodais em edifícios e praças centradas; e alguns ensaios de arquitectura programada como modelo imposto ao exercício da construção.

Na Idade Moderna inicia-se o período do apogeu do urbanismo clássico, com a influência francesa a sobrepor-se gradualmente à tradição renascentista italiana. Questões de ordem prática como a contenção dimensional, a circulação de pessoas e bens, a salubridade ou a dotação de equipamentos públicos e de infraestruturas de abastecimento; aspectos da sensibilidade estética como a regularidade da malha, o alinhamento das ruas, o equilíbrio das frentes edificadas ou os valores naturais paisagísticos; e até objectivos de natureza política, como referências monumentais do absolutismo régio, foram as linhas definidoras da prática urbanística neste período.

Por outro lado, também a estrutura urbana relacionada com os sistemas de fortificação, que entre nós se difundiram muito durante a Guerra da Restauração, serviram de base para as intervenções levadas a efeito nas praças fortificadas praticamente até ao final do séc. XVIII – os aparelhos militares que constituíam o aparato avançado de campanha (linhas de muralha, esplanadas, baluartes, revelins, coroadas, tenalhas e hornaveques) conformaram as expansões urbanas; os arruamentos que ligavam as portas continuaram a ser os principais; os espaços livres adjacentes aos edifícios militares onde se formava a parada das respectivas guarnições, vieram a constituir-se, em muitos casos, como praças urbanas. A título de exemplos: a tenalha do castelo de Melgaço é hoje o centro cívico da vila; a ligação entre as Portas da Coroadada e da Gabiarra, passando pela Porta do Meio, ainda definem o principal arruamento da cidade histórica de Valença; e a parada do Quartel-General do Porto é agora a sua Praça da República.

A propósito das tipologias urbanas correntes no séc. XVIII, pode referir-se o modelo preconizado por José de Figueiredo Seixas, que foi Arquitecto da Junta das Obras Públicas e Mestre da Aula do Risco. No seu *Tratado de Ruação*, publicado em 1760, o

autor, obcecado pelo urbanismo de base regulada pela geometria euclidiana, tomando como bom exemplo o que então se fazia em Lisboa e no Rio de Janeiro, propunha para as áreas novas ou renovadas, malhas reticuladas com arruamentos uniformes de 50 palmos convergentes numa praça central da quadrícula, definindo quarteirões de 125 x 425 palmos, lotes de 25 x 125 palmos e edifícios de 4 pisos (máx. 75 palmos). Curiosamente, a frente edificada, que era a frente do lote, respeitava ainda a medida-padrão de 25 palmos (5 varas = 5,5 metros), corrente em todo o país desde o séc. XIII.

Com o avanço do séc. XIX, as nossas cidades e vilas vão pondo em causa o figurino urbano que, na maior parte dos casos, as caracterizava desde o declínio da Idade Média. A imagem que nos fica dos registos iconográficos da época, sobretudo dos aglomerados urbanos de pequena e média dimensão do norte do país, é a de espaços urbanos confusos, escuros, sujos e cheios de gente muito diferenciada; de arruamentos sinuosos e estreitos, como tal parecendo, inclusivamente, os que tinham sido até objecto de regularização; frentes edificadas sem grandes roturas de cércea e com características arquitectónicas indistintas, mas globalmente conotáveis com o gosto maneirista; um ou outro edifício díspar, gótico ou manuelino, isolado ou quebrando a conformidade do conjunto; pavimentações em lajes e calçada, muito irregulares e mal conservadas³¹. E quando os registos são originalmente coloridos, refulgem as fachadas numa variada paleta de esbatidos ocres, que fazem sobressair as sacadas e as rótulas, os muxaribis e as venezianas, a nota pictórica de mais forte expressão neste quadro urbano.

Concluindo esta breve referência à evolução urbana das cidades e vilas nortenhas, até ao início da Idade Contemporânea, posso sintetizar os princípios que fundamentaram o seu desenvolvimento nos quatro períodos mais significativos do processo histórico (TEIXEIRA, 1999: 24):

³¹ Tomando como exemplo o caso de Ponte de Lima, encontram-se até ao séc. XIX, arruamentos lajeados, calcetados e em terra, muitas vezes com molhos de giesta e tojo roçados no monte e acamados, que fermentavam com o despejo das imundices e das águas fétidas arremessadas das janelas, costume que só em 1819 foi definitivamente proibido ((Livro de Actas da Vereação, 1807-1820, fl. 195)). Pelos registos dos acórdãos da Vereação, creio que nesta vila a maioria dos arruamentos, pelo menos os mais importantes seria em lajedo de pedra, a que impropriamente chamavam 'ladrilho', sendo estes pavimentos gradualmente substituídos por calçada, solução mais consentânea com a manutenção das novas redes de infra-estruturas. Isso mesmo se deduz das providências de higiene e salubridade que se multiplicaram a partir do começo do séc. XIX (Livro de Actas da Vereação, 1807-1820, fl. 180 vº) e das arrematações para o calcetamento como se regista, por exemplo, nas ruas de Além da Ponte, do Bonfim, dos Italianos, das Neves, do Rosário, do Pinheiro, de D. Pedro,... (Livro de Actas da Vereação, 1857-1860, fls. 125 vº e 170-172 e 1865-1867, fls. 13 e 151-152). Esta súbita preferência pela calçada é bem explícita no caso da rua do Castelo, que sendo lajeada de novo (Livro de Actas da Vereação, 1865-1867, fls. 76-77), poucos meses depois tem o seu pavimento substituído por calçada (Livro de Actas da Vereação, 1865-1867, fl. 164).

- Séc. XIII-XIV – criação dos primeiros aglomerados urbanos estruturalmente programados
- Séc. XV-XVI – primeiros empreendimentos urbanos de traçado moderno
- Séc. XVII – consolidação de soluções urbanas eruditas e generalização dos traçados regulares
- Séc. XVIII – afirmação definitiva das soluções racionalistas e das tecnologias e redes infraestruturais

2.4 – Reabilitação urbana

Creio que está generalizada a consciência de que os centros históricos são estabelecimentos humanos activos ou, pelo menos, vivos, assentes numa estrutura urbana fixa, com raízes no passado e que testemunham a cultura e a evolução histórica das comunidades que neles se fixaram.

A salvaguarda destas áreas, que devem ser sujeitas a cuidados permanentes de conservação e de valorização, implica uma gestão activa que tenha em conta, não apenas a sua relação física com a envolvente, designadamente com o espaço urbano consolidado onde se incluem, mas também a sua inter-relação funcional e a integração económica e social dos seus residentes e utentes.

Tem sido prática comum o recurso a intervenções isoladas ou limitadas à dimensão física dos centros históricos, descontextualizados da envolvente que com eles mantêm as relações vitais para a sua sobrevivência. E, pior ainda, posteriormente à fase da intervenção, os modelos de gestão destas áreas não preveem a necessidade de conservar e de reforçar essas relações e acabam por conduzir os espaços tratados a situações enquistadas que se autodestroem.

A problemática da intervenção e da gestão dos centros históricos, que tem sido um tema recorrente do Planeamento Urbano nos últimos anos, faz geralmente apelo a três directrizes (CORREIA; TEIXEIRA, 1993: 6):

- a definição dos objectivos a alcançar
- a ponderação de todas as variáveis que podem influenciar a decisão

– a resolução efectiva das carências e dos conflitos instalados

Os objectivos a alcançar são sempre a melhoria das condições de vida de quem aí reside e a preservação da memória nas referências culturais associadas ao local e às pessoas que aí viveram. São objectivos que decorrem, em primeira análise, das exigências de qualidade próprias de um crescente nível de desenvolvimento e de cultura urbana, focados na qualidade da habitação, dos locais de trabalho, dos equipamentos colectivos e dos espaços públicos e na capacidade de resposta das infraestruturas aos níveis de serviço que reclamam. Exigências que terão em conta, naturalmente, a capacidade de suporte do edificado, já que este tem associado um valor cultural que o inibe de aceitar qualquer solução tecnicamente exequível.

Mas a questão não se põe apenas na compatibilidade das tecnologias, da conformidade estética ou da regulamentação aplicável. Vai muito além da conservação física do património edificado e deve ter em conta a identidade das comunidades residentes e os seus direitos ancestrais à apropriação das suas próprias referências, já que delas se espera o exercício permanente da Salvaguarda Activa preconizada pelo Conselho da Europa na Carta Europeia do Património Arquitectónico (Carta de Amesterdão de 1975).

É por isso que a viabilidade da gestão é a chave para a preservação continuada e a vivificação dos centros históricos. Gestão que deve decorrer de um modelo construído a partir do diálogo entre todos os intervenientes no processo, da participação da população local e de todos aqueles que de alguma forma vão usufruir o espaço reconvertido.

A congruência da opinião pública e a criação de uma consciência colectiva só é possível com a participação e o diálogo, o que pressupõe o desenvolvimento de acções de informação sérias e esclarecidas que evitem reacções bloqueadoras e manipuladoras de vontades.

É deste modo que se consegue ponderar amplamente as variáveis que importam à concertação dos interesses e à contratualização das iniciativas. A título de exemplos, a coerência da disciplina regulamentar, a incidência da fiscalidade e o quadro de relacionamento institucional, são questões que devem ser bem ponderadas, porque são determinantes para a tomada de decisão.

Luz Valente Pereira, quando equaciona a problemática da preservação da memória na evolução das cidades, identifica também um sentimento de afinidade por parte da população autóctone, que se revela no que designa por '*um viver antigo*', que decorre da '*relação de apropriação e da continuidade não quebrada da vida colectiva e do lugar dela*' (VALENTE-PEREIRA, 1987: 2).

Esta afinidade resulta de uma sedimentação de afectos que contribuem para uma imagem positiva do passado, para uma memória construída apenas com os sentimentos que propiciam a saudade. Daí a importância que tem esta afinidade nas decisões que modificam o espaço físico onde ela se consolidou, assumindo-se geralmente a reabilitação, entendida na perspectiva da recuperação do crédito, como uma opção pacífica e até desejada, quando comparada com outras tipologias de intervenção urbana, como a renovação, a integração ou a expansão.

No que respeita à resolução dos problemas reais identificados nos centros históricos, é claro que a transformação das áreas urbanas sem prejuízo das referências da sua cultura, dos testemunhos da sua história, da memória das comunidades aí radicadas, depende sempre da capacidade de adaptação dessas comunidades à evolução cultural e à actualização tecnológica.

Mas é necessário ter em conta que os centros históricos são parte integrante de uma estrutura urbana complexa, com diferentes fâcies, mas de funcionamento integrado e orgânico. Se assim não for, se se segregarem as áreas patrimoniais, as soluções apontadas, em vez de resolverem conflitos e de satisfazerem carências, agudizam as situações e inviabilizam-nas por efeito da degradação social e económica.

É por isso que a reabilitação é uma política urbana que deve salvaguardar a identidade das partes que constituem a cidade, mas prosseguindo o objectivo de uma modernização integrada, sem eleger áreas privilegiadas que subsistem à custa da segregação das restantes. E deve incluir uma análise ponderada de custos-benefícios, não apenas da recuperação, mas também da conservação e da exploração do sistema urbano consolidado, procurando equilíbrios entre os interesses públicos e privados e entre os direitos e obrigações de quem os defende.

Na reabilitação, os decisores – políticos, gestores, projectistas e moradores – devem consciencializar-se de que as transformações não podem ser decididas apenas no papel,

na tranquilidade do gabinete, de costas voltadas à realidade social, abstraído-se das condicionantes que asseguram a identidade cultural da área em questão.

Por outro lado, também a reabilitação não pode ser equiparada às outras tipologias de intervenção urbana que são pautadas por regulamentos e normativos de rígida aplicação e sujeita a regras de uso do solo genericamente definidas nos instrumentos de ordenamento do território, que têm em conta apenas as apetências espaciais e as políticas do planeamento urbanístico. Como também não pode resultar de um somatório de intervenções discretas, definidas caso a caso ou mesmo sectorialmente, sem cuidado ou integração das decisões dentro da área de intervenção e desta no âmbito do seu enquadramento territorial.

Daí a importância da capacidade dos interventores, sobretudo da equipe projectista, na avaliação e na decisão. Repensar as situações que o tempo consolidou, para lhes salvar as virtudes e corrigir os defeitos, implica sensibilidade, conhecimento de causa e espírito inovador que se não fique pelo estereótipo das soluções pré-definidas.

Luz Valente Pereira identifica alguns aspectos fulcrais a ter em conta na actividade da reabilitação e propõe, inclusivamente, um método de intervenção (*id*: 10).

Considera como aspectos a ter em conta, os seguintes:

- um entrosamento dos objectivos da avaliação e da proposta com a realidade social dos moradores e dos usufruentes em geral
- a relação da área de estudo com a envolvente territorial
- o reforço da integração das partes no planeamento conjunto da cidade
- não privilegiar antecipadamente algum aspecto particular com vista a uma satisfação parcial dos problemas
- ajustar a solução a uma perspectiva integradora do quotidiano das diferentes actividades – sociais, económicas, administrativas, ...
- reunir e interpretar com espírito crítico toda a informação disponível, fazendo recurso adequado das metodologias e de tecnologias conhecidas de comprovada credibilidade
- mobilizar todos os recursos locais e a participação activa dos agentes de desenvolvimento, designadamente dos seus líderes de opinião.

O método de intervenção que propõe para a reabilitação de uma área urbana, prevê dois tipos de acção:

- planeamento para o desenvolvimento conjunto da área, procedendo desde o início do processo à resolução paulatina das questões singulares determinantes
- reprogramação das intervenções já decididas no planeamento, quer a nível de projecto, quer a nível de execução, sempre que se torne necessário resolver de imediato, questões prioritárias com solução viável.

A primeira acção exige competências expeditas na interpretação do espaço, sendo por isso necessário prever a pluridisciplinaridade das equipas intervenientes, o que requer a participação de técnicos capazes de descodificar as implicações de natureza jurídica, social e económica e, naturalmente, instruídos para procederem à anamnese das situações e fundamentarem as propostas na sua etiologia (LAMBERTINI, 2000: 70).

A segunda viabiliza a realização de acções específicas com prioridade mais exigente que as definidas para a intervenção global, necessitando, por isso, de uma integração perfeita e de capacidade de reajustamento das decisões e dos projectos definidos.

Muito mais se pode ainda dizer do processo de reabilitação dos espaços edificados, mas no âmbito desta Dissertação importa reter, essencialmente, a relevância de alguns conceitos-chave como a pluridisciplinaridade das abordagens, a interpretação das situações, a integração das propostas e a sustentabilidade das soluções.

3 Estado da Arte

3.1 – Fundamentos teóricos da Heurística

Foi o prussiano Johann Gustav Droysen³² quem incorporou o conceito da Heurística na Historiografia, conciliando os dois significados que ela tinha para os historiadores – a

³² Johann Gustav Droysen (1808-1884) foi um historiador alemão, de origem prussiana, que se notabilizou pelas suas reflexões sobre a teoria e a metodologia da ciência histórica, sintetizando a teoria da historicidade do mundo humano, a teoria do conhecimento histórico e a teoria do método histórico.

arte de inventar e a investigação das fontes documentais. Subordinou, assim, a Heurística à investigação histórica, situando-a no mesmo plano da Crítica e da Interpretação. Na sua obra *Grundriß der Historik* (DROYSEN, 2009), considera mesmo a Heurística uma das operações fundamentais da História, o verdadeiro ponto de partida para o desenvolvimento da investigação. E sugere que o processo da elaboração da obra historiográfica se ordene em três partes, que designou – a Metódica (processo), a Sistemática (classificação) e a Tópica (local), sendo a Metódica, como referi, constituída pela Heurística, a Crítica e a Interpretação.

Por isso, Álvaro Matute, um teórico mexicano da Historiografia, considera (Matute, 1999: 13) que Droysen foi o criador da Hermenêutica aplicada à História. Esta visão de Droysen foi depois fortemente contestada por outros teóricos, como o alemão Wilhelm Bauer e os franceses Charles Langlois e Charles Seignobos. Apesar da contestação positivista, sobretudo por parte da *Escola dos Annales*³³, a opinião de Droysen ainda hoje colhe aceitação, a que não será estranha a postura magistral, por não ter prescrito, nem imposto a sua opinião, antes sugerido caminhos que foram bem compreendidos.

O conceito recente da Heurística aplicada à História pode ser entendido de duas formas. Para Bauer³⁴, era o conhecimento geral das fontes históricas. Para García-Villada³⁵, o conhecimento que desperta no Historiador a sensibilidade e a compreensão das fontes.

Para Droysen, a historiografia resulta do conhecimento empírico, colocando-se numa posição de consenso entre a reflexão filosófica e a metodologia científica, que resume na asserção ‘compreensão por via da pesquisa’. A sua teoria foi exposta numa obra universal publicada em 1857, que designou *Grundriß der Historik* [Teoria da História] (DROYSEN, 2009).

³³ Por *Escola dos Annales* é comumente designada uma corrente de pensamento que teve origem em França, nos Anos 20 do século passado, propalada pela publicação académica *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Esta nova visão da História ia além da concepção positivista que assentava na sucessão de narrativas de breves acontecimentos e propunha uma visão mais alargada, com a ponderação de todos os aspectos que contribuem para o entendimento da civilização e das mentalidades. Foi assim que a História passou a fazer apelo a outras Ciências Sociais, como a Sociologia, a Psicologia, a Economia ou a Geografia. À geração de Febvre e Bloch, sucedeu na Escola dos Annales a geração de Fernand Braudel e depois a de Jacques Le Goff e ainda hoje prevalece no movimento da *Nouvelle Histoire*, que considera que toda a actividade humana faz parte da História.

³⁴ Wilhelm Bauer (1877-1953) foi um historiador austríaco, autor de *Einführung in das studium der Geschichte* [Introdução ao Estudo da História], uma obra de referência sobre a Teoria da História, onde aborda o conceito da Heurística e desenvolve a problemática das fontes históricas em três notáveis capítulos – O prévio exame das fontes (crítica externa) - As fontes mais importantes - A determinação do facto (crítica interna).

³⁵ Zacarias García-Villada (1879-1936) foi um Padre jesuíta espanhol que deixou o seu nome ligado à História da Igreja na Espanha da Idade Média. Perseguido pelo governo republicano, que mandou destruir todo o seu trabalho de investigação, nunca desistiu e recomeçou a sua actividade docente, mesmo depois de ter sido incendiado o Colégio de Areneros e expulsa a Companhia de Jesus, acabando assassinado pelos comunistas em 1936. Deixou várias obras publicadas de fundamental importância, designadamente

Na perspectiva mais generalista de Bauer, fonte histórica é tudo o que nos proporciona material para a reconstrução da vida histórica, tendo em conta que as consequências dos factos explicam as causas dos mesmos. Portanto, se um testemunho nos dá informações, a fonte assim criada pode ser um alfobre para a quem a utilizar (BAUER, 1970: cap. VII, VIII, IX e X).

Esta questão de ‘saber utilizar’, é fundamental porque um testemunho pode ser absolutamente anódino para o comum das pessoas que o observam e constituir um manancial de informação para quem a saiba interpretar correctamente. Informação que, sem ser diferente, pode ser bem diversa, de acordo com a forma como o testemunho é questionado.

Daí a importância de saber como avaliar um testemunho para decidir se ele se converte ou não numa fonte histórica. A primeira questão é perceber o contexto em que ele se desenvolveu, que pode ter leituras diferentes para diferentes sensibilidades do avaliador – um arquitecto, um engenheiro, um historiador ou um arqueólogo, não fazem, com certeza, a mesma análise, porque questionam aspectos diferentes, obtendo, por isso, respostas diversas.

Por outro lado, e cingindo-me agora ao campo da Arquitectura, também é mais fácil interpretar um testemunho de uma época com a qual se esteja mais familiarizado, do que com outra, da qual o que se sabe provém apenas de bibliografia pouco circunstanciada ou menos conhecida. E a expressão do próprio testemunho, independentemente do seu conteúdo informativo, também é determinante, porque pode o seu intérprete não estar suficientemente habilitado para retirar do testemunho a informação que ele contém. É o que acontece com a análise de espécies cartográficas referenciadas a coordenadas ou a petipés (escala) em desuso, de documentos manuscritos com caligrafia que só um paleógrafo consegue decifrar ou de representações gráficas relacionadas com esquemas que não são de uso corrente.

Por isso, é muito importante a participação pluridisciplinar na interpretação dos testemunhos para que estes se possam transformar, de facto, em fontes históricas. A título de exemplo, a reconstituição de um castelo ou o reconhecimento de uma paisagem

uma *Paleografía española*, em 5 volumes e uma *Metodología y Crítica históricas*, onde a Heurística é um dos temas centrais (GARCÍA-VILLADA, 1977).

a partir dos desenhos de Duarte d'Armas no seu *Livro das Fortalezas*³⁶ (ARMAS, 1997), só é possível com o contributo do arquitecto que descodifica o desenho, do historiador que interpreta o contexto espacial e temporal, do paleógrafo que decifra as anotações manuscritas e quantas vezes, até, do erudito local que sem grandes habilitações académicas, reconhece uma especificidade menos conhecida, que é a chave da investigação. Apenas um só destes investigadores terá certamente muita dificuldade em compreender globalmente o que Duarte d'Armas pretendeu explicitar na sua obra.

Testemunhos são todos os registos da intervenção humana, mas só aqueles que permitem retirar informação se consideram fontes históricas. O método histórico é o conjunto de meios de que o investigador se vale para passar um testemunho a fonte, convertendo, assim, um facto do passado num acontecimento do presente. A Heurística é a primeira fase do processo metodológico de transformação de testemunhos em fontes e ocupa-se do seu tratamento, conservação e organização.

A sistematização dos testemunhos por temáticas facilita a tarefa do investigador que sobre eles se debruça. Depois, se for caso disso, é o restaurador que o conforma com o perfil original, de que se socorrem o historiador e o arquitecto, aquele procurando outras fontes de informação relacionadas com o testemunho, este promovendo a salvaguarda e a valorização adequadas.

Este processo é a essência da Heurística, não tanto pela identificação do testemunho, mas sobretudo pela criação da fonte, já que aquela está acessível a qualquer curioso e esta é já tarefa para profissionais experientes.

3.2 – A Heurística aplicada à Arquitectura

A Arquitectura, reúne os mais eloquentes testemunhos pela diversidade de informações

³⁶ O *Livro das Fortalezas* é um códice quinhentista que se conserva no ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a cota 159 dos Manuscritos da Caixa Forte. Contém um conjunto de desenhos executados no início do séc. XVI por Duarte de Armas, um hábil debuxador que, por ordem do rei D. Manuel I, percorreu toda a fronteira portuguesa, e desenhou 110 vistas panorâmicas de 57 fortalezas, a maior parte raianas, incluindo 51 das suas plantas. Existe uma versão em rascunho e menos completa deste trabalho, atribuída ao mesmo autor, que hoje se conserva na Biblioteca Nacional de Madrid, com a designação de códice 9241. A versão completa, que em 139 folhas regista com rigoroso pormenor, alguns dos principais castelos portugueses, tal como eram no final da Idade Média, foi publicada em fac-símile em 1943, em 1990 e, ultimamente, em 1997 (ARMAS, 1997).

que proporciona, não apenas sobre a obra em si, como também sobre a época e sobre a sociedade que a produziu, transformando-se, portanto, numa fonte histórica de primeira ordem. Basta comparar uma obra de arquitectura com qualquer documento narrativo, por exemplo, uma carta, que mais não diz que aquilo que nela está escrito, não permite outro tipo de ilações, nem suscita, em princípio, interpretações diferenciadas.

A obra de arquitectura, mais que a de qualquer outra arte plástica, frequentemente acumula contributos de diversas épocas, transformando-a numa sedimentação de culturas que retrata a evolução histórica da sociedade que a conservou e dela se apropriou. Transformações físicas, alterações funcionais, ou a autoria das intervenções são, entre outros, aspectos importantes que os testemunhos registam.

A perspectiva do arquitecto na avaliação da obra de arquitectura, seja para a identificar, seja para programar iniciativas de intervenção, numa primeira aproximação não se esgota na própria obra, deve abranger também as suas relações com a comunidade que a detém, quer no passado, quer na actualidade, incluindo, naturalmente, a sua envolvência. Depois, em fase ulterior, já a focagem se faz na obra em si, mas agora com o arquitecto habilitado a decidir, com conhecimento de causa, a solução mais conveniente para o seu projecto.

Cingidos, então, à análise da obra de arquitectura, como deverá ela ser avaliada? Em primeiro lugar deverá coligir-se toda a informação histórica disponível sobre ela e sobre o meio em que está inserida, informação que pode ser escrita, iconográfica ou de tradição oral. Os projectos gráficos, a cartografia, o registo de imagens (desenhos, pinturas, fotografias, ...) e as referências escritas e orais são dados importantes para a fundamentação das observações locais, devendo por isso servir de base à elaboração de uma monografia circunstanciada e rigorosa.

Este trabalho pressupõe uma boa articulação entre os testemunhos fornecidos pela obra arquitectónica, pela documentação e pela História.

Na perspectiva do historiador clássico, uma obra com determinadas características físicas ou referenciais que fizessem dela um paradigma, quando resistia à passagem do tempo, acabava por se transformar num monumento. Mas para a mentalidade actual, este ponto de vista é demasiado redutor. Há o conceito de ‘monumento histórico’, vinculado a factos excepcionais ou decorrente apenas da sua muita antiguidade; há o de

‘monumento cultural’, que valoriza outros aspectos que os primeiros não consideraram; e, de concepção mais recente e sobretudo mais abrangente, o ‘património edificado’, que abrange as franjas de acompanhamento daqueles e outras situações que ainda que tenham uma expressão local, são importantes pelo que representam para uma determinada comunidade. E em termos de escala, há ainda o ‘monumento singular’, os ‘conjuntos edificados’ e, nestes, os ‘centros históricos’ e os aglomerados ou povoados históricos.

É claro que ao decidir a intervenção num edifício, se está a aplicar um critério de valoração que pode ajustar-se mais à sensibilidade histórica, à cultural, à económica ou até à política. Daí a necessidade de se envolverem nos projectos equipas pluridisciplinares que salvaguardem todos estes aspectos e interpretem correctamente a relação do objecto da intervenção com o seu espaço contextual.

Uma outra questão importante é a disponibilidade das fontes. Um edifício que tem um valor arquitectónico assinalável ou um significado histórico indiscutível é, muito provavelmente, uma situação referenciada, com fontes históricas muito mais abundantes do que se tratasse de uma obra arquitectónica de carácter vernáculo ou com um valor cultural relativo. Como também os edifícios públicos e os religiosos têm geralmente referências mais circunstanciadas que os de natureza privada.

Muitas vezes as alterações sofridas por um edifício, as vicissitudes porque ele passou, são tão complexas que não se tornam facilmente perceptíveis ao arquitecto e é o historiador que a partir dos documentos históricos (descrições, inventários, medições, contratos, tombos, ...) consegue esclarecer a evolução ou, pelo menos, identificar factos que para o arquitecto são indícios de intervenções que marcam o percurso do edifício.

O documento histórico deve ser sempre comprovado, porque a idade não é, por si só, um factor de credibilidade. Muitas vezes o documento e, sobretudo, o testemunho documental primário, é produzido com uma carga de subjectividade que justifica uma ponderação séria sobre o seu conteúdo. Uma carta missiva, um relatório ou umas memórias não são, em princípio, documentos tão objectivos como um projecto desenhado, um inventário, um auto de medição ou um orçamento.

Noutros casos, o conteúdo descritivo sofreu alterações posteriores ou não se concretizou, como podia acontecer com uma alteração de projecto, situação aliás bastante frequente, ou um contrato de adjudicação de obra posteriormente revogado.

No caso referido do desenho de projectos, é sempre de admitir essa hipótese porque, ao contrário do que hoje acontece, até quasi ao final do séc. XIX³⁷, o desenho era original e sem cópias e utilizado na execução da obra, finda a qual, o documento, já muito deteriorado pelo uso, era deitado fora. Por isso, os projectos desenhados que se conservaram correspondem quasi sempre a documentos que não retractam a realidade, mas que são importantes pelo conjunto de informações que dão para a história da evolução do edificado.

Outro caso é o dos *croquis* de viagem, breves apontamentos desenhados colhidos no local, posteriormente sujeitos a retoques e colorações feitos de memória, que atreçam a realidade. São disso exemplo diversas séries de gravuras inglesas, que retratam cidades e vilas portuguesas e que acompanham relatos de viagem do séc. XIX, como os de Murphy, Landemann, Kinsey e Vivian³⁸ e outros mais que nunca chegaram a ser publicados.

É por isso que a análise do conteúdo interno e externo deste tipo de documentos é fundamental para validar uma correcta interpretação da fonte.

Em muitos casos do passado recente e até mesmo na actualidade, as operações de intervenção no edificado histórico foram conduzidas de forma autossuficiente, quando não com exagerado autoritarismo.

³⁷ Foi só a partir dos finais do séc. XIX que se generalizou o processo de reprodução de desenhos, desde que realizados sobre superfícies transparentes ou obtendo um transparente reproduzido de serviço, por contacto directo positivo em suportes fotossensíveis. Este processo, que recorria à acção da luz para sensibilizar o suporte, comumente folhas de papel ou rolos de tela fina emulsionados, permitia a revelação posterior do desenho original em ambientes químicos adequados, geralmente por reacção amoniacal. Na realidade, tratava-se de uma reprodução semelhante à da fotografia, que Niépce criou em 1825 e entre nós se divulgou profusamente a partir de meados do séc. XIX, mas que permitia agora a reprodução monocromática de desenhos de grandes dimensões, sem necessidade de equipamentos sofisticados e com custos muito reduzidos. Foi este processo que tornou possível incorporar as soluções gráficas dos projectos nos processos de licenciamento das tutelas. Até à generalização deste processo de cópia directa, a reprodução só era possível com o recurso a matrizes de impressão em madeira, pedra ou metal, o que não se justificava na duplicação corrente de projectos de obra ou, mais recentemente, por policópia pelo processo *Stencil*, quando se exigisse uma profusão de exemplares.

³⁸ Do conjunto de obras de autores ingleses do início do séc. XIX relativas a Portugal, devo relevar, pela sua importância para o caso de estudo, as magníficas gravuras de Ponte de Lima incluídas em (LANDMANN, 1818: grav. 57 e 58), (KINSEY, 1828: 270) e (VIVIAN, 1839: grav. 22).

No decurso de uma obra que aparentemente não colide com a integridade do Património Cultural, é frequente verificarem-se situações imprevisíveis que justificariam a participação de arqueólogos ou de historiadores para salvaguardar esses interesses. Mas nem sempre isso se afigura praticável e opta-se por uma solução mais pragmática, que procura apenas reduzir os prejuízos da perda de informação, da destruição do Património, do atraso da obra ou da alteração do projecto.

Estas situações, comuns no passado na maioria das intervenções ocorrentes em cascos urbanos históricos e que ainda hoje são frequentes, devem-se sobretudo, à falta de acompanhamento por parte de profissionais habilitados na interpretação das fontes. E mesmo quando estes estudos iniciais são feitos, não é invulgar que se realizem apenas para cumprir exigências regulamentares e em nada venham a contribuir para balizar o projecto e controlar a sua execução.

A vinculação da informação de base ao processo de intervenção em edifícios ou conjuntos históricos deve ser sempre considerada uma prioridade, para reduzir os custos das situações imprevisíveis. Mas além da informação de base contida nas fontes históricas documentais, o próprio edifício fornece também informação adicional, sobretudo na decorrência da obra e quantas vezes de forma inesperada. É por isso que o arquitecto e os técnicos responsáveis pelos projectos das especialidades devem ter a capacidade de reajustar as suas propostas e soluções à eventualidade dessas ocorrências, sobretudo quando se trate de refuncionalizações que implicam alterações significativas, sendo certo que estas situações são também as mais versáteis à adaptação de novos condicionamentos.

Em suma, seja qual for a operação a realizar – recuperação, reformulação ou refuncionalização – a análise histórica ou cultural prévia dará indicações seguras sobre as operações a tomar, não obstante a eventual necessidade de correcções a introduzir posteriormente. Esta etapa heurística é fundamental para conciliar desde o início todos os objectivos do processo – o cultural, o social e o económico.

Põe-se agora outra questão importante, que é a da objectividade e da credibilidade das fontes de informação. As recordações constituem geralmente as fontes mais credíveis porque resultam de evidências que testemunhámos. Mas quando são transmitidas por terceiros podem constituir uma fonte dúbia. O próprio modo como a recordação se aviva

e também as circunstâncias em que se regista o facto, podem introduzir alguma subjectividade na interpretação, que deturpa a seu significado real.

Antonio Amuchastegui e Jorge Cassani, no contributo que deram para a obra *Teoria e Historia de la restauracion* (ALBA, 1997: 181), publicada no âmbito do ‘Master de Restauración y Rehabilitación del Patrimonio, da Universidade de Alcalá’, fazem uma revisão actualizada da crítica das fontes históricas de Bauer (BAUER, 1970: cap. IX) e consideram que as recordações podem ser resultantes de :

- Observações – que incluem tudo o que memoriámos para ser posteriormente utilizado. Os elementos que produzimos associados à observação (anotações, desenhos, fotografias) servem apenas como auxiliar de memória e o seu valor heurístico só atinge a plenitude nesse sentido. Se esses elementos forem utilizados por quem os não produziu nem observou, o seu valor documental como fonte histórica fica reduzido.
- Reminiscências e associações – são as rememorações ténues e imprecisas que resistem ao tempo quando se esfuma a memória e que encadeadas entre si podem constituir associações de ideias que reforçam a sua utilidade, embora devam considerar-se fontes perigosas pelo risco de subversão da realidade na concatenação das partes.
- Narrativas – são os testemunhos daqueles que foram protagonistas do facto, não incluindo, naturalmente, os de origem anónima. Têm aqui particular cabimento as entrevistas.
- Rumores – são as notícias anónimas e oportunistas que não são geralmente dignas de crédito, porque facilmente se confundem ou transformam em boatos. É o que geralmente se chama a voz pública.
- Tradições – são as formas concretas como as ideias e os costumes se transmitem ao longo do tempo, numa sequência intergeracional.

E acrescentam que também os restos, o remanescente, são fontes, mas muito mais vastas e variadas e englobam:

- Restos biológicos – são os vestígios corporais do homem e da sua actividade.
- Restos ergológicos – são os resíduos e vestígios não biológicos resultantes da actividade humana. Podem resultar de actividades humanas relacionadas com a vida vegetativa, onde se incluem, por exemplo, as casas de habitação, com as suas

relações culturais, abrangendo os monumentos, as indústrias, as reproduções gráficas e os escritos.

A falta de documentação prévia pode gerar um desadequado tratamento da obra, quer da sua concepção geral, quer da pormenorização e a dois níveis – no que respeita ao valor real da obra em si e no que ela representa no contexto em que se insere.

No primeiro caso, pode referir-se a leviandade com que muitas vezes se classifica um determinado edifício, atribuindo-lhe apressadamente cronologias, autorias e outras circunstâncias que nada têm a ver com a realidade e que implicam posteriormente opções desajustadas.

Estas situações ocorrem mesmo quando existem fontes documentais, quantas vezes esquecidas nos escaninhos dos arquivos e não raro publicadas mas ignoradas dos autores dos projectos.

A documentação histórica de utilidade directa para as intervenções no edificado, pode achar-se em dois tipos de fontes – as éditas e as inéditas.

As fontes éditas são as que transcrevem informação e a publicam, em geral impressa ou por qualquer outro sistema difundida – livros, publicações periódicas e suportes digitais – que para além da informação directamente relevante, podem acrescentar bibliografia de recurso complementar.

As fontes inéditas são muito variadas e estão dispersas pelos arquivos públicos e particulares, frequentemente desorganizados ou arrumados por temas não directamente relacionados com o edificado em questão.

Nos nossos arquivos públicos são fontes históricas fundamentais para a análise da evolução do edificado, fundos documentais como – as Inquirições e as Chancelarias Régias, as Matrizes Prediais, os Registos Notariais, os Tombos de Propriedades, os Processos de Licenciamento, os Róis das Contribuições, as Actas das Vereações, os Registos dos Direitos e Privilégios e a Correspondência das Instituições.

São exemplos de alguns fundos onde abunda a informação e pode sempre encontrar-se, naturalmente com muito trabalho de pesquisa, dados interessantes para justificar as opções nos projectos de intervenção nos cascos históricos.

Os arquivos particulares são raros, de difícil acesso e em geral desorganizados ou muito incompletos. Nem sempre incluem documentação relevante para os interesses que movem o arquitecto ou o historiador, mas podem conter referências remissivas a explorar. Mas tratando-se de edifícios ou de instituições privadas, é nestes arquivos que podem encontrar-se documentos de grande interesse para a história do edifício, como projectos, contratos de construção, recibos, memórias descritivas, autos de medição, etc.

Os registos iconográficos são também muito importantes e podem existir em qualquer arquivo. Cartografia, desenhos, pinturas e sobretudo a fotografia, são quasi sempre documentos decisivos para o estudo da evolução do edificado.

3.3 – Fontes heurísticas de referência

A Heurística aplicada à Arquitectura não tem sido um tema corrente nas Dissertações académicas das diferentes áreas científicas, mas também não tem estado a leste das preferências dos investigadores. Quero com isto dizer que se o processo de recolha de informação é recorrente como auxiliar de investigação, já o mesmo não acontece com o raciocínio dedutivo a partir das fontes. Ou seja, a informação recolhida é utilizada, mas não é cientificamente concatenada, não se aplica uma metodologia heurística que credibilize o seu processamento com uma argumentação lógica.

Este panorama esvazia um pouco de sentido a avaliação do Estado da Arte. Mas, para melhor entendimento, tome-se como exemplo um trabalho realizado há quasi vinte anos, em tudo muito semelhante a este, até no caso de estudo, que foi também a vila de Ponte de Lima, muito embora referenciado a uma outra fonte documental. Trata-se da Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada em 1985 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ANDRADE, 1985) pela Dr^a Amélia Aguiar Andrade e posteriormente publicada, em versão reduzida, com o título *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima* (ANDRADE, 1990).

Nesta Dissertação, que é uma excelente caracterização da vila de Ponte de Lima nos inícios do séc. XV, a autora recorre a uma imensa bagagem de conhecimentos sobre a Idade Média portuguesa, fundamentada em bibliografia de excepção e descreve com

muita clareza a organização do espaço e a estrutura económica e social da vila naquela época.

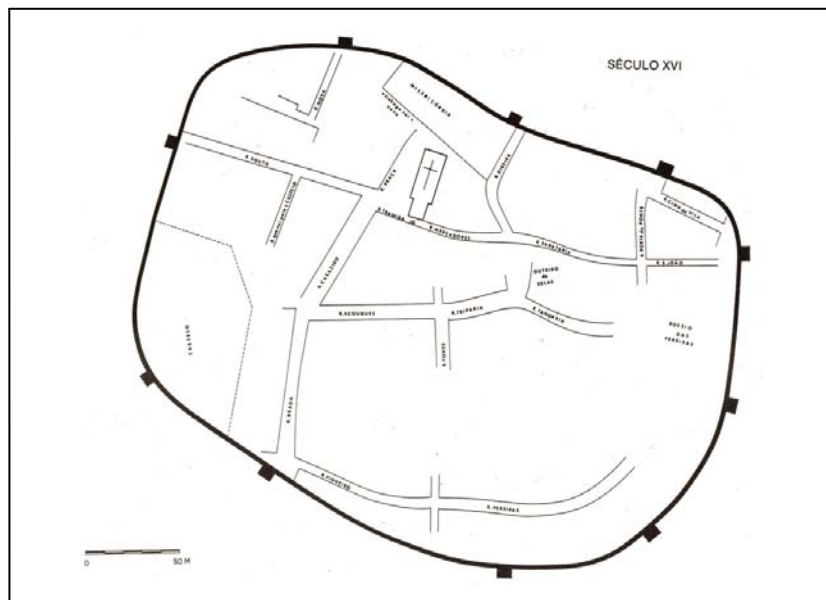
Uma das fontes a que recorre é o mais antigo tomo de propriedades urbanas de Ponte de Lima, descrito numa pública forma de 1498, mas que se reporta, de acordo com a justificação apresentada, ao ano de 1412. Trata-se de uma inquirição feita às propriedades reguengas, que se realizou rua a rua, elencando os edifícios sem critério sequencial justificado ou presumível, em que cada um é descrito pela sua tipologia (casa, pardieiro, forno, adega, ou apenas um mero enxido); pela identificação do anterior e do então proprietário e do morador, indicando em muitos casos as profissões e outras circunstâncias pessoais de cada um; e ainda quanto paga e a quem o deve.

Esta investigação debruça-se sobre a paisagem urbana, os espaços urbanos, a organização patrimonial do espaço e as suas gentes. E na minudente caracterização do espaço, tece interessantes considerações sobre a fortificação e a ponte, os arruamentos, as casas de habitação e os edifícios públicos e de interesse colectivo. Considerações fundamentadas em fontes de informação, que articuladas entre si permitem tirar ilações probantes, mas também na memória colectiva que perdurou na população local e que muitas vezes atraíçoa quem dela se serve sem afinar o juízo crítico, sobretudo quando a percepção do espaço *in loco* não é suficientemente detalhada.

Não podemos afirmar que o documento em questão, inédito até à sua utilização pela autora, tenha sido o móbil ou a razão da escolha do tema, mas é, seguramente, a sua pedra angular e tanto assim que é reproduzido em quarenta páginas no respectivo apêndice documental.

Ora, este documento dá informações muito curiosas sobre a área de estudo naquele período final da Idade Média, sobretudo quando convenientemente cruzadas com outras, provenientes de fontes diversas, como a autora levou a efeito. O que não me parece tão linear assim, é o rigor das conclusões que conformaram o grafismo da estrutura urbana apresentada, até porque os esquemas gráficos da estrutura urbana são os elementos de referência para todo o desenvolvimento do texto. Contudo, a autora reconhece no seu trabalho que a interpretação feita é apenas resultante de uma primeira aproximação da realidade e à data da publicação, cinco anos mais tarde, em 1999, reitera essa convicção, afirmando que se justificariam, efectivamente, algumas afinações.

Mas o que neste estudo interessa, como exemplo de uma aplicação heurística, é a metodologia e não tanto os resultados obtidos, até porque a fonte utilizada, não obstante ser riquíssima de informação histórica, não é determinante para o conhecimento da estrutura urbana da vila, como à primeira vista poderia supor-se. Na realidade, a inquirição fez-se rua a rua, mas não evidencia nexos de articulação das ruas entre si, e muito menos relações de proximidade entre as casas, que permitam deduzir as características da malha urbana. As conclusões do trabalho resultam, portanto, de um largo conjunto de informações, que incluem, efectivamente, este documento, mas não se esgotam nele. De qualquer modo, esta fonte é fundamental para esclarecer muitos aspectos relacionados com a estrutura urbana da vila e até com a sua própria malha.



2 - A arruação da vila de Ponte de Lima no séc. XVI, na obra de A. A. Andrade
(ANDRADE, 1990: 43)

O documento está organizado em títulos, correspondentes a sequências de arruamentos, provavelmente associadas a determinadas lógicas de percursos. Em texto desdobrado e actualizado, esses títulos são os seguintes:

- Título da rua de Cima de Vila
- Título da rua da Ponte, como vai da cruz para a ponte
- Título da rua Direita da Sapataria
- Título da rua dos Mercadores
- Título da rua de Trás da Igreja, com as tendas e casas ao redor dela e rua dante a Igreja

- Título da rua do Souto
- Título da rua da Judiaria e do Linhar
- Título da rua da Fraria [Ferraria] com a rua da Ribeira
- Título da rua de Braga, do Carrazido e do Pereiro, com a rua travessa que vem da rua do Souto para a rua de Braga
- Título da rua da Carniçaria e Triparia, da Brancaria e do Outeiro de Selas
- [Título da] rua das Pereiras e do Pinheiro até às Portas de Braga
- ... [Títulos de áreas extra-muros da vila de Ponte de Lima]

Para além destas ruas, são ainda referidas pontualmente a de S. João [ou de Sanhoane] e a do Eirado.

Mas esta organização, uma vez que o rol dos edifícios não fornece praticamente informação alguma relevante para a percepção física da estrutura urbana, não explicita o posicionamento relativo das ruas. Sem pôr em causa o esquema geral proposto, que é consonante com o conhecimento actual da situação, ficam porém sérias dúvidas, sobre a distribuição do edificado e, sobretudo, sobre a localização tão precisa de algumas instituições e serviços, que são afirmadas com demasiada convicção. Creio que o texto não é suficientemente focado para permitir tirar algumas ilações, nem mesmo com o cruzamento da informação contida nas restantes fontes citadas.

De qualquer modo, este estudo, que, indiscutivelmente, é um excelente contributo para a História da evolução urbana em Portugal (ANDRADE, 1998), constitui desde a sua fase inicial, ainda no âmbito do seu desenvolvimento académico, um bom exemplo de uma aplicação heurística ao urbanismo e à Arquitectura. Tivesse a autora acrescentado às suas fontes de informação o documento que sobre o mesmo tema tomo eu agora como fonte primária da minha Dissertação e teria ido muito mais longe nas suas conclusões.

Outro documento, entre os muitos que poderia citar com interesse para o caso de estudo, é o cabeção das sisas da vila e termo de Ponte de Lima, nos anos de 1530, 1531 e 1532, assentado pelo escrivão Álvaro de Araújo por ordem do Contador, para que o Almojarife procedesse à respectiva cobrança e que identifica todos os moradores, rua por rua, em toda a vila e lugar por lugar, em todas as freguesias do termo. O interesse deste documento está precisamente na proximidade cronológica do Tombo de 1535, que serve de base a esta Dissertação, podendo, assim, esclarecer dúvidas pontuais, como se verá mais adiante.

É um caderno manuscrito, com 48 folhas não numeradas, que se conservava em 1912 na Torre do Tombo, num fundo designado ‘Casa da Coroa’ e cuja cota actual se desconhece. Intitulado “*Rendimento da sysa jeral da vyla de [Ponte] de lyma dos annos de mil e b^cxxx, xxxj e xxxij do que rremde cada hum dos ditos annos que he o seguimte...*”, foi publicitado por Pedro de Azevedo, num interessante artigo publicado em 1912 (AZEVEDO, 1912: 61-67), mas sem incluir o seu traslado integral, pelo que a informação disponibilizada, embora interessante, está muito aquém da que poderia esperar-se desta fonte heurística.

O autor constata que são referidas as ruas da Sapataria, da Ribeira, dos Mercadores, da Praça, Nova, do Souto, do Carrezido, da Triparia e das Pereiras, as mesmas que constam no Tombo de 1535, com excepção das da Ribeira e das Pereiras, não sendo indicadas outras que, pela sua insignificância, devem ter sido contabilizadas em arruamentos próximos. E se as casas não parece constarem da lista, pelo menos são referidos os moradores, alguns dos quais o autor nomeia e estão identificados no Tombo, o que pode esclarecer algumas dúvidas de interpretação.

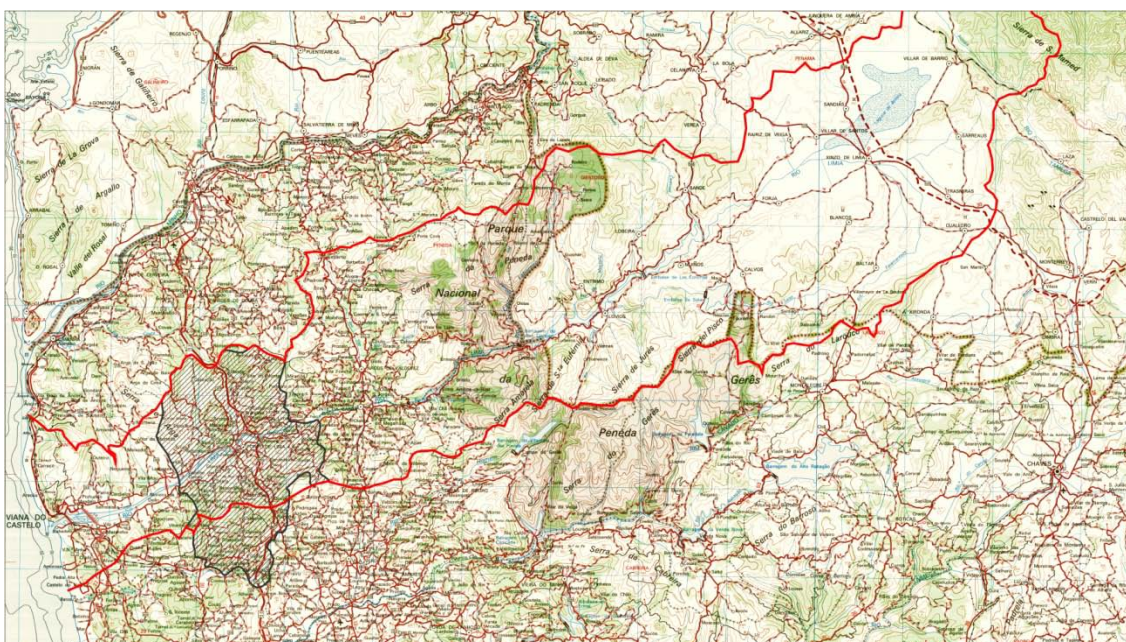
Finalmente e para ilustrar a diversidade da proveniência das fontes documentais e até da época em que foram produzidas, refiro, ainda a propósito do caso de estudo, uma “*Relação das Cazas e Bens pertencentes ao Hospital da Gafaria que foi dada a esta S^{ta} Caza da Mizericordia sua Administração pello nosso Augusto Rey o Snr. D. João 3^o por Provizão datada de 16 de Junho de 1551*”. Trata-se de um documento do arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, lavrado no início do séc. XIX, mas que se reporta a uma relação de bens de 1551, com a descrição do património urbano, constituído por 31 edifícios e parcelas de terreno, incluindo a localização, as confrontações, as dimensões, o tributo e o nome do proprietário.

Mais adiante se tirarão algumas conclusões interessantes, por cruzamento da informação que estas fontes disponibilizam.

CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO – A VILA DE PONTE DE LIMA

1 – Enquadramento territorial

O rio Lima corre no noroeste peninsular, prolongando-se numa extensão de cento e oitenta quilómetros entre a serra de S. Mamede, na Galiza e Viana do Castelo, onde desagua no Oceano Atlântico. A sua bacia hidrográfica abrange uma área com cerca de 2500 km², metade da qual fica no território português, correspondendo ao curso médio e terminal do rio.



3 - O concelho de Ponte de Lima ocupa uma posição central na bacia inferior do Lima

Em Portugal, esta bacia, o Vale do Lima, que poeticamente chamam de Ribeira Lima, é contida pelos festos definidos pelos alinhamentos orográficos das serras de Santa Luzia e Arga até à do Soajo, na margem direita e de Padela, Nora, Oural e Amarela, na margem esquerda, atingindo as cotas mais elevadas (1400 m) na região fronteiriça,

precisamente nas serras do Soajo e Amarela, que estão integradas no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Os granitos constituem a unidade geológica dominante em todo o vale, ocorrendo também, a jusante de Ponte de Lima, uma larga formação metassedimentar (xistos) com inclusão de rochas filonianas. Retalhos de depósitos de terraço acompanham o rio e alguns dos seus afluentes; e aluviões recentes, bem desenvolvidas, cobrem toda a sua extensa área de dejecção, particularmente a zona estuarina, condicionando o equilíbrio de ricos biótopos que hoje integram o Sítio 'Rio Lima' da Rede Natura 2000.

O vale é montanhoso e com relevos elevados a montante, onde se localizam as cabeceiras que alimentam o Lima, que corre encaixado até se dissiparem os contrafortes das serras Amarela e do Soajo. A partir daí espraia-se num vale largo, com inclinação próxima do perfil de equilíbrio. Serpenteante e meandroso, o regime torrencial determinado pelo declive e pela fraca permeabilidade das encostas desnudas que encaixam os afluentes e ainda pela ocorrência de copiosos aguaceiros, contribuía amiúde para a formação de cheias que inundavam as veigas a partir de Ponte de Lima e traziam graves problemas com o enxugo e a erosão das vertentes mais abruptas. Só a recente entrada em serviço das albufeiras dos empreendimentos hidroeléctricos de Lindoso e Touvedo conseguiram mitigar esta situação.

O clima não é propriamente homogéneo, mas pode considerar-se temperado e húmido, com verões relativamente secos e quentes e um balanço hídrico desequilibrado, com alguma carência de água no estio, agudizada nos últimos anos com o aquecimento global, mas também com excesso dela no Inverno, que regista elevados níveis de precipitação.

O desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação, dominadas por dois eixos viários longitudinais de penetração no vale, paralelos ao rio, em ambas as margens, contribuiu para que a vida social e económica do Vale do Lima se fosse desenvolvendo de forma centrada no próprio vale. Um terceiro eixo, de direcção norte-sul, que cruza as portelas na direcção de Ponte de Lima, ligando Braga à fronteira galega, nunca se constituiu, apesar das suas venerandas raízes, como um factor de acessibilidade generalizada. Só muito recentemente, a concretização do Plano Rodoviário Nacional lhe conferiu uma franca acessibilidade, quer interna, favorecendo a sua coesão territorial, quer nas ligações exteriores, a Braga, ao Porto e à Galiza.



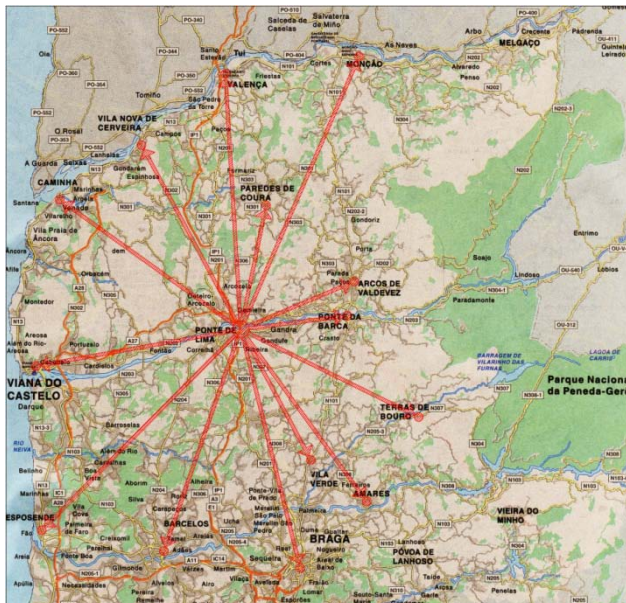
4 - O rio Lima corre encaixado na área do apanhamento das suas cabeceiras ...



5 - ...e espreado, em vale aberto, já a caminho da sua área vestibular.
Troços entre Soajo e Peneda e na zona intermédia do concelho de Ponte de Lima

É neste vale, em posição central, que se localiza o concelho de Ponte de Lima, cuja sede administrativa constitui o caso de estudo deste trabalho.

Este concelho ocupa o centro de uma estrela com raios de 20 a 30 km de distância a catorze vilas e cidades que são actualmente sede de municípios – Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Monção, Paredes de Coura, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Viana do



6 - Estrela de equidistâncias centrada na vila de Ponte de Lima

Castelo, Esposende, Barcelos, Braga, Vila Verde, Amares e Terras de Bouro. Em alguns casos, a ligação entre dois centros, utilizando sempre as portelas naturais, passa necessariamente por Ponte de Lima, por ser esta a mais curta distância viária. Ponte de Lima é, por isso mesmo, o lugar geométrico das equidistâncias neste conjunto de quinze centros urbanos de primeira ordem.

Esta centralidade da vila de Ponte de Lima na rede viária regional só foi prejudicada no séc. XIX com a opção contranatura de gerar uma nova rede em função da capital do distrito então criado (Viana do Castelo), excêntrica em relação a ele. Foi o que aconteceu com a linha do caminho-de-ferro. Para que Viana ficasse bem servida, todo o distrito ficou assimétrico e isolado. Esta situação manteve-se até há vinte anos, quando o bom senso reformulou de novo as redes viárias, fazendo passar em Ponte de Lima a auto-estrada (A3) e, eventualmente a médio prazo, o TGV. Com esta reformulação, o Alto Minho equilibrou a acessibilidade perdida e recuperou alguma coerência territorial e por isso é legítimo admitir que se as acessibilidades fossem a única determinante na hierarquia dos lugares centrais, a vila de Ponte de Lima seria hoje a capital do Alto Minho.

O concelho em si também é bem servido de acessos, mas esta situação é recente e tem sido a causa da continuidade e dispersão do povoamento, que se estende já das áreas ribeirinhas às mais altas cumeadas. Mas nem sempre assim foi. A implantação humana,



7 - O Vale do Lima - do fraguado das montanhas ...



8 - ... ao intrincado parcelário agrícola das veigas.
Bacias visuais com origem em Castro Laboreiro e na serra de Arga

naturalmente atraída pelos solos úberes, foi-se verificando nas áreas baixas, poupando sempre os terrenos mais férteis, mas mantendo deles a proximidade necessária para o seu amanhã.

As freguesias abrangidas pelas veigas do Lima e dos seus principais afluentes neste concelho, o Labruja, o Trovela e o Esturãos, foram retalhadas num complicadíssimo parcelário, que originou um dos mais intrincados minifúndios do norte do país. Os assentos de lavoura foram-se multiplicando com a divisão contínua da propriedade e cada exploração abrangia glebas dispersas e por vezes exíguas, que tinham ainda como complemento bouças e matos espalhados nas encostas e cabeços, que forneciam a madeira, a lenha e a cama dos gados para produção dos estrumes.

Algumas destas explorações eram apanágio de famílias nobres, que as tinham agregadas às suas casas senhoriais e vinculadas em regime de morgadio, evoluindo em sentido inverso ao da propriedade alodial. Enquanto esta se retalhava, aquelas iam sendo emparceladas, sempre com as limitações decorrentes dos encargos impostos por diferentes estatutos que oneravam a sua livre fruição ou nos contratos de enfiteuse (emprazamentos e foros) que abrangiam a maior parte da propriedade rústica.

Até um passado muito recente, uma parte significativa da população estava fixada nas freguesias rurais e vivia da actividade agrícola, o grosso dela nas áreas de baixa, na periferia das veigas e a restante acantonada em aldeias compactas junto às rechãs das vertentes, onde colhia centeio e apascentava gado miúdo e graúdo. As culturas do milho e da vinha, que eram as principais produções e a parte substancial das pensões e foros que se pagavam aos senhorios, davam um contributo muito particular à paisagem, sempre dominada pela água em movimento e definida por um copioso mosaico de prados e milheirais, debruado por latadas de vinha e vinhas de enforcado, que até onde podia trepava as encostas de melhor exposição. A partir daí, as bouças de pinhal e as devesas de carvalhos que estruturavam o afolhamento e protegiam os campos das nortadas tornavam-se mais densas e cobriam a vertente até às cumeadas agrestes dos baldios, já dominadas pela penedia e matos rasteiros, onde apascentava o gado de vento e a eguada brava das comunidades serranas.

Foi nesta idílica paisagem, com o curso do rio Lima em primeiro plano, que a vila de Ponte de Lima tomou assento, estrategicamente situada num plaino ribeirinho bem

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA



9 - O Vale do Lima - do habitat concentrado das aldeias serranas ...



10 - ... ao habitat difuso que alcança toda a paisagem.
A aldeia de Sistelo, no concelho de Arcos de Valdevez e o vale do Esturãos, no concelho de Ponte de Lima

defensável e com um largo alcance de vista. Do interior da vila, que a partir do séc. XVI ocupava já praticamente todo o espaço intramuros, a envolvência não era facilmente perceptível, mas o rio com o seu extenso areal faziam parte do quotidiano da população urbana, que para aí espalhava as suas actividades e onde armava as tendas nos dias de feira.

Esta estratégica localização regional, quer pela modulação das distâncias, quer pela exclusividade do atravessamento do rio, já que a ponte foi durante muito tempo a única que o vale conheceu, concentrou nesta vila um conjunto de equipamentos e de serviços importantes nas relações que mantinha com o espaço rural envolvente e com os outros lugares da rede urbana – armazéns e adegas para conservar o cereal e o vinho produzidos nas explorações agrícolas e consumidos na vila; estábulo e cocheiras da mala-posta e dos almocreves, alquiladores, recoveiros e ferradores, que garantiam a logística dos transportes para Viana, Braga, Barcelos e para a Galiza; a gafaria, o hospital da Misericórdia e o militar de S. João de Deus e ainda os aquartelamentos fixos ou temporários das forças regulares e das milícias e ordenanças; a cadeia da Correição, que aqui teve a sua sede; uma grande quantidade de tabernas e casas de pasto e de estalagens que serviam os viajantes, mercadores e peregrinos que aqui confluíam para passar a ponte; e estabelecimentos artesanais e outras indústrias caseiras com clientela até fora da Província.

A privilegiada localização decorrente da ponte sobre o Lima e que justificou a feira que aqui se realiza quinzenalmente desde 1125, por isso considerada a mais antiga do país, foi o factor determinante da projecção que esta vila teve em todo o Entre Douro-e-Minho, permitindo-lhe ultrapassar as contingências da sua interioridade. De facto, a feira foi e ainda hoje é, uma rótula mercantil de enorme importância para esta vila, mas a par disso, é também aqui ou pouco a montante, que termina o curso navegável do rio, por onde chegava o sal para o abastecimento de todo o interior, a cantaria, a madeira e o calcário para obtenção da cal para a construção civil e um sem número de mercadorias que justificaram até a conformação de uma barca própria de quilha rasa que se navegava à vara neste troço.

Foi esta a realidade da vila de Ponte de Lima, até há bem pouco tempo. O concelho tem-se mantido rural, embora cada vez menos agrícola. Ainda que com algum potencial económico, a verdade é que, face à concorrência externa, a agricultura entrou num

declínio inexorável, a que se associou uma acentuada regressão demográfica com o recrudescimento da emigração e o envelhecimento dos residentes. Embora estes processos se vão atenuando, não se têm verificado alternativas de desenvolvimento capazes de contrariar as tendências instaladas. A agricultura deixou de ocupar um lugar de peso na base económica, mas em contrapartida, com a melhoria da rede de comunicações, as actividades secundárias e os serviços têm revelado algum desenvolvido nos últimos vinte anos, registando até alguma expressão. Mas se o estrangulamento ao desenvolvimento económico registado nas últimas décadas do séc. XX foi um foi uma circunstância constringedora, também, por outro lado, contribuiu para uma dilação do impacte negativo provocado pelas alterações estruturais. Vai-se reforçando, assim, a coerência interna do concelho, que se expressa numa grande identidade, dominada por um riquíssimo património natural, cultural e humano e que fundamenta novas esperanças de revitalização económica e social.

2 – Evolução histórica e urbana

Para melhor compreensão, começo por analisar o que se passou no noroeste peninsular, designadamente na região interamnense e com alguma focagem no Vale do Lima, onde se enquadra o caso de estudo.

Na região entre Minho e Cávado, abrangendo portanto todo o Alto Minho, gerou-se um habitat muito disperso, não se relevando, tanto quanto se saiba, para além de um ou outro aldeamento castrejo e dos pequenos conjuntos edificados monacais ou dos assentos de lavoura dos casais e quintãs, alguma *urbs* ou qualquer outra povoação significativa até ao reconhecimento pela Rainha D. Teresa da pequena povoação de *Ponte* ou *Loco Ponte*, junto à margem do rio Lima, onde se realizava uma importante feira e que mereceu, por isso mesmo, em 1125, a outorga de um foral.

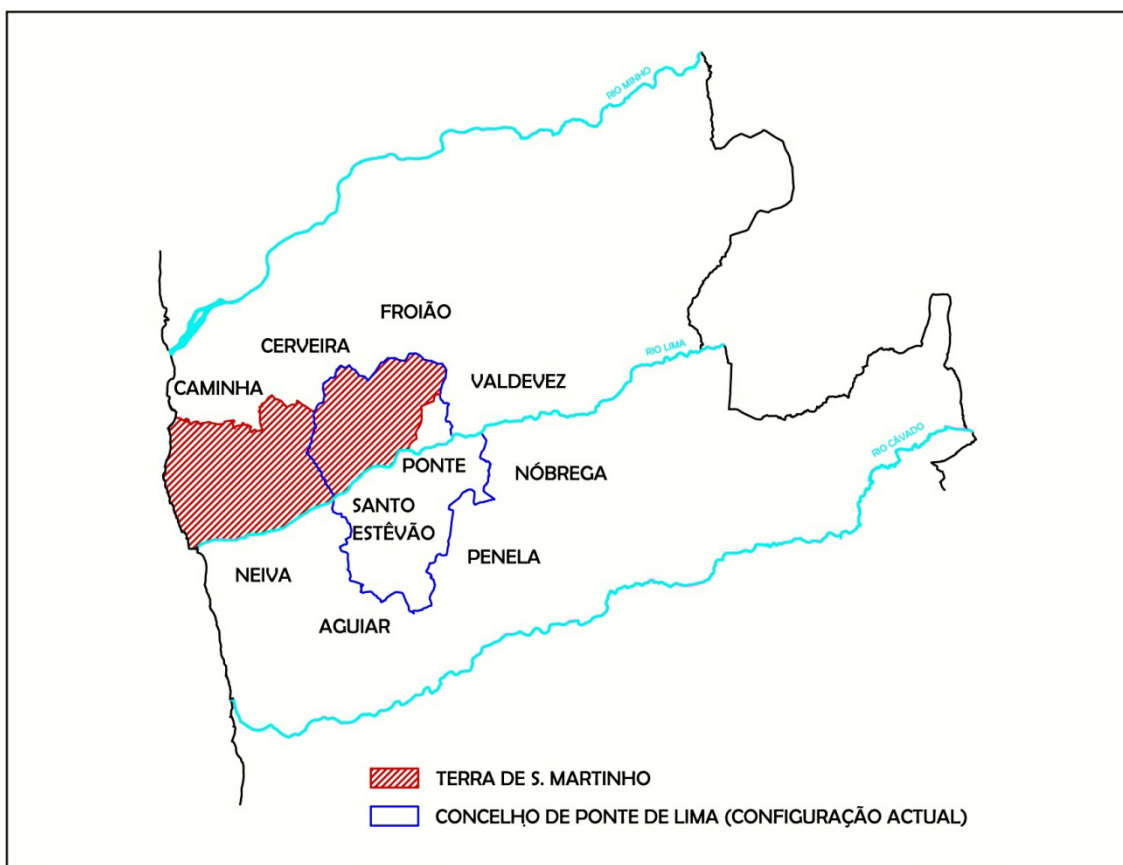
A sua localização na área ribeirinha, na confluência dos rios Lima e Labruja e na rota de vários itinerários regionais, fazia de Loco Ponte um ‘centro de recolha’ e um importante núcleo de mercado hierarquicamente superior aos assentamentos proto-históricos dos montes e cerros circundantes. Corresponde esta época à última fase do primeiro ciclo territorial do modelo estrutural de Caniggia (CANIGGIA, 1981) e o local é um claro

exemplo de culminação dos percursos agregados de cumeada, que Cataldi tipifica (CATALDI, 1977).

Nascia assim a vila de Ponte de Lima, ou melhor, confirmavam-se e reforçavam-se as suas prerrogativas, porque a povoação já existia há muito. É mencionada num documento público de 985 como *villa de Ponte in ripa Limia* (FERNANDES, 1960: 37) e no final de séc. XI já a sua igreja pagava de censo, um terço dos rendimentos (SÃO PAYO, 1929: 149-151).

Nesta época, e para me referir apenas ao território do Vale de Lima, ainda em Ponte da Barca não havia ponte e o embrião da actual vila, apenas designado Barca, não passaria de um pequeno amontoado de casas junto ao local onde a confluência de duas importantes vias exigia o atravessamento do rio; a actual cidade de Viana do Castelo correspondia a três *villæ* onde se viria a destacar a *proba* de S. Salvador do Adro, que D. Afonso III chamaria *Viana* no foral que lhe concedeu em 1258; quanto à vila de Arcos de Valdevez, a sua génese, ao tempo, mais não era que o local onde se realizava a feira do Ladairo, bem servido de acessos, junto à margem do rio Vez. E as *civitates* mais próximas do rio Lima eram Braga e Tui, sedes diocesanas distantes uma jornada.

A Reconquista respeitou os direitos de propriedade, mas transferiu para as Sés e respectivos Cabidos e para as instituições religiosas em geral, os bens confiscados às mesquitas muçulmanas, a que se juntaram outras doações e legados que aumentaram muito o património da Igreja. Por outro lado também a nobreza usufruía de grandes domínios adquiridos por confirmação régia do direito de conquista ou por usurpação de tenências. Constituía-se, assim, muitas possessões coutadas e honradas, onde os donatários detinham plena autoridade, com excepção apenas dos direitos de justiça suprema, que cabiam *in solidum* ao Rei. E o território foi organizado em “Terras” ou “Julgados”, circunscrições de carácter administrativo, judicial e militar, decalcadas de outras pré-existentes, que englobavam parcelas autónomas que dariam origem aos municípios. O Vale do Lima abrangia na margem direita a maior parte da Terra de S. Martinho (hoje a parte setentrional dos concelhos de Viana do Castelo e de Ponte de Lima) e a Terra de Valdevez; e na margem esquerda, as Terras de Neiva e de Penela (a parte meridional dos concelhos de Viana do Castelo e de Ponte de Lima) e a Terra da Nóbrega ou do Vade (actual concelho de Ponte da Barca).

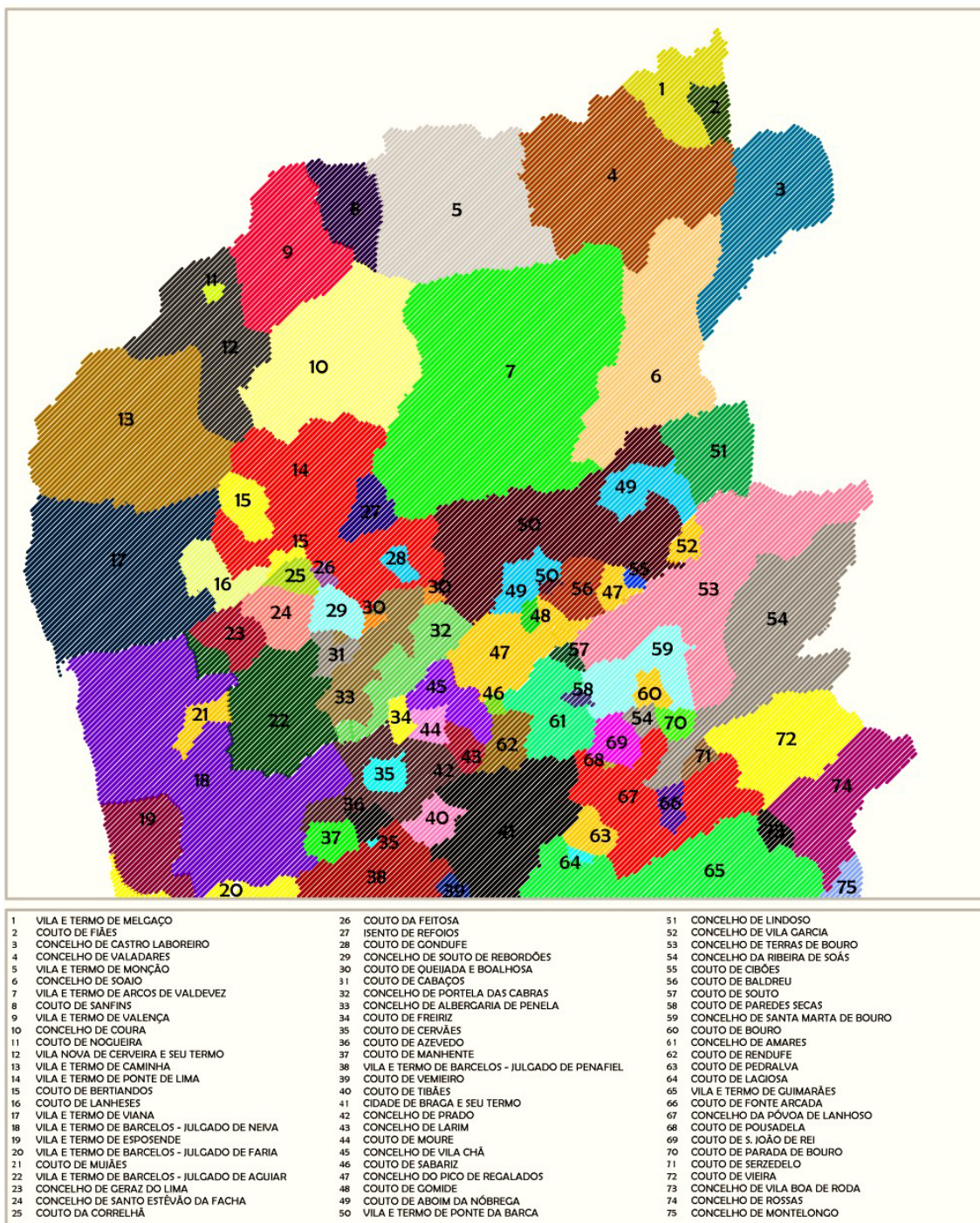


11 - A Terra de S. Martinho, que foi a génese do concelho de Ponte de Lima

Foi este o mapa da estruturação medieval do Vale do Lima na Alta Idade Média. Aqui se criaram, entretanto, muitos concelhos e senhorios privilegiados, de que foram donatários a Igreja e as suas instituições religiosas e grandes validos que emergiam na cena política, continuando depois na sua prole enquanto fosse do real agrado. A Coroa, A Casa de Bragança, a Mitra Primaz, as Ordens militares de Cristo e de Malta, alguns conventos, a Universidade de Coimbra e algumas famílias poderosas, nomeavam os Párcos e em muitos casos tutelavam a própria justiça.

Até à Reforma Administrativa de Mouzinho da Silveira, promulgada em 1832, o território que é hoje o concelho de Ponte de Lima (51 freguesias) era um mosaico de jurisdições, que correspondia, para além do próprio Termo da Vila de Ponte de Lima (incluindo já o Isento do Mosteiro crúzio de Refoios), também os pequenos concelhos de Rebordões, Santo Estêvão de Riba Lima e Bertianos e os Coutos de Correlhã, Queijada e Boalhosa, Cabaços e Gondufe e ainda partes dos extintos concelhos de Lanheses, de Albergaria de Penela e da Portela das Cabras, como do Julgado de Aguiar

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

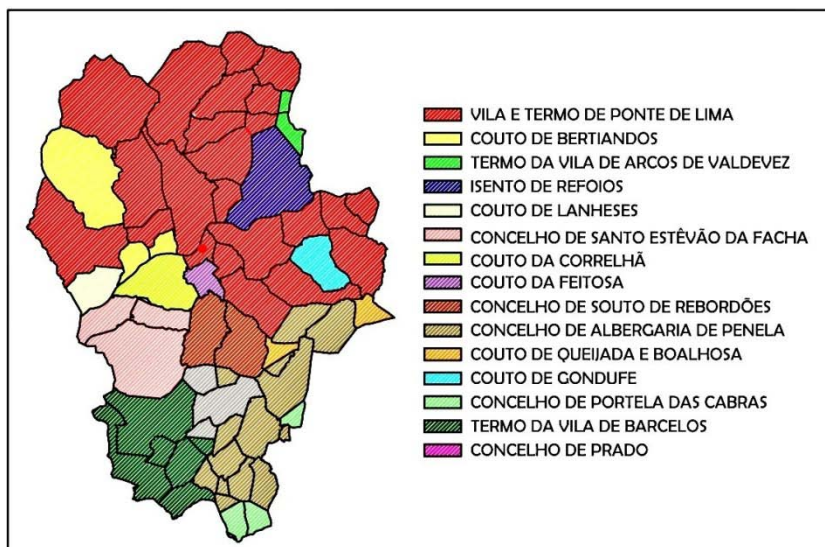


12 - Organização administrativa da região entre Cávado e Minho, forjada ao longo da Idade Média e que persistiu até à Reforma de 1832

da Comarca de Barcelos e de áreas residuais dos Termos de Arcos de Valdevez e de Prado. Uma complexa organização que vinha da Idade Média, com áreas correspondentes a dezasseis municípios ou outras circunscrições com jurisdição própria (CRUZ, 1970).

À vila de Ponte de Lima correspondia um Termo com 24 freguesias que pertencia à

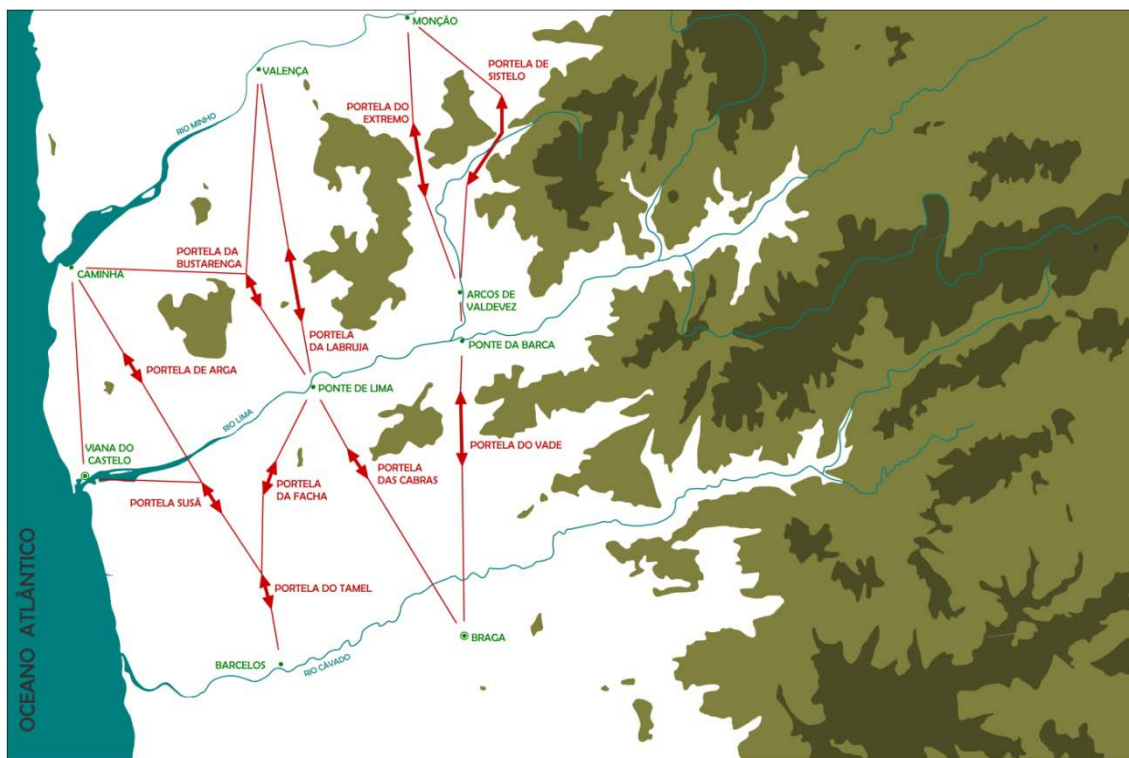
A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA



13 - Reorganização administrativa do concelho de Ponte de Lima, resultante da Reforma de 1832, com as 51 freguesias que ainda hoje conserva

Coroa, que sempre reservou para si a jurisdição e nunca dela renunciou a favor de outros donatários, cumprindo assim um compromisso várias vezes reiterado com os seus próprios moradores. Apenas, no séc. XV, doou os respectivos direitos reais aos Viscondes de Vila Nova da Cerveira, seus Alcaldes-mores, mas não abriu mão da jurisdição, que se manteve sempre reguenga até à Reforma Liberal.

O Termo, ou Município, como hoje se lhe chamaria, alargava-se por ambas as margens



14 – A centralidade de Ponte de Lima justifica-se pelo alinhamento de várias portelas orográficas, que originaram percursos viários antiquíssimos, entre os quais avulta a Via XIX do *Itinerarium Antonini*

do Lima, ficando a vila na sua periferia meridional. Aí confluíam, já na Baixa Idade Média, diversas estradas provenientes de Braga, Barcelos, Viana, Valença, Valdevez e Barca, sucedâneas ou eventualmente as mesmas que durante o Império Romano articulavam esta região. Entre elas, a antiga Via Militar XIX, que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Tude* (Tui), com a direcção sul-norte e uma Via Vicinal paralela ao rio na sua margem direita, com a direcção nascente-poente, provavelmente desde as altas terras dos Límicos, onde estava o *Forum Limicorum* (Xinzo de Limia) até ao mar. Cruzavam-se ambas no atravessamento do rio, na proximidade do local onde terá sido a *mansione* (ou a *statione*) *Limia*, sendo improvável a suposição da sua localização distante desta importantíssima infraestrutur³⁹. Na figura anterior percebe-se que o alinhamento da Portela das Cabras com a da Labruja definira o atravessamento do rio em Ponte de Lima no séc. I, como mais tarde também o alinhamento das portelas do Vade e do Extremo definiria o atravessamento em Ponte da Barca. Aquele atravessamento, consubstanciado pela via romana, gerou a ponte e o assento da vila. Depois, foi a ponte e a vila que geraram novas vias aí confluentes, designadamente o itinerário conhecido como Caminho Português de Santiago.

A maioria dos rios portugueses tem o seu curso vestibular perpendicular à costa atlântica, correndo de nascente para poente, o que justifica que as principais povoações ribeirinhas, procurando a exposição mais favorável, tenham assentado na margem direita. Assim acontece com Viana do Castelo, Barcelos, Vila do Conde, Porto, Coimbra, Lisboa e Setúbal, para não referir outros aglomerados, mas não com Ponte de Lima, pelo menos em relação ao seu posicionamento actual, o que justifica alguma ponderação sobre o assunto.

Não se conhece evidência alguma da *Limia* romana, nem mesmo qualquer vestígio arqueológico dessa época na área correspondente à actual vila de Ponte de Lima. Por outro lado, o tramo romano da ponte corresponde apenas a cinco arcos com os

³⁹ Este local designado *Limia* é referido por Pinho Leal (LEAL, 1990: VII-180) nos seguintes termos – “*Em um marco milliar achado por estes sitios [Capela de Nossa Senhora da Guia, no extremo meridional da vila de Ponte de Lima] se lia o resto de uma inscrição que dizia: A BRACARA ASTURICAM / LIMIA M. P. XIX / TUDE XVIII. Inscrição que bem mostra a existencia d’esta povoação no tempo em que foi feito o Itinerario de Antonino Pio, antes do seculo V*”. Contudo, não existe qualquer vestígio do paradeiro deste marco miliário e a leitura epigráfica tem evidentes erros de leitura e confunde o *caput viarium*, não sendo, por isso, credível esta referência. Matos Reis é da mesma opinião e aduz argumentação para localizar a milha XIX nas proximidades da capela de Santo Amaro, entre as freguesias de Feitosa e Fornelos, justificando assim a localização aí da *statio Limia*, admitindo que apenas uma pequena guarnição encabeçada num *pontifex* guardasse e mantivesse a ponte, estacionada nas suas imediações (REIS, 2000: 34).

respectivos tímpanos intermédios onde, nalguns, se reconhece ainda o aparelho rústico almofadado e as marcas do *forfex*. Precisamente os cinco arcos do seu topo poente, já que os outros três deste tramo são muito posteriores, e os do tramo nascente, em número de dezassete (dois dos quais soterrados no Largo), são inegavelmente góticos, com aduelas e silhares siglados em toda a sua extensão e sem quaisquer características do aparelho clássico. Trata-se, claramente, de duas pontes acopladas e absolutamente distintas, assim na morfologia, como na cronologia. Significa isso que quando D. Dinis determinou a reformulação do atravessamento do rio Lima neste local, não necessitou de intervir na ponte romana e construiu na íntegra uma ponte gótica, aparentemente sem reutilização dos elementos primitivos. Ou seja, a deterioração aniquilara totalmente o tramo nascente da ponte, inviabilizando mesmo a sua recuperação, enquanto o tramo poente, que não estaria tão afectado, terá justificado, quando muito, uma operação de restauro.

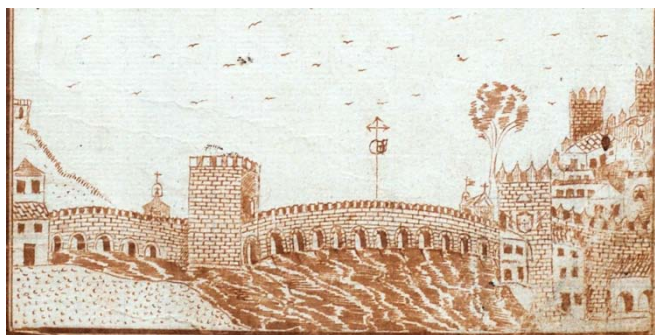


15 - Os dois tramos da ponte de Ponte de Lima – o gótico à esquerda, sobre o rio e o romano à direita, em seco

Visto desta forma, o problema da interpretação da origem da ponte parece simplificado – a iniciativa trecentista resume-se apenas ao tramo gótico e tratou-se de uma construção de raiz. Por outras palavras, até ao séc. XIV pode não ter havido ponte alguma sobre o curso principal do Lima ou ter tido uma existência precária e, neste caso, a ponte romana existente e actualmente em seco, cruzaria apenas um braço do rio, um meandro morto ou um seu afluente.

Por outro lado, a análise da carta geológica⁴⁰ permite concluir que nesta área o solo é constituído por aluviões recentes depositadas sobre uma formação de rochas silúricas metamorfizadas, onde encaixam filões pegmatíticos e provavelmente quartzitos, com a orientação genérica NW-SE, que acompanham o vale do afluente Labruja e orientam o seu curso. Ora, este rio subsidiário do Lima e que nele desagua a escassos quinhentos metros a montante da ponte romana, parece ter o seu percurso final desviado a partir da azenha da Rebimba e novamente depois da azenha do Arquinho, descrevendo um estranho meandro até ao Lima, onde é cruzado pela ponte com a mesma designação de Arquinho, uma construção que não é anterior ao séc. XV.

Tudo indica que no final da Idade Média terá sido feita uma correcção do curso final do Labruja, aproveitando a orientação dos afloramentos rochosos, para desviar o seu leito aparente e provocar a dejeção no Lima mais para montante.



16 – Duas representações das pontes de Ponte de Lima, uma de 1769 (pormenor do frontispício dos *Acordaons da Camara da villa de Ponte do Lima*) e outra de 1821 (pormenor do frontispício dos *Estatutos da Irmandade de Santo António da Torre Velha*), que registam as águas do rio a correrem ainda sob a ponte romana

⁴⁰ Carta Geológica de Portugal – Folha 5-A (Viana do Castelo), Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, 1970



17 - O tramo romano (poente) da ponte de Ponte de Lima



18 - O tramo gótico (nascente) da ponte de Ponte de Lima

Facilmente se entende isto, se se tiver em conta o efeito de barragem que a ponte gótica terá causado na veiga, primeiro com a humedificação da área urbana de Além da Ponte e depois com o encharcamento das áreas agrícolas envolventes, o que conduziu ao seu assoreamento. Antes que esta correcção se fizesse, o Labruja precipitar-se-ia no Lima no local onde hoje estão as pontes e, por isso mesmo, a ponte romana venceria apenas o afluente Labruja. A cunha de



19 – Trajecto presumível (a tracejado vermelho) do curso original do rio Labruja no rio Lima, sobre a Carta Geológica de Portugal (Folha 5-A)

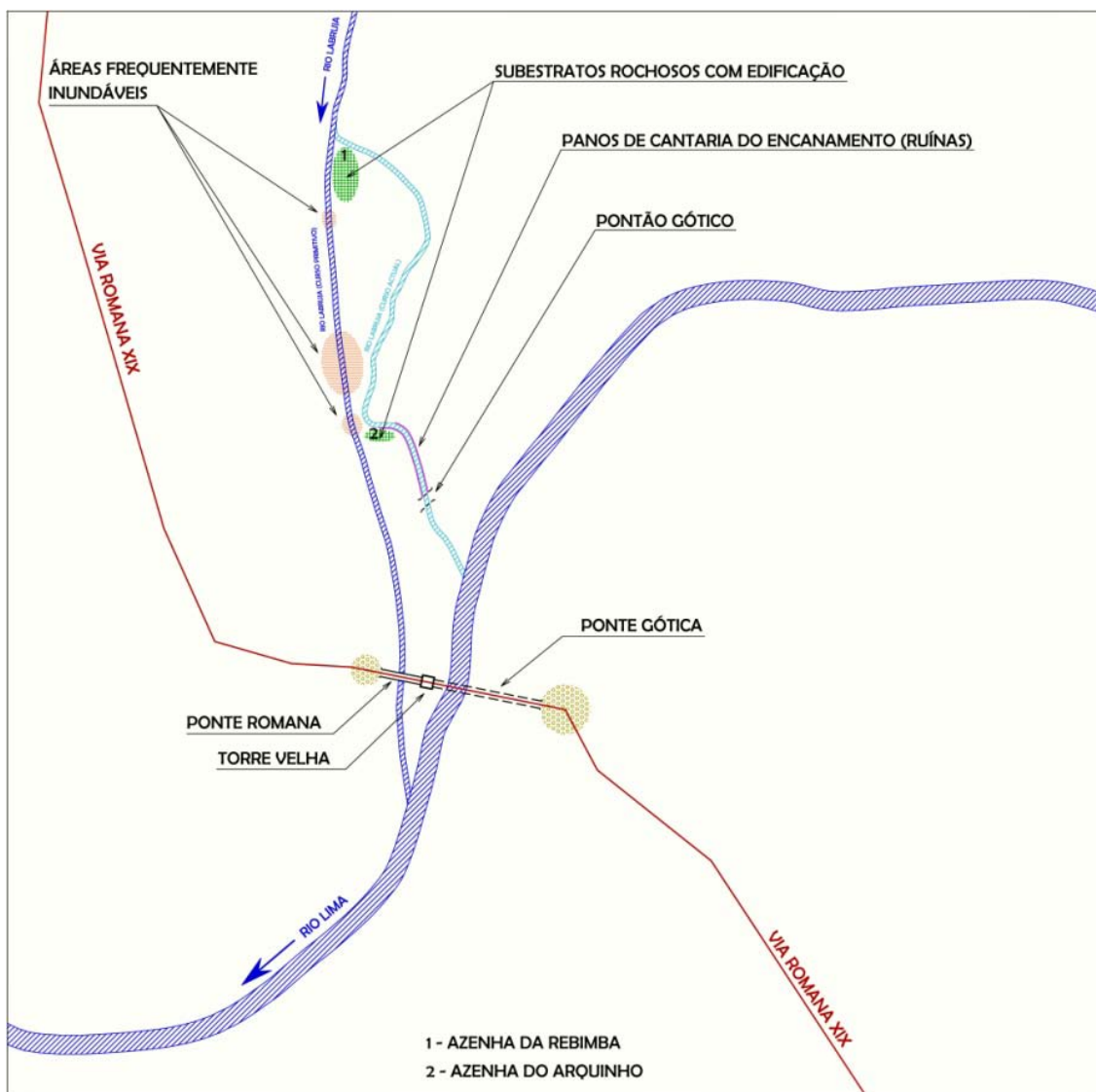
dejecção era constituída por um esporão rochoso, sobre o qual se veio a construir a Torre Velha e, mais tarde, a igreja de Santo António com a sua esguia torre sineira, que sempre manteve a verticalidade do seu prumo, o que não seria possível, se não tivesse uma fundação firmemente apoiada na rocha⁴¹. E era essa formação rochosa, provavelmente de origem filoniana, a estrutura responsável pela confluência dos dois rios, estrutura que, já na Idade Moderna, seria transversalmente vazada para reforçar a drenagem do leito de cheia do Lima.

Nesta suposição, até ao séc. XIV, havia uma ponte romana sobre o rio Labruja praticamente em cima da sua foz, com um povoado assente no lado direita e um pesado torreão de defesa no esporão que formava o lado oposto, tudo na margem direita do



20 – Perfil longitudinal das pontes romana e gótica de Ponte de Lima, indicando a vermelho as torres que as flanqueavam (Torre da Ponte, à direita e Torre Velha, à esquerda) e os dois arcos soterrados no Largo de Camões

⁴¹ Esta verticalidade só muito recentemente sofreu desvios, que a olho nu já são perceptíveis mas que não parece decorrerem de causas naturais, designadamente da capacidade de suporte da fundação.



21 - Justificação esquemática do presumível desvio do rio Labruja

rio Lima. Na margem esquerda, onde hoje é a vila de Ponte de Lima haveria, muito provavelmente, outro povoado, embora sem ligação àquele, se realmente não existia ponte sobre o Lima. A eventualidade da existência de uma ponte de madeira, solução comum em toda a Idade Média, é pouco credível, porque o regime torrencial deste sistema hidrográfico não concorria para a sua conservação e também a hipótese da existência de um parcel deve ser considerada remota, porque o assoreamento que hoje quase permite a passagem a vau, é uma consequência tardia, decorrente da construção da ponte gótica. De qualquer modo, alguma evolução se terá verificado, porque o topónimo “Ponte” surgiu e nunca mais se perdeu.

Se é plausível, como se viu, a existência de um povoado primitivo no local onde hoje é o bairro de Além da Ponte, com o típico assento preferencial na margem direita e ainda com um sistema de defesa apoiado num esporão ou num tómbolo reforçado por um torreão em comunicação com uma ponte de alvenaria, já a ocupação da margem esquerda não é tão óbvia, sem vestígios arqueológicos evidentes que permitam sequer suspeitar dessa possibilidade⁴².



22 - Apontamento desenhado numa carta de 1798, que corrobora a tese da passagem do rio Labruja sob a ponte romana, embora se trate de uma reminiscência já então sem correspondência real

Contudo, o cruzamento de duas vias importantes terá com certeza justificado aí a fixação de um povoado, embora nada permita concluir que se tratasse da *mansione* ou da *statione Limia* que, com maioria de razão, pode ter sido o embrião de Além da Ponte.

Nos alvares do séc. XII existia já um aglomerado com alguma coerência urbana designado “Ponte”, porque é a ele que a Rainha D. Teresa outorga um importante foral em 1125⁴³. Ponte ou *Loco Ponte*, como é referido no foral, era já o núcleo da vila de

⁴² Não há registo de qualquer elemento ou vestígio edificado anterior à Baixa Idade Média ocorrente na área da actual vila de Ponte de Lima. Um capitel atribuível ao período bárbaro e achado no início do séc. XX numa casa da vila, deve ter vindo de outro local e não se conhecem outros fragmentos líticos, numismas ou mesmo *tegulae* inequivocamente oriundos desta área. Para além de um castro, a cavaleiro da vila, que se conserva em parte na mata da Casa de Nossa Senhora da Aurora, parece que a área da vila só terá tido ocupação fixa e definitiva a partir do final da Alta Idade Média.

⁴³ O original deste foral está perdido, mas conhece-se o essencial do seu conteúdo pelos sucessivos documentos régios de confirmação. A partir deles, Matos Reis fixou o texto em latim e apresentou uma tradução ajustada (REIS, 2000: 61) — *Em nome de Deus e da indivisa Trindade. Eu, Rainha Dona Teresa, filha do Rei Afonso [desejo-vos] saúde no Senhor. Aprouve-me fazer vila o supra-nomeado lugar de ponte. Estabeleço, decreto e determino firmemente como será para sempre desde já, 4º dia antes das Nonas de Março da era de 1163. Eu, Rainha, faço couto aos homens que aí quiserem habitar. O seu termo parte por foz do Trovela e daí por entre a vila Sendim e [a vila] Domez, e daí por Pedra Rodada, e depois sobe ao castro de Gaia [?] e desce à Portela de Arca, e vai a Mirancelhe e daí ao Lima. Se alguém tentar infringir o meu decreto, pague seis mil soldos; e se alguém fizer mal aos habitantes da supradita vila fora do seu couto, pague quinhentos soldos; se alguém fizer alguma coima fora do seu couto aí não for detido, seja livre; e se alguém fizer algum mal aos homens que de qualquer terra vierem à feira, tanto na ida como na vinda, pague sessenta soldos. Os que habitarem na vila pagarão das suas casas um soldo por ano, nada pagando das suas cortinhas; as herdades que os habitantes desta vila tiverem fora do seu termo fiquem coutadas; do que colherem nas terras arroteadas paguem um terço e das não arroteadas um quinto. Eu, Rainha Teresa, e meu filho Afonso, Rei, assinamos por mão própria esta carta. Testemunhas: Conde Fernando confirmou; Conde Gomes Nunes confirmou; Paio Vasques, dapifer da cúria, confirmou; Sisnando Ramires, governador de Riba Lima como mandatário da Rainha, confirmou; e muitos outros homens bons [...]; Paio, Arcebispo de Braga [confirmou]; Pedro notou.*

Ponte de Lima, porque o texto do foral delimita o couto que lhe foi definido e que corresponde a um território pouco mais ou menos equivalente às actuais freguesias de Ponte de Lima e de S. Mamede de Arca, com uma pequena incursão na da Correlhã. Um Termo bem pequeno, comparado com aquele que, algum tempo depois, lhe seria definitivamente submetido.

Por outro lado, também a expressão “fazer vila” (*faciam villa*) era utilizada com o sentido de fortificar uma povoação, o que tem pleno cabimento nas preocupações políticas daquele tempo, porque contribuía para o reforço territorial ao longo do Lima, onde se demarcavam os territórios da



23 - Vestígio de uma estrutura defensiva no interior da Alcaidaria de Ponte de Lima, anterior à muralha trecentista, deixada a descoberto em recente sondagem arqueológica

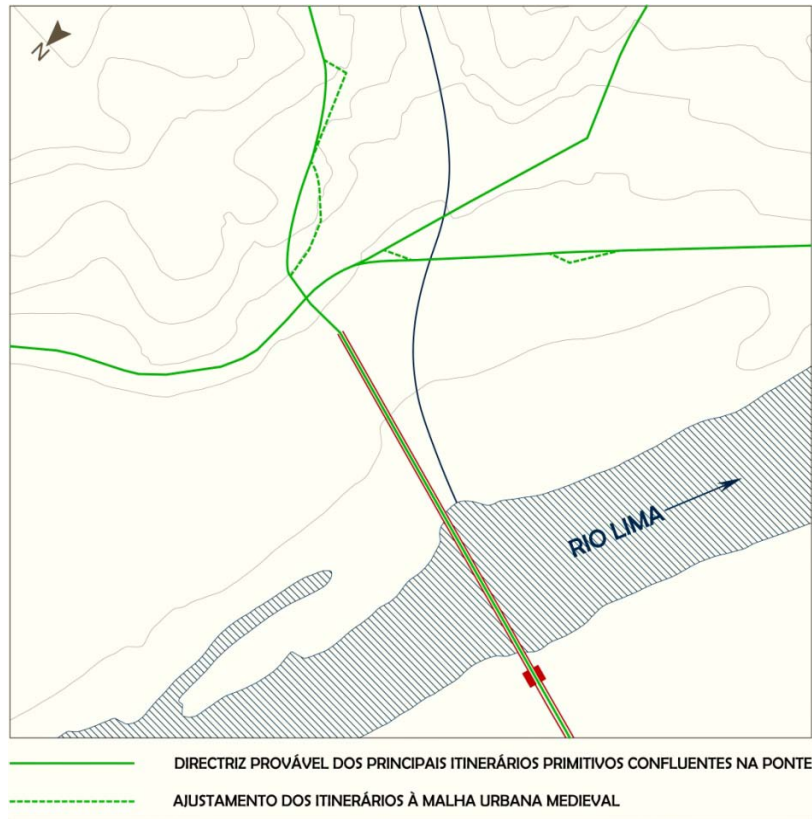
arquidiocese de Braga e da diocese de Tui e permitia o controlo do atravessamento do rio, fosse qual fosse o modo como ele se fazia. Em sondagem arqueológica realizada há poucos anos num local elevado, onde se veio a erguer a alcáçova, encontrou-se um pano de muralha indubitavelmente anterior à muralha da vila, que pode ser um testemunho de uma primitiva fortificação.

A edificação ter-se-á desenvolvido a partir do cruzamento das vias e ao longo delas, naturalmente de forma mais densa na via paralela ao rio, que era de nível e mais rarefeita ao longo da via militar, que se iniciava com uma articulação de trainéis com uma inclinação média de 18%.

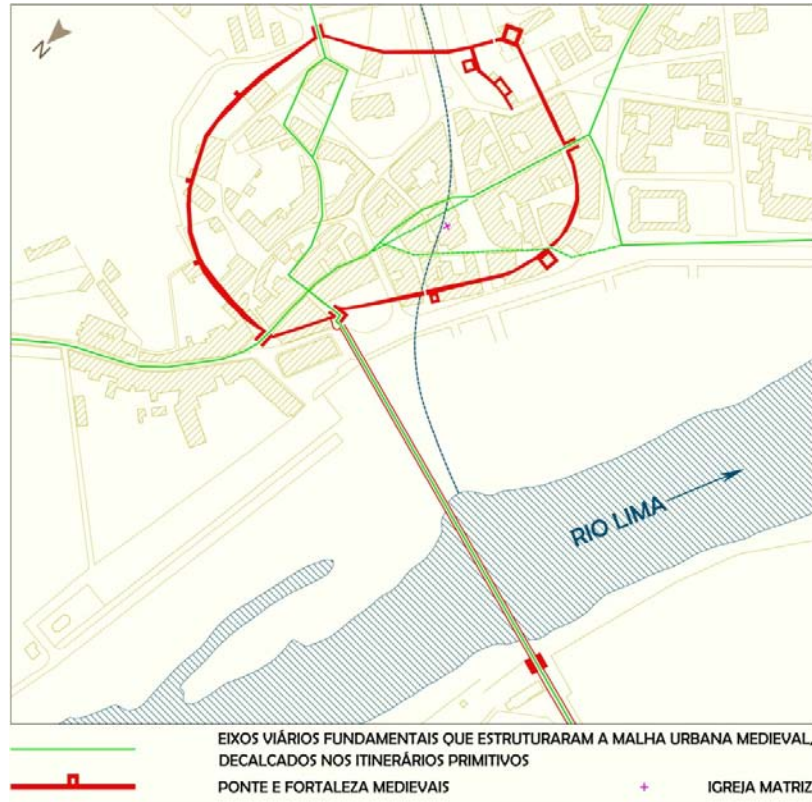
Em 1316, já as obras da ponte gótica estavam em curso⁴⁴. Quando se concluíram, a ponte, com um desenvolvimento de cerca de trezentos metros e um tabuleiro com

⁴⁴ Esta circunstância é referida por Miguel Roque dos Reis Lemos a respeito do Pergaminho nº 54 do Maço VI do Arquivo Municipal de Ponte de Lima, documento cujo paradeiro hoje se desconhece, há muito desaparecido do respectivo espólio. Matos Reis faz também esta referência (REIS, 2000: 81, nota 60).

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA



24 – Itinerários que terão justificado o embrião urbano de Ponte de Lima



25 – Conformação da muralha e da estrutura urbana de Ponte de Lima aos itinerários primitivos



26 – As lápides de D. Pedro e de D. Manuel, que registam a construção da muralha e torres no séc. XIV e a reforma da ponte gótica no séc. XVI

a largura de quatro, era constituída por dezassete arcos ligeiramente apontados e tímpanos apoiados em talhamares e vazados por arcos góticos. No seu flanco ponte firmava-se uma torre mais antiga, que protegera já a ponte romana e que ficou conhecida por Torre Velha, de que ainda existe o embasamento até à rasante do tabuleiro, naturalmente reformulada nesta época, já que se apresenta profusamente siglada. Esta torre, que ficou registada numa fotografia de 1857, ano em que se iniciou a sua demolição, estava vazada por um túnel que permitia o acesso à ponte e desembocava num arco gótico, benfeitoria que deve ter sido realizada em conjunto com as obras da ponte, tendo já em vista a fortificação da vila e de que passou a fazer parte integrante, isto se se aceitar que a torre não tenha sido integralmente refeita neste tempo. Atesta a intervenção uma lápide colocada sobre a porta, que ainda hoje, embora apeada, se conserva neste local⁴⁵.

No reinado de D. Manuel I foi a ponte de novo pavimentada e ameadada em toda a sua extensão, iniciando-se as obras em 1506, conforme esclarece uma lápide comemorativa coeva que, apesar de truncada, ainda subsiste⁴⁶. O pavimento em lajedo foi diversas vezes substituído⁴⁷ e os merlões paulatinamente derrubados para o areal, onde jazeram

⁴⁵ O texto gravado em torno de um escudo das armas reais com dezasseis castelos, diz o seguinte – REINÁT : O MVI : NOBRE : REY : DOM : PEDRO : NA : ERA : DE : MIL : ET : CCC : LXXX : VII : ANOS : MANDOV : RENOVAR : ESTA : VILA : E : FAZER : ESTAS TORRES : PER : ALVAR : PAES : SEV : COREGEDOR : E : COMEÇARON : A BOTAR : A : PEDRA : VIII : DIAS DE : MARÇO : E : COMEÇAROM : A : AOS : III : DIAS : DE : JULHO

⁴⁶ Esta lápide, que esteve fixada na fachada da capela de Nossa Senhora do Rosário até ao início do séc. XX emparelhava com outra que apresenta as armas reais e uma esfera armilar, a conhecida empresa de D. Manuel I. A epígrafe diz – NOSSO S.R ELREY DÕ MANUE [L MAN] DOU CALÇAR E AMEAR ESTA [PONTE] E TORRE ASSI COMO STA CO [ME] ÇOUSE A VI DE JUNHO DE M [...] E ACABOUSE NO ANO DE [N. SR. DE] M E BVI DIEGO DE PONTE E D(IEGO) A(FONS)O.

⁴⁷ O lajedo do pavimento foi reformado, pelo menos – em 1641/1642, a 600 reis a braça (Livro de Actas da Vereação, 1639-1642, fls. 156 vº e 184 e 1642-1646, fl. 6); em 1646, com o conserto de um arco

durante séculos, até que o Município, há poucos anos, decidiu recuperar alguns para restaurar um troço de dez metros, que assim ficou como referência histórica⁴⁸.



Concluída a ponte,

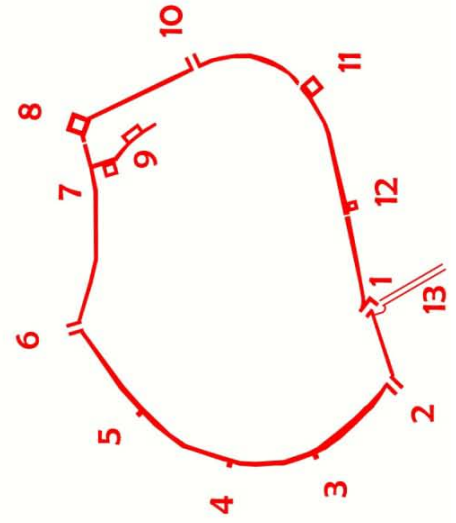
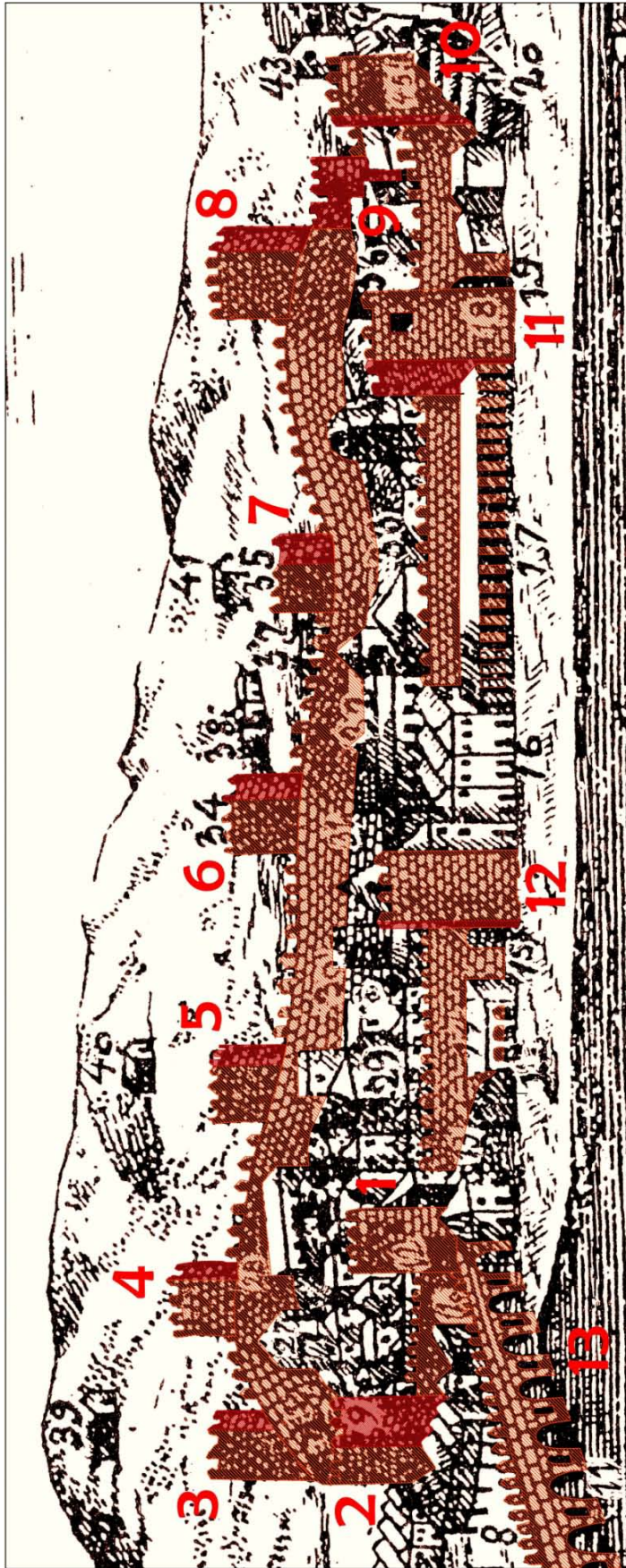
já no reinado de D. 27 - Merlões recolocados no parapeito da ponte, numa extensão limitada do seu topo nascente Pedro I, iniciou-se a

cerca da vila em 1359, conforme se lê na lápide da Torre Velha e treze anos mais tarde, em 1372, estava definitivamente concluída. Uma carta enviada pela Câmara ao Rei dá conta disso mesmo e aduz a justificação da iniciativa – *...sabede que o cõcelho e homões boõs de pomte de lyma nos enviarom dizer que a dicta uilla nom era povoada como compria, e que a cerca que nos hi mandamos fazer e acabar era grande e que era nosso serviço de se povoar melhor a dita uilla...*

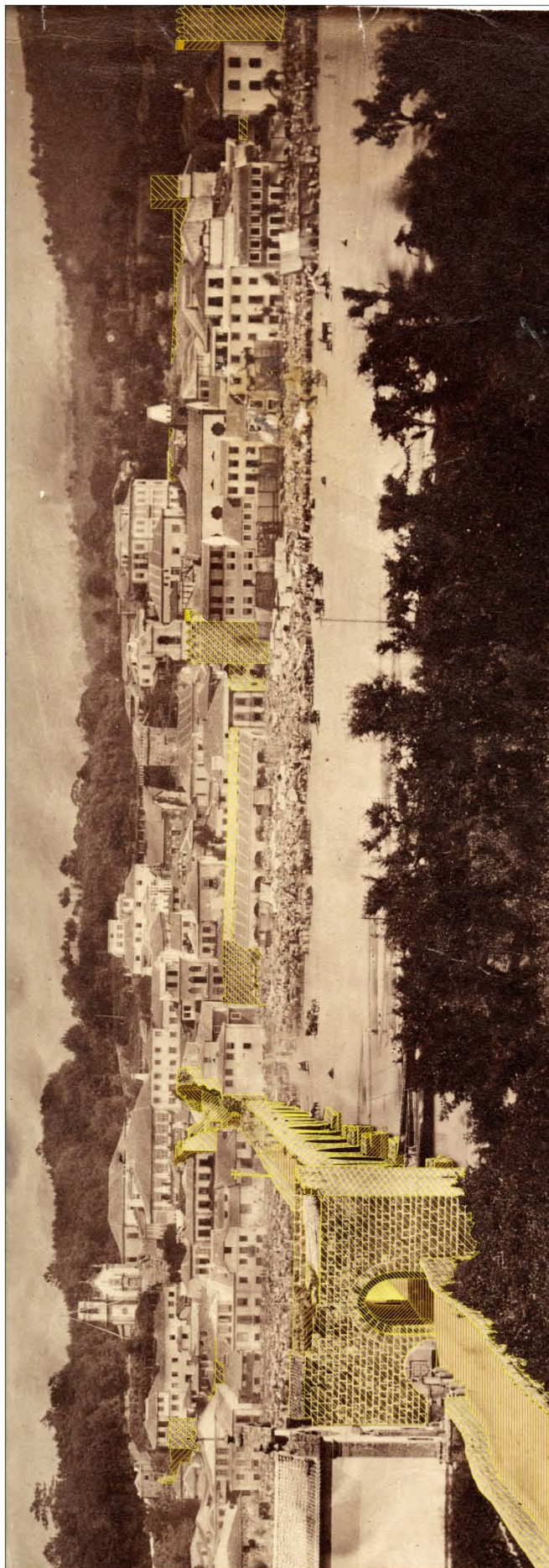
Ficou constituída por uma cinta de muralhas com o perímetro total de cerca de 400 braças (880 metros) (área – 53.372 m²) e uma espessura variável entre 2 e 3 varas (2,20

arruinado (Livro de Registos do Município, 1646-1656, fl. 202); em 1662 (Livro de Actas da Vereação, 1660-1665, fl. 139 vº); em 1698 (Livro de Actas da Vereação, 1696-1699, fl. 77); em 1723, estando a ponte muito arruinada (Livro de Actas da Vereação, 1723-1725, fl. 38); em 1745, com a sua substituição total (Livro de Actas da Vereação, 1741-1745, fl. 177 vº); em 1747, junto à Torre Velha, incluindo o arranjo da estrutura, arruinada por uma cheia (Livro de Actas da Vereação, 1745-1749, fl. 96); em 1770 (Livro de Actas da Vereação, 1768-1771, fls. 74 e 182 vº); em 1780, de novo pela ruína causada por uma cheia (Livro de Actas da Vereação, 1775-1781, fl. 225 vº); em 1826, com a reconstrução de dois arcos destruídos pelos realistas na invasão que fizeram a 1 de Fevereiro (Livro de Actas da Vereação, 1820-1825, fls. 174 e 1825-1834, fl. 61 vº); em 1839, com a recuperação de três arcos na área central e também do tramo poente, arruinados com a cheia de Novembro de 1837 (Livro de Actas da Vereação, 1839-1841, fls. 44, 46 vº e 48); e em 1853, com ladrilho novo e outros concertos (Livro de Actas da Vereação, 1852-1856, fls. 54 vº e 212). A partir desta data, com a utilização da ponte pela Estrada Real nº 30, é provável que as despesas de conservação tenham passado a ser suportadas pelo Governo.

⁴⁸ A Vereação já dispusera sobre a segurança das ameias em reunião de 5 de Setembro de 1626 (Livro de Actas da Vereação, 1625-1626, fl. 158 vº) e mais tarde, em 22 de Julho de 1758, mandou que o Procurador do Concelho recolhesse em local seguro as que estavam caídas no rio e no areal (Livro de Actas da Vereação, 1754-1759, fl. 239).



- 1 - TORRE E PORTA DA PONTE
- 2 - TORRE E PORTA DE S. JOÃO
- 3 - TORRE DA ESCRIMA
- 4 - TORRE DAS PEREIRAS
- 5 - TORRE DA CARVALHEIRA
- 6 - TORRE E PORTA DE BRAGA
- 7 - TORRE DA POLVORA
- 8 - TORRE DA MENAGEM
- 9 - ALCAIDARIA (CASTELO) E SUA PORTA
- 10 - TORRE E PORTA DO SOUTO
- 11 - TORRE DA CADEIA E PORTA NOVA
- 12 - TORRE DE S. PAULO
- 13 - PONTE



29 - Excerto de uma fotografia da vila de Ponte de Lima, feita em 1858, que regista ainda algumas torres e panos da muralha, que foram demolidos nos anos subsequentes.
A fotografia integral está incluída no Apêndice da Dissertação.

a 3,30 metros), reforçada por onze torres, para além da Torre Velha, entre as duas pontes, ficando esta com a função de albarrã quando, por necessidade de defesa, a ponte se assumia como couraça. De diferentes dimensões, mas todas de planta mais ou menos quadrangular, as torres eram as seguintes:

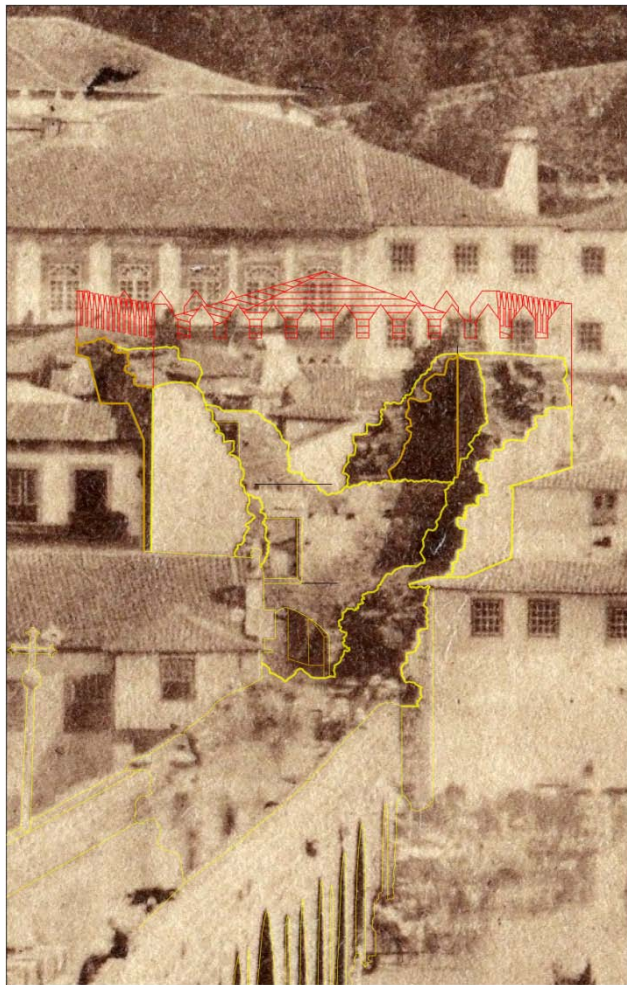
→ Torre da Ponte, do Eirado ou dos Grilos– de planta rectangular (7,7 x 4,8 m = 7 varas x 4 varas e 2 palmos), ficava à boca da ponte mas não no seu enfiamento, o que permitiu o funcionamento de um dispositivo de defesa – a barbacã de porta – identificado numa sondagem arqueológica realizada no Largo de Camões em 2000⁴⁹. É provavelmente da esplanada (ou eirado, de eira) fronteira à porta e que permitia fazer o cotovelo da entrada, que deriva a designação de Torre do Eirado, pela qual ela foi durante muitos anos conhecida, não se sabendo, contudo, a explicação do epíteto “Grilos” com que surge nalgumas referências. Nesta campanha detectou-se a existência das primeiras fiadas da silharia isométrica da torre, conservando ainda um ligeiríssimo alambor e a sua



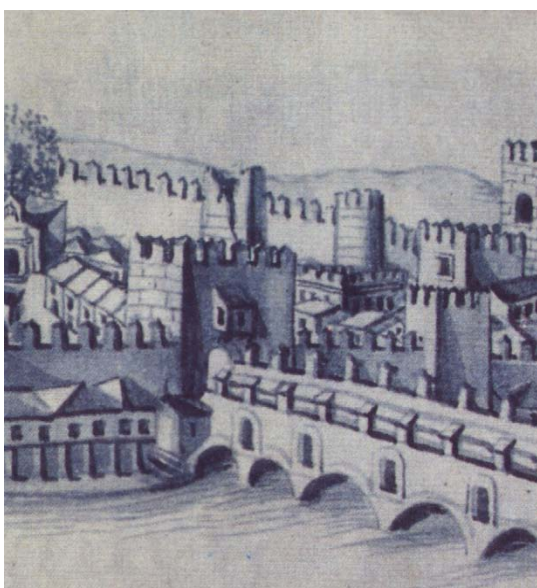
30 - O embasamento da Torre da Ponte, posto a descoberto numa campanha arqueológica realizada no ano 2000

⁴⁹ Curiosamente, as representações iconográficas antigas onde esta torre é visível não permitem confirmar esta situação e até induzem diferente interpretação, inclusivamente a fotografia de 1858. Apenas um desenho aguarelado do início do séc. XVII e incluído no códice *Typis Portugaliæ*, pertencente a uma colecção particular, embora pouco preciso em pormenores, sugere a barbacã com a colocação da porta em posição não centrada.

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA



31 - A Torre da Ponte, já em fase adiantada da sua demolição, realçada a amarelo numa fotografia de 1858, cujo formato integral se inclui no Apêndice desta Dissertação. São ainda perceptíveis os três pisos, uma parede interior constituindo um septo transversal, que contém uma porta de arco apontado e uma outra, de verga recta, no primeiro sobrado. A vermelho, sugere-se a dimensão original da ponte



32 - Duas representações pouco realistas da Torre da Ponte, mas que registam a existência de uma janela de balcão na parede volvida à ponte. A primeira, numa aguarela dos inícios do séc. XVII, do códice *Typis Portugaliae* e a segunda, de 1839, do álbum de Georges Vivian, ambas excertos de imagens que se apresentam integralmente no Apêndice desta Dissertação



33 - A Torre da Ponte apresenta no embasamento um ligeiro alambor, que é uma característica eminentemente gótica das estruturas defensivas medievais

ligação com os panos de muralha adjacentes. A altura total não é conhecida com exactidão, mas sabe-se que tinha três pisos, que se reconhecem claramente na fotografia de 1858⁵⁰ e na face voltada ao rio e à ponte, um balcão (ou uma ladroneira) apoiado em matacões⁵¹ estava sobreposto a um escudo das armas reais com treze castelos, flanqueado por dois anjos turibulários apoiados em mísulas, elementos que ainda se conservam à guarda do Município. Articulada com a barbacã, esta torre continha a designada Porta da Ponte, que lhe dava serventia e era a mais importante da vila. Todo este conjunto foi demolido entre 1857 e 1858⁵², mas a sua implantação e a dos panos contíguos da muralha haveriam de ficar registados na

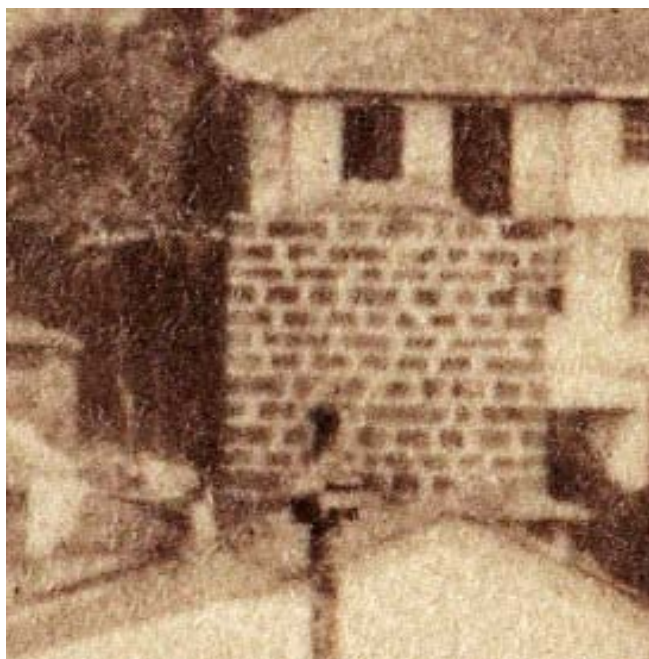
⁵⁰ Estes três pisos, rés-do-chão e dois sobrados, são reconhecíveis na fotografia de 1858, aqui reproduzida. Também se confirma esta cêrcea na resposta que a Câmara, em 1834, dá ao requerimento do Capitão-mor Tomás Malheiro Correia Brandão, para que se inicie a demolição das Torres da Ponte e de S. João e se lhe confie a pedra, para ele, à sua própria custa, fazer a estrada de Santa Marinha de Arcozelo, se os lavradores garantissem os carros (Livro de Actas da Vereação, 1834-1836, fl. 3). A Câmara decidiu chamar o Tenente-Coronel de Engenheiros João António de Almeida Cibrão, que estava encarregado de medir a altura até onde deveriam ser demolidas estas torres, que informou que só haveria demolição até 36 palmos (7,92 m) medidos acima da calçada, ou seja, até à segunda fiada sobre a pequena janela voltada à ponte, contada desde os cachorros da janela rasgada para a parte de baixo, onde está uma pedra marcada com a letra J, devendo ficar os panos sobre as padieiras das quatro portas da torre nesse mesmo nível (Livro de Actas da Vereação, 1834-1836, fl. 41). Este vão que serve de referência à medição, deve ter sido uma reconfiguração da porta primitiva que servia o balcão medieval e os cachorros, os que suportavam os anjos turibulários que acompanhavam o escudo com as armas do Reino.

⁵¹ Parece ser esta torre que Vivian apresenta em primeiro plano na sua gravura de 1839 sobre Ponte de Lima (VIVIAN, 1839: grav. 22), onde se distingue perfeitamente o balcão. Contudo, o tempo entre o esquiço apontado no local e o acabamento que provavelmente já se realizou em Inglaterra, induziu algumas imprecisões como o da colocação do campanário da Irmandade do Santíssimo sobre esta torre, numa clara confusão com a de S. Paulo, que não tem qualquer fenestração.

⁵² A Câmara Municipal decidiu a demolição em sessão de 27 de Agosto de 1857, que foi ratificada por alvará do Governo Civil de Viana do Castelo de 5 de Novembro do mesmo ano (Livro de Actas da Vereação, 1857-1860, fls. 26 vº e 34vº).

estereotomia do pavimento do Largo de Camões, após a conclusão da referida campanha arqueológica.

→ Torre de S. João – a pouco mais de 50 metros da anterior, para norte e no sentido de rotação inverso, esta torre tinha apenas dois pisos sendo o inferior provavelmente vazado por uma porta⁵³, também com a designação de S. João, à boca da rua do mesmo nome. O piso superior era totalmente ocupado por uma capela abobadada, com

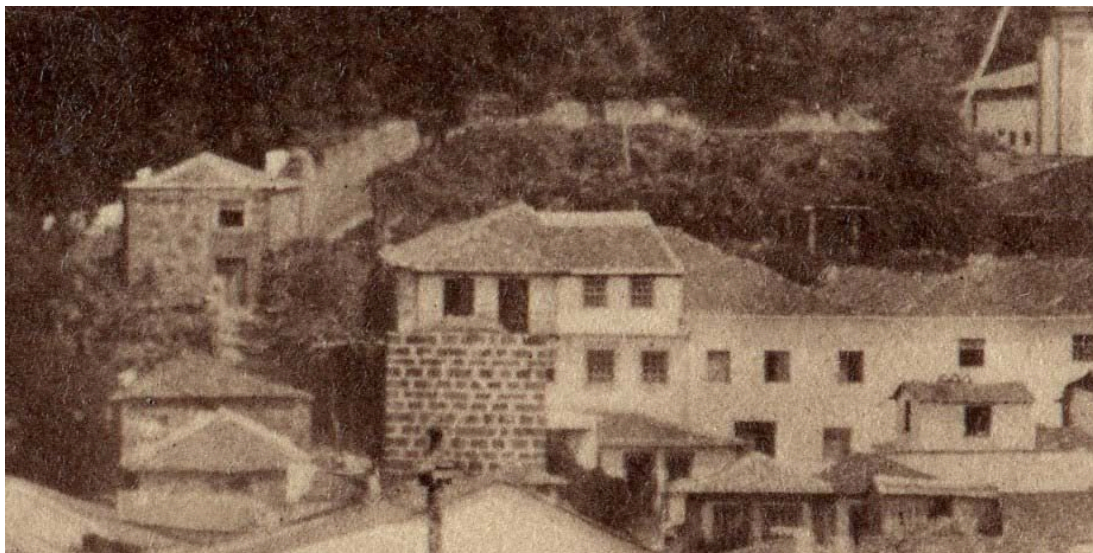


34 - Torre de S. João, no único registo iconográfico conhecido, extraído de uma fotografia de 1858, que se apresenta integralmente no Apêndice desta Dissertação

aquela mesma invocação⁵⁴. Parece ter sido uma capela de razoável dimensão, não obstante o reforço da espessura das paredes para suportar a descarga da abóbada de pedra e é possível que tivesse acesso a partir do adarve da muralha. Por esta Porta de S. João se tomava a estrada da Barca, cujo início estruturava um arrabalde que tomou também este nome, sendo conhecidos por S. João de Fora e por S. João de Dentro (inicialmente por *Sanhoane*, por contracção de S. João) os dois troços, exterior e interior, do arruamento que nesta torre confluíam. A torre com a respectiva porta foram demolidas em 1863 e do pano de muralha contíguo para sul ficaram reduzidos troços, que estão entalados entre os edifícios do quarteirão e são hoje dificilmente

⁵³ Embora nunca tenha sido contestada esta asserção, é muito possível, como julgo acontecer na Torre do Souto, que também aqui a Porta de S. João fosse adjacente à torre. Mas nenhuma das fontes documentais consultadas me permitiram esclarecer esta questão.

⁵⁴ *Reys Lemos* (1831-1897, que conheceu bem esta torre, assim como a maior parte da muralha ainda em pé, diz que ela tinha configuração idêntica à da Torre do Souto e que por elas se construiu no séc. XVI a Torre da Cadeia, com a diferença de esta ter mais um piso (LEMONS, 2003: 37). De facto, as indicações deste autor de que a *‘Torre e a Porta de S. João eram à boca da rua do mesmo título’* e de que *‘a torre tinha o pé direito quasi no vestíbulo da fonte e depósito de S. João e o esquerdo sobre o terreno que é hoje um largo’*, conduzem à medida aproximada de 15 metros de frente, que supera até a da Torre da Cadeia. Contudo, no caso da Torre do Souto esta dimensão parece-me inverosímil e a análise detalhada da fotografia de 1858 contraria essa ilação. Quanto à co-axialidade da torre e da rua, ou seja, à integração da porta na própria torre, ela confirma-se com o resultado da medição referida a propósito da Torre da Ponte, que limita a demolição na de S. João nos seguintes termos – *‘na torre de S. João a medida de trinta e seis palmos de Altura em que deve ficar he marcada desde a calçada aonde apoia o pé direito do Arco de S. João pella parte de dentro e do lado de Nascente até a ultima fiada de pedra do mesmo muro no seu cumo’* (Livro de Actas da Vereação, 1834-1836, fl. 41).



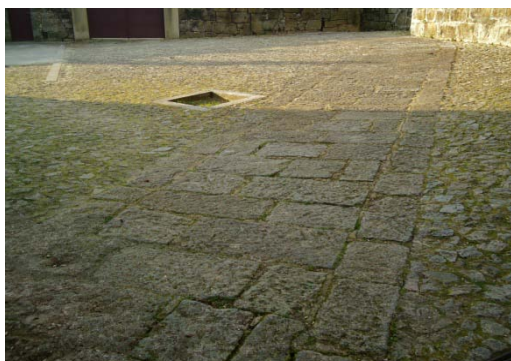
35 – Excerto de uma fotografia de 1858, cuja dimensão global se apresenta no Apêndice desta Dissertação, que regista ainda o pano de muralha entre a Torre de S. João (em primeiro plano) e a Torre da Esgrima, já então desaparecida, mas substituída pelo edifício que se vê no mesmo local e com volumetria semelhante e ainda as ruínas da muralha que desta Torre subia à das Pereiras (coberto de vegetação)

perceptíveis⁵⁵. Também neste caso se fez uma tentativa de registo da implantação da torre no pavimento do Largo de S. João, mas como esta operação não se fundamentou em informação arqueológica, o resultado é pouco credível, quer em relação à localização e orientação exactas, quer à sua real dimensão. Com a sua pedra se construiu uma nova capela com a mesma invocação, no limite setentrional da vila e também o fontenário ainda hoje existente neste Largo de S. João, para recolher as sobras das penas de água de um antigo abastecimento de consortes que servia esta parte da vila. Um dos elementos decorativos integrados nesta fonte é um óculo monolítico rendilhado, de gosto maneirista, que se presume ter sido o vão de iluminação da capela, talvez proveniente da fachada da torre volvida ao exterior da vila⁵⁶.

→ Torre da Esgrima – é uma das torres aparentemente sem outra função específica que não fosse a de reforçar a muralha, neste caso a cortina de 70 metros que se seguia à

⁵⁵ Já em 1815 este troço da muralha estava a ser desfeito ou ocupado, como se comprova no acórdão da Câmara de 5 de Abril, que cede a António da Mota uma fiada de silharia “*em toda a espessura dela para aí apoiar a casa que pretendia fazer*” (Livro de Actas da Vereação, 1807-1820, fl. 115 vº).

⁵⁶ Reys Lemos afirma que esta capela tinha a frente para a freguesia da Ribeira e, portanto para o quadrante norte (LEMOS, 2003: 38). Sendo assim, o altar estava do lado da rua de S. João de Dentro e haveria qualquer elemento na fachada interior da torre que evidenciaria a capela, justificando aquela referência, situação comum neste tipo de capelas integradas nas cercas defensivas, como acontecia e a título de exemplo a refiro, com a Torre de Santiago da cidade de Braga. É por essa razão que admito a possibilidade desse elemento ser o óculo, integrado no espaço retabular, e neste caso usufruindo de boa iluminação, pela sua orientação a sul. Outro aspecto é o incumprimento da orientação canónica, o que pressupõe que a capela fosse posterior à reforma Tridentina (1545-1563), mas que revela também algum anacronismo pelo recurso a uma abóbada de cantaria de planta quadrada.



36 - Percurso do pano de muralha entre as Torres da Esgrima e das Pereiras, registado na estereotomia do pavimento, na sequência de uma sondagem arqueológica que permitiu também identificar a fundação do cunhal nordeste da Torre das Pereiras, que foi reconstituído

Torre de S. João, no chão hoje correspondente a uns lances de escada da Calçada dos Aflitos, sobre cujo embasamento parece terem sido construídos. Implantada na área correspondente à da casa que no mesmo local se construiu⁵⁷ e que ainda hoje existe seria, segundo Reis Lemos, idêntica à de S. Paulo, como ela também com dois pisos. Não se conhece a razão da sua denominação. Foi demolida em 1787, com o pano poente da muralha⁵⁸, ficando do pano nascente vestígios fluidos da fundação num muro posteriormente reerguido no mesmo local e alguma pedra aproveitada na sua elevação.

→ Torre das Pereiras, ou de Vasco Marinho – era uma torre pequena, possivelmente um cubelo, como se pôde confirmar numa sondagem arqueológica realizada em 1998, que pôs a nu o cabouco da sua fundação, um quadrado de cerca de 5 metros de lado (4 varas e 3 palmos) e que ficou parcialmente aparente num arranjo do pavimento⁵⁹. Erguia-se no tardo da antiga Capela de Nossa Senhora da Misericórdia das Pereiras, de onde lhe veio o nome, e após a sua demolição, iniciada em 1787 e arrastada até ao início do séc. XIX, foi o chão parcialmente ocupado pela capela-mor do templo, que aproveitou parte da pedra, numa reforma empreendida em 1818⁶⁰. Era,

⁵⁷ Para a construção desta casa, a Câmara, em 1806, concedeu provisão de aforamento do terreno onde estivera a Torre da Esgrima, a António da Mota (Livro de Actas da Vereação, 1806-1815, fl. 16).

⁵⁸ Por acórdão de 26 de Março de 1788, a Vereação autorizou a demolição desta torre e do pano da muralha até à Torre das Pereiras e que se prolongava até à Torre da Carvalheira, então contígua à devesa de João Marcos de Sá Sotomaior (actual mata da Casa de Nossa Senhora da Aurora). Esta demolição, que fora aprovada por Provisão Régia, permitiu a aplicação de grande quantidade de pedra para outros fins. (Livro de Actas da Vereação, 1787-1795, fls. 9-10, 37 e 75).

⁵⁹ Reis Lemos afirma que as Torres de S. Paulo, da Esgrima e da Carvalheira eram idênticas (LE MOS, 2003: 37). Contudo, verificou-se na sondagem arqueológica realizada no tardo da Capela das Pereiras que assim não era; pelo menos a Torre das Pereiras tinha uma área de implantação muito inferior. Reis Lemos não chegou a conhecer estas três torres e cai, por isso, em grave erro de interpretação.

⁶⁰ Tomás Malheiro Correia Brandão, que era, ao tempo, o Administrador da Capela das Pereiras, utilizara já 80 carros de pedra extraída do muro existente na proximidade desta capela, para concluir as obras da sua casa no rossio das Pereiras, na esquina da rua Formosa, que lhe fora concedida por acórdão da

efectivamente, uma torre de reforço do pano de muralha, na zona mais elevada da vila e onde ela corria mais baixa. Os testemunhos que ficaram dão-na com dois pisos, mas é muito provável que até ao adarve da muralha a torre fosse maciça. O pano de muralha que a unia à anterior torre, a da Esgrima, está actualmente registado na estereotomia do pavimento do adro da Capela e o pano seguinte, que dela se prolongava para sul, existe ainda até à terceira ou quarta fiada, inserido na fachada de tardoz da Casa das Pereiras, uma casa senhorial que foi edificada no séc. XVII (quando era de Vasco Marinho Pereira) utilizando-o como pano de arrimo. A parte demolida deste pano da muralha foi trasladada cerca de 15 a 20 metros para nascente, para vedar o quintal da mesma casa, mas com os silhares dispostos de forma tão semelhante, que a um olhar menos atento poderá até parecer tratar-se do alinhamento original.

→ Torre da Carvalheira, ou da Eira – estava erecta no tardoz da Casa da Carvalheira, edifício de raiz tardo-medieval ainda existente no alto da calçada da Fonte da Vila. Alguma frondosa árvore que servisse de referência de orientação poderá ter justificado o topónimo e é bem provável que também uma laje rochosa usada como eira comunitária possa ter originado a outra designação. Desta torre, que teve a mesma sorte que a das Pereiras, com o início da demolição em 1787, não ficaram mais notícias, mas é quasi certo que hão-de aparecer vestígios quando houver oportunidade de se realizar uma prospecção arqueológica nesse local, tendo em conta o aterro e a diferença de cotas que se verificam entre a frente e o tardoz da referida Casa da Carvalheira. Também esta era uma torre de reforço da parte nascente da muralha e seria, muito provavelmente, semelhante à vizinha Torre das Pereiras⁶¹.

Vereação de 7 de Maio de 1806 (Livro de Actas da Vereação, 1803-1807, fl. 119). Noutra deliberação do mesmo ano, a Câmara cedeu gratuitamente a pedra miúda e o entulho da Torre das Pereiras à Ordem Terceira de S. Francisco, que pedira para as obras do cais de Santo António, com a contrapartida de pagar os jornais (mão-de-obra) à sua custa (Livro de Actas da Vereação, 1803-1807, fl. 115).

⁶¹ A parte nascente da muralha, entre a Torre das Pereiras e a de Menagem, devia ser bastante vulnerável do ponto de vista militar, justificando uma maior elevação desta estrutura, já que o perfil fisiográfico do terreno permitia algum devassamento do interior da urbe, do exterior da cerca. Isto mesmo se conclui do texto de um parecer emitido em 1822 (Arquivo Histórico Militar, 9ª Secção, 3ª Divisão, Caixa 18, nº 29) sobre a eventual conservação do que restava desta parte da muralha – *“As muralhas, e torres do antigo castello, que comprehendia a Villa de Ponte do Lima, formadas de excellente pedra de cantaria, tem sido em diferentes lugares demolidas por intervenção da Camara da mesma Villa, que applicou a pedra a diversos objectos: por isso ainda que antes deste incidente se pudesse tirar daquele ponto alguma vantagem temporária, considerado militarmente, esta contudo já desaparecido em consequencia daquella demolição. Alem do que, suppondo ainda os mesmos muros na sua perfeita integridade, jamais se poderia julgar este ponto de alguma importância militar, por ser dominado por varias, e mui próximas alturas da campanha, as quaes começando pelo Sul, e seguindo continuamente pela parte de Leste, terminão pelo Norte, ficando tão somente sem este defeito a parte do recinto, que olha para a ponte sobre*



37 - Cubelo que foi prisão do Alcaide (à esquerda), muito próximo do seu paço e que pode ter sido a Torre da Póvora, referenciada em alguns documentos, por estar integrado na muralha, no seu lado interior

→ Torre da Porta de Braga – como as duas precedentes, ficava também na parte alta da vila e integrava uma das suas portas, a da velha estrada de Braga, acesso que teve muito movimento até ao séc. XVI, caindo possivelmente em desuso por ter sido alterado o itinerário de Braga, que passou a confluir no de Barcelos, acedendo à vila por outro lado. É esta a razão que justifica nunca se ter chegado a formar um arrabalde urbano consistente a partir desta porta, como aconteceu com as restantes. O desinteresse urbano por este troço da estrada de Braga manteve esta zona extra-muros como espaço rural, onde um conjunto de quintas de considerável expressão viria a criar um tampão definitivo à expansão urbana neste sentido. Por isso mesmo a Torre e porta de Braga foram relegadas ao abandono e a pouco e pouco foi-se precipitando a ruína. Em 1800 procedeu-se à sua demolição definitiva, não tendo ficado registos que permitam com alguma segurança perceber a sua composição formal, já que os alicerces e até os próprios caboucos foram completamente destruídos com a nivelção do arruamento. Sabe-se apenas que teria dois pisos, mas desconhece-se a relação da torre com a porta – se se tratava de uma torre dupla flanqueando a entrada, ou mesmo se esta fazia parte da torre ou era lateral. Para sul da Torre da Porta de Braga, a muralha descia, acompanhando um talvegue relativamente pronunciado, para novamente subir até ao dorso de um festo aplanado

o rio Lima. Considerando pois as torres, e muralhas, que ainda restão por demolir, debaixo de hum ponto de vista meramente civil, para a sua conservação, ou demolição, deve notar-se que [...]"

onde se erguia o castelo da vila⁶². Algures neste pano, em local incerto do seu desenvolvimento, havia um cubelo, ou seja, um pequeno torreão maciço até ao adarve, por onde se comunicava com o piso sobreposto. Reis Lemos diz que servira como paiol na Guerra da Restauração, sendo por isso conhecido como Torre da Pólvora, mas é possível que haja nisso alguma confusão porque um edifício com estas funções, embora fique sempre em local isolado ou menos condicionado pelas habitações, como era o caso, não se exporia nunca na linha defensiva e muito menos acima da cota do adarve. Numa praça de guerra, para além das questões relacionadas com a sua localização, um paiol exigia sempre paredes espessas e tanto quanto possível enterradas e cobertura ligeira para que uma eventual explosão tivesse consequências mínimas na envolvimento⁶³. Ora, nestas circunstâncias, existia uma torre semi-enterrada, muito próxima deste pano da muralha mas não adjacente a ela – o ergástulo do Alcaide, que ainda hoje existe, tendo sido posto a descoberto há cerca de meio século e está actualmente bem evidenciado no conjunto edificado da Alcaidaria. Esta convicção, no entanto, não invalida a hipótese de ter existido, de facto, um torreão de reforço no pano da muralha entre a Porta de Braga e o castelo, bem pelo contrário, a regularidade da distribuição desses reforços e a sua presença numa zona tão vulnerável, por corresponder a uma depressão topográfica, aponta nesse sentido. Desta cortina foi posta a descoberto há cerca de vinte anos, uma porção de alicerce com as duas primeiras fiadas do paramento, que deram indicações importantes sobre o seu desenvolvimento linear.

→ Torre do Castelo, dos Codessos ou da Menagem – era a torre da alcáçova, onde residia o Alcaide-mor da vila (por isso o nome de Menagem), na parte mais elevada da praça-forte, mas cuja altitude, na realidade, é praticamente idêntica à da área das Pereiras, onde se elevavam as torres precedentes. É possível que fosse um ermo de matos rasteiros e daí lhe adviesse a designação de Torre dos Codessos (codessos = giesta). A alcáçova era o castelo, um reduto provavelmente com raízes muito

⁶² A parte da muralha que estava no quintal da casa de D. Santiago Garcia de Mendoza, onde há muito estão instalados os Serviços Municipais e que sofreu uma profunda remodelação interna neste ano (2012), foi-lhe concedida para aproveitamento da pedra e alargamento do logradouro, por deliberação da Câmara Municipal de 5 de Janeiro de 1865 (Livro de Actas da Vereação, 1862-1865, fl. 192).

⁶³ A título de exemplo, refiro o Paiol de Marte da praça de Valença, com cobertura leve e em local interior e não edificado. E como exemplo do descuido no tratamento destas situações, as consequências da explosão do armazém da pólvora da praça de Almeida em 1810, que originou a destruição de uma grande parte desta vila.

anteriores ao da cerca gótica de D. Pedro I, como deixa adivinhar um troço de muro achado há poucos anos sob as fundações deste edifício. De todo o conjunto era esta a torre que mais se elevava, não apenas pela sua própria altura, que comportava três sobrados⁶⁴, mas também pela própria cota de implantação. Estava erecta no local onde hoje existe um



38 - O Paço do Marquês de Ponte de Lima, que era a Alcaidaria da vila, edificada no séc. XV junto à velha Torre da Menagem e com diversos acrescentamentos em épocas posteriores

pequeno edifício anexo ao Paço e pela morfologia local é bem provável que uma futura sondagem do subsolo ponha a descoberto algumas evidências. Pelo seu estado de ruína e tendo também em vista a reutilização da pedra, sofreu o mesmo destino das outras torres. Iniciou-se o seu desmonte em 1807 e arrastou-se até 1821, incluindo a maior parte dos muros do castelo que envolviam o edifício da Alcaidaria (ou Paço do Marquês), deles restando apenas um pequeno troço que se estende até ao cubelo que terá servido de prisão e provavelmente de paiol. Algures nestes muros abria-se uma porta para serviço exclusivo da Alcaidaria, à semelhança do que acontecia em quase todas as fortalezas deste tipo e que eram comumente conhecidas por Porta da Traição.

→ Torre do Souto ou de S. Benedito – para poente do castelo, a muralha acompanhava o declive do terreno e baixava até à boca da Rua do Souto, onde ficavam a Torre e Porta do mesmo nome, demolidas em 1815 e em tudo idênticas, ainda segundo o testemunho de Reis Lemos, às já referidas Torre e Porta de S. João. Apenas o orago da capela abobadada inserida no andar, era S. Benedito⁶⁵. Sabe-se, contudo, que

⁶⁴ A referência aos três sobrados e à grande espessura das paredes desta torre (o que permite inferir a grandeza da sua dimensão) é explícita na descrição da sua tomada e incêndio em 1385, pelas forças de D. João I (LOPES, 1644: cap. 15).

⁶⁵ Trata-se de S. Benedito ou Bento de Palermo, franciscano de origem africana, representado como negro e por isso Patrono dos escravos. Como morreu em 1589, deverá concluir-se em relação a esta capela o seguinte – se era de facto abobadada como a de S. João, teria que ser anterior à canonização de Benedito de Palermo e, por conseguinte, terá tido antes outra consagração; se não era abobadada e houve erro no testemunho de Reis Lemos, então terá sido construída posteriormente ao séc. XVII, após a canonização e o tecto seria artesoadado em madeira, o que poderá ter gerado aquela confusão.



39 – À esquerda, numa fotografia de 1867, é visível o pano de muralha que unia a Torre de Menagem à do Souto, aproveitado com dois vãos de janela, parte do qual ainda hoje se conserva, não visível, no tardo das casas. À direita, numa fotografia de 1864, o edifício, há muito demolido, que ocupou o chão da antiga Torre do Souto e que teria, muito provavelmente, uma volumetria idêntica à desta torre. As fotografias de onde se fizeram estes excertos, estão integralmente reproduzidas no Apêndice desta Dissertação

quando a Câmara acordou na demolição da Torre e Porta do Souto em de 15 de Abril de 1815⁶⁶, logo decidiu requerer provisão régia para aforar o respectivo chão a diversas pessoas que o requereram para construção de casas⁶⁷. Ora este registo põe em causa a opinião consagrada na bibliografia corrente, de que a porta estava integrada na torre, porque se assim fosse, o chão correspondente, ou a sua área de implantação, não possibilitaria a construção de casas, porque era necessária para a continuidade da rua do Souto. E a regularização desta rua, que foi efectivamente feita no que respeita ao alinhamento de fachadas, respeitou o seu eixo longitudinal. Do troço da muralha entre esta torre e o castelo, conserva-se ainda uma significativa extensão que serve de arrimo de meação a dois edifícios, incluindo os merlões originais, que ficaram inseridos na elevação do paramento; e na sua continuidade, uma outra, esta reduzida já a meia altura, que evidencia bem o ressalto na variação da espessura. Uma e outra não são perceptíveis do espaço público. A designação primitiva de Torre e Porta do Souto derivava da existência de um extenso souto de castanheiros existente no exterior. Era aqui que acedia, primeiro, a estrada de

⁶⁶ Este acórdão (Livro de Actas da Vereação, 1807-1820, fls. 120 vº e 124), pressupõe a hipótese da torre estar adjacente à porta e explica a existência de um edifício elevado, com cerca de 4 pisos, interrompendo parcialmente a rua quando a torre já não existia há quase meio século e que se reconhece numa fotografia de Antero Frederico de Seabra, de 1860. Este edifício deve ser o que foi autorizado em 1815 para ocupar o chão da torre demolida e que na segunda metade do séc. XIX foi, por sua vez, demolido também, agora para alargamento e rectificação do perfil transversal da rua do Souto. A referida fotografia foi publicada em 1864, em xilogravura, no *Archivo Pittoresco*, vol. VII, fl. 385.

⁶⁷ Há registos de provisões de aforamento a diversos enfiteutas – do chão onde tinha estado a Torre do Souto, a Bento José Barbosa, a José Vaz de Araújo e a Manuel Gonçalves Pereira; de parte da muralha junto à torre, a Domingos José da Silva Machado; e de um terreno público junto à torre, a Manuel António de Sousa (Livro de Actas da Vereação, 1815-1819, fls. 7, 34, 66 vº, 79 vº e 81 vº.).

Barcelos e mais tarde, por confluência nesta, a cerca de meia légua da vila, também a que provinha de Braga, o que trazia a este local uma grande movimentação de pessoas e bens, que gerou alguma concentração de comércio e serviços, designadamente de estalagens e ferrarias, a extensão da feira e a formação de um compacto arrabalde.

→ Torre da Cadeia – esta torre, que é uma das duas ainda existentes, era a maior de toda a fortificação, com uma base rectangular de implantação de 12 varas por 10 varas e 2 palmos (11,44 x 13, 20 metros). Tem sido objecto de conjecturas mal fundamentadas, que se repetem na bibliografia sem qualquer juízo crítico. É invariavelmente reputada como obra quinhentista, ordenada por D. Manuel I para aí instalar a Cadeia da



40 – A evidência de pedras sigladas e de distorção da regularidade da silharia, pela ampliação tardia dos vãos, denunciam diversas campanhas de intervenção

Correição, ignorando o que, numa análise sumária, é desde logo bem perceptível – como é que num pano de muralha tão extenso como este, que vai da Torre de S. Paulo à do Souto e que é o mais vulnerável, quer pela exposição a sitiantes, quer pela agressividade das cheias do rio, não havia um reforço de torre, alterando para mais do dobro a modulação dos reforços? De facto a torre sempre existiu, como bem o provam as siglas do aparelho em toda a sua altura (3 pisos + enxovia) e a porta em arco ogival do primeiro sobrado. Por outro lado, também não é convincente a teoria de que, a pretexto da criação da referida cadeia, se tenha demolido integralmente a torre existente neste local, para aí se edificar outra de raiz e a prova disso é que a face adjacente à muralha conserva no primeiro sobrado uma porta com um arco apontado pré-quinhentista, com características que admitem ser coetâneo da construção da cerca. Ainda neste piso, as três janelas existentes, uma em cada uma das restantes fachadas, são largas e encaixadas em enxalços rectos com



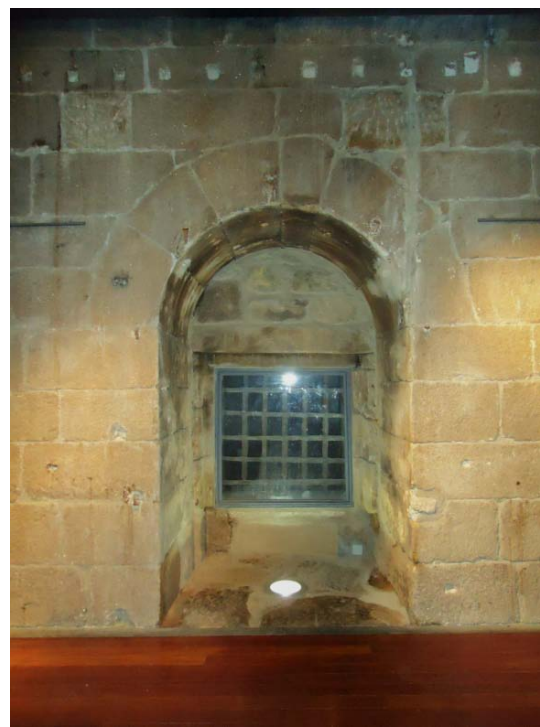
41 - Armas e empresa de D. Manuel I, cravadas junto à janela do primeiro piso



42 - A Torre da Cadeia



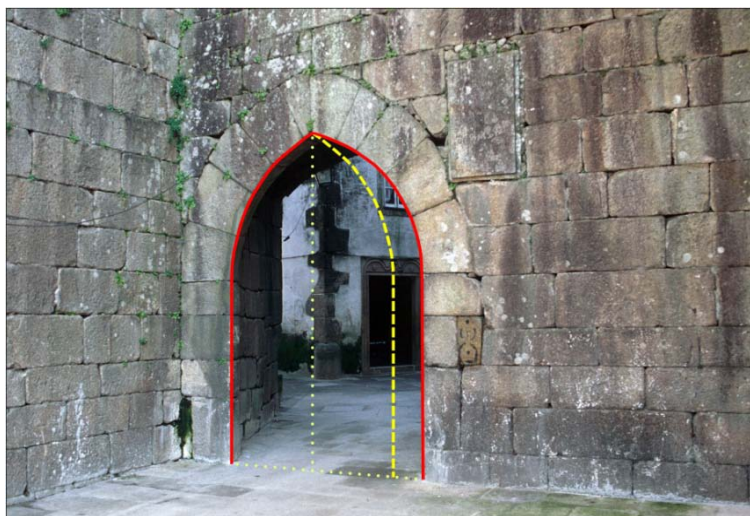
43 - A porta original, anterior à reforma manuelina



44 - Um dos vãos da reforma manuelina

abóbadas de canhão, obra indiscutivelmente manuelina. No sobrado superior, o único vão de janela, volvido ao rio, assim como a porta, aberta para o interior da cerca, encaixam-se em rasgos com abóbadas abatidas, solução também corrente no séc. XVI, confirmada, no caso da janela, por uma chanfradura no contorno exterior do lume. Este pormenor, contudo, não existe no desenho exterior das janelas do primeiro sobrado, atestando alterações posteriores à sua criação, designadamente para ampliação dos vãos, por insuficiência de luz e arejamento. Estas e outras circunstâncias, que não se justifica desenvolver aqui, indiciam a pré-existência de uma torre medieval, ampliada no início do séc. XVI, com a conservação parcial da parede nascente e a traslação das outras três. A cadeia deveria corresponder então ao primeiro sobrado e à enxovia e o último piso à habitação do carcereiro ou a serviços da Corregedoria. Mais tarde, provavelmente no séc. XVII, foram alargados os vãos do primeiro sobrado (prisão), para a dimensão da janela do segundo sobrado, mantendo os enxalços, mas sem o acabamento exterior que esta tivera e deixando até bem evidentes os remendos da obra, que alteraram a isomorfia das fiadas. Terá sido nesta forçada intervenção que ficou deslocada a figuração da iniciativa régia, porque as armas e a empresa de D. Manuel I, toscamente cravadas como mero silhar no aparelho da alvenaria, não figuram com a pompa e a dignidade que é característica das obras de sua iniciativa. A dimensão desta torre, por esta razão, avantajada em relação às outras, seria ainda maior, já que o arruamento fronteiro, o Passeio, criado no séc. XIX com uma elevação de 3 metros em relação à cota original do areal onde a torre está implantada, reduziu muito o impacte da frente urbana, prejudicando, inclusivamente, a

imponência do sistema defensivo. A enxovia do piso térreo foi então atulhada e aberta uma nova porta para o Passeio, com um desenho revivalista neo-gótico. Também no pano de muralha que se prolongava até à Torre



45 - A assimetria actual do vão indicia claramente um alargamento, que justificou a posterior designação de 'Porta Nova'

do Souto e que se conserva numa extensão de cerca de 25 metros, surge outra questão igualmente discutível. Trata-se da chamada Porta Nova, que anda também atribuída ao séc. XVI quando, na realidade se trata de uma claríssima obra gótica, com arco quebrado originalmente equilátero e cantarias sigladas. O que efectivamente se verifica, isso sim, é que houve uma alteração posterior sem reposicionamento do vão, que se reflecte na torção do alinhamento, tornando os enxalços oblíquos e eliminando o fecho do arco, o que implicou um pronunciamento da flecha de cerca de dez centímetros.

→ Torre de S. Paulo, ou da Expectação – com uma implantação quadrada de seis varas e um palmo de lado (6,82 x 6,82 metros), é a segunda das duas torres originais que se conservam e tem uma função exclusiva de reforço da muralha, sendo por isso maciça até à cota do adarve e com um piso que, mesmo para arrecadação, tem poucas condições, por não existir sequer uma fresta de ventilação. Foi por isso, desde o final do séc. XVIII até ao final do XIX, utilizada para suportar o peso do campanário da Irmandade da Senhora da Expectação⁶⁸, nome pela qual ainda hoje é popularmente conhecida. O nome de S. Paulo, que é o original, advém-lhe da imagem do Apóstolo, que existia num edícula sobre a porta que lhe ficava à ilharga, distanciada um metro e já no pano convexo do muro que se prolongava até à Torre da Ponte. Sobre a face interna desta porta, uma outra edícula, esta com a imagem de S. José, deu o nome ao arruamento também conhecido por rua da Ribeira, ou do Postigo, que aí desembocava. O pano do lado contrário, entre esta torre e a da Cadeia, embora escondido por uma frente exterior contra ele edificada⁶⁹, esteve intacto até aos Anos 30 do século passado, quando foi rasgado para abertura de um arruamento, conservando-se, contudo, o remanescente.

⁶⁸ O facto desta torre ter o primeiro piso aterrado, permitia-lhe absorver os esforços produzidos pelo peso próprio do campanário e do carrilhão e pela vibração dos sinos. A Vereação, por acórdão de 1 de Junho de 1771, autorizou que a Irmandade de Nossa Senhora da Expectação, erecta na igreja matriz, utilizasse a torre para esse efeito (Livro de Actas da Vereação, 1768-1771, fl. 118) e formalizou-o a 5 de Janeiro de 1774 (Livro de Actas da Vereação, 1772-1775, fls. 132-134).

⁶⁹ Até ao final do séc. XVIII a muralha da frente ribeirinha esteve desimpedida de construções, por óbvias razões de defesa militar, com excepção dos alpendres onde se fazia o mercado e se armava a feira. Pela tipologia das casas que actualmente estão adossadas a este troço, a ocupação verificou-se no séc. XIX, muito embora existam situações pontuais noutros panos, que remontam ao séc. XVIII e até ao anterior, como é o caso da capela de Nossa Senhora da Penha de França, construída para serviço dos presos, junto à Torre da Cadeia, em 1613. Naquela frente, a primeira casa de que há notícia ter sido autorizada a construção, é a que está encostada à Torre de S. Paulo, por um acórdão da Vereação de 1797 (Livro de Actas da Vereação, 1795-1803, fl. 81 vº). O terreno pertencia à Confraria do Santíssimo, que explorara os alpendres dos mercadores e que a após a sua demolição, começou a emprazar parcelas para construção, que a Câmara foi autorizando (Livro de Actas da Vereação, 1842-1848, fl. 70 vº).

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA



46 - A Torre de S. Paulo

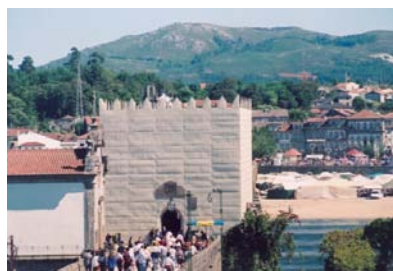


47 - Excerto de uma fotografia de 1858, que mostra a Torre de S. Paulo, tendo ainda à ilharga a Porta do postigo, com de arco redondo, delineada a vermelho. Em amarelo, evidenciou-se a edícula onde estava a imagem de S. Paulo, a lápide da Consagração e os níveis da soleira e do adarve da muralha



48 - O pano de muralha que unia a Torre de S. Paulo à Torre da Ponte e os alpendres adjacentes, onde os mercadores montavam as suas tendas nos dias de feira

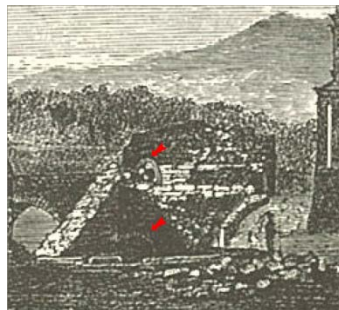
→ Torre Velha – de todo o conjunto edificado, esta é a única que provavelmente já existia quando se iniciou a fortificação no séc. XIV, o que não significa que não tenha sido total ou quase totalmente reedificada nessa altura, para funcionar como torre alarrã de protecção à ponte. Daí o nome por que ainda hoje é popularmente conhecido o local onde se conserva o seu maciço embasamento, em fiadas de silharia isomórfica com alguns registos de siglas. Era vazada ao nível do tabuleiro da ponte por uma passagem que abria na face exterior numa porta em arco quebrado característico daquela época. Deveria ter mais dois pisos, à semelhança do que acontecia com a existente no topo oposto da ponte (Torre da Ponte), mas no único registo fotográfico que se conhece, já só figura o primeiro andar, por ter sido já demolido o superior (este possivelmente sobradado), onde estava inserida a pedra, já atrás referida, com a indicação comemorativa da obra régia de fortificação da vila de Ponte de Lima, concluída por D. Pedro I e o seu escudo de armas com dezasseis castelos (fig. 26). Essa pedra, recentemente fixada na proximidade do local original, é visível na fotografia, pousada no chão. Em 1858, a Torre Velha foi demolida até à rasante do tabuleiro da ponte, a pretexto da desobstrução do acesso, que tinha aí um estrangulamento, tendo estado eminente a reformulação da própria ponte. Esta era, de facto, uma das principais entradas na vila, confluindo na Além da Ponte todo o movimento das estradas de Viana, de Valença, de Coura e dos Arcos, o que justifica a formação do maior dos três arrabaldes urbanos da vila de Ponte de Lima.



49 - Em 1994, por altura das festas do concelho, reconstituiu-se a volumetria da Torre Velha, com a sua passagem interior entre as duas pontes, numa iniciativa que teve em vista a avaliação do impacte que esta estrutura tinha na paisagem e na mobilidade e para sensibilizar a população para a irreversibilidade da perda com a depreciação do património cultural.



50 - A Torre Velha, numa fotografia de 1858 (integralmente apresentada no Apêndice desta Dissertação), onde se pode identificar a lápide da fundação da fortaleza, que se apresenta na fig. 26 e que deve ter encimado esta fachada. Percebe-se também a existência de uma porta no interior da passagem, à esquerda, que deveria comunicar com uma escada de acesso ao eirado, onde se encontra um pequeno edifício telhado. Actualmente, apenas se conserva a parte maciça desta torre, abaixo da rasante do tabuleiro das pontes



51 - Pormenor de uma gravura de 1863, que no formato integral se inclui no Apêndice desta Dissertação e que regista claramente a porta referida na figura anterior e ainda um arco subjacente, no que parece ser um piso da torre actualmente aterrado e não maciço, como se tem admitido



52 - Desenho antigo do início do séc. XIX (col. particular), que mostra a face norte da Torre Velha, com três troneiras no adarve, reduzindo a torre, assim, a três pisos e não a quatro

A muralha envolveu uma área com configuração aproximadamente reniforme e cerca de cinco hectares, com declive de nascente para poente, que só não é acentuado na zona intermédia por corresponder à depressão de uma linha de água, hoje sem leito aparente, mas ainda assim perceptível por corresponder genericamente ao desenvolvimento da avenida António Feijó e do arruamento que se lhe segue, a rua Cardeal Saraiva, até ao areal do rio Lima. Este talvez seria com certeza muito mais evidente na época em que a vila começou a formar-se, pelo que não terá sido casual a localização da igreja sobre a linha de água, com tanto espaço então disponível para esse efeito. Pode admitir-se que essa preferência tenha a ver com as condições ideais para o enterramento dos defuntos, já que a fluência do leito oculto contribuía para a decomposição dos corpos⁷⁰. E, de facto, para além da inumação sob o pavimento da igreja matriz, também o actual largo que lhe fica adjacente foi cemitério da vila, como há alguns anos se comprovou com a descoberta de uma estela funerária (SILVA, 1971, fig. 31) e de várias sepulturas, algumas indubitavelmente medievais, com tampas gravadas com o instrumento do mester exercido pelo defunto. E a corroborar esta hipótese, foi ainda sobre esta linha que se localizou a igreja da Santa Casa da Misericórdia (compromisso de 1530) e o seu respectivo cemitério.



53 – Uma das lápides tumulares achadas na necrópole do adro da Matriz

A vila de Ponte de Lima foi-se desenvolvendo na área baixa, ribeirinha, com uma malha ortogonal alongada segundo as cotas de nível. Privilegiou, portanto, a direcção definida pelo alinhamento sul-norte, entre as portas do Souto e de S. João, que mais não era que uma enfiada de arruamentos (ruas de Sanhoane, da Sapataria, dos Mercadores e do Souto) que em conjunto constituíam a típica artéria das urbes medievais que popularmente se designava por rua Direita, direita de porta a porta.

Interligando as outras duas portas, a nascente e poente da praça-forte, a de Braga e a da Ponte, conservou-se o percurso da antiga via romana XIX, que se dirigia à ponte,

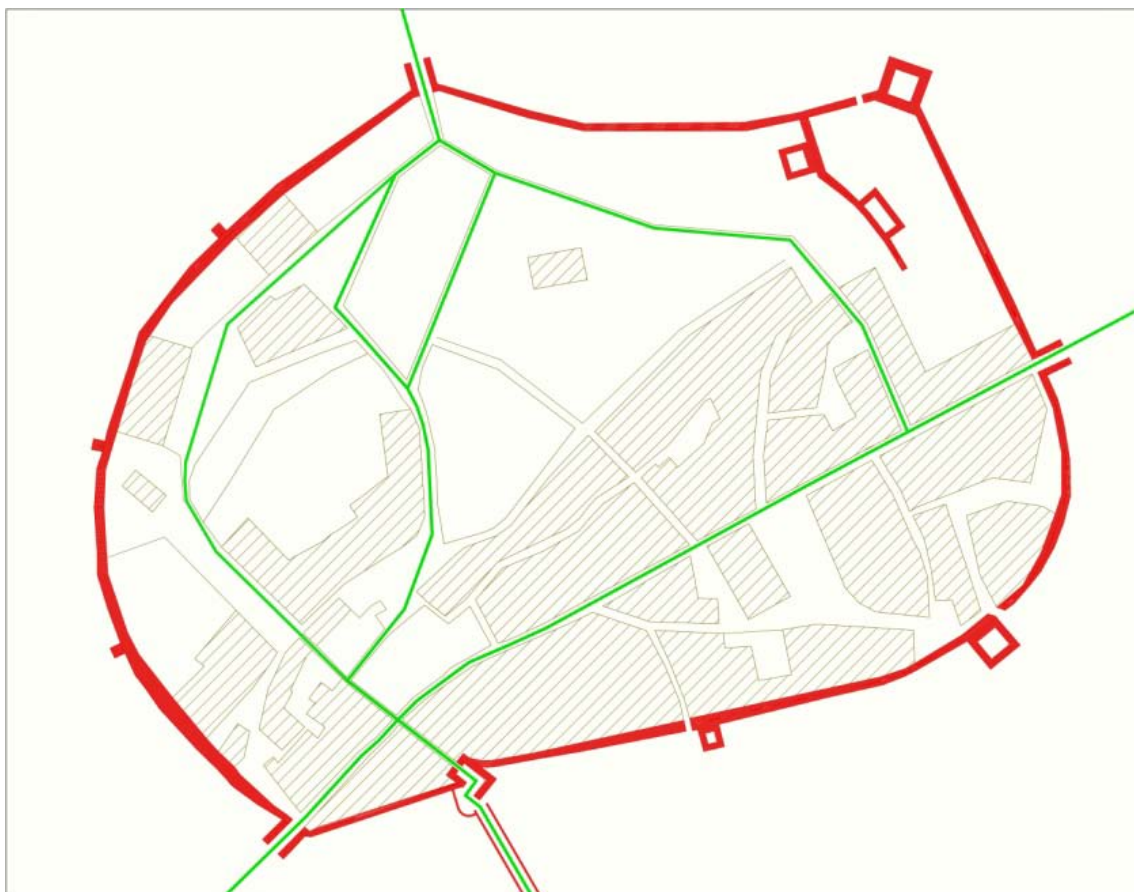
⁷⁰ A ausência de vestígios osteológicos nas tumbas encontradas, confirma as condições privilegiadas deste local para a inumação. A drenagem natural garantida pelo fluência do leito oculto da linha de água e a natureza sílico-argilosa do solo, que aqui ocorrem, são factores tafonómicos fundamentais, previstos nas Normas para a Construção de Cemitérios (Decreto n.º 44.220, de 3 de Março de 1962, Art.º 2.º f) e g).

embora muito menos arruado que a rua Direita, por incluir trainéis com inclinações muito acentuadas. Algumas relheiras fundamente cavadas no lajedo do pavimento ainda hoje são perceptíveis quando as obras de conservação das vias o deixam a descoberto. Por isto mesmo, o desenvolvimento deste eixo não era rectilíneo, acompanhando a topografia do terreno com sucessivas variações de direcção e de inclinação e tirando uma pequena concentração junto à porta de Braga, onde tinha a cota mais elevada, só muito tarde viria a ser flanqueado por edifícios.



54 – Fragmento de laje, com funda relheira, recolhida da antiga calçada que subia à Porta de Braga

Esta circunstância, como já antes referi, fez concentrar o edificado na área baixa, entre as portas do Souto e de S. João, de onde partiam pelo menos três ligações para a parte alta – a antiga estrada, a rua das Pereiras e a do Castelo, que serviam as áreas de cota média, surribadas em glebas agricultadas e arborizadas, designadamente junto ao



55 - Os três principais itinerários de acesso à parte alta da vila, onde estava a Porta de Braga
- ao centro o percurso original, à esquerda a rua das Pereiras e à direita a do Castelo

talvegue criado pela linha de água entre o castelo e as portas de Braga⁷¹.

Os pontos mais elevados intra-muros ficavam nos seus extremos nordeste e sudeste. Aquele foi assinalado no início do séc. XVI por uma pequena ermida, a Capela das Pereiras, junto à torre do mesmo nome, que havia de gerar uma riquíssima Confraria. Este, a sudeste, foi o assento da Torre de Menagem, em torno da qual, já no séc. XV, cresceria a alcáçova (ou castelo) mandada construir pelo primeiro Alcaide, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, que aqui fixou a sua residência. Muito transfigurado por sucessivas campanhas de obras, que se sucederam no tempo até à actualidade, este edifício ainda hoje recorda na designação corrente a sua função original – a Alcaidaria-mor, também conhecida por Paço do Marquês de Ponte de Lima. Curioso é que, em recentes obras de beneficiação se tenha identificado um troço de muralha sob o alicerce gótico da alcáçova, portanto mais antiga que esta e sem relação aparente com a muralha trecentista. Existiria já neste local uma fortaleza anterior à estrutura urbana de Ponte de Lima?

A obsoleta resistência que a fortaleza medieval oferecia à artilharia pesada justificou, em grande parte, a incúria a que a partir do séc. XVII foram votadas a muralha e torres da vila, cuja derrocada começou, lentamente, a verificar-se, sobretudo na parte alta da vila, menos vulnerável às investidas bélicas. Mas no final do séc. XVIII iniciou-se o apeamento gradual da estrutura defensiva, a pretexto, não apenas da sua inutilidade prática, mas também da salubridade urbana e da economia do reaproveitamento da pedra⁷². Foi um processo demorado porque a cedência régia não foi global e teve que ser impetrada gradualmente. A esta iconoclasta decisão resistiram apenas as torres da Cadeia e de S. Paulo, com o pano de muralha intermédio, por constituírem uma barreira,

⁷¹ A preocupação inicial de manter alguma produção agrícola dentro da vila, que garantisse condições mínimas de subsistência em caso de sítio prolongado, parece ter persistido no tempo, mesmo para além da obsolência das muralhas. Isso mesmo se reflecte nas Ordens do Senado de 25 de Fevereiro de 1750, para que todos os moradores plantassem hortas, sob pena de 500 reis (Livro de Actas da Vereação, 1749-1751, fl. 75) e de 1 de Agosto de 1813, para que plantassem hortas e semeassem nabais, o que revela um estranho atavismo, como se a defesa da vila estivesse ainda dependente da velha estrutura obsidional (Livro de Actas da Vereação, 1807-1820, fl. 88 vº).

⁷² O acórdão da Câmara, com o apoio explícito da nobreza e povo, para a demolição de todos os muros da vila, foi decidido em 6 de Agosto de 1803 (Livro de Actas da Vereação, 1803-1807, fl. 9). Mas em 1815, a Câmara recua na decisão e a 27 de Janeiro manda suspender as demolições em curso, designadamente a Torre do Souto, não certamente por razões culturais ou sentimentais, mas por questões processuais e económicas. Impondo penas severas aos prevaricadores, a 22 de Fevereiro solicita o parecer de mestres pedreiros sobre o estado de conservação da estrutura (Livro de Actas da Vereação, 1807-1820, fl. 110 vº-114). Em 1822, a Câmara requer ao General Governador das Armas da Província a licença para demolir o que restava das muralhas e para reutilizar a pedra em obras públicas, que deferiu o pedido, ressaltando a manutenção do pano entre as Torres de S. Paulo e da Cadeia, por constituir um obstáculo às cheias do rio (Livro de Actas da Vereação, 1820-1825, fl. 70). Por isso se conserva ainda este troço.

ainda que pouco eficiente, à fúria das cheias e um ou outro pequeno troço espartilhados entre casas. Do resto, tudo foi demolido até à rasante do solo. Quando não, incluindo até o próprio alicerce.

Volto agora à área edificada que desde cedo se consolidou na parte baixa da vila e que teve origem, naturalmente, no edificado já existente ao longo da estrada paralela ao rio, que em ambos os sentidos conduzia à ponte e que a muralha depois interiorizou.

A malha octogonal ainda hoje se mantém, mas a modulação original perdeu-se com as alterações programadas durante o séc. XIX, quando a demolição da maior parte da muralha desafogou a vila. É que até ao final do séc. XVIII, a estrutura urbana parece ter-se mantido sem alterações de monta, não obstante a expansão do perímetro edificado intra e extra-muros e da paulatina reconstrução e substituição de edifícios. Mas o que no séc. XIX se iniciou com túbias decisões desconexas e incongruentes, bem depressa se programaria com objectivos programados e profundamente reformadores, que justificaram a rectificação do traçado das vias, com o alargamento transversal e o alinhamento das frentes edificadas; com a supressão de algumas artérias, que foram integradas nos logradouros, para redimensionamento dos quarteirões; com a eliminação dos ‘baixos das casas’, que mais não eram que os alpendres dos pisos térreos; e com a consolidação das cérceas sobrelevadas.

Do exposto sobre a evolução urbana desta vila até ao séc. XIX, ficam-nos muitas questões sem resposta. É certo que diversas sondagens arqueológicas, impostas pelas Posturas Municipais em todas as obras realizadas no centro histórico, têm registado muita informação fundamental para o conhecimento da história urbana da vila de Ponte de Lima, utilizada na salvaguarda e valorização do património edificado e no acompanhamento das intervenções que se vão realizando. Foi assim que se tornou possível, por exemplo, prospectar os caboucos e os alicerces de alguns lances desaparecidos da muralha e das torres, cuja implantação ficou registada na estereotomia dos pavimentos. Mas há ainda grandes hiatos de informação que dificilmente se conseguem colmatar apenas com as verificações *in situ*. Nestes casos, só o recurso a outras fontes documentais pode, eventualmente, esclarecer as dúvidas. Disso mesmo darei conta no parágrafo que se segue.

3 – Análise da estrutura urbana pelo Tombo de 1535

3.1 – Generalidades

Para a vila de Ponte de Lima existem muitas fontes documentais escritas e algumas iconográficas, que contêm informações relevantes para o reconhecimento da sua evolução urbana, como aquela que se refere no § 3.3 do capítulo anterior.

A mais importante fonte é, sem dúvida, a extensa série de Actas das Vereações da Câmara, numa sequência quasi ininterrupta desde 1567, que regista as principais decisões do Município que tiveram consequências na estrutura do edificado. Complementando este fundo desde o final do séc. XIX, tem-se o registo dos Licenciamentos de Obras Particulares, infelizmente muito depauperado para o período anterior aos meados do século passado. As Matrizes Prediais, que estão no Serviço de Finanças, conjugadas com os Registos de Propriedade, que estão na Conservatória do Registo Predial são, apesar da dificuldade do acesso, contributos indispensáveis para a identificação da propriedade urbana nos últimos cento e cinquenta anos. Os Registos Notariais, sobretudo os que abrangem as Notas dos cinco tabelionados que a vila possuía e que estão incorporados no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, não obstante as falhas existentes, são indispensáveis para se conhecer os contratos de compra e venda, de locação, de enfiteuse ou de partilhas e até a adjudicação de obras. Também integrados no mesmo Arquivo Distrital, os Registos Paroquiais permitem estabelecer as relações parentais que identificam os residentes nos fogos e a sua sucessão temporal. A par destas fontes, uma imensa variedade de fundos documentais provenientes de outras instituições administrativas e ainda das militares, judiciais e religiosas, são preciosos auxiliares para a colectânea de informações históricas que identificam os locais. Apenas a título de exemplos, cito as fintas⁷³ e o cabeção das sisas⁷⁴, o registo da décima⁷⁵, o

⁷³ Contribuição excepcional de iniciativa municipal, lançada sobre a população local quando as rendas dos municípios não bastavam para fazer face a determinadas despesas, designadamente com a realização de obras nas muralhas, nas pontes e calçadas e em alguns edifícios públicos, estando dela escusos alguns moradores privilegiados. Este rol dá, por vezes, indicações importantes sobre a estratificação social e a distribuição espacial da população, permitindo alguma avaliação da malha urbana.

⁷⁴ Rol dos impostos pagos em cada localidade pela transmissão onerosa da propriedade. Muitas vezes tem anexo, processos de inventariação de bens

recrutamento militar⁷⁶, os processos judiciais do cível e do crime⁷⁷ e os róis de confessados⁷⁸. E, finalmente, o imenso contributo que podem dar tantos arquivos particulares ainda existentes em Ponte de Lima, quer familiares, quer de instituições de direito privado, que conservam documentos, na sua maioria inéditos, de interesse fundamental para a história da evolução urbana.

Ora, é precisamente um documento que pertenceu a um arquivo particular e que está actualmente incorporado num arquivo público⁷⁹, que escolhi para ilustrar o estudo de caso desta Dissertação, sendo o caso, como já oportunamente referi, a vila de Ponte de Lima.

O documento em questão é um tomo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima, cujos direitos reais tinham sido dados à casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, então Alcaides-mores desta vila. Na realidade, é uma actualização ordenada em 1535 pelo 3º Visconde D. Francisco de Lima, do tomo que fora feito em 1412, no tempo do 1º Visconde D. Leonel de Lima e cujo traslado, o 2º Visconde D. João requerera em 1498. Foi, aliás, este traslado do Tombo de 1412 que constituiu a base da Dissertação de Mestrado da Dr^a Amélia Aguiar Andrade (ANDRADE, 1985), a que largamente me referi atrás, no § 3.3 do cap. II.

Esta doação desassossejou a população da vila e chegou a causar motins, pelo que o rei D. Manuel, depois de várias sentenças favoráveis a diversas reclamações populares, por carta de 30 de Dezembro de 1514, deu provimento ao recurso interposto pelos

⁷⁵ Arrolamento da contribuição dos munícipes, correspondente à dízima do rendimento dos bens usufruídos por cada agregado familiar e que permitia identificar os maiores contribuintes, que tinham por direito eleger e ser eleitos para os cargos da governança. Teve origem num imposto decretado pelas Cortes em 1641 e relançado em 1762 para a manutenção de um exército permanente de defesa. Não são raros os processos de reclamação que identificam o património avaliado.

⁷⁶ Registo dos fogos e famílias residentes em cada vila e termo, para controlar o recenseamento dos que eram obrigados a prestar serviço na Tropa de linha e nas Companhias de Ordenanças. Este registo era feito em livros-mestres, preenchidos sequencialmente por freguesias, lugares, arruamentos, edifícios e fogos, permitindo, muitas vezes, identificar situações específicas.

⁷⁷ Processos que transitaram em julgado, de acções do foro cível e do crime, e que escaparam à redução dos arquivos-mortos dos Tribunais, que podem conter muita informação detalhada sobre a propriedade.

⁷⁸ Registo sequencial, por lugares e arruamentos dos paroquianos, feito pelo respectivo pároco, para conhecimento das obrigações sacramentais e canónicas, designadamente o pagamento da cõgrua, onde identifica, em cada fogo, o chefe de família e os seus dependentes. Estes róis eram também realizados pelas Irmandades e Confrarias religiosas para controle das quotas dos respectivos membros.

⁷⁹ Este documento, que pertenceu ao cartório dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima, com a cota *Maço 14-X*, está hoje incluído no Fundo Barca-Oliveira do Arquivo Distrital de Braga. Lamentavelmente, a documentação proveniente deste cartório ainda não foi tratada e não está acessível ao público, pelo que este documento deverá ser solicitado com as referências seguintes – “ADB/UM – Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira – Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima, ordenado pelo 3º Visconde D. Francisco de Lima. 1535”.

Vereadores e pelo Procurador do Concelho, na demanda que o Alcaide lhes movera para continuar a exigir o pagamento do censo das casas e as portagens na vila de Ponte de Lima (REIS, 2000: 106). Mas esta sentença não deve ter tido efeito prático ou depressa se transformou em letra morta, porque as queixas dos moradores de Ponte de Lima continuaram.

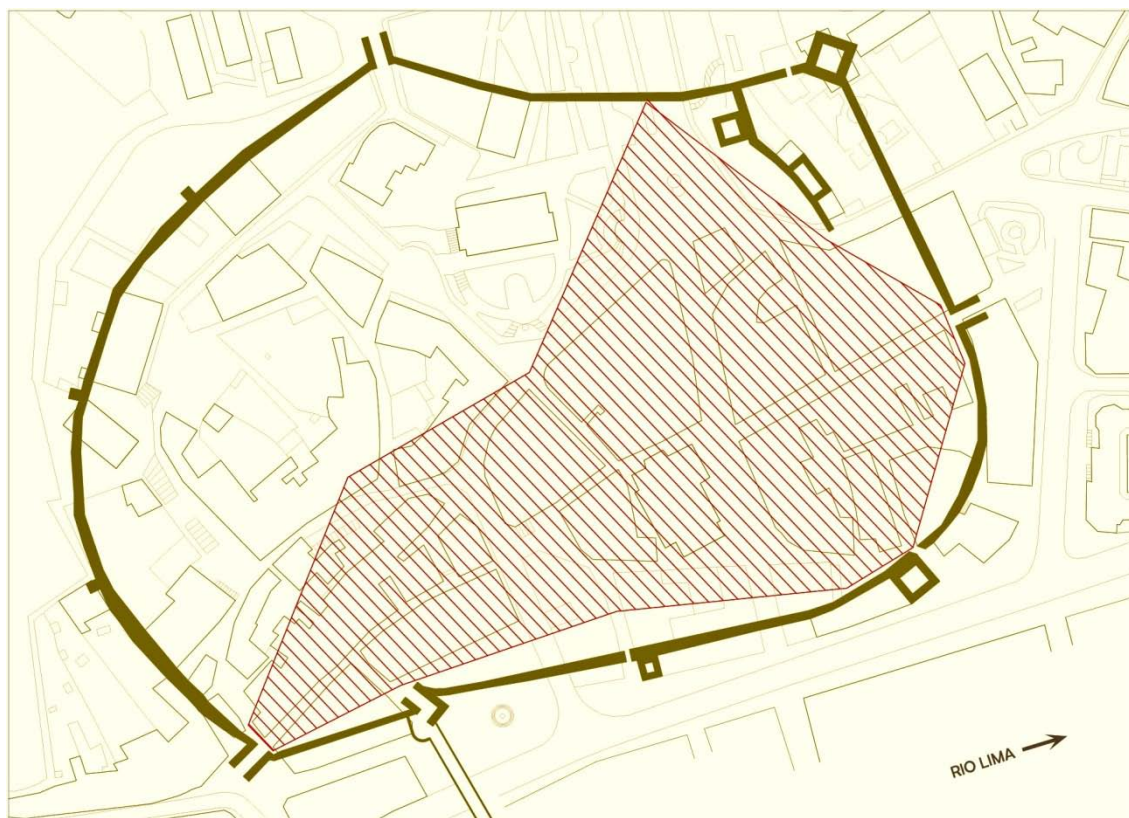
Ponte de Lima, como qualquer outra vila daquela época, tinha edifícios que eram propriedade de pessoas singulares, da Igreja e de outras instituições e da Coroa, pagando estas ao Rei, e por isso eram designadas por bens reguengos, os tributos correspondentes à natureza do seu usufruto – o foro, se os edifícios tivessem sido objecto de um contrato de enfiteuse (emprazamentos) ou o censo se fossem alodiais⁸⁰.

A doação dos direitos reais da vila de Ponte de Lima aos Viscondes de Vila Nova de Cerveira foi uma iniciativa de grande alcance político, mas que não se justifica comentar neste trabalho. Já o mesmo não acontece com a iniciativa do donatário dos mesmos direitos reais em 1535, o 3º Visconde D. Francisco de Lima, de contabilizar as receitas a arrecadar, providenciando a alçada de tombamento das casas reguengas, com a sua localização e a identificação do contribuinte.

O inventário mandado fazer por D. Francisco de Lima obrigou o escrivão do tombo a percorrer a vila, rua por rua, e a assentar sequencialmente os edifícios reguengos, com a descrição das confrontações anterior, posterior e laterais, a identificação do proprietário e do morador à época e de quem como tal os precedera e ainda a natureza e montante do tributo devido.

A inquirição abrange apenas os edifícios reguengos, ou seja, os que eram bens da Coroa, mas outros havia que o não eram, o que dificulta muito a percepção da sequência, mas não invalida de modo algum o enorme proveito do documento e a possibilidade de se tirar dele ilações importantes. Isto, porque se registam, ainda assim, troços sequenciais significativos, que fazem alguma luz sobre a coerência da malha urbana.

⁸⁰ Porque a vila era reguenga, todas as casas pagavam um foro fixo, meramente simbólico, que o foral teresino de 1125 fixava em 1 soldo por ano (REIS, 2000:69) e algumas eram ainda tributárias de um censo, costume confirmado no Foral Novo de 1511, nestes termos – “... ¶ E pagarão mais os moradores da dita Villa das casas que tiverem onze ceptiis pollo soldo que se pollo dito foral mandou pagar e isto em cada huum anno. ¶ Alem do qual foro da casas a Coroa Real tem na dita Villa muitas casas em muitos lugares e partes da dita Vila das quaes se pagam foros e censos per desvairadas maneiras segundo largamente nos tombos das ditas casas estaa compridamente decrarado. Na qual maneira e modo mandamos que se paguem ao diante.” (MARQUES, 2005: 135).



56 - Área da vila de Ponte de Lima abrangida pelo Tombo das casas reguengas realizado em 1535

Foram registados 120 edifícios distribuídos, pelo menos, por onze ruas, com a seguinte sequência – Sanhoane (S. João de Dentro), Porta da Ponte, Sapataria, Mercadores, Praça, Nova, Souto, a que vai do Souto para o Castelo, Carrazido, Carniçaria e Açougues, Triparia e outras.

Numa primeira apreciação e não considerando algumas vias cuja localização na malha é discutível, como é o caso das ruas da Carniçaria e da Triparia, desde logo se percebe, pela sequência das restantes cuja toponímia chegou aos nossos dias, que a operação se realizou de norte para sul, começando na Torre de S. João e seguindo o enfiamento completo da rua Direita até à Torre do Souto, voltando depois atrás, até à igreja, para cobrir os arruamentos que ficavam a nascente daquele eixo.

Começando a analisar os registos, um a um, logo concluí que os edifícios eram adjacentes quando as confrontações laterais correspondiam. Quando não, havia um hiato correspondente a edifícios não arrolados por não serem reguengos, ou a sequência fora interrompida com a passagem para o lado contrário da rua. A confrontação anterior é sempre a da rua em questão, invariavelmente designada por 'rua pública'. Já a

confrontação posterior é muito mais variada, permitindo em alguns casos perceber a geometria da implantação do edifício, a existência de logradouro (que então se chamava ‘enxido’) e, sobretudo, confirmar a relação do tardo com as frentes edificadas de outros arruamentos paralelos.

Ainda antes de entrar na concatenação da informação que me vai permitir entender a estrutura urbana da vila, valerá a pena conjecturar um pouco sobre outros aspectos reflectidos no tombo e que, não obstante serem tema eleito da área da História, nem por isso são menos importantes para a análise urbana.

Em primeiro lugar verifica-se que quasi metade dos ocupantes residia em casa própria (cf. Quadro 2 – ESQUEMA INTERPRETATIVO DO TOMBO DE 1535, no Apêndice desta Dissertação), sendo também esse o padrão que se regista ao longo da rua Direita, que era o enfiamento das principais ruas da vila, constituindo o trajecto do seu atravessamento pelos forasteiros e, por isso mesmo, onde o comércio se concentrava. Mas nas imediações da Porta da Ponte, que era uma área estratégica para essa actividade, nenhum morador era proprietário da respectiva casa. Curiosamente, também áreas contíguas e afins como eram a Praça e a rua do Carrazido, podiam ter perfis habitacionais absolutamente distintos. Neste caso, quasi todos os moradores da rua do Carrazido viviam em casa própria, enquanto na Praça, a larga maioria vivia em casa alheia. É provável que estas preferências tenham a ver com o valor venal da propriedade urbana e com a prática corrente dos comerciantes e de muitos artesãos terem o seu estabelecimento no piso térreo e habitarem os superiores, embora não se encontre, em todo o Tombo, um único registo de propriedade horizontal ou de locação parcial do edifício.

Quanto ao tributo, apenas 14% das casas eram emprazadas e pagavam foro. Todas as demais pagavam o censo à Coroa, que variava entre 5 e 600 reais. Com certeza este valor era proporcional à dimensão e à qualidade da casa, mas as mais tributadas estavam situadas entre a Porta da Ponte e a Praça (da Igreja), incluindo as ruas da Sapataria e dos Mercadores.

A condição social dos moradores era muito diversificada, embora muitas casas pertencessem a pessoas poderosas que não residiam dentro das muralhas, impedidas pelo privilégio que esta vila usufruía (LEMOS, 2003: 50) de não poderem nela residir

fidalgos⁸¹. Ainda assim, a regra não era rigorosamente observada, pois António Barbosa, que é citado com o foro de Escudeiro Fidalgo e o Comendador Lopo Malheiro, viviam na Rua da Sapataria e D. João de Lima, filho do Visconde, na rua do Souto. E não eram casos únicos. No mais, todos tinham mesteres, embora não agrupados em corporações, como o pode fazer supor a toponímia corrente (ruas da Sapataria, dos Mercadores, ...). Registam-se ferradores, sapateiros, serralheiros, ataqueiros, alfaiates, sirgueiros, ourives, barbeiros, torneiros, sardinheiros, besteiros, estalajadeiros, tabeliães, mercadores, almocreves, clérigos e ainda escudeiros e cavaleiros. Na rua da Praça, que era o largo da igreja matriz, muitos destes edifícios tinham servidão nos ‘baixos das casas’, áreas alpendradas no piso térreo, constituídas pelo avanço dos pisos superiores apoiados em arcos e pilares monolíticos. Alguns destes arcos, uns ogivais, outros já de volta redonda, ainda hoje se conservam no interior das casas comerciais deste largo e da rua Cardeal Saraiva, a antiga rua do Carrazido, que nela desembocava.

Uma outra particularidade interessante deste documento são as anotações à margem, feitas com letra já do séc. XVII, identificando os proprietários, nesta época, de cada um dos duzentos edifícios tombados em 1535, o que permite identificar concretamente alguns deles, por estabelecer uma ponte de referência para o edificado actual. Desta circunstância me vali para testar este estudo, como referirei no final da sua apresentação.

A análise do documento, tendo em vista a definição da estrutura urbana da vila de Ponte de Lima, foi feita na perspectiva do arquitecto que se socorre do contributo de outras especialidades para tirar todo o proveito possível das fontes documentais, o que, numa situação real mais complexa, só é exequível com a participação integrada de uma equipa pluridisciplinar.

Iniciei o trabalho construindo graficamente fracções do edificado a partir da descrição em sequência contínua de conjuntos de edifícios adjacentes entre si. A dimensão destas fracções era determinada pela interrupção devida à intercalação sequencial de outros edifícios não incluídos no inventário ou à mudança que o inquiridor fazia do lado da rua. Estas fracções constituíram-se como peças de um *puzzle*, cuja montagem foi morosa porque houve necessidade de esclarecer algumas situações pontuais com recurso

⁸¹ Privilégio antigo confirmado por D. João I (c. de 10.11.1385), por D. Duarte (c. de 6.7.1437) e por D. Manuel (c. de 16.5.1496), cujos originais, com excepção do primeiro, se conservam no Arquivo Municipal de Ponte de Lima (REIS, 2000: 98 e 103).

à informação já conhecida e documentalmente comprovada da história urbana desta vila. Exemplo disso é o conhecimento da existência e localização mais ou menos rigorosa da cintura de muralhas e torres e da sua articulação com a ponte, uma vez que esta referência é recorrente na descrição da alçada.

O posicionamento relativo dos edifícios foi definido, em primeiro lugar, pela adjacência; depois, pela referenciação dos arruamentos que concorriam com a rua principal, quando algum dos edifícios fazia esquina para ambos; também pelo relacionamento dos tardozeiros, o que permitiu verificar o paralelismo entre ruas; e, finalmente, pela referência a situações que ainda hoje permanecem ou cuja implantação é bem conhecida, apesar das alterações de forma que possam ter ocorrido, como é o caso da igreja matriz, do hospital da Misericórdia, da muralha e das respectivas portas e torres.



57 – Durante o trabalho da montagem do 'puzzle', que permitiu que o Tombo de 1535 evoluísse do seu conteúdo narrativo para a sua representação gráfica

O conhecimento de alguma toponímia foi outro factor determinante para a construção do *puzzle*. Mas se as ruas Nova e do Souto, ou a praça ou o castelo ainda hoje são topónimos referentes a locais conhecidos, já outros o não são, ainda que se possam relacionar com alguma probabilidade, como é o caso das Pereiras. É o que se passa

também com as ruas da Tanoaria, da Brancaria ou da Triparia, cuja localização se desconhece em absoluto, embora sejam referidos em outras fontes documentais; ou com topónimos desaparecidos mas que perduraram na memória colectiva, como é o caso da rua do Carrazido; ou com outros que se deduzem pela etimologia, como a rua de Sanhoane por S. João, ou pela semântica, como o Beco das Selas.

A dificuldade maior estava, no entanto, no desconhecimento absoluto das reais dimensões dos edifícios, porque a descrição de cada um deles não fazia referência a essa variável. Nestas circunstâncias, tive que arbitrar uma dimensão única para todos, ajustando-a no remate de cada frente edificada para reduzir o erro de fecho. Por esta razão, o esquema gráfico resultante apresenta algumas diferenças na largura e no comprimento dos edifícios, não correspondendo todos à bitola inicialmente definida, o que pode suscitar dúvidas, sabendo que a modulação era, naturalmente, muito



diversificada, como se pode concluir pela diferença de valores dos respectivos censos. E que pode suscitar dúvidas, sabendo que a modulação era, naturalmente, muito diversificada, como se pode concluir pela diferença de valores dos respectivos censos. E é também por isso que troços alinhados de arruamentos surgem quebrados ou espaços públicos de geometria regular ficam distorcidos (cf. Quadro 2 – ESQUEMA INTERPRETATIVO DO TOMBO DE 1535, no Apêndice desta Dissertação).

Se o arbítrio da modulação invalida a possibilidade de se concluir sobre a estrutura do quarteirão, já o mesmo não acontece com a estrutura da malha urbana. Mas o que importa neste esquema não é obter directamente uma configuração planimétrica rigorosa, mas sim uma correlação de espaços e de singularidades urbanas que permitem interpretar a planta actual e transpor para ela a leitura feita. Isto, porque a construção do esquema foi tendo em conta a localização de referências que ainda existem no seu local original ou que sofreram alterações conhecidas.

São caso disso, as seguintes:

- a localização da Torre e Porta de S. João, que se sabe terem estado à boca da rua do mesmo nome, hoje designada rua Beato Francisco Pacheco, embora não se conheça rigorosamente o perímetro da sua implantação. Não se considera credível o registo feito na pavimentação há cerca de 15 anos, por não ter sido previamente confirmado por sondagens arqueológicas.
- a rua Beato Francisco Pacheco, que corresponde exactamente às antigas ruas de Sanhoane e da Sapataria e que constituíam a parte setentrional da rua Direita. Mantém os alinhamentos originais e muitos edifícios, cujas fachadas abrangem um largo período cronológico, que vai do final do séc. XV ao final do séc. XIX, conservam ainda, no seu interior, as estruturas do edificado original. Um destes edifícios conserva uma fachada, indubitavelmente já existente ao tempo da inquirição utilizada como documento base deste estudo.
- A ponte, que existe em toda a sua extensão original, embora com dois arcos soterrados no actual Largo de Camões.
- a implantação rigorosa da Torre e Porta da Ponte, com o indício de uma barbacã de acesso, registadas na estereotomia do pavimento do largo de Camões em resultado de uma campanha arqueológica realizada em 2000. Nesta campanha foi também registada a implantação do pano de muralha que ligava esta torre com a de S. Paulo.

- a rua da Abadia, provavelmente criada pela traslação da Rua dos Mercadores, onde entestava a ousia da igreja matriz até à sua renovação em 1567 (SILVA, 1971: 68)⁸². Quando em 1673 o Senado da Câmara se obrigou a realizar obras de fundo nesta parte da igreja, que nunca chegou a levar a efeito (CARDONA, 2010: 53), já o troço da rua Direita correspondente à rua dos Mercadores fora ripado para nascente. Antes disso esta rua passaria muito próximo do actual arco cruzeiro, unindo rectilaneamente as ruas do Souto e da Sapataria, como se percebe na planta desta área urbana.
- A Fonte da Vila, que conheceu já diversas configurações, ainda hoje se mantém no mesmo local, no início da rua que tem o seu nome. Foi um elemento de fundamental importância no quotidiano da vila até 1603, ano em que entrou ao serviço a água de Merim, recolhida no chafariz nobre, à boca da Porta do Souto.
- o complexo da Santa Casa da Misericórdia, que inclui a igreja com o respectivo adro (cemitério) e o antigo Hospital, edifício reformado no séc. XVII e hoje dividido em duas partes separadas em 1924 pela extensão da rua Cardeal Saraiva, feita à custa do claustro. Neste mesmo local existia o velho Hospital da Praça, que só foi integrado na Santa Casa em 1551. Quando se fez a inquirição, em 1535, a Santa Casa da Misericórdia, cujo Compromisso tinha apenas cinco anos, pouco mais teria neste local que a sua igreja e esta mesma correspondente apenas à área da actual nave, sem a capela-mor que lhe foi acrescentada numa grande reformulação iniciada em 1630 (REIS, 1997: 24, 52).
- o largo da Matriz, a que chamavam praça e que pela tipologia dos edifícios que a definem e pelos indícios que se conhecem no interior dos seus pisos térreos, teria uma configuração idêntica ou semelhante à actual. Era o principal espaço urbano da vila, importância que perdeu quando em 1924 rectificaram a antiga rua do Carrazido, que passou a designar-se de Cardeal Saraiva e em 1924 lhe rasgaram a abertura para o rio, para a transformarem num vulgar arruamento. Só com as recentes intervenções

⁸² O livro de actas da Vereação de 1567-1568 (in Arquivo Municipal de Ponte de Lima), regista o acórdão de 19 de Fevereiro de 1567, para a reparação da igreja matriz, que estava ‘arruinada e derribada’ (fl. 11 vº); o acórdão de 24 de Março, para a arrematação das obras de construção da capela-mor e respectiva abóbada e do arco cruzeiro (fls. 14 vº-16vº); e o acórdão de 17 de Outubro do mesmo ano, que autoriza a construção de duas capelas no transepto (fls. 71-73). M. E. L. E. da Silva, na sua monografia “A igreja Matriz de Ponte de Lima” refere circunstanciadamente estas diligências e esclarece que a obra, inicialmente proposta por adjudicação directa a Mestre Luís, da cidade do Porto, acabou por ser posta em pregão e arrematada por Sebastião Afonso, provavelmente um Mestre local, que a contratou por 260\$000 em vez dos 400\$000 que aquele exigia. No entanto, Mestre Luís ainda fora recebido pelos Vereadores que “...ho ěformarã de como havia de ser da abobada de berço”, ao que “...ele mestre lojs tomou ha traça dela e hacrecẽtamẽto e fez has mostras de maneira q. se havia de fazer...”, o que comprova que o projecto e até a maqueta já entre nós eram absolutamente necessárias, não apenas para a consecução da obra, mas também para a aprovação do seu dono.

de reabilitação urbana, que recriaram a sensação, ainda que ilusória, de um espaço fechado e aconchegado, tem vindo a readquirir algumas funções perdidas. Ao tempo da inquirição, esta praça era o centro cívico onde convergiam todas as funções, inclusivamente a de cemitério na envolvência da igreja, como se tem verificado em diversas sondagens arqueológicas, que reconheceram as covas, estelas e lápides funerárias medievais⁸³.

- a própria igreja matriz, hoje com uma dimensão muito maior que a que tinha ao tempo da inquirição, designadamente pela renovação da capela-mor e pelo acrescentamento das naves laterais e do transepto, mantendo-se, contudo, no mesmo local.
- a rua do Souto, que da origem conserva apenas o eixo genérico, já que no final do séc. XIX foi rectificadada e regularizado o seu perfil transversal, o que implicou o recuo e a reconstrução das fachadas de quasi todos os edifícios, sobretudo no lado nascente, alguns dos quais conservam ainda no interior vestígios da sua antiguidade. Em obras precipitadamente realizadas pelo Município há cerca de vinte anos, não se acautelou a recolha de indícios e perdeu-se definitivamente a possibilidade de se obter um registo pormenorizado dessas alterações.
- um troço do pano da muralha que estava a nascente da Torre do Souto, ainda com os merlões originais, que serve de meação a dois edifícios e permite localizar, embora com pouco rigor, a implantação daquela torre e da respectiva porta.
- a rua do Castelo, embora não creia tratar-se da mesma que na inquirição se refere como ‘rua que vai do Souto para o Castelo’, mas sim de uma variante mais recente e regularizada. Desta, parece ser vestígio original uma bem conservada porta gótica no tardo de um edifício da actual rua do Castelo. O Castelo era, naturalmente, a alcáçova, onde residia o Alcaide-mor Visconde de Vila Nova de Cerveira, nome por que ainda é conhecido, como o é também por Alcaidaria e por Paço do Marquês.
- a rua Nova, que desemboca na Porta Nova, junto à Torre da Cadeia, muito provavelmente com o mesmo traçado que tinha ao tempo da inquirição, sendo então

⁸³ Em obras levadas a efeito pelo Município, há cerca de vinte anos, no Largo da Matriz, lamentavelmente realizadas sem qualquer preocupação de acautelar vestígios arqueológicos, apareceram algumas lápides sepulcrais anepígrafas, inequivocamente medievais, a maioria partidas, mas evidenciando, algumas, os instrumentos que referenciavam o mester exercido pelo indivíduo inumado. Uma destas lápides, que apresentava um machado, por estar inteira, foi recolhida e acautelada pelo Município (*vd.* fig. 53). Em obras mais recentes, realizadas em 2010 no pavimento do rés-do-chão do edifício que faz a esquina setentrional da rua da Abadia com a rua Cardeal Saraiva (outrora a rua dos Mercadores com a rua do Carrazido) foi reconhecida uma fileira de covas de sepulturas, o que tudo confirma a existência de uma necrópole da Baixa Idade Média, adjacente ao costão meridional da igreja matriz.

a mais recente artéria urbana da vila, porque fora aberta no reinado de D. Manuel, falecido apenas há catorze anos. Não é, evidentemente, admissível que a Coroa, que tinha em vista expurgar o país de judeus confessos, criasse uma rua com a dimensão da rua Nova para acantonar esta nação, como se afirma na maior parte da bibliografia corrente, desmerecendo muito a sua credibilidade. Que existia uma rua da Judiaria, é um facto que se confirma no Tombo de 1412 (ANDRADE, 1990: 210), mas a população hebraica não vivia num *guetto*, como se comprova na inquirição de 1535, com a morada do cristão-novo Fernão Gonçalves, na rua da Praça ou a estalagem de Estêvão Anes Marrão, na rua da Sapataria⁸⁴.

- as Torres da Cadeia e de S. Paulo, com as respectivas portas e o pano de muralha que as une, também já existentes ao tempo, tal qual hoje as conhecemos, com excepção do sobredito rompimento justificado pela rua Cardeal Saraiva em 1924. Devo, porém, repetir aqui o que já atrás deixei dito sobre a edificação da Torre da Cadeia e da Porta Nova. Não sendo então edificações de raiz, só muito recentemente, em 1511 (LEMONS, 2003: 68), tinham sido concluídas as obras ordenadas por D. Manuel I – a instalação da Cadeia da Correição na torre e o alargamento e torção do postigo adjacente para franquear a rua Nova e que ficou designado como Porta Nova.
- a rua do Carrazido, que tinha então um desenvolvimento ligeiramente curvilíneo, desembocando na praça, junto à igreja. Rectificada e alargada no final do séc. XIX, é hoje a rua Cardeal Saraiva. Conserva ainda alguns testemunhos da sua antiguidade, designadamente um conjunto de arcos, três deles ogivais, no interior dos estabelecimentos comerciais de três edifícios que a marginam e que faziam parte da característica alpendrada conhecida por ‘baixos das casas’.

⁸⁴ Até à sua expulsão do Reino, os judeus, atingindo o número mínimo de dez adultos, podiam organizar-se em comunas ou judiarias, que se concentravam num arruamento ou constituíam mesmo um bairro, apartados da população. Quando se começaram a constituir as urbes, as comunidades judaicas mantinham-se extra-muros, mas ao longo da Baixa Idade Média, por interesse próprio sancionado pela Coroa e também porque os perímetros urbanos se foram dilatando, os judeus passaram a integrar dispersivamente a comunidade residente, mas tendencialmente localizados nas artérias de maior movimento de pessoas e de mercadorias, concorrendo profissionalmente com a população cristã. As comunidades formalizadas foram-se concentrando em locais discretos da urbe, na área periférica e próxima das portas, muitas vezes absolutamente segregadas em espaços contidos, mas protegidas pelo poder central (*apartados e defesos*). Não seria esta, exactamente, a situação de Ponte de Lima, pois não é verosímil que para estruturar esta Judiaria, naturalmente reduzida, como o era a própria vila, se criasse um novo arruamento, embora não se saiba, concretamente, o que era a ‘Rua da Judiaria’ no séc. XV, podendo até tratar-se de uma betesga nas imediações da actual rua Nova. Mas já o mesmo não aconteceu noutros lugares, onde os acantonamentos, as permutas de localização e até novas urbanizações acompanharam a história da radicação local da comunidade hebraica. Isso foi comum em Lisboa, no Porto ou em Évora e em Santarém chegou até a haver uma rua nova dos Judeus (TAVARES, 1982: 43).

Por outro lado, também a inquirição contém designações toponímicas de muito difícil referenciação, que só a conclusão do estudo poderá eventualmente esclarecer. Umas são ainda de uso corrente ou evidenciam semelhanças que permitem conjecturar corruptelas de linguagem ou reminiscências do ementário popular. Outras, se bem que referidas em diferentes documentos, não resistiram de todo à memorização local. Estão nestes casos os seguintes topónimos referidos na inquirição:

- Pereiras, no geral ou com os designativos de rua ou de rossio é um termo vago, porque actualmente se referencia às imediações da capela com este nome, na parte alta da vila, mas muito provavelmente esta capela, então uma pequena ermida com dez anos de existência (LEMOS, 2003: 98), terá tomado o nome na parte baixa.
- Outeiro de Selas, a que não será estranho, com certeza, o local actualmente conhecido por Beco das Selas.
- ruas da Tanoaria, da Brancaria, da Triparia e da Carniçaria, de que não resta hoje qualquer memória, para além de vagas referências noutros documentos pré-setecentistas, o que significa que estes arruamentos deixaram de o ser há muito tempo ou que as suas designações foram substituídas.
- rua dos Açougues, cuja memória se perdeu também, sabendo-se apenas que os açougues, ou seja, o local onde se abatia o gado e cortava a carne, eram ainda no séc. XVII, muito próximos dos Paços do Concelho, o mesmo edifício da actual Câmara Municipal e que chegaram mesmo a ocupar os seus baixos.
- rua da Fonte, também incerta, mas que teria uma relação de proximidade com a única fonte pública, que se mantém no mesmo local, na actual praça da República, dando o nome à rua da Fonte da Vila, que aí se inicia.

O esquema foi sendo construído paulatinamente, introduzindo todas as localizações pela ordem com que se procedeu à inquirição, associando a informação para relacionar as ruas e tendo sempre presente os elementos da realidade actual que já então se constituíam como referências incontornáveis – a muralha, as portas da vila, a igreja, o castelo, ... Nalguns casos, parecia que as indicações conduziam a diferentes soluções parciais possíveis, o que me obrigou a recorrer a um processo de tentativas, que se iam eliminando com a concatenação dos dados até restar apenas a verdadeira.

Cheguei, assim, ao esquema que apresento. Naturalmente distorcido na forma, porque não teve em conta as dimensões reais, mas garantindo uma relação de coerência

estrutural, que vai permitir tirar um conjunto de ilações fundamentais para o conhecimento da evolução urbana e até algumas circunstâncias pontuais que podem ser muito úteis nos processos de reabilitação.

Para melhor compreensão dos resultados, fez-se uma transposição do esquema para a cartografia da vila. Alguns detalhes, como por exemplo a localização de algumas azinhagas e betesgas, há muito comprometidas com a concentração urbana, não foram seguramente identificados.

3.2 – Discrepâncias entre os Tombos de 1412 e 1535

Parece haver uma incongruência, em termos quantitativos, entre o edificado referido no Tombo de 1535, que é o documento chave desta Dissertação e o referido no Tombo de 1412, publicado pela Dr^a Amélia Aguiar Andrade, a que me reporto no § 3.3 do capítulo anterior. Esta ilação não é absoluta porque, na realidade, o documento quatrocentista não configura a estrutura urbana, não sendo lícito, por isso, concluir que um arruamento relacione diferente número de casas do que o quinhentista faz para a mesma via.

Por outro lado, também o documento de 1412 inclui diversos edifícios nas designadas ruas das Pereiras, do Pinheiro e de Braga, que não são referidos no de 1535. Esta circunstância pode ter diferentes explicações que não cabem no âmbito desta Dissertação. A História, compulsando a informação à medida que as fontes a vão produzindo, poderá um dia justificar se houve algum ajustamento do património reguengo de Ponte de Lima entre 1412 e 1535 ou se o documento que me serve de referência constitui ou não a totalidade da alçada realizada para o Tombo de 1535.

No entanto, reitero a minha convicção, já antes expressa, de que a tradução gráfica apresentada pela autora na sua obra *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, excede largamente o que o tratamento heurístico das fontes documentais em que se apoia permite justificar, tendo ela corrido algum risco na confiança que depositou noutras fontes complementares de informação.

3.3 – O eixo norte-sul – a rua Direita

Se alguns arruamentos referidos no Tombo são identificáveis, como referi, outros não o são ou se as designações são conhecidas, já o não é a localização ou, pelo menos, suscita dúvidas de exactidão.

O Tombo, contudo, esclarece um conjunto de aspectos e, noutros casos, perspectiva a revisão de interpretações que se tinham como inquestionáveis. Caminhando de norte para sul, entre as Portas de S. João e do Souto, a rua Direita⁸⁵ era constituída por troços consecutivos com diferentes designações – ruas de Sanhoane, da Sapataria, dos Mercadores e do Souto – sendo, curiosamente, quasi rectilínea. Hoje, este itinerário corresponde às ruas Beato Francisco Pacheco, da Abadia e do Souto e só não tem a mesma rectilinearidade porque a rua da Abadia é uma versão ripada da dos Mercadores, por ampliação da ousia da igreja. Dela, só a rua Beato Francisco



59 - A rua Direita, direita de porta a porta, da Porta do Souto à de S. João

⁸⁵ Direita de porta a porta e não segundo o critério popular, que aduz a simplista conclusão de que em todas as vilas, a rua Direita é sempre a mais torta

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

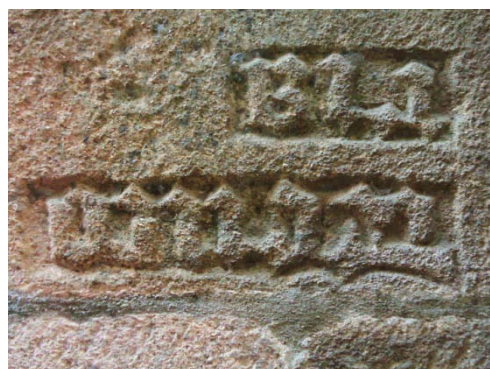
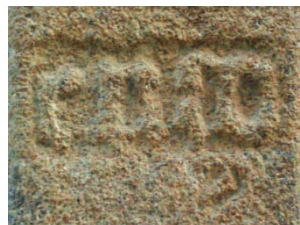


60 - A antiga rua Direita abrangia as ruas de Sanhoane e da Sapataria, que correspondem parcialmente à actual rua Beato Francisco Pacheco, ...



61 - ... à rua dos Mercadores, que actualmente é a rua da Abadia e à rua do Souto, que ainda conserva a mesma designação.

Pacheco mantém o perfil, que não será muito diferente do que teria em 1535 e uma das suas casas é seguramente coeva do Tombo, conservando ainda algumas reminiscências góticas. E em duas situações, pelo menos, se registam epígrafes que podem representar o valor do censo ou a número de ordem no Tombo. Noutras duas, a natureza reguenga está expressa nas armas reais cravadas nas frontarias manuelinas. Esta rua Beato Francisco Pacheco, que corresponde à de Sanhoane e a parte da da Sapataria é, ainda hoje, um excelente repositório de casas dos séc. XVI e XVII, com algumas intercalações de fachadas posteriores em edifícios mais antigos que mantêm no interior testemunhos da sua longevidade.



62 - Escudetes com as armas reais e registros censitários que identificam algumas casas que foram reguengas nas antigas ruas de Sanhoane e da Sapataria, hoje rua Beato Francisco Pacheco

As casas que se perfilavam do lado poente desta rua são referidas no Tombo como confinantes com a muralha, mas esta situação decorria de um abuso que ao longo dos tempos se foi paulatinamente generalizando, porque as cercas das praças fortificadas deveriam manter um espaço adjacente intra-muros desocupado, como servidão de defesa semelhante ao adarve que percorria o coroamento dos panos. Provavelmente os edifícios foram crescendo com a ocupação desse espaço ou criando anexos que a pouco e pouco se consolidavam. Mas nem todas as casas estariam adjacentes à muralha. O

Tombo refere três azinhagas, quelhas ou betesgas, e mais haveria, que faziam ligação da rua com a muralha, o que só se justificaria se comunicassem com espaços de circulação ou conduzissem a escadas adossadas de acesso ao adarve. E uma dessas comunicações deixa antever a existência de um espaço aberto, embora com dimensão desconhecida. A atestar a existências destes espaços, que poderiam constituir os logradouros das casas a que o Tombo chama ‘enxidos’, conserva-se ainda, no largo de Camões, um velho poço de excelente cantaria, que ficava distanciado da muralha cerca de 6 metros.

A frente edificada a nascente está interrompida, segundo a descrição do Tombo, por duas azinhagas de ligação ao local designado Pereiras, passando uma delas pelo Outeiro de Selas e pela rua da Tanoaria, circunstância muito interessante, que adiante referirei com mais atenção. Outro aspecto que merece particular atenção tem aqui, no início da rua Direita, referências próprias. Trata-se da possibilidade de avaliação de uma eventual bitola da frente das edificações, quando se erigiu a cerca no início do séc. XIV. A evolução ao longo de dois séculos, até ao Tombo de 1535, deve ter alterado e muito, o fâcies urbano da vila, embora a estrutura fundiária tenha conservado, provavelmente, as suas principais características. Do conjunto de casas apenas uma, na rua de Sanhoane, é garantidamente não posterior a 1535 e tem de frente 3,65 metros (3 varas e um palmo e meio, ou 3 varas e um pé, ou 11 pés ou ainda 5 côvados e meio), inferior, portanto, à medida comum das 5 varas, o que não é suficiente para concluir uma não correspondência com a bitola original.



63 - a casa nº 29 da rua Beato Francisco Pacheco (rua de Sanhoane) é a única que conserva uma fachada indubitavelmente anterior ao Censo de 1535

É imensa a combinação possível de unidades do sistema dimensional para comprimentos usado em Portugal na Idade Média, que perdurou até à introdução oficial do sistema métrico em 1852. Contudo, para obras de construção, os mestres recorriam muito à ‘quina’, que correspondia a 1 côvado + 1 pé + 1 palmo + 1 palmo menor + 1 palma, o que, no sistema craveiro português e arredondando as pequenas diferenças

regionais para médias inteiras, correspondia a cerca de $52 + 32 + 20 + 12 + 7 = 123$ cm. Sendo assim, a casa que me serve de referência teria 3 quinas de fachada (3,69 m) e se esta dimensão corresponde à bitola do parcelamento original no séc. XIV, para uma proporção dimensional mínima dos lotes ou ‘chãos’ de 1:2, cada ‘chão’ teria uma frente de 3,70 m e uma profundidade nunca inferior a 7,50 m (CUNHA, 2003).

Da descrição do Tombo, que não refere dimensões, só é possível aduzir frentes de lote médias, nos troços confinados e onde se conhece toda a sua ocupação. Não é caso das ruas de Sanhoane ou da Sapataria, mas é o da pequena rua da Porta da Ponte, cuja extensão está hoje perfeitamente definida com a sondagem arqueológica que registou a implantação da Torre da Ponte e o arranque dos panos de muralha que a flanqueavam. Esta rua tinha cerca de 20,9 m na frente norte e 22,6 m na frente sul, com cinco casas naquela e duas nesta. Tem-se, assim, uma média de 4,2 m por fachada na frente norte⁸⁶ e de 11,3 m na frente sul, valores muito distanciados, que não permitem apurar a bitola. Contudo, verifica-se que as duas casas da frente sul pertenciam a dois moradores da elite social da vila – Rui Gonçalves, cidadão do Porto, muito provavelmente um mercador rico e Tomás de Abreu, Cavaleiro Fidalgo e Contador da comarca de Viana, o mesmo que autorizou o traslado do Tombo ao Visconde. Ambas as casas, sendo de quem eram, podiam ter resultado já de reedificações conjuntas, situação que não ocorria na outra frente, onde a heterogeneidade social parece evidente. Nestas circunstâncias, admitindo que pelo menos uma delas seria maior que as restantes (por exemplo, a do mercador Álvaro Anes), já alguma destas poderia ter frente semelhante à que se apresenta com 3,70 m na rua de Sanhoane e corresponder este valor à bitola original.

Ainda na rua da Sapataria, nova referência do Tombo indicia outra particularidade da malha urbana, a irregularidade dos alinhamentos, implicando pequenas variações do perfil transversal de cada arruamento, mas com grandes discrepâncias entre eles. A largura das ruas transitáveis nunca poderia ser inferior a 7 palmos (1,54 m)⁸⁷, que é o necessário para passar à justa um carro de bois (AURORA, 2007: 251), mas os troços da rua Direita que ainda se conservam e que correspondem à rua Beato Francisco Pacheco são

⁸⁶ O Tombo da Gafaria de Ponte de Lima, que referi no § 3.3 do cap. II, e que se reporta a 1551, identifica claramente as duas primeiras casas deste lado da rua. A primeira, que fazia esquina desta rua do Pé da Ponte com a de Sanhoane, pertencia em 1535 à ‘Comprida’ e em 1800 à mulata Luísa Teresa, tinha de frente para aquela rua 4 varas e quarta (4,68 m) e para esta 11 varas e meia (12,65 m), correspondendo pelo menos a duas parcelas contíguas. A casa que se lhe seguia na rua do Pé da Ponte, era em 1535 de António Dias e em 1800 de Bento Leão da Cunha e tinha de frente 3 varas e três quartas (4,13 m).

⁸⁷ Estaria com certeza salvaguardada a dimensão mínima de 7 palmos, necessária para passar um carro de bois, mas a medida corrente era a braça (= 2 varas = 2,20 metros)

bem mais largos e não apresentam perfil transversal inferior a 4,1 m. Mas se não havia obstáculos de monta que prejudicassem a fluidez da via, a irregularidade dos alinhamentos decorria do recuo de algumas fachadas e prova disso é a referência no Tombo a um balcão de escada com o seu rossio (terreiro) na rua da Sapataria, fronteiros à casa do fidalgo Lopo Malheiro, Comendador de Troviscoso na Ordem de Cristo (GAYO, 1989: VI, 516), onde vivia o clérigo Gonçalo Álvares. Esta casa, portanto, era reentrante ao alinhamento e, muito provavelmente, outras estariam em situação semelhante.

Mais para sul, a rua da Sapataria bifurcava, mas o seu alinhamento genérico tomava o nome de rua dos Mercadores, enquanto o braço inflectido, que seguia até à igreja e à Porta do Postigo, mantinha o nome de Sapataria. Ou seja, a rua Direita não incluía a totalidade da rua da Sapataria, já que esta se desviava



64 - O actual Largo de S. José foi gerado na bifurcação da rua da Sapataria, que a imagem ilustra – à esquerda, o braço que se prolonga na rua dos Mercadores e *a direita, na rua Dante a Igreja ou rua da Matriz

ligeiramente para poente, troço este que, no Tombo de 1412 se designa tão-só por ‘rua dante a igreja’. Talvez seja por isso que o alinhamento da rua da Sapataria, que constituía o primeiro troço da rua dos Mercadores, seja referido em alguns documentos como rua Direita da Sapataria. Fica, contudo, a questão do local exacto da bifurcação, que pela concorrência dos eixos terá sido sobre a actual rua Inácio Perestrelo, cuja abertura, no final do séc. XIX, criou aí uma rotura brutal na conexão da rede viária e na malha urbana. Um folheto de apelo cívico editado e reeditado em 1958 (CORTEGAÇA, 1958: 16), a propósito de uma obra de urbanização prevista para este local e ainda algumas fotografias que o registam na época do rompimento da referida rua (então estrada real nº 30) comprovam um ligeiro desalinhamento da rua Direita, situação aliás confirmada no Tombo com o posicionamento da casa do clérigo Diogo Anes, que envolve a de Francisco Soares.

A rua dos Mercadores, após dois entroncamentos a sul, um com um arruamento que conduz à Tanoaria, outro com a rua da Triparia, passava por trás da igreja e desembocava na praça. Todo este troço da rua Direita, designado por rua dos Mercadores seria, como já referi, resultado de recente arranjo urbanístico, muito embora o arruamento propriamente dito fosse antigo, mas com diferente desenvolvimento, como se pode verificar no Tombo de 1412, onde consta já como uma artéria importante. Aliás, analisando a planta da vila, reconhece-se facilmente um alinhamento perfeito entre as ruas de



65 – A rua dos Mercadores, actualmente designada rua da Abadia, com a configuração adquirida no séc. XVI

Sanhoane e da Sapataria com a rua do Souto e tangencial ao arco cruzeiro da igreja, troços actualmente descontínuos por interposição da ousia, que se sabe ter sido reformulada no início do séc. XVI, com a expressão arquitectónica que ainda hoje conserva.

Desembocando também na praça, seguia-se o último troço da rua Direita, até à porta do Souto ou de S. Benedito, traçado cujo eixo se mantém, mas que sofreu um alargamento significativo do seu perfil transversal, à custa das duas frentes edificadas, que recuaram em sucessivas intervenções planeadas no final do séc. XIX, ajustamento justificado após a demolição da Torre do Souto, quando o estrangulamento da respectiva porta deixou de ser um embaraço à livre entrada na vila.



66 - A irregularidade dos alinhamentos das frentes edificadas da rua do Souto, ainda se regista nesta planta da vila, de 1927, onde são perceptíveis as correcções então em curso

Uma das casas da rua do Souto, certamente a mais significativa pela dimensão e pela posição social da família que a detinha, ao que parece desde a Idade Média, era a dos Ledo Ponte, depois conhecida por casa dos Malheiros. Para além da referência documentada a uma torre que tinha adossada na parte norte e que desabou no séc. XIX⁸⁸, deveria possuir uma boa fachada quincentista, a avaliar pela magnífica porta que ainda hoje se conserva numa outra propriedade da mesma família, daqui retirada quando se procedeu ao recuo da fachada, que foi reerguida já ao gosto oitocentista⁸⁹. No átrio da entrada, conservam-se ainda os restos de um lajedo sulcado e três portas biseladas do início do séc. XVI. Curioso é não haver referência a esta casa, como tributária ou como



67 – Portada manuelina que integrava a fachada da Casa dos Malheiros, na rua do Souto recuada no séc. XIX.



68 – Nesta vista do interior do quarteirão Largo da Matriz – rua do Souto – rua Nova, reconhece-se a antiga azinhaga referida no texto. Vestígios da torre da casa dos Ledo Ponte são visíveis à esquerda.

⁸⁸ Esta torre, é referida em diversas épocas, designadamente no início do séc. XIX, no Tombo da Gafaria – “*Hum pedaço de caza que algum tempo foi torre que he unida a asima comfrontada e he do m^{mo} pesuidor, que parte do Nascente com a Rua do Souto, por onde tem de Largo medida a face da Rua tres varas e meia ...*” e noutra local, a propósito da confrontação da casa adjacente “*... pelo lado do Sul, por onde partem com Torre e Cazas de Francisco Pereira Peixoto Ferraz Sarmento também foreiras a esta Caza ...*”.

⁸⁹ Ainda no Tombo do Hospital da Gafaria se refere na medição desta casa – “*... esta caza he a que comprehende os Portaes grandes da entrada pella Rua do Souto ...*”

confinante, no Tombo de 1535, quando ela pertencia a Fernão Gonçalves Ponte e a sua mulher Catarina Leda, o que me leva a crer que seria então muito mais pequena e corresponderia à parte norte, onde estava a torre, ocupando o chão confinante com a ‘azinhaga que vai para a rua Nova’.

Para além da azinhaga que vai para a rua Nova, ainda hoje perceptível no edificado, o Tombo refere também como concorrente na rua do Souto, a rua do Castelo, que pode corresponder à actual com o mesmo nome ou a uma versão original que depois se tenha ripado para sul.

Corroborando esta hipótese, a fachada posterior de uma casa existente na rua do Castelo inclui uma boa porta exterior, de arco quebrado, nunca posterior ao séc. XV⁹⁰, o que indicia a pré-existência de um espaço público, provavelmente uma penetração a partir da rua do Souto. Sendo assim, conforma-se o cruzamento de um eixo com a rua do Souto, de que poderão ser remanescências, o espaço fronteiro à referida porta e a ‘azinhaga que vai para a rua Nova’. E a actual rua do Castelo será, então, uma versão corrigida e deslocada para sul deste antigo arruamento, que acabou por ser integrado no domínio privado.

No ângulo encaixado a sudeste pelas ruas do Souto e do Castelo, no tardoz dos edifícios que nelas se perfilavam, o Tombo localiza o “*pomar do Senhor Visconde*”, naturalmente um vergel adjacente à Alcaidaria, integrando o pequeno espaço agrícola que os Viscondes de Vila Nova de Cerveira tinham intra-muros para seu consumo, já que fora de muros tinham muitos outros terrenos de produção, incluindo um extenso pomar⁹¹. Este pomar estaria certamente a uma cota mais elevada que a de aqueles arruamentos,



69 – Porta gótica que se abre para o vazio existente no actual quarteirão rua do Souto – rua do Castelo – rua Cardeal Saraiva

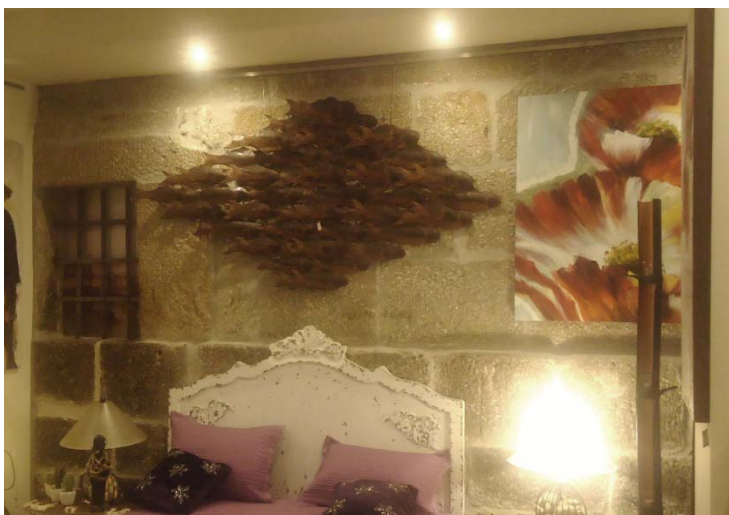
⁹⁰ Pela descrição do Tombo, esta casa poderia ser a do Cavaleiro Garcia Lopes, ou seja, Garcia Lopes Calheiros, o Velho, que foi amado Cavaleiro na tomada de Arzila, em 1471 e morreu muito velho, em 1557, tendo sido um dos homens mais influentes da vila. (CALHEIROS, 1981: 32).

⁹¹ Este pomar, que desde o séc. XVIII era popularmente conhecido por ‘Pomar do Marquês’, por o ser do Marquês de Ponte de Lima, título dado no séc. XVIII aos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, estendia-se das imediações do Convento de S. Francisco até às portas da vila, ocupando uma área que Fernão Lopes, na sua Crónica de D. João I (LOPES, 1644: cap. 15) identifica como uma extensa devesa de castanheiros que deu cobertura aos conquistadores da vila em 1385 e de onde tomaram o nome de ‘Souto’, a torre, a porta e a rua que lhe ficavam próximos.

porque a inserção na vila, em 1860⁹², da estrada real nº 30, proveniente de Braga, implicou o desmonte parcial do morro onde se erguia o pano de muralha que subia da Torre do Souto para a Torre do Castelo⁹³. Este pomar, se não teve alterações posteriores, corresponderia à descrição que dele faz o Tombo da Gafaria no início de séc. XIX, que refere um afolhamento adjacente ao paço e uma distância de 28 varas (30,8 m) entre a muralha e o tardo z das casas da rua do Castelo⁹⁴.

Para o que se refere à desembocadura da rua do Souto na porta do mesmo nome, o Tombo é omissivo, não dando indicações que permitam identificar arruamento algum articulado com esta rua e paralelo à face interior da muralha, mas é possível que existisse para poente, com continuação para a rua Nova e não para norte, onde a variação da altimetria do terreno era muito brusca. Na realidade, subsiste uma extensão significativa do pano de muralha que ligava a Torre do Souto à do Castelo, embebida no edificado e servindo-lhe de arrimo, sem ser perceptível do espaço público. Uma parte

deste pano mantém-se até, integralmente, até à cota do adarve, com os merlões pontiagudos encastrados nas paredes de meação. Esta situação não ocorreria se existisse uma via adjacente interior, como se verifica do lado exterior, onde permanece o vestígio de uma viela, que separa o muro do edifício que o encobre.



70 – Vestígios do pano da muralha que se erguia entre a Torre do Souto e o Castelo, no interior de uma casa comercial

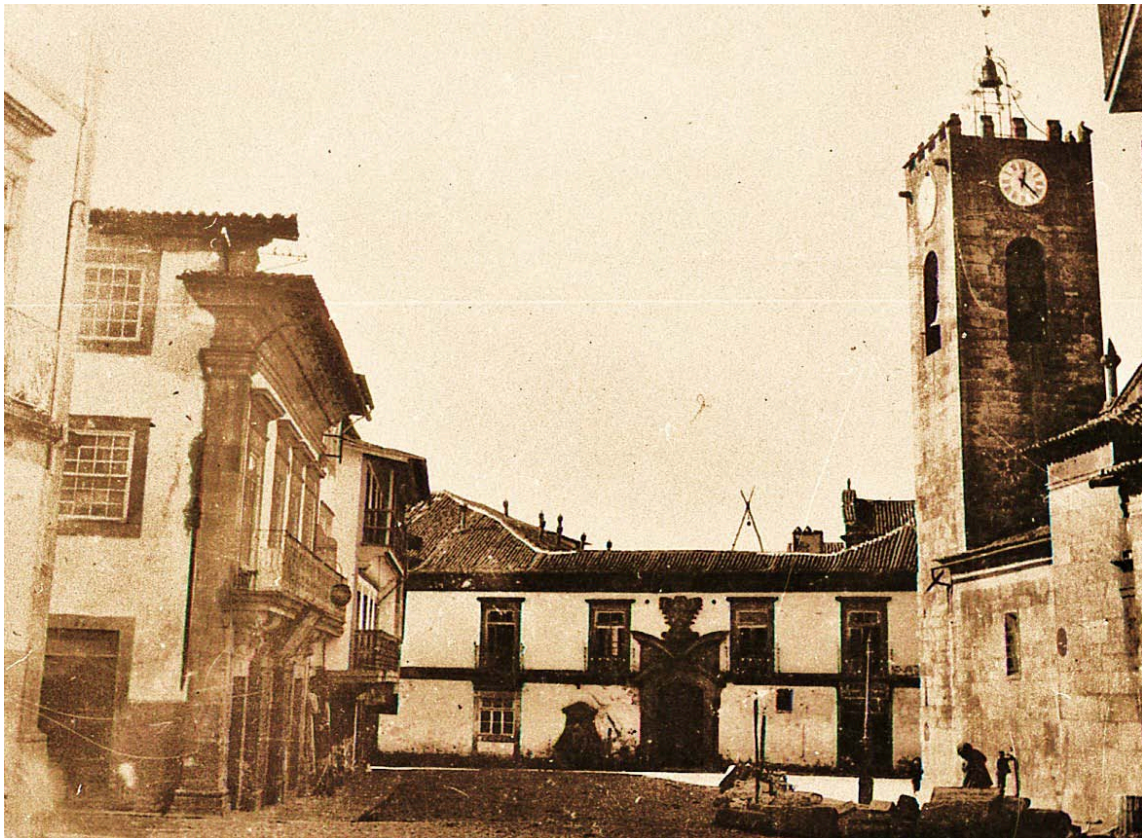
⁹² A inauguração do troço Braga-Ponte de Lima, da estrada de Braga a Valença (Estrada Real nº 30) está registada no Livro de Actas das Vereações, 1860-1861, fls. 65 vº e 67.

⁹³ Numa fotografia de 1864, do fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra, é bem visível o arvoredo, assomando por trás do referido pano de muralha. Neste local, o edificado existente, que tem frente para nascente, sobre a rua Dr. Cândido da Cruz (BAPTISTA *et al*, 2001: planta viária avulsa) não é anterior ao final do séc. XIX e mantém a cota de implantação muito acima das cotas médias das ruas do Souto e do Castelo. É provável que o morro estivesse surribado, com o pomar estruturado em socialcos.

⁹⁴ Esta medida corresponde exactamente à distância que separa o tardo z das casas nºs 1-3 e 5-7 da rua do Castelo, dos vestígios da muralha ainda visíveis dentro do estabelecimento comercial correspondente ao nº 20 da rua Dr. Cândido da Cruz.

3.4 – A área central – a Praça

A Praça não assume no Tombo uma posição de destaque, mas ela evidencia-se quando a descrição se traduz graficamente. Primeiro, pela sua posição central na parte baixa do burgo, onde se concentrava quasi toda a população, depois pela sua configuração, já que o principal edifício da vila, a igreja matriz, acompanhava todo o lado maior da sua planta quadrangular. A localização ainda hoje se mantém e a geometria não fará grande diferença, se se tiver em conta que o arruamento que a devassou com o rompimento das frentes edificadas é obra recente, levada a efeito entre 1917 e 1924 (ABREU, 1981: 223-230).



71 – O antigo Largo da Matriz, ainda com o Hospital da Misericórdia ao fundo, que foi transformado em rua há cerca de cem anos

Uma parte desta praça serviu como cemitério durante a Baixa Idade Média, circunstância a que não terá sido estranha a existência do leito oculto de uma linha de água, cujo talvegue, como já atrás referi, se confunde bastante com a actual av. António Feijó. Esta necrópole exterior ao templo servia toda a população (MARQUES, 1981: 211), já que o interior estava reservado às pessoas eclesiásticas, aos Padroeiros e a alguns

privilegiados por direito próprio⁹⁵. Prova disso, para além das referências documentais, foi o aparecimento de covas, de estelas e de lápides sepulcrais em recentes escavações para reformulação das redes de infraestruturas. Esta utilização deve ter justificado a delimitação da área afectada a cemitério e talvez seja por isso que a parte remanescente deste espaço público aberto, naturalmente estreita, fosse conhecida por ‘rua da Praça’.



72 - Alguns dos arcos dos alpendres que existiam na praça da Igreja e nas ruas confinantes, no espaço público comumente designado por ‘baixos das casas’

Era aqui o local, por excelência aprazado para os encontros, os negócios e, de um modo geral, para todas as manifestações públicas de carácter religioso, político e social. Aqui se concentrava o comércio, que foi irradiando para as ruas confinantes, sobretudo para a rua dos Mercadores e para a do Carrazido, sendo disso prova evidente o conjunto de arcos, três deles em ogiva de flecha baixa, característicos do séc. XV, os restantes de volta redonda ou ligeiramente abatidos, já da Idade Moderna, que se conservam ainda

⁹⁵ Justifica-se a este propósito referir aqui uma passagem do testamento de Martim Pires Furtado, um homem rico desta vila, redigido em 27.3.1433 – “...]. mando o meu Corpo Ser soterrado no simiterjo de Santa m^a da ponte na sepultura Em q jas pero furtado meu padre]. Mando q habirão ha parede da igreja da par do altar E sempre junto com a dita sepultura do dito meu padre E q fação o lãrhuo E me ponhão hj lãr altar E fassão de fora gradizellas de guiza q ho altar seja goardado como cumpre o servisso de ds ...” (ABREU, 1981: 207). Esta disposição testamentária pode ser interpretada como a criação de um arcossólio contendo um altar e uma grade de protecção, junto ao local da inumação.

no interior de alguns estabelecimentos comerciais do actual largo e da rua Cardeal Saraiva⁹⁶. Faziam parte da parede de fundo dos chamados ‘baixos das casas’, espaços alpendrados destinados ao comércio a retalho e a alguns ofícios artesanais, em que a cobertura era conseguida pelo avanço dos pisos superiores, que se apoiavam em pilares e colunas de pedra, como se pode ver ainda em muitos centros urbanos da época medieval, designadamente na Galiza e, entre nós, por exemplo, na cidade de Guimarães. Um destes arcos, recentemente posto a nu no estabelecimento da esquina setentrional da rua Cardeal Saraiva (antiga rua do Carrazido) com o largo (a antiga Praça), fez parte do edifício que serviu como Casa da Câmara ou Paços do Concelho, até à criação dos actuais no segundo quartel do séc. XV (LEMOS, 2003: 70).

Se a igreja, com a orientação canónica nascente-poente, ocupava toda a frente norte da Praça, as restantes frentes estavam compartimentadas em estreitas casas de habitação, a maioria muito provavelmente apenas com dois pisos, como se regista nas fachadas desta época que se conservam um pouco por toda a vila, uma ou outra com a elevação de mais um piso ou com o aproveitamento do desvão esconso da cobertura e também algum alpendre térreo, com o tempo adaptado a outras funções (...*huũ pardieiro q se ora ergueo ẽ casas...*). A frente das casas era certamente muito reduzida, tendo em conta o valor elevado desta privilegiada situação, que o Tombo confirma ao registar, só na frente sul, que deveria rondar os 62 a 65 metros (incluindo a concordância com o arruamento dirigido à Torre da Cadeia), 15 a 17 edifícios. Tem-se, assim uma frente média de 3,65 a 4,35 metros, aquela idêntica à da casa referenciada na rua da Sapataria e esta muito próxima da dimensão estimada para a rua da Porta da Ponte, locais igualmente valorizados pela sua situação privilegiada.



73 – O cemitério da Santa Casa da Misericórdia, no adro da sua igreja

⁹⁶ Na rua Cardeal Saraiva (antiga rua do Carrazido) – há 2 arcos de volta redonda em planos perpendiculares no edifício n^{os} 8-16 e 2 de raiz ogival, complanares, no edifício n^{os} 22-26. Na rua da Abadia (antiga rua dos Mercadores) – há 1 arco ogival intacto e 1 de volta redonda, em planos paralelos, no edifício n^{os} 41-47 (que faz esquina com a rua Cardeal Saraiva) e 1 de volta redonda no edifício n^{os} 37-39. No largo da Matriz (antiga Praça) há 2 arcos de volta redonda em planos perpendiculares no edifício n^{os} 39-45 (que faz esquina com a rua do Souto).

Na frente poente, que deveria rondar os 40 metros (incluindo o arranque do mesmo arruamento referido como direccionado à Torre da Cadeia), regista o Tombo 9 a 11 casas que se prolongavam até à muralha, confirmando-se também aqui a frente média de 3,65 metros, podendo atingir os 4,45 metros. Neste lado poente da Praça desembocava o braço divergente da rua da Sapataria, passando frente à igreja matriz e hospital da Santa Casa da Misericórdia, entre as quais se desenvolvia um rossio, que a mesma Santa Casa utilizava como cemitério seu e que ainda hoje se reconhece pelas tumbas com os seus taburnos de lajes.



74 – A actual Travessa da Matriz era a ‘rua da ilharga da igreja e sacristia’

Outro rossio, muito mais estreito e que ainda existe, é o que acompanha o costão norte da igreja, descrito no Tombo com ligação à rua dos Mercadores por “*rua da ilharga da igreja e sacristia*” e servida também por uma “*azinhaga que vai ter à porta da igreja*”, envolvendo uma única casa, provavelmente sacrificada no séc. XVIII pela que hoje ocupa esse local e que ostenta as mais ricas ferragens barrocas de quantos guarda-corpos existem na vila de Ponte de Lima.

3.5 – A Ribeira

Neste troço da rua da Sapataria desembocava também a rua da Ribeira, que conduzia à Porta do Postigo, distanciada um metro da Torre de S. Paulo (LEMOS, 2003: 37). Esta designação de Ribeira, que o Tombo usa como eufemismo popular, permite distinguir das restantes portas a particular imediação desta – o rio – muito embora, segundo uma infundamentada tradição, ela se diferenciava pelas suas ínfimas dimensões, que o uso quasi exclusivo de pessoas terá consagrado com a designação de ‘Postigo’.

A esse propósito, vale a pena atentar quão perigosa pode ser a aceitação sem reservas de tantos ‘factos’ consagrados pela tradição histórica que, por o serem, nunca foram questionados. A porta dita ‘do Postigo’ foi demolida em 1866, mas dela ficou um ténue

registo numa fotografia de 1858, já apresentado no § 2, quando me referi à evolução histórica e urbana da vila (*vd.* fig. 47).

Nela se reconhece, não apenas a porta, mas também a lápide comemorativa da consagração da Coroa e do Reino à Imaculada Conceição de Nossa Senhora⁹⁷. A excelente definição desta fotografia permite verificar que se trata de um arco de volta redonda e também avaliar com algum rigor a dimensão da porta, pelo menos a sua largura, por extrapolação da dimensão da casa adjacente à torre, ainda existente, ou da própria torre ou até dos silhares do seu aparelho, que estão perfeitamente demarcados. Trata-se de um vão da época Moderna, portanto muito posterior à da construção da muralha e teria uma abertura da ordem dos 2,7 metros, bem maior que o da porta principal da vila, a Porta da Ponte, que não alcançava os 2 metros⁹⁸.



75 – Imagem de S. Paulo, que esteve na porta do Postigo

É possível que esta porta tenha substituído outra mais antiga e mais estreita, certamente de arco quebrado, idêntica ou semelhante à versão original da Porta Nova, tendo, contudo, subsistido a designação. Como também é possível que uma das folhas da portada contivesse uma portinhola, um ‘postigo’, para utilização pessoal. A designação de Ribeira, seguida da de Postigo e depois da de S. Paulo, sugere, efectivamente, uma remodelação moderna, incluindo então a reformulação do arco e, posteriormente, a colocação da edícula barroca com a imagem de S. Paulo. Esta alteração pode corresponder a um acórdão da Câmara, de 1574, para se impetrar da Munificência Régia

⁹⁷ Esta lápide foi aqui colocada em 1654, em cumprimento da carta régia de D. João IV de 30 de Junho do mesmo ano, que ordenava a colocação em todas as portas e entradas das cidades, vilas e lugares do Reino, de uma pedra bem lavrada, contendo uma inscrição em latim, já definida e que atesta a consagração do Rei e do Reino à Imaculada Conceição. Em Ponte de Lima foram colocadas quatro lápides, uma em cada uma das principais portas, conservando-se três, uma delas ainda no local original, junto ao arco da Porta Nova. O texto da lápide é o seguinte – ÆTERNIT. SACR. IMMACVLATISSIMÆ CONCEPTION. MARIE IOANN. IV PORTVGALLIÆ REX VNA CVM GENERAL. COMITIIS SE ET REGNA SVA SVB ANNO CENSU TRIBVTARIA PVBLICE VOVIT ATQVE DEIPARAM IN IMPERII TVTELAREM ELECTAM A LABE ORIGINALI PRAESERVATAM PERPETVO DEFENSVRVM JVRAMENTO FIRMAVIT VIVERET VT PIETAS LVSITAN. HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE PERENNE EXARARI JUSSIT ANNO CHRISTI M:DC:XL:VI IMPERII SVI VI (FONSECA, 1955: XXVIII).

⁹⁸ A extrapolação permitiu também avaliar a altura total aproximada do vão (2,7 m), a altura da muralha até ao adarve (5,7 m), acima do qual estava o frontão da edícula e confirmar as dimensões da lápide (1,0 x 0,6 m, na realidade – 1,06 x 0,63 m).

a metade da terça do concelho, para ser aplicada na fortificação dos muros e na renovação das portas da vila, que estavam derribadas⁹⁹.

O traçado desta rua da Ribeira (ou do Postigo, ou de S. Paulo) deve ter sofrido uma ligeira rotação quando se demoliu a Porta do Postigo, que proporcionou o seu alargamento.



76 – O avanço do corpo dos sobrados (em tabique) sobre o rés-do-chão não é paralelo, evidenciando uma correcção do alinhamento da rua, que foi imposta ao edifício

Originalmente pode ter sido uma continuidade do eixo poente da rua da Sapataria, como se infere dos diferentes alinhamentos, no piso térreo e nos superiores, de uma casa desta rua.

Junto desta casa, provavelmente entre ela e a muralha, desembocava uma travessa que conduzia ao rossio da Misericórdia, designada no Tombo de 1412 por rua da Fraria (por Ferraria) e que uma planta actual da vila facilmente deixa supor. Deve ter sido condenada com a construção da igreja da Santa Casa, porque o Tombo de 1535 já não a refere.



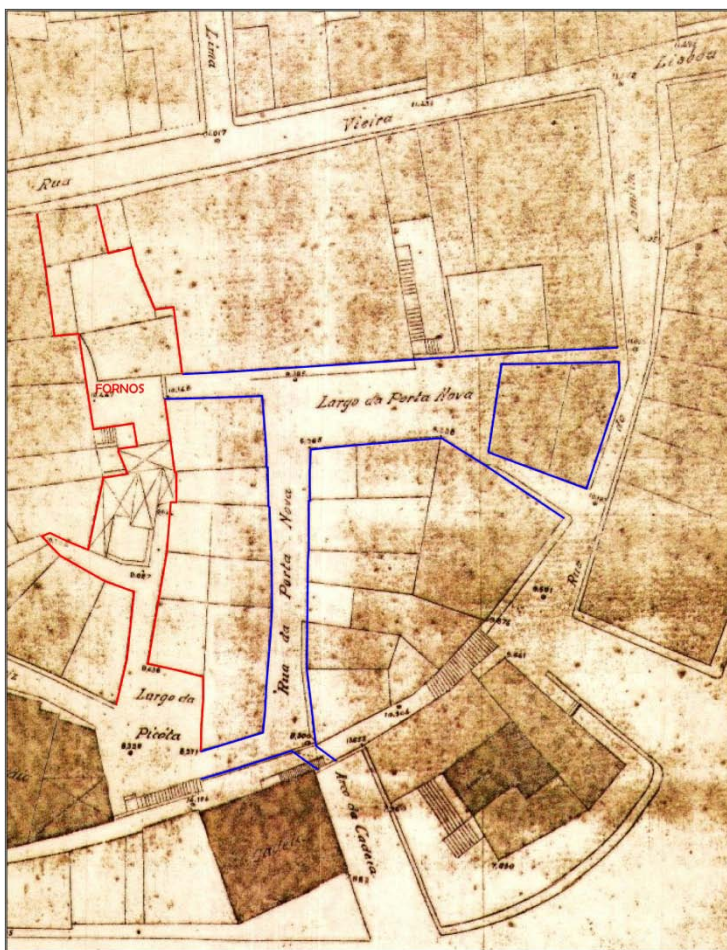
77 – Vestígios da rua da Fraria junto à capela-mor da igreja da Misericórdia

Ainda na rua da Sapataria, o Tombo não faz qualquer referência à ocupação da sua frente poente, quando é certo que existiam casas, pois a sua distância à muralha variava de 28 a 50 metros. Mas na frente nascente refere uma azinhaga e 12 casas, numa extensão que não deveria andar longe dos 45 metros. Admitindo que a azinhaga tivesse cerca de 2 metros, encontramos de novo a frente edificada de 3,65 metros, já antes identificada.

⁹⁹Livro de Actas da Vereação, 1574-1575, fl. 86

3.6 – A rua Nova

As referências que o Tombo faz à rua Nova deixam supor que se trata de um arruamento que ia além do troço rectilíneo que desembocava na Porta Nova e que ainda hoje mantém essa designação. Isto, porque diversas casas da rua do Souto, que é perpendicular à rua Nova, vão nela entestar, o que só é possível tendo elas dois troços paralelos. Sendo assim, a rua Nova seria constituída por dois troços concorrentes, o que se reflecte na planta da vila, de 1927, anterior à criação do Largo do Bonfim.



78 – A azul, a Rua Nova e a vermelho, o espaço onde corria a azinhaga que ligava a rua Nova à rua do Souto, servindo os fornos.

Por outro lado, a designação ‘Nova’ indica, precisamente, que não estava incluída na urbanização original ou, pelo menos, que resultava da profunda alteração de um arruamento pré-existente. Ora, o estudo de Amélia A. Andrade (ANDRADE, 1990), realizado a partir do Tombo de 1412, coloca neste local a rua da Judiaria, em correspondência com a tradição corrente, corroborada pelo cronista Reys Lemos (LEMOS, 2003: 176), de que nesta área da vila teriam estado os judeus acantonados e que no local extra-muros onde no séc. XVI se ergueu a capela de S. Sebastião, próximo da Porta e Torre do Souto, tiveram também a sua sinagoga.

Algum fundamento terá esta tradição, mas não é certo que todos os judeus residissem na judiaria antes do decreto da expulsão. O próprio Tombo de 1535 refere uma casa na rua da Praça em que vivera o cristão-novo Fernão Gonçalves e ainda um Estêvão Anes,

depreciativamente identificado como ‘marrão’, que tivera uma estalagem muito próximo do Postigo de S. Paulo e era então da sua viúva. Nem eles seriam em tão grande número que justificasse a demarcação de um *guetto*¹⁰⁰. Mas tratava-se, possivelmente, de uma área urbana de fraca qualidade, por ser a parte mais baixa da vila, com ruelas e betesgas estreitas e



79 – Nesta fotografia de 1867, vê-se ao centro a capela de S. Sebastião, erecta no séc. XVI sobre a extinta sinagoga, que existia à boca da rua do Souto

escuras e casas corroídas pela humidade, que o elevado nível freático alimentava e sujeitas a periódicas cheias que amiúde cobriam o primeiro sobrado¹⁰¹.

A iniciativa, atribuída a D. Manuel I, da abertura de uma nova rua neste local, não decorreu, certamente, de uma decisão descontextualizada. Comprova-o a proximidade de uma outra obra régia levada a efeito na mesma época – a instalação da cadeia da Correição da comarca, então encabeçada em Ponte de Lima¹⁰². A cadeia, criada à custa da remodelação de uma das torres da muralha, cujo nome inicial se perdeu com a consagração do novo epíteto – Torre da Cadeia – já estava concluída e ao serviço em 1511 (LEMOS, 2003: 68). Tratou-se, sem dúvida, da reforma de uma torre já existente e mais avantajada que as restantes, como referi no § 2 deste capítulo.

¹⁰⁰ Esta minha suposição decorre do reduzido número de processos movidos no séc. XVI contra moradores de Ponte de Lima pela Inquisição de Coimbra, Tribunal a que estava sujeita aquela vila. Com efeito, entre 1541 e 1599, no período subsequente ao decreto da expulsão, correram apenas oito processos neste Tribunal do Santo Ofício e nem todos por suspeita de judaísmo (GUERRA, 1972).

¹⁰¹ Situação semelhante se verificava no Convento de Santo António dos Capuchos, de que resta apenas a igreja e que estava situado no plaino aluvionar criado pela dejecção de uma linha de água no rio Lima, a escassos trezentos metros a sul da vila medieval. A inevitável degradação do cenóbio, criada pela absorção de água do terreno saturado em que estava fundado, provocara o esfarelamento e a salitração das argamassas e dos inertes e assentamentos diferenciais das fundações, que geraram graves deslocamentos nas paredes e na cobertura, o que justificou a demolição do edifício, quando em 1834 foi promulgada a extinção das Ordens Religiosas. Curiosamente, a Torre da Cadeia, cujas origens remontam ao séc. XVI, tem as suas fundações protegidas por uma argila vermelha impermeável, que foi reconhecida numa sondagem arqueológica realizada há poucos anos. Ainda assim, a enxovia onde se recolhiam os presos em regime de incomunicabilidade tinha tão más condições que era considerada sub-humana.

¹⁰² A comarca de Ponte de Lima, criada por D. Manuel I, era uma das quatro que integravam a Província de Entre Douro-e-Minho, com Porto, Guimarães e Viana. Esta comarca incluía então 3 Vilas, 17 Concelhos, 4 Coutos, o Julgado de Faria do Termo de Barcelos e algumas povoações mais, abrangendo um vastíssimo território, que se estendia de Esposende a Vieira do Minho (LEÃO, 2002: 133).

A reforma urbana terá implicado na velha torre apenas um reforço da sua dimensão, naturalmente com a aumento da área de implantação e depois com a reformulação dos vãos e a criação de acomodações interiores. Mas também a porta da muralha, que lhe fica à ilharga e que sempre foi conhecida por Porta Nova, já nesse tempo era bem antiga, ao contrário do que os memorialistas repetidamente referem nas suas monografias, como já atrás referi. É perfeitamente perceptível a torção do intradorso e também o arredondamento do semi-arco meridional da ogiva, comprometendo a simetria do vão, que teria na



80 – O troço nascente-poente da rua Nova

origem um lume de ± 1.87 m (8 palmos + 1 palmo menor) e foi então alargado para 2,05 metros (vd. fig. 45). E mesmo com a torção e um enxalço acentuado (2,38 m \rightarrow 2,50 m) e assimétrico da porta, o edifício que posteriormente foi adossado à face interna da muralha, na embocadura da rua Nova, teve que sofrer uma rotação do alinhamento, com um recuo de cerca de 1,20 metros, para não obstruir a entrada.

Esta torção e alargamento terão resultado da necessidade de uma ajustamento *ad hoc* ao novo arruamento, que hoje se designa por rua Nova. Fica-me, porém a dúvida, tendo em conta as limitações da intervenção manuelina na torre e na porta, se esta rua terá sido de facto um projecto audacioso de uma nova artéria ou tão só uma rectificação justificada pela liquidação da Judiaria. É que,

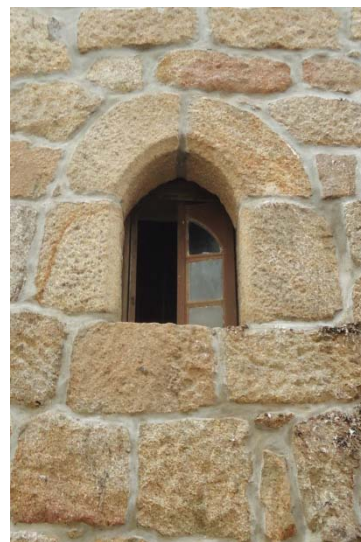
sendo assim, compreende-se que o Tombo de 1535 identifique apenas cinco moradores, o que não aconteceria se em vez de uma rua nova se se tratasse de uma nova rua, como na mesma época aconteceu, guardadas as devidas proporções, com



81 – É ainda perceptível, à esquerda, o espaço onde corria a azinhaga que, por trás dos enxidos, conduzia à rua do Souto

a das Flores, no Porto (1521)

ou a dos Mercadores, em Lisboa



82 – Um vestígio da betesga (à direita), que conduzia aos fornos, integrando a azinhaga que ligava a rua Nova à do Souto e um postigo gótico existente na fachada nascente da casa que aparece em primeiro plano.

(renovada no início do séc. XVI). Mas seria também justificação para a rarefacção habitacional desta área sudoeste da vila, onde o Tombo só referencia o enxido de Marçal Vaz? Pela descrição da rua Nova parece haver um vazio de edifícios ao longo da muralha, entre as Torres da Cadeia e do Souto, que hoje é uma área edificada compacta.

Em contraponto, na área construída, a confusa malha urbana contrastava com a coerência e regularidade da parte restante da vila e dela restam ainda os espaços sobrantes do edificado, apropriados ao longo do tempo, com o comprometimento da circulação pública, que embora reduzida, era importante para garantir o acesso aos ‘enxidos’ e a determinadas áreas funcionais. Poderia ser o caso, por exemplo, das azinhagas que a nascente e poente conduziam, segundo o Tombo de 1535, ao enxido de Bernardo Dias, resultando também este de uma privatização que tivesse interrompido a ligação daquelas azinhagas¹⁰³. Estes espaços vazios da malha reconhecem-se no interior do casario, entre o largo da Matriz e a rua Nova e é a um deles, mais próximo da rua do Souto (*vd. fig. 68*), que creio se refere o Tombo quando fala de três fornos – o de Jorge de Meireles, o de Gonçalo Dias Malheiro e o de Álvaro Malheiro, todos nas traseiras de casas da rua da Praça, com este último especificamente referido na azinhaga que vai para a rua Nova, onde ainda hoje se conserva uma casa com vestígios quatrocentistas – e ainda da rua do Forno, nas traseiras da rua do Souto. Será que os fornos, por

¹⁰³ No princípio do séc. XIX estas duas azinhagas estavam ligadas, porque o Tombo da Gafaria refere o acesso aos fornos por poente, o que pressupõe até uma possível ligação entre o actual largo da Picota e a rua do Souto – “*Humas Casas sobradadas que por Prazo de vidas pesuem Joze Bento Barboza e sua mulher, que partem pello puente com a Rua publica que vai do Adro para a Cadeia, aonde tem sua fronteira: e tem por este lado seis varas e tres quartas: partem do Norte com a quelha que vai para os fornos ...*”

disposição municipal ou regimental, estavam agregados, aqui, como noutros locais, e não dispersos¹⁰⁴?

Em relação à rua Nova, fica mal esclarecida a sua continuidade para sul, na área ainda hoje aberta do largo do Senhor do Bonfim e se haveria ligação com a Porta do Souto. Também no extremo oposto, a poente, para além da embocadura na Porta Nova, havia ligação com a rua da Praça, que na descrição do Tombo parece inflectir na sua direcção ou, com maior probabilidade, por intermédio da azinhaga que conduzia à escada de acesso ao adarve da muralha e que ainda hoje se conserva. Este local corresponde hoje ao largo da Picota, substancialmente alargado em 1955 com o recuo da casa que conformava o último vestígio daquela ligação (ABREU, 1983: 253).

3.7 – Os Açougues

Açougue era o sítio onde se abatia o gado e, por isso mesmo, propício a más condições de salubridade, pelo que se localizava afastado das áreas habitacionais, mas suficientemente próximo dos pontos de venda e da atenta fiscalização da almotaçaria, que varejava esta actividade com muito rigor. A disponibilidade de água era outro requisito que este serviço exigia, condição nem sempre acessível quando se tratava de perímetros urbanos condicionados.

Na vila de Ponte de Lima, até ao início do séc. XV, o açougue era na rua dos Mercadores e pertencia ao Arcebispo de Braga. Era aí, “*em logar mal ffectos e desconvinhavjl e Çujos e taaes que nom Eram pertençaes pera tal logar ...*” que se abatiam as rezes, se pesavam e vendiam as peças aos carneiros e talhantes. Por acordo entre o Prelado e o Município, este açougue foi transferido em 1405 para um edifício novo, construído segundo o modelo dos açougues de Braga (ANDRADE, 1990: 24, 237-240) noutro terreno que a igreja tinha disponível dentro da vila. Na carta de composição entre

¹⁰⁴ O Tombo da Gafaria, a propósito da casa quatrocentista referida na Rua Nova, diz – “*Huma morada de cazas citas na Rua nova desta villa, com frente ao Sul da mesma Rua que vai para a Cadeia, e do Nascente com a quelha que vai para os fornos, do Norte com os mesmos fornos ...*” e acrescenta “*... não tem o mesmo comprimento nos baixos, por entrarem por elles dentro os fornos que lhe ficão ao Norte...*” Portanto, no início do séc. XIX, ainda estes fornos existiam e fica assim entendida a razão do arco embutido na fachada principal ao nível do piso térreo. Este piso era aberto para servidão dos fornos.

o Cabido e o Procurador do Concelho¹⁰⁵, refere-se que o edifício do açougue velho, na rua dos Mercadores, ficava devoluto e poderia ser reconstruído, com a condição de que “ffiqy a Rua desenbargada por que possam hir carros e homens em Çyma de caualos E que sse podesse poer escaada na dicta Rua pera Andamho e sseruentia da dicta casa



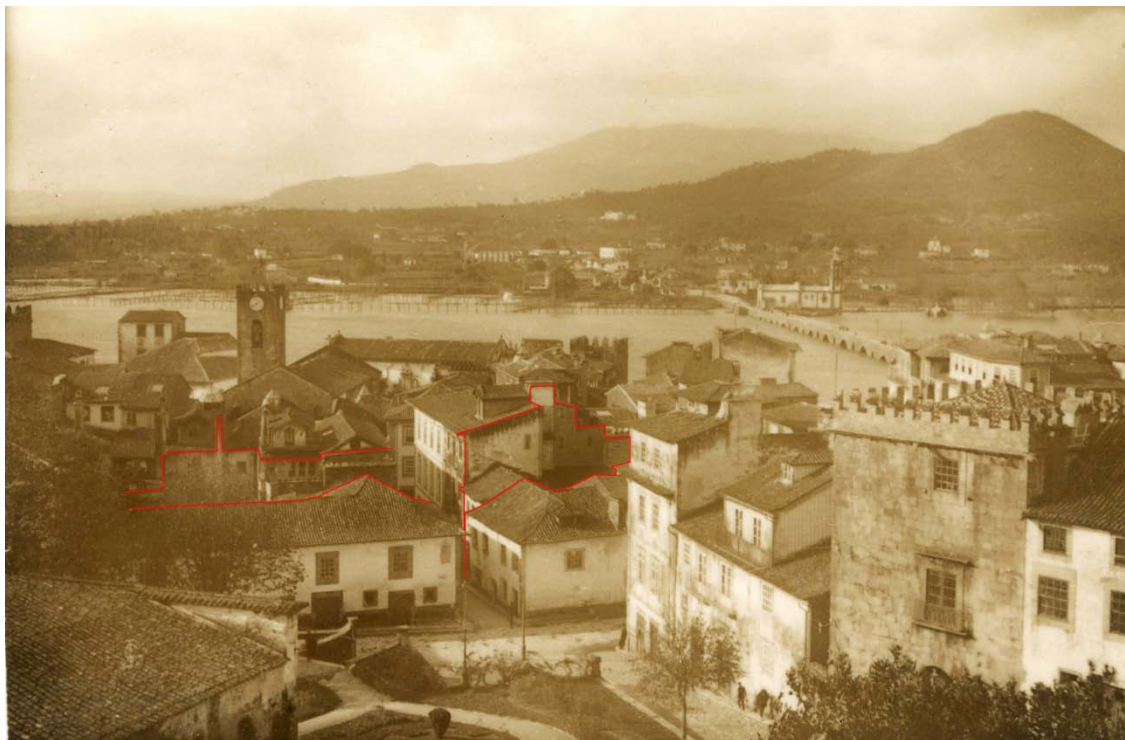
83 – Fotografia do final do séc. XIX, que mostra a Praça da Rainha, hoje Praça da República, com o desenho urbano que transformou os designados ‘Açougues’. À esquerda vê-se, parcialmente, a Fonte da Vila

Amélia A. Andrade, na sua obra que tem sido referida, cita um documento¹⁰⁶ que localiza estes novos açougues ‘na rua do Carazido, quase na esquina com a rua da Carniçaria’ (ANDRADE, 1990: 24), mas não transcreve a referência. Fica-me alguma dúvida, que o Tombo de 1535 fundamenta, sobre esta localização, porque, na realidade, os açougues ocuparam uma parte do espaço da actual praça da República, entre a fonte e os Paços do Concelho, como muitos documentos posteriores ao séc. XVI claramente referem¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Este documento, que Amélia A. Andrade transcreve *ipsis littera* na sua obra de referência (ANDRADE, 1990: 237-240), é o Pergaminho nº 14 do Arquivo Municipal de Ponte de Lima (REIS, 2000: 98)

¹⁰⁶ ANTT-Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Núcleo Antigo, nº 510-A (sem título)

¹⁰⁷ Para tanto, basta citar a acta dos Termos da Vereação de 13 de Outubro de 1840 (in Arquivo Municipal de Ponte de Lima), a fl. 159vº do respectivo livro – “...outro officio do Delegado da Inspeção Geral dos Quartéis, que quer saber em que autorização se fundamenta a Câmara para demolir duas pequenas



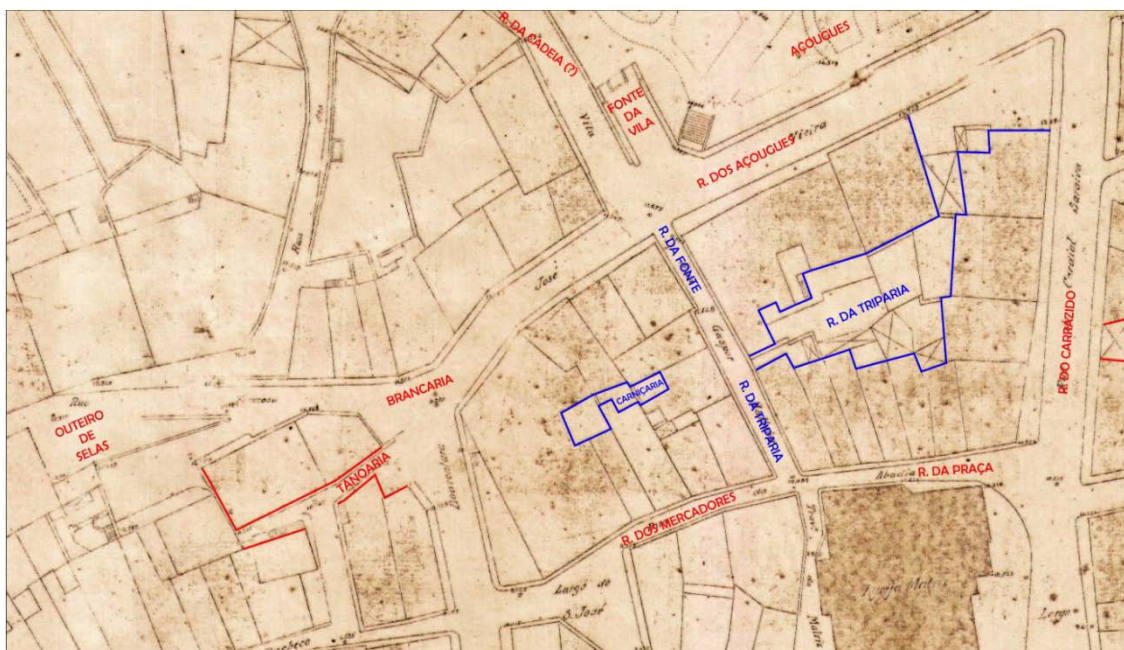
84 – O vazio no interior do quarteirão rua Inácio Perestrelo – rua da Abadia – rua Cardeal Saraiva – rua Agrónomo Morais, ainda perceptível na planta de 1927, indicia o espaço onde existiram as ruas da Triparia, da Carniçaria e da Fonte

Esta localização usufruía da proximidade da fonte pública que, independentemente da forma, ainda hoje existe no mesmo local, dando o nome à rua que aí se inicia em rampa. E articulava-se com a rua da Carniçaria, onde se concentravam os carnicheiros e os talhantes que vendiam a carne verde, e com a rua da Triparia, muito provavelmente o local onde se lavavam as vísceras para os enchidos de carne e se faziam os fumeiros¹⁰⁸.

O Tombo de 1535, que é bastante claro nas referências que faz às casas reguengas da maioria dos arruamentos de Ponte de Lima, é muito confuso nos dois capítulos finais, que abrangem as ruas dos Açougues e da Triparia e algumas artérias que nelas confluíam. Algumas confrontações que refere são contraditórias ou só se explicam se alguns inquiridos fossem proprietários e moradores em mais que uma casa. Por outro lado, a continuidade do património reguengo em longas frentes edificadas que se verifica nos outros arruamentos, nalguns casos cobrindo até, por inteiro, os lados dos

propriedades de casas sitas no Largo dos Açougues hoje Praça da Rainha...”. A Praça da Rainha é, desde 1910, a actual Praça da República.

¹⁰⁸ Em 20 de Dezembro de 1750, os Vereadores acordam na retirada dos açougues que ocupavam os baixos (rés-do-chão) do edifício dos Paços do Concelho (Livro de Actas da Vereação, 1749-1751, fl. 155). Mas só em 1857, a Câmara Municipal acede aos insistentes pedidos da população para os retirar definitivamente do centro da vila (Livro de Actas da Vereação, 1857-1860, fl. 29). O novo matadouro é criado num edifício térreo adjacente aos Quartéis (antigo Hospital Militar de S. João de Deus) e mais tarde, em 1916, transferido para edifício para esse efeito criado na estrada de Darque, já bem fora do perímetro urbano.



85 – Neste extracto da planta de 1927, a malha urbana e o vazio do interior dos dois quarteirões, indiciam as ruas da Triparia e da Carniçaria (a azul) e permitem conjecturar para norte e para sul, uma primitiva continuidade (a vermelho).

quarteirões, não se verifica nas ruas dos Açougues e da Triparia, ou está deficiente ou insuficientemente descrita. E complicando ainda mais a descrição, o inquiridor inclui em cada um destes capítulos sobre as ruas dos Açougues e da Triparia, outros arruamentos, naturalmente próximos, mas que não identifica, nem individualiza.

Não obstante estas dificuldades, que não permitem uma definição segura da estrutura urbana e muito menos da geometria da malha, algumas ilações se podem tirar, que são importantes para a compreensão do espaço envolvente da Fonte da Vila, actualmente correspondente à área entre a igreja matriz e a Praça da República. Da concatenação das referências do Tombo, concluo o seguinte:

- a rua dos Açougues é o troço da actual rua Inácio Perestrelo, fronteira à Praça da República, cujo jardim ocupa o espaço onde outrora as talhantes abatiam o gado. Era sensivelmente paralela à rua dos Mercadores (hoje rua da Abadia ou de Trás da Igreja), distanciada dela cerca de 40 metros.
- a rua da Fonte era perpendicular a ambas e direccionada com a Fonte da Vila, correspondendo, por isso, pelo menos a uma parte da rua Agrónomo Morais, que terá resultado daquela com uma rectificação da directriz e um significativo alargamento do seu perfil transversal. Este topónimo conservou-se e ainda hoje se mantém, na íngreme calçada que da fonte sobe até às Pereiras, no alinhamento da antiga rua da Fonte.

- a rua da Triparia corria entre a dos Açougues e a dos Mercadores, correspondendo ao espaço vazio ainda hoje existente no interior do quarteirão, mas inflectia para poente, em direcção à igreja entroncando na rua Direita, onde separava as ruas dos Mercadores e da Praça. Articulava-se com a rua da Fonte e tinha um remate incerto a sul, podendo constituir um beco sem saída ou tê-la para a rua do Carrazido ou até, com mudança de direcção, para a mesma rua dos Açougues.
- a rua da Carniçaria, que o Tombo pouco releva, parece ser a continuidade da rua da Triparia, para norte da rua da Fonte, correspondendo, da mesma forma, ao miolo do quarteirão, que está retalhado em vários saguões, também numa clara apropriação que ao longo dos tempos os moradores foram perpetrando. Pelo alinhamento, é possível que esta rua da Carniçaria se prolongasse até ao Outeiro de Selas, de que o actual Beco das Selas pode constituir um troço remanescente.
- a rua da Brancaria é outra artéria próxima da fonte, mas que não está suficientemente referenciada, parecendo, contudo, que se dirigia para norte da fonte e, portanto, também na direcção do Outeiro de Selas. Se assim era corresponderia *grosso modo* ao troço da actual rua Inácio Perestrelo, continuando-se no trainel ascendente da rua Formosa.
- um outro topónimo que o Tombo associa à fonte é a rua da Cadeia, o que pressupõe a existência próxima da cadeia do Município, numa proximidade lógica dos Paços do Concelho¹⁰⁹. Esta rua poderia corresponder à actual rua da Fonte da Vila ou ter-se perdido no movimento de terras feito em 1840 para a criação da Praça da Rainha (hoje Praça da República).
- é neste dédalo de arruamentos, que tinham os açougues como denominador comum, que se localiza uma das quatro torres senhoriais ao tempo existentes (se outras não havia...) nesta vila, concretamente a Torre dos Borges, Comendadores da Facha, que a gravura de 1780 ainda regista sem, contudo, precisar a sua localização. Muito provavelmente estaria associada à casa seiscentista demolida em 1972 na esquina das ruas Inácio Perestrelo (dos Açougues) e Agrónomo Morais (da Fonte)¹¹⁰.

¹⁰⁹ Esta cadeia era provavelmente a cadeia pública, que nada tinha a ver com a cadeia da Correição que D. Manuel I instalou numa das torres da muralha, nem se tratava, com certeza, da cadeia do Alcaide, instalada num cubelo junto da Alcaidaria, que ainda se conserva e que referi já, a propósito da Torre da Pólvora.

¹¹⁰ A lamentável demolição desta casa para dar lugar a um mau projecto de arquitectura e de urbanismo, foi um escândalo público mas, por isso mesmo, acabou por se constituir como a pedra de toque do processo de salvaguarda do património cultural de Ponte de Lima e de reabilitação do seu centro histórico.

Em suma, desta área que se desenvolvia em torno da Fonte da Vila, uma complexa estrutura urbana de geometria irregular e não planeada, mas funcionalmente eficiente, restam apenas dois eixos viários – a rua dos Açougues (rua Inácio Perestrelo) e a rua da Fonte (rua Agrónomo Morais), posteriormente rectificadas. As restantes são hoje vazios no interior dos quarteirões, transformados em logradouros e quando não, ocupados por anexos urbanos e ampliações das casas nos seus tardoze.

Por outro lado, com a progressiva eliminação destes arruamentos secundários, as suas desembocaduras nos eixos principais foram perdendo a justificação e deixaram espaço para novas edificações, que se concretizaram a partir do séc. XVIII, tornando complexa a tarefa da sua identificação rigorosa. É por isso que não é linear a conclusão, pelo menos até prova mais segura, de que a rua da Triparia se prolongava ou não para sul, além da rua do Carrazido, até à rua do Castelo.

3.8 – O Outeiro de Selas e as Pereiras

Outeiro é uma pequena elevação ou apenas uma rechã no sopé de um monte ou de um cerro, perceptível pela redução súbita do gradiente da encosta. Quando se lhe associavam outras condições geográficas favoráveis, designadamente a exposição e a dominância de vistas, davam frequentemente origem a assentamentos populacionais. Na vila de Ponte de Lima, esta situação ocorre em duas áreas – nas imediações da alcáçova, o que determinou a sua localização e, com uma dimensão ainda mais significativa, na zona que corresponde à mata da Casa de Nossa Senhora da Aurora e à Adega Cooperativa e se prolonga em direcção à ponte.

É esta última área que aqui interessa, porque abrange um dorso aplanado que se prolonga, precisamente, até ao Outeiro de Selas. Deve ter conhecido a ocupação humana desde remotíssimos tempos, havendo vestígios, pelo menos, de um povoado da Idade do Ferro, já com indícios de romanização, conhecido por castro do Castelhinho¹¹¹.

Esta área, a meia encosta entre a ponte e a Porta de Braga, desempenhou inicialmente,

¹¹¹ Corresponde-lhe a cota X-47 no inventário do Património Arqueológico e Arquitectónico do PDM de Ponte de Lima (2005)



86 – O Outeiro de Selas numa fotografia de finais do séc. XIX, que evidencia uma estrutura urbana ainda mal consolidada, sendo visível, à esquerda, o início da azinhaga referida no texto e que conduzia à ponte

quando a malha urbana se consolidava apenas nas cotas baixas, funções suburbanas, identificando-se no Tombo de 1412, várias adegas e um forno de compartes (ANDRADE, 1990: 221). Por aqui passava também a arrevesada artéria que ligava ainda a Porta de Braga à ponte, já reduzida a uma sucessão de troços irregulares, alguns transformados em azinhagas estreitas e sinuosas, que serviam apenas os moradores locais no acesso aos seus enxidos e pardieiros. Alguns destes troços são perceptíveis na cartografia (*vd.* fig. 87) e identificáveis *in loco*.

Ainda hoje este espaço, que agora se designa rua Formosa, se apresenta aberto e desordenado, comprometendo a eficiência das soluções urbanísticas que têm sido implementadas para o integrar na malha. Esta situação resulta da confluência de diversas vias sem funções definidas, gerando perversamente uma deficiência de acessibilidade, numa área central com uma topografia complexa e uma ocupação muito condicionante.

Os alargamentos que a actual rua Formosa apresenta, um no fundo da rua das Neves, o outro no largo Delfim Guimarães, parece corresponderem às referências que o Tombo de 1535 faz quando descreve os tardoze das casas do alinhamento nascente da rua Direita. As primeiras oito casas desta rua, ainda no troço designado por Sanhoane e as

primeiras dez do troço da Sapataria, entestam nas Pereiras, no rossio das Pereiras ou no rossio que vai para as Pereiras. A partir da décima primeira e até à rua dos Mercadores, são pelo menos cinco casas seguidas a entestar no forno do Outeiro de Selas.

Por outro lado, há uma azinhaga que vai das Pereiras à rua de Sanhoane, mas que tem origem no Outeiro de Selas, azinhaga que só podia inserir-se naquela rua antes da primeira casa e depois da última, ou seja, entre esta e a da Sapataria e, neste caso, na desembocadura da rua da Porta da Ponte. Tem-se, assim, uma configuração muito ajustada às características da actual malha urbana, se se tiverem em conta alguns indícios dos vazios interiores. Em suma – o Outeiro de Selas é a área alargada da actual rua Formosa; o rossio das Pereiras, é o actual Largo Delfim Guimarães; a rua das Pereiras, é a rua Formosa e na sua continuidade, para norte e para sul, a calçada dos Artistas e a rua das Neves; e a azinhaga corresponde aos actuais logradouros das casas, entre a rua Formosa e a calçada dos Artistas, derivando para a rua Beato Francisco Pacheco, onde entroncava no local actualmente ocupado pela casa n^{os} 31 a 37¹¹².

O rossio das Pereiras continuava, ladeira acima, até à capela que tomou o mesmo nome e que fora reedificada sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia em 1525 (LEMOS, 2003: 98), ou seja, dez anos antes da alçada do Tombo. E continuava, com a designação de rua das Pereiras, fechando um anel no arruamento actualmente conhecido por rua das Neves, nome que lhe veio já no séc. XVIII, com a edificação de uma capela com esta invocação mariana. Na área nascente desta rua das Pereiras, derivava uma azinhaga que corria paralela à muralha, servindo as Torres das Pereiras e da Eira, até à Porta de Braga, como referirei mais adiante.



87 – Pormenor de um desenho do início do séc. XVII, cujo formato integral se apresenta no Apêndice da Dissertação, que mostra a Capela das Pereiras, com um pórtico maneirista (ou até renascentista) e um arco sineiro a rematar a fachada. A rua das Pereiras está perfeitamente definida pelo alinhamento das casas

Nas alusões que o Tombo faz ao Outeiro de Selas, é recorrente a indicação de um forno e tantas são as suas confrontações, que ele não podia deixar de

¹¹² Na frente edificada da rua Beato Francisco Pacheco, é esta a única casa que não apresenta quaisquer características anteriores ao séc. XVIII. É obra da segunda metade do séc. XIX e deve ter substituído um edifício anterior, ocupando também o espaço da azinhaga.

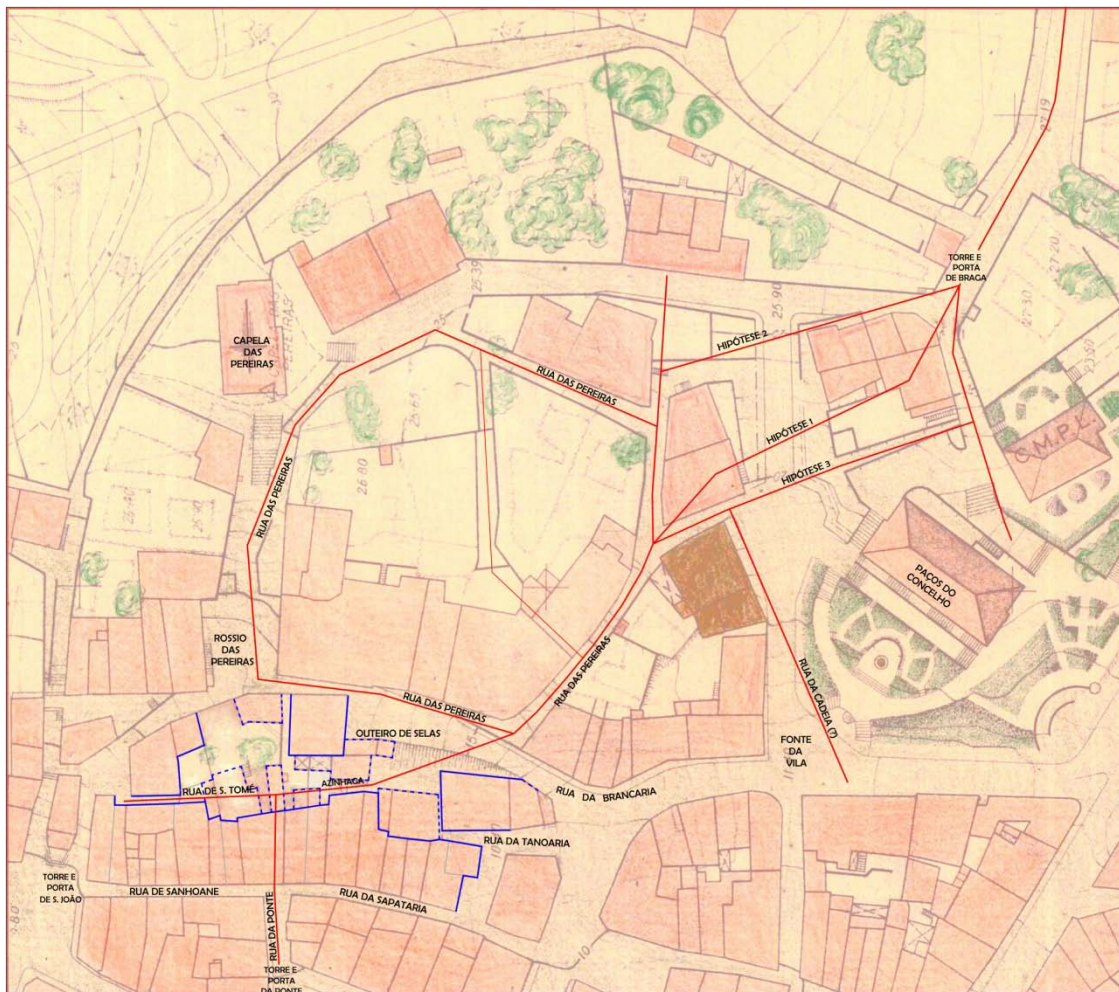
constituir um elemento de referência fundamental. A esse forno acedia-se por uma azinhaga proveniente da rua da Sapataria e que tinha continuidade para a rua da Tanoaria e para as Pereiras e ainda pela própria rua das Pereiras. Na expressão gráfica do Tombo é também perceptível a relação directa da rua dos Mercadores com o Outeiro de Selas, por uma rua que entroncava na da Tanoaria, que conduzia a este local. Transpondo agora estas indicações para o terreno tem-se – o Outeiro de Selas, como já se viu, no alargamento da rua Formosa, a uma cota três metros acima da rua Direita; a rua da Tanoaria, cortada no séc. XIX pela passagem da estrada real nº 30, como já atrás referi, a propósito da rua Direita e de que restam vestígios no Beco das Selas e nos saguões interiores ao quarteirão formado pelo largo de S. José e pela rua Inácio Perestrelo; e a azinhaga que ligava a rua da Sapataria ao forno do Outeiro de Selas, no curto arruamento que liga a rua Beato Francisco Pacheco ao Beco das Selas e cuja continuidade para norte foi interrompida por construções posteriores, mas que ainda hoje se vislumbra no espaçamento existente entre elas.

Ao Outeiro de Selas acedia também a rua da Brancaria, que provinha da fonte pública e teria um desenvolvimento sensivelmente paralelo à rua da Tanoaria, correspondendo a uma parte das actuais ruas Inácio Perestrelo e Formosa. É até possível que a designação ‘Brancaria’ provenha do branqueamento da roupa nas lajes rochosas do Outeiro de Selas, local com condições ideais para a corar e a curta distância da fonte. Fonte, que para além de abastecer o consumo e os lavadouros, justificava também, pela absoluta necessidade de água, a proximidade de outras actividades já referidas, como a preparação das carnes verdes e secas (salgadas e fumadas) e ainda os tanoeiros que dela se serviam para inchar as aduelas do vasilhame¹¹³.

Os registos do Tombo de 1535 dão a ideia de que o Outeiro de Selas constitui o limite da área onde se concentrava a propriedade reguenga, não contendo indicações respeitantes à rua das Pereiras, uma artéria extensa que daqui saía para a parte alta da

¹¹³ Esta fonte há muito que deveria ser insuficiente para garantir as necessidades básicas da população, porque em 1 de Julho de 1581, a Vereação, tendo em conta a extrema seca que nesse Verão se fazia sentir, proibiu até Setembro a recolha de água a cântaro ou em caldeirão, consentindo apenas no recurso a pichéis ou a vasos de estanho pequenos, sob pena de 2.000 réis (Livro de Actas da Vereação, 1580-1583, fls. 80-81 vº). Quatro dias depois, a situação devia ser calamitosa, porque se recorria já à fonte pública da Vacaria, fora de portas, que abastecia o Convento de Santo António e onde em 1603 corriam obras para a canalizarem definitivamente até ao adro deste convento. Mas só em 1603 se sanou a questão, com a entrada em serviço do chafariz nobre em frente à Porta do Souto (transferido em 1929 para o largo de Camões), que recolhia aquela água da Vacaria, proveniente de um grande manancial em Merim. Foi o feliz epílogo de um longo processo, que se iniciara em 1575 com o pedido de autorização para o lançamento de uma finta para cobrir as despesas necessárias (LEMOS, 2003: 72).

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA



88 – Referenciação dos espaços e locais relacionados com o cruzamento dos dois eixos viários principais da vila medieval de Ponte de Lima – o eixo nascente-poente, entre as Portas de Braga e da Ponte, que convencionei designar por rua velha e o eixo norte-sul, entre as Portas do Souto e de S. João, popularmente conhecida por rua Direita. Este eixo nascente-poente alcançava o Outeiro de Selas e descia até à rua da Ponte, mas este arresado percurso perdeu importância e no séc. XVI estava já reduzido a uma azinhaga que hoje apenas se reflecte nos espaços vazios do quarteirão entre as ruas de Sanhoane e da Sapataria (rua Beato Francisco Pacheco) e o Outeiro de Selas (rua Formosa), espaços esses que integraram os logradouros dos edifícios com frente para a rua Beato Francisco Pacheco e que nos últimos anos têm sido sistematicamente ocupados por anexos. A azul, demarcam-se nesta planta de 1963 esses espaços, identificando a tracejado as ocupações indubitavelmente posteriores à segunda metade do séc. XIX. A vermelho, assinalam-se os arruamentos relacionados com este eixo nascente-poente, com destaque para o anel da rua das Pereiras, que ainda se conserva com diversas designações toponímicas. Merece particular referência o vestígio da ligação da rua da Tanoaria ao Outeiro de Selas, num afastamento de cerca de meio metro entre dois edifícios no actual Beco das Selas, sendo presumível a ligação da rua da Tanoaria com a da Brancaria e a continuidade dela para sul, pela rua da Carniçaria, até à da Triparia (vd. fig. 85). Também do lado oposto, a azinhaga que do Outeiro de Selas conduzia à ponte, tinha continuidade para norte até um arruamento secundário (actual calçada dos Artistas) que servia a Porta de S. João, ainda hoje perceptível na sequência dos logradouros e que, pela descrição do Tombo, parece ser a designada rua de S. Tomé. Quanto ao troço inicial do eixo nascente-poente, depois de passada a Porta de Braga, admito três cenários possíveis, correspondendo o original, à Hipótese 1, que é a mais fluente, sendo muito provável que todos correspondam a soluções viárias que efectivamente se concretizaram, uma vez que o cadastro urbano regista orientações correlacionáveis e se conservam alguns testemunhos locais que indiciam essas possibilidades.



89 – A profusão de casas manuelinas que ainda se conservam nos vários troços que constituíam a antiga rua das Pereiras, como é o caso destas duas na rua Formosa, subsistem algumas pré-existências góticas, o que pressupõe a existência total ou parcial deste arruamento no início do séc. XVI, época em que terá ocorrido uma efectiva operação de expansão e consolidação urbanística. O Tombo de 1535 é posterior à maior parte destas casas mas, por razões que desconhecemos, não as identifica.

vila e retornava, criando uma espécie de circuito fechado, a actual rua das Neves, que atrás referi e de que voltarei a falar. No entanto é esta uma das áreas da vila com maior concentração de casas dos séc. XV e XVI, com realce para a frente correspondente à actual rua Formosa, onde se destacam duas casas ainda com portas de arco quebrado e uma delas com parte de uma inscrição gótica que contém o nome do proprietário – *baldaia matos* [Baldaia Matos].



3.9 – O eixo nascente-poente – a rua velha

Rua velha não é, nem alguma vez foi, tanto quanto se saiba, uma denominação do itinerário correspondente à conexão urbana das portas de Braga e da Ponte, mas apenas um artifício de linguagem de que me socorro para facilitar a exposição.

Este itinerário, que foi com certeza o mais importante no período embrionar da vila, em pouco tempo perdeu o interesse, quando o acesso da estrada de Braga, que se fazia pela

porta do mesmo nome, a nascente, se deslocou para a Porta do Souto, a sul. Uma das razões desta deslocação, para além das que decorriam de circunstâncias exteriores à própria vila, era a escabrosidade do percurso urbano, com um declive médio de 18% e alguns trainéis a ultrapassar os 25%.

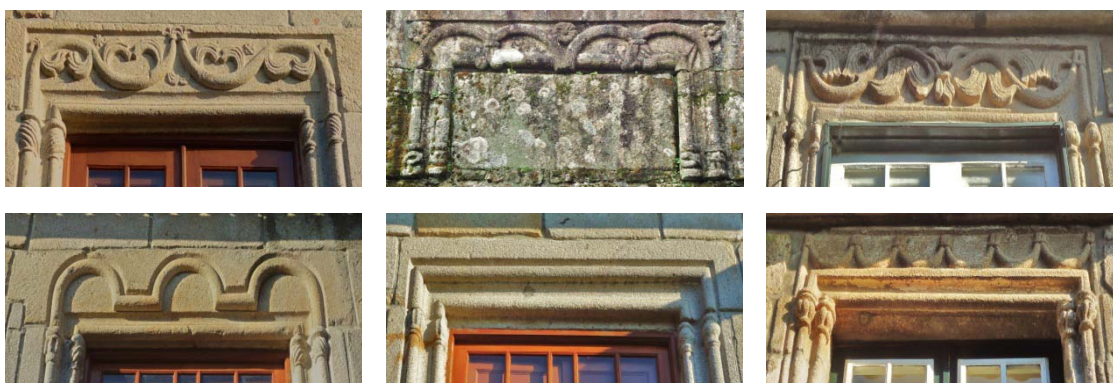
A partir da Porta de Braga, deveria haver uma bifurcação de percursos – um direccionado à ponte, decalcado da velha estrada romana, mas com ajustamentos pontuais, que geraram arruamentos urbanos alternativos; e outro, naturalmente mais tardio, apontando para sul. O primeiro é aquele que por conveniência de exposição chamo ‘rua velha’; o segundo, que Amélia A. Andrade (*op. cit.*) identificou no Tombo de 1412 como ruas do Pinheiro e de Braga, não tem uma correspondência perfeita com arruamentos actuais, excepto no seu troço inicial, que corria muito inclinado onde hoje estão alguns lances de escada, no tardo do edifício da Câmara Municipal. E tão inclinada era esta rua, no séc. XIX conhecida por calçada do Correio, que o lajedo ficou sulcado pelo tráfego rodado, com relheiras de quasi um palmo de fundo, como se verificou em obras recentes aí efectuadas (*vd. fig. 54*).

A rua velha descia até à actual rua das Neves, então chamada rua das Pereiras, alcançava o Outeiro de Selas e continuava até à Porta da Ponte por um itinerário perdido que deve corresponder à azinhaga referida atrás. Era este o percurso mais curto e directo, mas do seu troço inicial, entre a porta e a rua das Pereiras, ficaram vestígios de três traçados, coerentes com o cadastro urbano e corroborados por testemunhos documentais – dois a nascente, muito mais ajustados à topografia e outro a poente, saindo já da íngreme calçada; aqueles, certamente versões primitivas, este, posterior, justificado pela localização dos Paços do Concelho no segundo quartel do séc. XV e junto aos quais ele passava.



90 – Frontal armoreado de um arcossólio quinhentista da desaparecida capela de Vera Cruz, que estava no percurso do atravessamento da vila

Estes traçados foram cortados no séc. XIX, com a rectificação da calçada da Fonte da Vila, quando se reordenou a envolvência dos Paços do Concelho para a criação da Praça da Rainha (hoje Praça da República), sendo também sacrificados os edifícios que os conformavam traçados, entre eles a antiga capela da Vera Cruz¹¹⁴.



91 – Do vasto repositório de cantarias lavradas manuelinas, estes oito exemplos de portas e de vergas de janela, na rua das Neves, que foi um troço da antiga rua das Pereiras, traduzem bem o desenvolvimento urbanístico da vila de Ponte de Lima no primeiro quartel do séc. XVI, ou seja, nos 30 anos que antecederam o Tombo de 1535

A versão mais antiga destes traçados, junto à qual ainda se conserva uma fachada com uma janela geminada medieval, era mais fluida e é nela que entronca a versão mais recente. A montante desta inserção, confluía também o arruamento que vinha das Pereiras, e que tinha esta designação, que é um bom repositório de casas com cantarias

¹¹⁴ Foi demolida quando se reordenou o espaço envolvente dos Paços do Concelho. O frontal armoriado de um arcossólio gótico que lhe pertencia ficou integrado na composição de um muro de quintal numa casa próxima e tem o letreiro, já muito delido “*de lopo da cos / ta bacharel ẽ / leys : anno de 15º11*”. Esta capela é referida num estudo monográfico (ABREU, 1983: 169-171) onde, por lapso, é designada com a invocação de Santa Catarina.



92 – Porta quatrocentista da Casa da Carvalheira, ao cimo da rua das Neves e uma janela geminada de lumes apontados, na mesma rua, filiada ainda no gótico primário, são reminiscências medievais que comprovam a importância dos percursos que lhes estavam associados.

lavradas manuelinas. A partir destas confluências, o itinerário era único, passava por trás de uma torre que viria a ser, já no séc. XVII, o rudimento da casa-torre dos Barbosa Aranha e descia abruptamente para o Outeiro de Selas¹¹⁵.

A partir do Outeiro de Selas, a rua velha descia, mais uma vez com acentuado declive, até à rua de Sanhoane, desembocando no acesso à ponte. O trajecto corresponde com certeza à azinhaga referida no Tombo de 1535 – *com a zinhagua que vay pera a rua de sanhoane ao llonguo das casas de rodrigo annes çapateiro que atras faaz memçãoo pera a casa dallvro velho* – que assim desvaloriza um percurso que há muito perdia importância na rede viária urbana.

A continuação desta azinhaga percorre o tardoz das casas volvidas às ruas da Sapataria e de Sanhoane, correndo paralelamente a elas na direcção da Porta de S. João, ainda com muitos vestígios na malha urbana prevalecente. O acesso à ponte é feito por um braço desta azinhaga, que o Tombo localiza à ilharga da casa de Mateus Afonso, mas com tão forte inclinação e tão avesso à disciplina urbana que acabou preterido por outras alternativas e eliminado da própria rede viária. Neste local, o Tombo refere uma outra casa entre as de Mateus Afonso e a de Gonçalo Anes Maceiro (por certo a mesma que,

¹¹⁵ Esta rua que, por generalização, fazia também parte da rua das Pereiras, passou a ser designada, por rua das Neves, por nela existir uma capela, há muito desaparecida, que tinha a invocação de Nossa Senhora das Neves.



93 – Definição actual do espaço que em tempos foi o Outeiro de Selas, vendo-se ainda no plano inferior os vestígios da azinhaga que sucedeu ao primitivo eixo de ligação entre as Portas de Braga e da Ponte, provavelmente decalcado na via militar romana XIX

noutro local, diz ser a morada da ‘Maceira’, naturalmente a sua viúva), com a traseira no enxido do mesmo Mateus Afonso e a frente volvida à rua de S. Tomé. Ora, é esta a única referência conhecida a uma rua de S. Tomé na vila de Ponte de Lima, que, pela descrição, seria o troço final da azinhaga, que embicava na rua da Porta da Ponte.

Voltando à entrada pela Porta de Braga e descendo a calçada do Correio, por trás dos Paços do Concelho, chegava-se a uma área, hoje absolutamente irreconhecível e de que não ficaram vestígios suficientes que permitam reconstituir já a sua imagem urbana. A demolição, no início do séc. XIX, do pano de muralha que unia a Torre de Braga ao castelo, a criação em 1840 da praça da Rainha frente aos Paços do Concelho e a abertura, em 1917, da avenida António Feijó, implicaram a demolição de todos os edifícios existentes e uma maciça movimentação de terras que alterou radicalmente o perfil daquele local. Apenas algumas fotografias parciais e referências escritas avulsas, permitem uma vaga ideia do que essa área terá sido antes do séc. XX.

O Tombo de 1535 não faz referência alguma a esta área. Apenas o Tombo da Gafaria descreve uma casa na esquina da rua do Carrazido com o terreiro e rua do Castelo e uma outra adjacente a esta, com frente para a rua da Rosa, que ia do mesmo terreiro para as Açougues. Ora, estas descrições já permitem fechar a malha a nascente das ruas do

Carrazido e da que vai para o Castelo, que ficara indefinida na descrição do Tombo de 1535, deixando, contudo, um hiato entre este local e os Paços do Concelho, que só poderá ser colmatado com recurso a outras fontes. De concreto, sabe-se apenas que nessa área, para além de algumas casas demolidas na viragem do séc. XIX, havia também o curro dos touros – *parte com o curro dos touros e caminho que vay pera ha porta de bragua* – e um torreão que serviu de paiol na Guerra da Restauração.

3.10 – Os arrabaldes

Sobre os arrabaldes não farei grandes considerações, porque a fonte heurística que tomei como referência não debita informações relevantes sobre eles.

À época do Tombo, em 1535, já os três principais arrabaldes – de Além da Ponte, do Pinheiro e de S. João – estavam estruturados e teriam dimensões não muito diferentes das que atingiam no séc. XX, por se registarem vestígios quinhentistas no edificado a distâncias consideráveis das portas da vila. Já do pequeno arrabalde da Porta de Braga, tão reduzido que nem justifica a designação, não ficou registo algum dessa época.

Também a Porta da Ponte gerou algum crescimento extra-muros, designadamente com a rua do Andame, com o edificado adjacente, como um andaime (donde lhe vinha o nome), à face exterior do pano de muralha entre esta porta e a de S. João. Este arruamento, que já era elevado por causa das cheias do rio, viria a ser consolidado com um aterro para dar origem à actual rua do Rosário¹¹⁶.

Adossada aos panos que intermediavam as Torres da Ponte e de S. Paulo e esta e a da Cadeia, desenvolvia-se uma alpendrada contínua, em arcada, onde se armava a feira, que em dias de maior movimento extravasava para o areal. Esta estrutura não existia na época do tombo, sendo já da Idade Moderna, mas deve ter substituído uma anterior, cuja precariedade justificou obra definitiva.

Uma das carências que a vila tinha no séc. XVI, era o abastecimento de água, então dependente apenas do manancial que provia a fonte pública, a chamada ‘Fonte da Vila’,

¹¹⁶ Esta obra concluiu-se com o calcetamento, arrematado na Câmara Municipal em 1850 (Livro de Actas da Vereação, 1848-1852, fl. 107 vº)

junto aos açougues, insuficiente para satisfazer as necessidades domésticas da população e garantir as actividades laborais que aí se desenvolviam. Só com a adução pelo arrabalde do Pinheiro, que levou vinte e cinco anos a programar, foi possível em 1603 disponibilizar água potável no chafariz construído em frente da Porta do Souto, suprindo-se, assim, a insuficiência da Fonte da Vila. A fonte de S. João é obra já do séc. XIX, para recolher os excedentes de uma tomada de água, introduzida na vila por iniciativa privada e distribuída por diversas penas.

3.11 – Aplicação do modelo de Caniggia na vila de Ponte de Lima

À semelhança da aplicação que M. Rosário Guerreiro faz da teoria da estruturação territorial para a cidade de Lisboa (GUERREIRO, 2002: cap. 6), também esse exercício se pode fazer aqui, referenciando a vila de Ponte de Lima no seu território envolvente.

O movimento cíclico das tipologias edificativas de ocupação do Vale do Lima, que referi no § 2.3 do cap. II, referencia-se no das tipologias edificativas da vila de Ponte de Lima confirmando, de facto, a regra do modelo de Caniggia para escalas diferentes da ocupação do território.

Com efeito, ao primeiro ciclo da ocupação territorial, que favoreceu os assentamentos de média cota dos interflúvios, com clara libertação do fundo do vale, também na área proto-urbana e urbana de Ponte de Lima, nas margens direita e esquerda do rio, a ocupação se confinava, tanto quanto os indícios arqueológicos permitem afirmar, apenas às partes mais elevadas (encosta baixa do monte de Santo Ovídio e cabeço da mata da Casa de Aurora).

Ao segundo ciclo, em correspondência com a romanização do fundo do vale do Lima, é construída a ponte e, adjacente a ela, nasce a *mansione* ou a *statione* Limia, provavelmente a génese da actual vila.

O terceiro, o da recuperação das cotas altas, que ocorreu ao longo da Idade Média e que conduziu à formação da Terra de S. Martinho, que depois evoluiria para o concelho de Ponte de Lima, tem paralelo no circuito muralhado que projectou a vila da cota ribeirinha para os morros circundantes.

Finalmente, o quarto ciclo, que no jogo de alternâncias privilegiou de novo as áreas de baixa, com o rio como denominador comum da economia regional, traduz-se igualmente no espaço urbano com a projecção dos arrabaldes extra-muros.

E não será ousado admitir que se desenhe já um quinto ciclo, de retorno a uma orografia mais expressiva, com o reforço dos aglomerados de nível intermédio da rede urbana, em clara consonância com a consolidação do perímetro urbano da vila à custa de novos núcleos periféricos que se têm desenvolvido em posição sobranceira na sua periferia (Arcozelo, Feitosa, Crasto, ...).

Esta é uma conclusão que não resulta directamente da aplicação heurística desenvolvida, mas que se constata na teorização do processo.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO FINAL

O caso de estudo que fundamentou esta Dissertação – a vila de Ponte de Lima e um Tombo de parte da sua propriedade urbana em 1535 – não constitui uma situação tão rara e pontual, que não possa constituir um bom exemplo da aplicabilidade generalizada do processo heurístico que aqui desenvolvi. Como Ponte de Lima, há muitos outros aglomerados que exigem uma atenção crítica por parte dos decisores e intervenientes no espaço urbano e muitos, como ele, dispõem de fontes documentais que justificam um processo heurístico de consulta e tratamento da informação histórica.

Naturalmente, a disponibilidade de fontes não é a mesma para qualquer aglomerado urbano. Em muitos casos, a debilidade do processo histórico, ou a fragilidade das instituições, ou ainda a incúria na conservação das fontes e, mais frequente até, o desinteresse na preservação da memória, deitam a perder a possibilidade de se renovar a imagem urbana na continuidade de um processo histórico que consolidou relações de afecto e de afinidade cultural.

O conhecimento mais circunstanciado da evolução dos espaços e da sua relação com a gente, permite valorizar as particularidades que referenciam essas relações e corrigir trajectórias que a experiência demonstrou paradoxais. E esta postura, na medida em que alimenta um fio condutor no exercício continuado da gestão e da decisão, viabiliza a conservação integrada e estimula a salvaguarda activa, condições fundamentais para a preservação e valorização do património cultural.

Este caso de estudo é um bom exemplo do recurso a fontes históricas que podem fornecer informação relevante para a tomada de decisão nas fases do planeamento, do projecto e da execução em espaços edificados com interesse cultural, sejam eles simples

edifícios, conjuntos edificados, aglomerados urbanos ou até áreas territoriais muito mais abrangentes.

O estudo detalhado de um documento quinhentista produzido na vila de Ponte de Lima, que parecia ter um interesse histórico relativo e, numa perspectiva pragmática, aparentemente irrelevante, revelou-se, afinal, um instrumento com uma enorme capacidade operativa para descodificar informações muito importantes na revelação da estrutura urbana desta vila há quinhentos anos e, conseqüentemente, na sua evolução até aos nossos dias (*Vd.* o desenho - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DA VILA DE PONTE DE LIMA A PARTIR DE 1535, no Apêndice desta Dissertação).

Foi possível apurar-se uma definição, que se crê muito aproximada, da estrutura urbana da vila e, nalguns casos até da própria malha, identificando os diversos arruamentos e espaços urbanos secundários, localizando alguns edifícios e locais públicos e privados de referência, deduzindo características e indicadores urbanísticos e conjecturando sobre algumas opções e sucessos que determinaram a sua evolução física, social e económica.

Este exercício teve como base um documento que forneceu informações directas mas que, exaustivamente analisado, me permitiu remeter para outras fontes que as complementaram e que esclareceram situações ambíguas. E foi esta concatenação de fontes que potenciou os resultados, permitindo que o todo ultrapassasse a soma das partes. Ou seja, algumas conclusões finais nunca poderiam obter-se apenas com o estudo do Tombo de 1535, ou com o do Tombo da Gafaria, que serviu de complemento àquele ou com qualquer outra fonte de que me socorri. O que me leva a crer que todas as fontes de informação podem ter a sua utilidade, mas o seu cruzamento e o alargamento do espectro disciplinar das abordagens, terá, certamente, um resultado muito mais eficiente.

Como prova irrefutável do interesse da Heurística, entendida como o estudo integrado das fontes de informação histórica, concluo esta Dissertação com a apresentação de uma situação concreta relacionada com o caso de estudo, que oportunamente se verificou quando preparava a sua conclusão.

Fui convidado a participar no projecto de intervenção de um edifício em Ponte de Lima, com duas frentes, uma para o Largo de Camões, onde apresenta uma fachada finissecular oitocentista, de quatro pisos, e outra para a rua Beato Francisco Pacheco,



94 – As duas fachadas do edifício de raiz medieval que foi objecto de intervenção na vila de Ponte de Lima – a primeira, oitocentista, voltida a poente, sobre o Largo de Camões e a segunda, setecentista, voltida a nascente, sobre a rua Beato Francisco Pacheco

com uma fachada setecentista e com igual número de pisos, mas desnivelados com aqueles. Procurei identificá-lo recorrendo às fontes que serviam de base à Dissertação que tinha em curso e na abordagem heurística sobre a informação contida no Tombo de 1535, não foi possível fazer uma identificação imediata do edifício, porque nada nele aparentemente concorria que me permitisse um reconhecimento entre o conjunto de casas que naquele documento se perfilam na frente poente da rua da Sapataria, que era o trecho urbano a que correspondia a actual rua Beato Francisco Pacheco. E muito menos existia ainda o Largo de Camões, cujo espaço estava então ocupado pelos quintais (enxidos) de algumas casas e pelo pano de muralha que corria entre as Torres da Ponte e de S. Paulo.

Entretanto, tive conhecimento de que em obras realizadas no prédio adjacente a norte aparecera, embutida na parede oposta à meeira e elevada uns cinco a seis metros acima da actual cota de soleira, uma pedra de armas orientada a sul, indiciando a pré-existência de um espaço exterior, naturalmente descoberto, correspondente à área ocupada por esse prédio, pelo que a parede onde este



95 – Fragmento da pedra quinhentista com o brasão de armas dos Marinho, que apareceu numa parede do prédio contíguo ao que serve de referência no texto

elemento se encontrava, terá sido uma fachada sobre o prédio que tinha em estudo. Nestas circunstâncias e admitindo que a pedra estaria na sua posição original¹¹⁷, para ser vista e naturalmente era essa a intenção, a respectiva parede:

- ou era fronteira a um terreiro lateral da casa, por onde se fazia o acesso
- ou estava volvida a um arruamento concorrente com a rua da Sapataria
- ou elevava-se sobre uma casa baixa, adjacente à que tinha em estudo, de modo a ser bem visível da rua

Ora:

- a primeira hipótese não se verificava no Tombo de 1535, mas podia ocorrer no hiato eventualmente existente entre as casas de Jorge Pereira e do carnicheiro Álvaro Pires, de que nada sabemos
- a segunda hipótese tinha no Tombo de 1535 duas soluções aparentemente exequíveis – ou a azinhaga que ia da rua da Sapataria até ao muro e que corria entre as casas do mercador João Pires e Nicolau Lopes ou outra semelhante que, mais a sul, passava por trás das casas de Jorge Meireles e de Estêvão Vaz
- a terceira hipótese não podia ser confirmada no Tombo de 1535, porque este documento não indica as cérceas dos edifícios

Havia, porém, outra linha de investigação que poderia contribuir para o reconhecimento da casa em questão – a identificação das pessoas com ela relacionadas.

Analisado o fragmento da pedra de armas, concluí tratar-se de uma peça finamente esculpida, com um desenho que fazia lembrar as composições heráldicas de João du Crós¹¹⁸ e de António Godinho¹¹⁹, desenhadas no início do séc. XVI. A leitura, apesar do desgaste, permitiu reconhecer um escudo com as faixas onçadas do apelido Marinho, confirmada pela presença de uma sereia como tenente do escudo (o respectivo par já

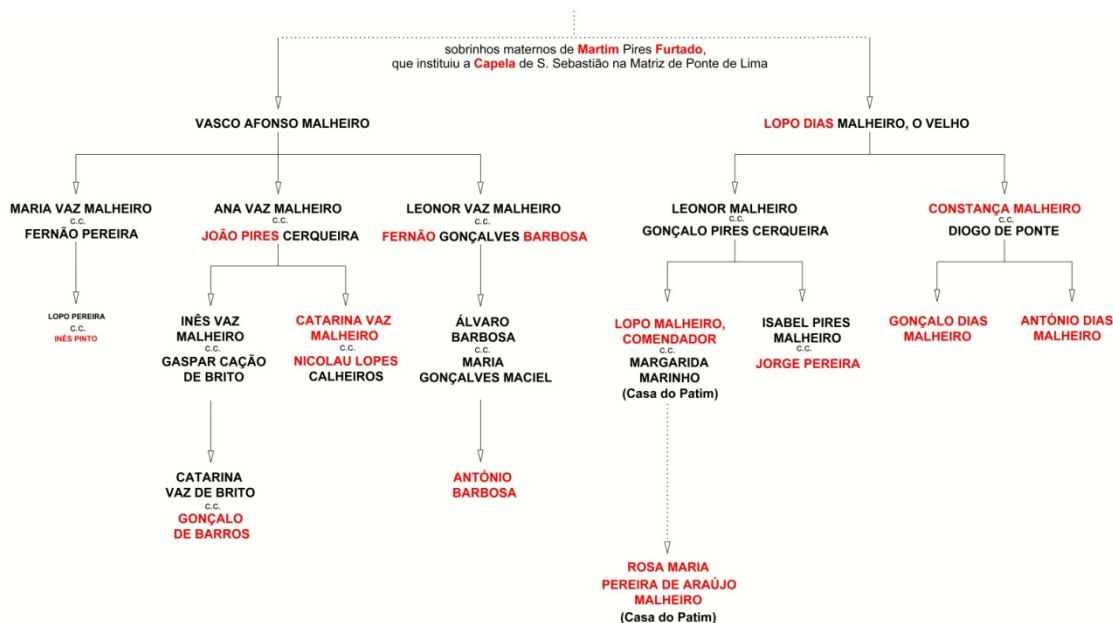
¹¹⁷ O mau estado de conservação desta pedra de armas, que apareceu muito fragmentada, deixa contudo em aberto, a hipótese de ter sido removida do local original e utilizada como material de enchimento da alvenaria, depois do edifício ter sido vendido pelos seus antigos proprietários, no final do séc. XIX.

¹¹⁸ A João du Cros é atribuída a autoria do códice iluminado, conservado na Casa Forte do ANTT-Arquivo Nacional da Torre do Tombo e conhecido por '*Livro do Armeiro-Mor*', um magnífico armorial pintado em pergaminho entre 1506 e 1509 (LIVRO DO ARMEIRO-MOR, 2000).

¹¹⁹ António Godinho é o autor do '*Livro da nobreza e perfeição das armas*', um armorial pintado no primeiro terço do séc. XVI, com finíssimos grotescos renascentistas finamente iluminados. Conservado na Casa Forte do ANTT-Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a cota Ms. 164, foi publicado em *fac-simile* (GODINHO, 1987).

não existia) e uma cruz por diferença¹²⁰. E esta conclusão remeteu-me logo para a Casa do Patim, uma referência histórica desta vila, lamentavelmente desaparecida. Esta casa, que pertencia a uma família com esse apelido, era considerada no início do séc. XVI a mais rica da vila e por essa razão se hospedaram nela os Infantes, filhos do Rei D. Manuel, quando foram em peregrinação a Santiago de Compostela e parece que também o próprio Rei, que noutra ocasião fizera o mesmo voto e por aqui passou em 1502. Era então seu proprietário um rico mercador, Gonçalo Pires Cerqueira, Feitor da Ilha da Madeira, que construiu a casa e a vinculou em 1518.

A consulta que fiz aos tratados genealógicos para identificar Gonçalo Pires Cerqueira foi proveitosa. Na monumental obra de Felgueiras Gayo consta este indivíduo e um seu irmão, João Pires Cerqueira, ambos moradores na vila de Ponte de Lima (GAYO, 1989: VI, 516)¹²¹. Foi ela que permitiu concatenar o esquema familiar que se apresenta em anexo¹²², que inclui 13 indivíduos referidos no Tombo de 1535 como moradores na rua



96 – Esquema genealógico que demonstra o parentesco entre os descendentes de Vasco Afonso Malheiro e de Lopo Dias Malheiro. A vermelho, os nomes referidos no Tombo de 1535, todos referenciados à Rua Direita ou à sua proximidade.

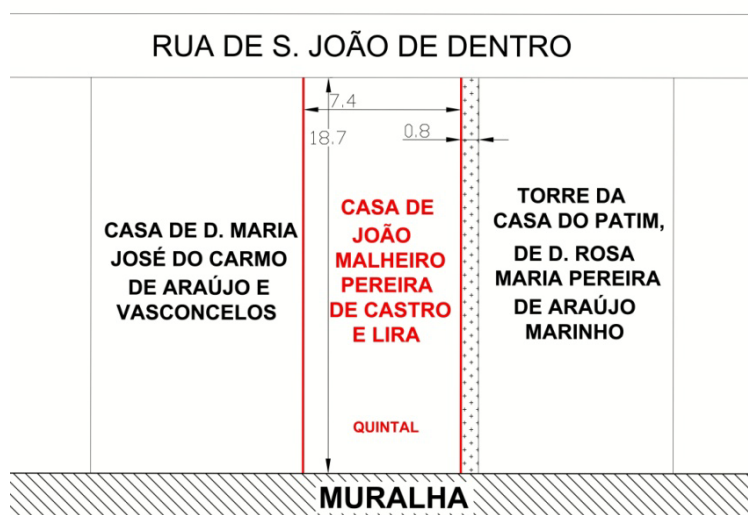
¹²⁰ A diferença indicia a existência de uma carta de brasão de armas. Contudo, não foi possível identificar o armigerado na busca a que procedi em todos os registos da especialidade.

¹²¹ Gonçalo Pires Cerqueira e seu irmão João eram mercadores de grosso trato, muito ricos, naturais ou estabelecidos na vila de Ponte de Lima e casados com duas senhoras, entre si parentes chegadas, da família Malheiro, uma família muito prestigiada nesta região pelo contributo que dois dos seus membros haviam dado na tomada desta vila por D. João I, em 1385.

¹²² Neste esquema, construído a partir da informação contida na obra de Felgueiras Gayo, reservo algumas dúvidas sobre a relação de parentesco entre Vasco Afonso Malheiro e Lopo Dias Malheiro, que sendo próxima, não seria necessariamente a de irmãos, dúvidas que o próprio autor da fonte não deixou também de considerar. Contudo, o assunto não é relevante para o tema que se apresenta, não merecendo, por isso, neste local, mais considerações.

Direita¹²³ e algumas propriedades urbanas da Capela de Martim Furtado, indivíduo também com esta família relacionado.

Por outro lado, o Tombo da Gafaria descreve a seguinte casa – *Huma morada de Cazas na Rua direita de S. João de dentro que pesue João Malheiro Pereira de Castro e Lira, com a fronteira ao Nascente da m^{ma} Rua, com segundo andar, que partem do Norte com Cazas de D. Maria Joze do Carmo de Araujo e Vasconcellos, do Sul com D. Roza Maria Pereira Araujo Marinho do Patim, e do puente contra o Muro e quintal das mesmas Cazas, que medidas por dentro pella parte do Sul, e Norte, de Nascente a puente tem dezeseite varas, e pello Nascente a façe da Rua tem seis varas e tres quartas, e as m^{mas} tem pello puente; e as que faltão para inteiração das que diz o Tombo antecedente que são sete e meia, forão medidas na parede destas Cazas, sobre a qual está tambem formada a Torre da Caza do Patim; Paga de foro Sensso anualm^{te} trezentos reis — 300 [à margem – Tombo novo fl. 140 v^o]*



97 – Esquema gráfico da descrição no Tombo da Gafaria, da casa referenciada no texto e que foi objecto de intervenção. Está assinalada a vermelho

Ora, esta casa, descrita no Tombo da Gafaria como pertencendo a João Malheiro Pereira de Castro e Lira, corresponde hoje ao edifício com os n^{os} 56, 58 e 60 da rua Beato Francisco Pacheco e com os n^{os} 23, 24 e 25 do Largo de Camões (vd. figs. 97 e 101).

¹²³ Ao designar o arruamento por rua Direita, abrangio os troços correspondentes às ruas da Sapataria e dos Mercadores, cuja justaposição não é rigorosamente conhecida, sendo certo que as pessoas referidas viviam em ambas as partes. É necessário ter em conta que as fontes documentais, embora se reportem ao início do séc. XVI, são, nalguns casos, posteriores e, por isso mesmo, denominam os locais pela designação corrente e não pela que tinham ao tempo dos factos descritos. No caso concreto, as designações 'rua da Sapataria' e 'rua dos Mercadores' caíram em desuso a partir do séc. XVII, ficando aquela englobada na rua de Sanhoane, com a qual constituiu a rua de S. João de Dentro (já que havia também a rua de S. João de Fora, estruturando o arrabalde do mesmo nome).

Com esta informação fica perfeitamente definida a localização da Casa do Patim e da sua torre, que corresponde à área do edifício actualmente com os n^{os} 68 a 76 da rua Beato Francisco Pacheco e com os n^{os} 29 a 33 do Largo de Camões.

Curiosa, também, é a referência à parede meeira entre esta casa e a torre do Patim, estando esta erguida sobre aquela, o que permite aduzir uma cronologia mais recente para a torre, sendo, pelo menos o primeiro piso da parte restante, mais antigo que ela. A diferença entre as medições, pelo interior e pelo exterior (6 $\frac{3}{4}$ varas e 7 $\frac{1}{2}$ varas) dá a espessura da parede (\pm 0, 83 m), dimensão que justifica perfeitamente uma elevação em silharia, ou mesmo em boa alvenaria até 3 ou 4 pisos. Quer-me parecer, no entanto, que esta altura nunca foi atingida, pois ultrapassaria muito a cota do adarve da muralha, que lhe ficava quasi contígua. A torre não deve ter ultrapassado os 3 pisos (rés-do-chão e 2 sobrados), sendo, ainda assim, muito mais alta que a maioria das casas da vila, que tinham apenas dois pisos de reduzido pé-direito. Na realidade, esta denominação ‘torre’ utilizada até à Idade Moderna é muitas vezes enganadora, por englobar as também designadas ‘casas torres’, que não sendo torres propriamente ditas, no sentido em que hoje utilizamos o termo, eram edifícios com mais de um sobrado, cuja maior dimensão



98 – Nesta fotografia da parede sul do edifício, ainda na fase da investigação, antes do início da obra, é bem perceptível, até pela diferença do aparelho da elevação, a justaposição da Torre do Patim sobre uma parede mais antiga, tal como refere o Tombo da Gafaria. A seta vermelha assinala o contafiamto da primeira fiada do cunhal noroeste da torre, que se conserva intacto.

era a altura.

Voltando de novo ao Tombo de 1535, percebi que a Casa do Patim estava na área da rua da Sapataria, onde se concentram as propriedades das pessoas referidas no esquema genealógico apresentado e, portanto, entre as azinhagas que daquela rua se dirigiam ao muro, provavelmente no hiato entre as casas de Jorge Pereira e Álvaro Pires e não registada no Tombo, por não se tratar de propriedade reguenga. O que é lógico, porque se a Casa do Patim fosse reguenga, Gonçalo Pires Cerqueira não a poderia ter vinculado em 1518.

Ficava, assim, comprovado que o edifício para o qual fora convidado a intervir, com os n^{os} 62, 64 e 66 da rua Beato Francisco Pacheco e os n^{os} 26, 27 e 28 do Largo de Camões, estava localizado na área correspondente à Casa do Patim, incluindo a própria torre. Tanto bastou para redobrar a atenção na sua avaliação prévia, muito embora fosse bem patente a profunda remodelação que sofrera no séc. XVIII e depois, no final do séc. XIX.

Na sequência desta avaliação, desde logo se verificou a excepcional qualidade da alvenaria das paredes, com aparelho regular em fiadas isomórficas, evidenciando-se na



99 – As duas portas ogivais e a a silharia regular no arranque da parede norte, que refiro no texto

parede sul, como já referi, a Torre do Patim, e na parede norte um troço significativo de excelente silharia até meia altura do piso térreo. Aliás, foi na face oposta desta parede, no edifício adjacente, que se encontrou cravada a pedra de armas. E numa parede interior, perpendicular a estas duas, dois vãos de arco quebrado, com ogivas equiláteras, contíguos e parcialmente soterrados, um muito mais que o outro, atestam uma origem gótica tardia, provavelmente do final do séc. XV (vd. fig. 99).



100 –As duas faces de um dos arcos quebrados que se acharam na casa intervencionada, reconhecendo-se o soterramento parcial, ainda mais acentuado no segundo arco

O posicionamento destes arcos, que aparentemente correspondem a vãos de portas exteriores, colocou-me a questão da existência de espaços abertos no interior da massa edificada que preenchia o espaço entre a rua da Sapataria e a muralha, aparentemente em consonância com as duas azinhagas referidas no Tombo de 1535.

Neste sentido, procurei certificar-me da possibilidade de ocorrência de situações semelhantes em todos os edifícios que preenchem aquele espaço, na esperança de poder identificar as referidas azinhagas.

No edifício adjacente a sul (Largo de Camões, 29-33 - rua Beato Francisco Pacheco, 68-76), construído no final do século XIX no chão onde se erguera a maior parte da Casa do Patim, incluindo a sua torre, o interior foi totalmente demolido há cerca de vinte anos, não ficando registo das pré-existências.

No edifício adjacente a norte (Largo de Camões, 23-25 - rua Beato Francisco Pacheco, 56-60), também todo o interior foi demolido há cerca de trinta anos, tendo sido nessa campanha de obras que apareceu na parede de meação sul a referida pedra de armas. Este edifício deve ter sido o primeiro a constituir fachada a poente, na década de 1850, antevendo já o futuro derrube da muralha, fachada que ainda se mantém integralmente.

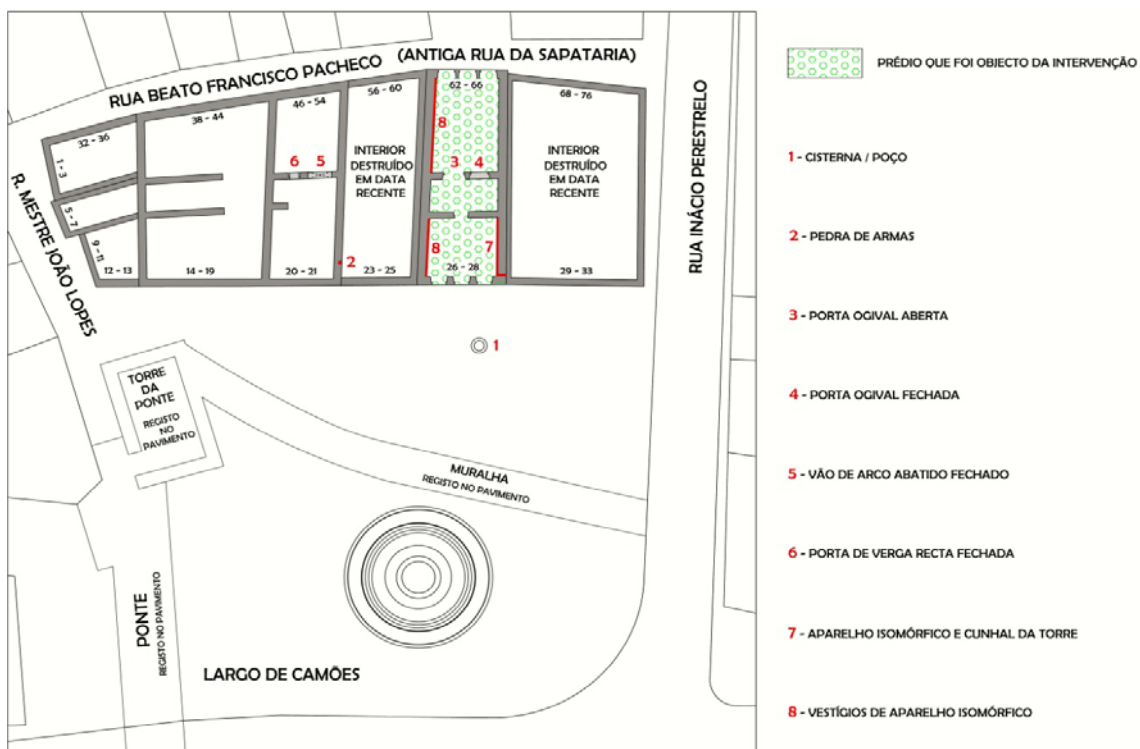
No edifício que se lhe segue (Largo de Camões, 20-22 - rua Beato Francisco Pacheco, 46-54), mantêm-se ainda duas casas adjacente pelos tardozes, sendo ainda reconhecíveis duas paredes transversais semelhantes à do edifício de referência, integrando uma delas um vão largo de arco abatido e uma porta de verga recta, ambos entaipados.

No edifício consecutivo (Largo de Camões, 14-19 - rua Beato Francisco Pacheco, 38-44), existem também paredes transversais semelhantes, com passagem larga num dos topos.

O remate do quarteirão tem a frente ortogonal à orientação preferencial registada naqueles edifícios, constituindo, portanto, uma lógica diferente, ajustada à antiga rua do Pé da Ponte, que era transversal à da Sapataria.

A expressão gráfica destas situações evidencia claramente a existência de um eixo viário interior ao quarteirão, orientado segundo a mediana, como se pode ver na figura seguinte.

Estes indícios, por si só, não são suficientes para fundamentar uma conclusão segura sobre o preenchimento desta área da malha urbana ao tempo do Tombo de 1535, mas é muito provável que este alinhamento que ainda hoje se constata, tenha alguma relação



101 – Nesta representação planimétrica do quarteirão da rua Beato Francisco Pacheco – rua Mestre João Lopes – Largo de Camões, ainda se conservam vestígios de paredes transversais, que indiciam pré-existências de um arruamento interior.

com as azinhagas referidas no Tombo e apresentadas no esquema gráfico final. Azinhagas estas que serviriam, certamente, os enxidos entalados entre as casas e a muralha, designadamente o da Casa do Patim.

Focando esta área na fotografia de 1858, pude identificar quatro planos de frentes edificadas – a verde, o primeiro, constituído pela muralha e pelos anexos que estavam adjacentes à sua face interna, preenchendo parcialmente os enxidos; a amarelo, os edifícios que ocupavam a metade poente do quarteirão; a vermelho, os edifícios que ocupavam a outra metade, a nascente, com frente para a actual rua Beato Francisco Pacheco, antes rua da Sapataria; e a azul, os edifícios com frente para o outro lado da rua Beato Francisco Pacheco. Feita esta explicação, claramente se percebem os enxidos (quintais), com as suas árvores, entre os planos verde e amarelo; a rua Beato Francisco Pacheco, entre os planos vermelho e azul; e espaços não corridos, entre os planos amarelo e vermelho, que seriam, ainda em meados do séc. XIX, reminiscências das antigas azinhagas. E é clara também a imagem, agora perfeitamente identificada, da Torre do Patim, delineada a amarelo, com uma única janela de guilhotina.



102 – Excerto da fotografia de 1858, que evidencia a Torre do Patim e indícios das antigas azinhagas

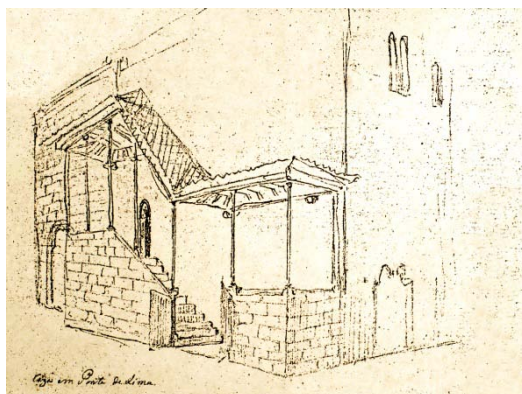
Com a verificação *in situ* de uma das estruturas edificadas ao tempo das fontes de referência, posta a descoberto no edifício ora sujeito a intervenção, posso acrescentar

ainda:

- os dois arcos assinalados (*vd.* fig. 99) correspondem a vãos com o batente a nascente, mas podem não ser de portas exteriores, por não apresentarem as recravas da tranca, a menos que os tranqueiros tenham sido posteriormente alterados.
- A soleira, que pela proporção da porta, parece estar cerca de um metro abaixo do actual pavimento, deve estar a uma cota aproximada da do arco da Torre da Ponte, cujas fundações foram sondadas no ano 2000. Sendo assim, a cota do arruamento que precedeu a actual Rua Beato Francisco Pacheco estava bastante mais funda, provavelmente a mesma que corresponde às actuais ruas da Abadia e do Souto, que com ela integravam a rua Direita. Poderá ser isso que explica não se encontrar neste troço da antiga rua Direita, casa alguma anterior ao séc. XVI. O que significa que nessa época, provavelmente por causa das cheias do rio, ter-se-á feito um aterro geral para norte da rua dos Mercadores, inserindo-se nesta iniciativa a casa nova do Patim, por reutilização de um edifício parcialmente soterrado.
- A existência de um poço em esmerada cantaria a escassos 3 metros da fachada poente deste edifício, no largo de Camões e a 6 metros da muralha, encontrado na sondagem arqueológica que reconheceu o traçado da muralha e que foi integrado no arranjo urbano, comprova a existência de um quintal da Casa do Patim, no seu tardo, que é visível na fig. 102 E se esta realidade era comum às outras casas, tenho que concluir que os termos utilizados no Tombo de 1535 ‘entesta no muro’ e ‘vai ter ao muro’, não significam que o edifício lhe fosse adjacente, porque podia haver um quintal ou ‘enxido’. O que tem razão de ser, porque o censo não incidiria apenas sobre o edificado, mas sobre a totalidade da parcela fundiária¹²⁴. Aliás, só a partir do séc. XVII, com a vulgarização da poliorcética, o afastamento dos edifícios às muralhas começou a ser descurado.
- A designação de ‘patim’, que deu o nome à casa, advém-lhe de um balcão de escada exterior que tinha adossado a uma das suas fachadas. Não sendo possível que isso se verificasse na fachada volvida à rua da Sapataria, porque o seu perfil

¹²⁴ O Foral antigo de 1125 isentava de tributo as cortinhas dos moradores – ... *et qui ibi habitaverint in ipsa villa per singulos annos reddant singulos solidos de suas casas et suas cortinas sine ratione habeant.* (REIS, 2000: 59). Creio, porém, que o termo ‘cortinhas’ corresponderia então às pequenas leiras de cultivo e não aos ‘enxidos’ ou quintais anexos à casas.

transversal não o permitia, a menos que fosse recuada, o que não é crível, fica a hipótese da escada estar numa reentrância ou numa das duas ‘azinhas’ indicadas no Tombo de 1535, que certamente eram servidão do quintal. Esta estrutura, para se consagrar na designação da casa, teria características invulgares e por um desenho antigo¹²⁵ que se presume representá-la, tinha esbeltíssimas colunas que sustentavam uma estranha cobertura, que mais parece um baldaquino de bronze, que um comum alpendre telhado.



103 – Desenho do início do séc. XIX, que se presume representar o patim que deu o nome à Casa do Patim, em Ponte de Lima

- Com a localização da torre, a identificação de um corpo elevado, a norte (onde estava a pedra de armas) e de um outro, central, provavelmente mais baixo e recuado, correspondente à área do edifício que tem vindo a ser referido como objecto de intervenção recente e onde apareceram as duas portas ogivais, a totalidade da Casa do Patim parece configurar a tipologia das casas torreadas nos

¹²⁵ Este desenho, publicado em (ABREU, 2008: 153), faz parte de um caderno de apontamentos de viagem do princípio do séc. XIX, conservado numa colecção privada. A qualidade global dos esboços, pressupõe uma boa representação da realidade deste balcão de escada, que faz lembrar algumas estruturas metálicas góticas e renascentistas, como é caso do baldaquino em cobre dourado do túmulo do Infante D. Afonso, na Sé de Braga, que veio da Flandres no início do séc. XV. O desenho foi publicado em (ABREU, 2008: 153). Contudo, no sul do país, conservam-se alguns exemplares arquitectónicos da transição do séc. XV para o XVI, que introduziram na sua gramática decorativa, em *loggias* e alpendres e na moldura de vãos, esbeltas colunas cilíndricas enquadradas em soluções de inspiração mudéjar e manuelina, algumas traduzindo já o gosto renascentista. Privilegiando o mármore e o calcário, vemo-las na Sempre Noiva (Arraiolos), no castelo de Alvito, no alpendre da Casa Cordovil (Évora), no Paço de Valflores (Santa Iria da Azóia) e em muitos outros edifícios da mesma época, como réplicas do ciclo quatrocentista da Sé de Évora. Curiosamente, na Sempre Noiva, os fustes livres são em mármore e os adossados são no granito com que a casa foi construída, porque não era fácil garantir o comportamento estrutural de uma coluna de granito com essa esbelteza (SILVA, 1995, 249-287). Seriam também em mármore as colunas do alpendre da Casa do Patim? Outro pormenor que o mesmo desenho fornece é a existência na outra fachada, de uma porta com padieira bilobada, de tipo manuelino, a que parece faltar uma coluna de mainel e, no piso superior, uma janela geminada. É possível, até, que fosse esta a fachada principal e, sendo assim, o patim estaria na fachada sul, volvido a um rossio ou a uma azinhalga.

extremos, que foi corrente no séc. XVIII, mas de que existem exemplos anteriores, como é o caso do Solar dos Pinheiros, em Barcelos, que remonta ao final da Idade Média. Os indícios existentes não permitem, contudo, ir além da mera conjectura.

- Pela fotografia de 1858 percebe-se que o enxido (ou quintal) da Casa do Patim se prolonga para sul, além da sua torre e ao longo da muralha, até uma casa de grande dimensão que encosta à Porta do Postigo. Terá sido esta a razão que determinou a passagem nesse local da estrada real nº 30, proveniente de Braga e que atravessou a vila em direcção à ponte. Este troço da estrada faz hoje parte da rua Inácio Perestrelo e foi o responsável pelo sacrifício de uma parte complexa da antiga estrutura urbana medieval, porque era precisamente aí que a rua Direita bifurcava na rua dos Mercadores e na que conduzia à igreja e à Porta do Postigo. O desaparecimento do grande quintal da Casa do Patim, a decisão de derrubar a muralha e de construir o Largo de Camões (em 1880, no 3º centenário da morte do Épico) e a de rectificar e alargar a rua de S. João (hoje rua Beato Francisco Pacheco), o que felizmente não se concretizou, deram o golpe mortal na grande Casa do Patim, que foi sacrificada à concretização destes objectivos.

Como exercício, utilizei neste caso real a metodologia que tinha concebido na Dissertação e tive a grata oportunidade de confirmar plenamente a sua pertinência e aplicação generalizada. As oito fases que enunciei no início são, efectivamente, necessárias e a sua sequência parece-me bem justificada.

A pesquisa documental permitiu-me seleccionar as fontes de informação mais ajustadas a esta situação – localização, cronologias e identidades. Os dois Tombos que têm sido referidos (o de 1535 e o da Gafaria) e alguns registos iconográficos, designadamente a fotografia de 1858, foram os documentos de base fundamentais. Transcritos aqueles e ampliados estes, procurei traduzir graficamente a informação útil, em esquemas simples. Completavam-se, assim, as primeiras duas fases do processo.

Fiz então uma recolha criteriosa de indícios coevos das fontes de informação tratada (alvenarias, vãos, elementos decorativos,...), identifiquei-os e procurei inseri-los num esquema gráfico, transpondo depois este esquema para a topografia actual. Um trabalho moroso, que correspondeu a mais cinco fases do processo.

Com a situação enquadrada e uma correlação mais nítida entre duas realidades distanciadas de cinco séculos, reuniam-se as condições para que a avaliação das existências fosse profícua, quer para a salvaguarda das situações com efectivo interesse cultural, quer para a integração das soluções a definir. Foi nesta fase, a última da metodologia de referência, que se identificou o cunhal da Torre do Patim, que ficará devidamente integrado no projecto.

Este caso, ainda com execução em curso, demonstra bem o contributo que a Heurística pode dar para a fundamentação das opções nos projectos de intervenção em edifícios e espaços com interesse cultural. E responde também à questão com que tantas vezes me interrogo e que justificou o tema desta Dissertação – numa intervenção sobre o edificado, o projecto de Arquitectura seria o mesmo se o seu autor tivesse um conhecimento mais circunstanciado das pré-existências? Creio, infelizmente, que na maioria dos casos não seria. Argumento que reitera o apelo à pluridisciplinaridade das equipas nas intervenções sobre o património cultural edificado e que serve de corolário final à tese enunciada de que quanto mais alargado for o conhecimento das memórias do local, tanto maior é o número de variáveis que podem contribuir para a qualidade do projecto de intervenção.

Ponte de Lima, Fevereiro de 2012

Bibliografia

A diversidade dos temas que são chamados à colação quando se aborda a problemática da Heurística, poderia justificar uma bibliografia com uma listagem infundável de obras. Mas tratando-se de uma Dissertação de Mestrado, pareceu-me que seria mais ajustada uma Bibliografia de recurso, que uma Bibliografia de referência. Ou seja, optei pela indicação das obras que efectivamente serviram de base à exposição, sem indicação de outras que, não obstante o contributo que poderiam dar para valorizar o trabalho, não chegaram a ser convenientemente consultadas para esse efeito. E também pela mesma razão, na extensa Bibliografia disponível sobre o caso de estudo, a vila de Ponte de Lima, que conheço circunstanciadamente, preferi cingir-me apenas às obras que cito ou que confirmam opiniões apresentadas no texto.

TERRITÓRIO E ESPAÇO URBANO

ANÁLISE TERRITORIAL

- ABREU, Alexandre Cancela de; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (coord.) – *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Col. Estudos 10, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, Universidade de Évora, Lisboa, 2002 – ISBN 972-8569-28-9
- BARAJAS, Alfonso del Pozo y – *Arrabales de Sevilla, morfogénesis y transformación: el arrabal de los Humeros*, Colección Kora, nº 9, Consejería de Obras Públicas y Transportes, Sevilha, 1996 – ISBN: 84-472-0361-1
- BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara Bacelar (eds.) – *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade*, CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar 'Cultura, Espaço e Memória' e Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2009 – ISBN 978-989-8351-02-9
- BEVILACQUA, Carmelina – *Analisi della città e del territorio*, Corso de Pianificazione Territoriale, Urbanistica e Ambientale, Università degli Studi Mediterranea di Reggio Calabria, 2008/2009
- CANIGGIA, Gianfranco – *Tipologia della edificazione: Strutture dello spazio antropico: studi e note*, Biblioteca di Architettura / Saggi e documenti-3, Alinea editrice, Firenze, 1981
- CARDIELOS, João Paulo - *A construção de uma arquitectura da paisagem* [Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (Planeamento e Desenho Urbano) na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra], edição policopiada, Coimbra, 2009
- CATALDI, Giancarlo – *Per una scienza del territorio: Studi e note*, Saggi e documenti 6, Biblioteca di Architettura, Uniedit, Firenze, 1977

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

- GUERREIRO, Maria Rosália P. – *O território e a edificação. O papel do suporte físico natural na génese e formação da cidade portuguesa* [Dissertação de Mestrado em Dsenho Urbano ni ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa], Lisboa, 2002
- MANTA, Vasco Gil – “As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal”, in *Povos e Culturas*, 2-A Cidade em Portugal: Onde se vive, CEPCEP-Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, 1987 – ISSN 0873-5921
- MARTINS, Carla Maria Braz (coord.) – *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’, Porto, 2010 – ISBN 978-989-8351-03-6
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O sabor da Terra: Um retrato histórico e geográfico por regiões*, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010 – ISBN 978-989-644-099-2
- POZO, Alfonso del – *Análisis Urbano. Textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari*, Col. Textos de Doctorado-4, Instituto Universitario de Ciencias de la Construcción, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad de Sevilla, 1997 – ISBN 84-88988-15-X
- PULEO, Ana Maria – *Introduzione alla lettura morfologica*, in <http://www.federica.unina.it/architettura/laboratorio-di-progettazione-architettonica-2f/analisi-morfologica-iconografica-luogo-introduzione/>
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*, 4 vol., Edições João Sá da Costa, Lda, Lisboa, 1987-1991 – ISBN 972-9230-12-9
- ROCHA, Altemar Amaral – “A morfologia urbana no contexto da produção do espaço geográfico”, in *Crise, praxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças / espaço de diálogos e práticas*, Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, Brasil, 2010
- WATELET, Marcel – *Le Terrain des Ingénieurs*, Monumenta Cartographica Walloniae, Met, Namur e Éditions Racine, Bruxelles, 1995 – ISBN 2-87386-047-2

PATRIMÓNIO URBANO

- ARMAS, Duarte d’ – *Livro das Fortalezas* [Fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo], 2ª ed., Edições Inapa, Lisboa, 1997 – ISBN 972-8387-07-5
- CARITA, Hélder – *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*, 2ª ed., Câmara Municipal de Lisboa, 1994
- CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*, Colecção Arte & Comunicação - nº 71, Edições 70, s.l., 2000 – ISBN 972-44-1037-4
- COELHO, Carlos Dias (coord.) – *A Praça em Portugal. Inventário de espaço público - Continente /Squares in Portugal. A public spaces Inventory - Mainland* (3 vol. + 1CDRom), DGOTDU-Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2008 – ISBN: 978-972-8569-39-6
- JORGE, Vítor Oliveira – *Arqueologia, Património e Cultura*, Instituto Piaget, 2000 – ISBN 771-340-8
- MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, Série História Medieval – 1, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica), Lisboa, 1990 – ISBN 972-667-111-6
- TAVARES, Domingos Manuel Campelo - *Leon Battista Alberti : Teoria da Arquitectura*, Col. Sebentas de História da Arquitectura Moderna – 3, Dafne Ed., Porto – ISBN 2002 – 972-99019-3-7
- ZEVI, Bruno – *Architecture in nuce. Uma definição de Arquitectura*, Colecção Arquitectura & Urbanismo - nº 2, Edições 70, Lisboa, 1996 – ISBN 972-44-0034-4

IMAGEM URBANA

- BENEVOLO, Leonardo – *As origens da Urbanística moderna*, Colecção Textos de Apoio - nº 55, 3ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1994 – ISBN 972-23-1739-3
- BENEVOLO, Leonardo – *A cidade e o arquitecto*, Colecção Arte & Comunicação - nº 23, Edições 70, s.l., 1998 – ISBN 972-44-0107-3

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

- BETHENCOURT, Francisco – “Descrições e Representações de Lisboa no Século XVI” in *O Imaginário da Cidade*, ACARTE-Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989 – ISBN 972-9032-06-8
- CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana*, Coleção Arquitectura & Urbanismo - nº 1, Edições 70, Lisboa, 1993 – ISBN 972-44-0530-3
- CURTO, Diogo Ramada – “Descrições e Representações de Lisboa (1600-50)” in *O Imaginário da Cidade*, ACARTE-Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989 – ISBN 972-9032-06-8
- DONNE, Marcela della – *Teorias sobre a cidade*, Coleção Arte & Comunicação - nº 20, Edições 70, s.l., 1990
- FERNANDEZ, José Luis Garcia; ROUCO, Lena Saladina Iglesias – *La plaza en la ciudad y otros espacios significativos*, Hermann Blume, Madrid, 1986 – ISBN 84-7214-306-6
- GERSÃO, Teolinda – “A Cidade Real e a Cidade Imaginada. Imagens de Lisboa em 1755 em textos Portugueses e Alemães do Século XVIII” in *O Imaginário da Cidade*, ACARTE-Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989 – ISBN 972-9032-06-8
- LEFEBVRE, Henry – *O direito à cidade*, 5ª ed.-2ª reimp., Centauro, S. Paulo, Brasil, 2010 – ISBN 978-85-88208-97-1
- LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*, Coleção Arte & Comunicação - nº 5, Edições 70, s.l., 1996 – ISBN 972-44-0379-3
- LYNCH, Kevin – *A boa forma da cidade*, Coleção Arquitectura & Urbanismo - nº 15, Edições 70, Lisboa, 1999 – ISBN 972-44-1025-0
- ROSSI, Aldo – *A arquitectura da cidade*, 2ª ed., Edições Cosmos, Lisboa, 2001 – ISBN 972-762-126-0
- ZEVI, Bruno – *Saber ver a Arquitectura*, Coleção Mundo da Arte, 6ª ed., Livraria Martins Fontes Editora Lda, S. Paulo, Brasil, 2009 – ISBN 978-85-7827-084-1

EVOLUÇÃO URBANA

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de – *Sítios que fazem História: Arqueologia do concelho de Viana do Castelo* (2 vol.), ed. das Comemorações dos 750 anos do Foral Afonsino, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2008/2009 – ISBN 978-972-588-201-6
- ANDRADE, Amélia Aguiar – “A paisagem urbana medieval portuguesa: Uma aproximação” in *Colecânea de Estudos: Universo Urbanístico Português. 1415-1822*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1998 – ISBN 972-8325-70-3
- BENEVOLO, Leonardo – *A cidade na História da Europa*, Coleção Construir a Europa - nº 1, Editorial Presença, Lisboa, 1995 – ISBN 972-23-1883-7
- BOADAS, Joan et alli – *La historia urbana de la ciudad de Girona : el proyecto de restitución cartográfica e su explotación en un sistema de información territorial*, 3º Encuentro del Grupo de trabajo de cartotecas públicas hispano-lusas, A Coruña, 2008
- CARVALHO, Sérgio Luís – *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Coleção Perspectivas Históricas - nº 2, Livros Horizonte, Lisboa, 1989
- CASTRO, Alberto Pereira de – *A praça-forte de Valença do Minho*, 3ª ed. (do autor), Valença, 2006 – ISBN 989-8067-00-4
- CORBUSIER, Le – *Maneira de pensar o Urbanismo*, Coleção Saber, nº 27 da Secção VI (Ciências Aplicadas), Publicações Europa-América, s.l., 1969
- CRUZ, Maria Alfreda – *Caminha: Evolução e estrutura da vila da Foz do Minho*, sep. da revista “Caminiana”, Ano IX, nº 15, Caminha, 1988
- FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, 2ª ed., Série I-Ensaio, nº 6, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999 – ISBN 972-9483-37-X
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: “duas vilas, um só povo”*. *História Urbana (1250-1389)*, Braga, 2010 – ISBN-978-989-96779-0-6
- HAROUËL, Jean-Louis – *História do Urbanismo*, 2ª ed., Papyrus Editora, S. Paulo, Brasil, 1998 – ISBN 85-308-0104-0

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 5ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010 – ISBN 978-972-31-0903-0
- MAGALHÃES, Teresa Avelina Marques – *Monção: Do foral velho ao foral novo*, Câmara Municipal de Monção, 1998 – ISBN 972-97791-0-4
- MANTA, Vasco Gil – “As Cidades marítimas da Lusitânia” in *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et Territoires*, CNRS-Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1990 – <http://pt.scribd.com/doc/68782715/As-Cidades-Maritimas-da-Lusitania>
- MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção. Os construtores*, CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’, Braga, 2011 – ISBN 978-989-8351-02-9
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto; Mesquita, João – *Braga: Evolução da estrutura urbana*, Coleção Estudos Bracarense, nº 3, Câmara Municipal de Braga, 1982
- PUIG, Arturo Soria y (comp.) – *Cerdà : Las cinco bases de la teoría de la urbanización*, Fundació Catalana per a la Recerca (Barcelona) e Sociedad Editorial Electa España (Madrid), 1999 – ISBN 84-8156-064-2
- QUARONI, Ludovico – *La Torre di Babele*, Saggi Polis Architettura e Urbanistica, Editore Marsilio, Venezia, 1982 – ISBN 883-17-0002-2
- REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1991 – ISBN 972-24-0800-3
- SALGUEIRO, Teresa Barata – *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Coleção Cidade em Questão (8), Edições Afrontamento, Porto, 1992
- SANTOS, Milton – *Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teórico e metodológico da geografia*, 6ª ed., EDUSP-Universidade de S. Paulo, Brasil, 2008 – ISBN 85-271-0068-1
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*, Livros Horizonte, s.l., 1999 – ISBN 972-24-1061-X

REABILITAÇÃO URBANA

- ALVES, Fernando M. Brandão – *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*, Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Ciência e do Ensino Superior); Fundação Calouste Gulbenkian, 2003 – ISBN 972-31-1000-8
- BAYO, Álvaro Gómez-Ferrer – “La Carta de las ciudades históricas. Fundamentos y aplicaciones”, in *1º Congreso Ibérico de Urbanismo. Ordenamento do Litoral. Gestão dos Centros Históricos*, Sociedade Portuguesa de Urbanistas, Asociación Española de Técnicos Urbanistas e Comissão de Coordenação da Região Norte, Viana do Castelo, 1993 – ISBN 972-734-123-3
- CABRITA, António Reis; AGUIAR, José; APPLETON, João – *Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*, Câmara Municipal de Lisboa e LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1993
- CANIGGIA, Gianfranco – *Ragionamenti di tipologia: operatività della tipologia processuale in Architettura* (Gianluigi Maffei, coord.), Biblioteca di Architettura / Saggi e documenti-164, Alinea editrice, Firenze, 1997 – ISBN 88-8125-191-4
- CUNHA, Rui Maneira – *As medidas na Arquitectura, séculos XIII-XVIII: o estudo de Monsaraz*, Col. Pensar Arquitectura, ed. Caleidoscópio, 2003 – ISBN 972-8801-01-7
- COSTA, José Marques da – “Conservar as Memórias”, in *Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação* – GECORPA-Grémio Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, 2000
- Intervenção no Património: Práticas da Conservação e Reabilitação (A)*, Actas do 2º Seminário, FEUP-Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, DGEMN-Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005 – ISBN 972-99101-3-8
- Preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural em Portugal*, Coleção ‘Estudos Sectoriais’ - nº 31, Instituto para a Qualidade na Formação, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Abril, 2006 – ISBN 972-8619-76-6
- JULBE, Félix et alli – *El espacio renovado. Plazas, calles y espacios publicos en la comunidad de Madrid*, 2ª ed., Comunidad de Madrid y Dirección General de Arquitectura / Consejería de Política Territorial, Madrid, 1995 – ISBN 84-451-1049-7

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

- LOBO, Manuel Costa; PARDAL, Sidónio Costa; CORREIA, Paulo, V. D.; LOBO, Margarida Sousa – *Normas Urbanísticas, vol. 4 – Planeamento Integrado do Território. Elementos de Teoria Crítica*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Universidade Técnica de Lisboa, 2000 – 972-8139-05-5
- PORTAS, Nuno – “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, in *Sociedade e Território*, Tom. 1, nº 2, 1985
- SIZA, Álvaro – *El Chiado, Lisboa. La estrategia de la memoria*, Delegación de Granada del Colegio de Arquitectos; Junta de Andalucía; Consejería de Obras Públicas y Transportes, Granada, 1994
- TOMÉ, Miguel – *Património e Restauo em Portugal (1920-1995)*, Série 2-Agrupamentos, nº 21, FAUP-Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002 – 972-9483-54-X
- VALENTE-PEREIRA, Luz – *Reabilitar o Urbano ou como restituir a cidade à estima pública*, ITC / Informação Técnica / Edifícios / ITE 16, KLaboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1987 – ISSN 0870-2713
- VIRTUDES, Ana Lúcia – “Propostas de Reabilitação Urbana. Bairro de S. Vicente de Paula na Covilhã” in *Urbanismo-Revista da Associação dos Urbanistas Portugueses*, nº 21, Lisboa, 2005, pp. 8-14

HEURÍSTICA APLICADA

- ALBA, Antonio Fernández *et alli* – *Teoria e Historia de la restauracion*, Coleccion de libros de texto del Master de Restauracion y Rehabilitacion del Patrimonio (dir. Carlos Clemente), vol. 1, Instituto Español de Arquitectura / Universidad de Alcala, Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Madrid, Editorial Munilla-Lería, Madrid, 1997
- BAUER, Wilhelm – *Introducción al estudio de la Historia*, 4ª ed. (Trad. e notas de Luis G. de Valdeavellano), ed. Bosch, Barcelona, 1970 – ISBN 978-847-1620-59-0
- DROYSEN, Johann Gustav – *Manual de Teoria da História*, Ed. Vozes Lda, Petrópolis (Brasil), 2009 – ISBN 978-853-26376-2-8
- GARCÍA-VILLADA, Zacarias – *Metodología y Crítica históricas*, ed. El Albir, Barcelona, 1977 – ISBN 84-7370-021-X
- LAMBERTINI, Daniela – “Restauo arquitectónico e pesquisa histórica”, in *Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação* – GECORPA-Grémio Empresas de Conservação e Restauo do Património Arquitectónico, 2000
- MATUTE, Álvaro – *Heurística e Historia*, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México, 1999 – ISBN 968-36-7553-0

PONTE DE LIMA

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – “Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima”, sep. do *Boletim de Estudos Regionais*, nº 7/8, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1990
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Lima* (Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia – vol. VII), ed. do autor, 2003
- AURORA, Conde d’ – *Roteiro da Ribeira Lima que o Conde d’Aurora escreveu*, LIMICI-Associação para a Defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1996 – ISBN 972-95844-1-9
- BAPTISTA, António José; FERNANDES, A. de Almeida – *Toponímia de Ponte de Lima (I – Levantamento Toponímico; II – Estudo Toponímico)*, Série Estudos e Documentos – 1, Arquivo de Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2001
- CRUZ, António – *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII (Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas)*, Colecção “Amphitheatrum”, nº 16, Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

Estudos Sumários de Planeamento, Plano Director Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1984

FERNANDES, A. de Almeida – *Ponte de Lima na Alta Idade Média. Como se fundou a vila*, sep. do Arquivo do Alto Minho, vol. 9 (1ª série), Viana do Castelo, 1960

FERNANDES, A. de Almeida – *Ainda Ponte de Lima altimedieval*, sep. do Arquivo do Alto Minho, vol. 1 (2ª série), Viana do Castelo, 1963

FERNANDES, A. de Almeida – *Toponímia de Ponte de Lima*, tom. II (Estudo Toponímico), Arquivo de Ponte de Lima, Série Estudos e Documentos - nº 1, Arquivo de Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2001 – ISBN 972-98467-7-4

LUARCA, José Ramón Menéndez de; OSORIO, Navia [versão portuguesa – LEMOS, Francisco Sande; FONTES, Luís Fernandes Oliveira: Universidade do Minho] – *A Construção do Território. Mapa Histórico do Noroeste da Península Ibérica*, Fundação Rei Afonso Henriques, 2000 – ISBN 84-89981-16-7

REIS, António P. de Matos dos – *Itinerários de Ponte de Lima*, ed. do autor, Ponte de Lima, 1973

SAMPAIO, Alberto – “As ‘villas’ do Norte de Portugal”, sep. de *Portugalia - materiais para o estudo do povo português*, Imprensa Moderna, Porto, 1903

SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 1986

HISTÓRIA URBANA

[ABREU, João Gomes d’] – “Ontem – Hoje”, in *Arquivo de Ponte de Lima*, vol. I, nº 3 (1980); vol. II (1981); vol. III (1982); vol. IV (1983); vol. V (1984); vol. VI (1985), Câmara Municipal de Ponte de Lima

ABREU, João Gomes d’ – “Ontem – Hoje. Vista geral da vila de Ponte de Lima em 1858”, sep. do *Arquivo de Ponte de Lima*, vol. VII, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1986

ABREU, João Gomes d’ – “Ontem – Hoje. Panorama de Ponte de Lima no séc. XVII”, sep. do *Arquivo de Ponte de Lima*, vol. XIV, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1993 – ISSN - 0872-7074

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (coord.) – *Ponte de Lima. Uma Vila Histórica do Minho*, Município de Ponte de Lima, 2007 – ISBN 978-972-8846-14-5

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Ponte de Lima. O espaço e as gentes* [Dissertação de Mestrado em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto], Porto, 1985

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Coleção Horizonte Histórico, Livros Horizonte, s.l., 1990 – ISBN 972-24-0771-6

AURORA, Conde d’ – *A feira de Ponte*, Série Estudos e Documentos – 2, Arquivo de Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2005

AZEVEDO, Pedro de – “Os moradores de Ponte de Lima em 1530” in *Limiana-Revista literária pontelimense*, pp. 61-67, Viana do Castelo, 1912

LEMOS, Miguel Roque dos Reis – *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 3ª ed., Ponte de Lima, 2003 – ISBN 972-9051-18-6

MASSAPINA, Arq. Vasco (Coord.) – *Ponte de Lima. Estudo de Preservação e Renovação Urbana*, ed. fotocopiada, Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, Direcção dos Serviços de Estruturação Urbana, Divisão de Estudos de Renovação Urbana, 1982

PONTE DE LIMA. ESTUDO DE PRESERVAÇÃO E RENOVAÇÃO URBANA – Ministério do Equipamento Social, Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, 1984

REIS, A. Matos – *Ponte de Lima no tempo e no espaço*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2000 – ISBN 972-96581-7-X

APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS, MONOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

ABREU, João Gomes d’ (coord.) – *Figuras Limianas*, Município de Ponte de Lima, 2008 – ISBN 978-972-8846-15-2

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

- AURORA, Conde d' – “O carro de bois minhoto” in *Esparsos, Raros e Inéditos do Conde d'Aurora...*, ADRIL-Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima, Ponte de Lima, 2007 – ISBN 978-989-95389-0-0
- CALHEIROS, Diogo Lopes de – “Memorial de Calheiros”, sep. do *Arquivo de Ponte de Lima*, vol. II, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1981 – ISSN - 0872-7074
- CARDONA, Paula Cristina Machado – *O perfil das Confrarias de Ponte de Lima na Época Moderna*, Série Estudos e Documentos - nº 3, Arquivo de Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2010 – ISBN 978-972-8846-06-0
- COMISSÃO DE FESTAS DAS FEIRAS NOVAS – *A Torre Velha de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, 1994
- CORTEGAÇA, Visconde de – *Pró-Ponte de Lima*, 4º Folheto, 2ª ed. (do autor), Porto, 1958
- FONSECA, Francisco Belard da – *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Fundação da Casa da Bragança, Lisboa, 1955
- GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 2ª ed. (fac-simile da 1ª ed.), Ed. Carvalhos de Basto, Braga, 1989
- GODINHO, António – *Livro da nobreza e perfeição das armas* (com introdução e direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima), Edições Inapa S.A. e Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1987
- GONÇALVES, Flávio – *Inventário Artístico da Região do Norte – III*, Série “Estudos Regionais”, nº 10, Comissão de Planeamento da Região do Norte, 1974
- GUERRA, Luís de Bivar (Leit. e Int.) - *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1972
- KINSEY, William Morgan – *Portugal Illustrated*, Londres, 1828
- LANDMANN, George Thomas – *Historical, Military and Picturesque Observations on Portugal...*, 2 vol., Londres, 1813
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1876 [ed. fac-similada, Cota d’Armas, Editores e Livradores, 1990]
- LEÃO, Duarte Nunes de – *Descrição do Reino de Portugal*, 3ª ed., Coleção Clássicos da Historiografia, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002 – ISBN 972-98766-1-4
- Livro do Armeiro-Mor* (com estudo de José Calvão Borges), col. ‘História da Cultura Portuguesa’, Academia Portuguesa da História e Edições Inapa S.A., Lisboa, 2000 – ISBN 972-8387-66-0
- LOPES, Fernão – *Chronica del rey D. Ioam I...*, 2ª parte, Lisboa, 1644
- MACHADO, A. de Sousa – *A ponte romana de Ponte de Lima*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Porto, 1962
- MARQUES, A. H. de – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 4ª ed., Sá da Costa Editora, Lisboa, 1981
- MARQUES, José – *Os Forais de Ponte de Lima*, Município de Ponte de Lima, 2005 – ISBN 972-8846-04-5
- MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I - Oposição, vol. II - Composição, col. Imprensa Universitária - 45-46, Editorial Estampa, Lisboa, 1985
- PAIVA, Maria Amélia da Silva – *Portadas na Arquitectura Civil do Concelho de Ponte de Lima: Estruturas, Funções e Significados* (Dissertação de Mestrado em História da Arte / Arquitectura Civil, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Série Estudos e Documentos - nº 4, Arquivo de Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2011 – ISBN 978-972-8846-36-7
- PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO* – Distrito de Viana do Castelo, IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993
- PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E ARQUITECTÓNICO*, PDM 2002-Plano Director Municipal de Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2002
- REIS, António Matos – *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente*, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 1997 – ISBN 972-97481-0-1

A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA

- SÃO PAYO, D. António (Conde de) – “Dois documentos anteriores à nacionalidade. Os Coutos de Paradela e Mazarefes”, in *O Archeologo Portuguez*, vol. XXVII, Lisboa, 1929
- SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses* [Dissertação de Doutoramento em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa], Coleção Arte e Património, IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1995
- SILVA, Maria Efigénia Lima Evangelista da – *A Igreja Matriz de Ponte de Lima. Monografia*. Dissertação de Licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ed. da autora (policopiada), Porto, 1971
- SOROMENHO, Miguel Conceição Silva – *Manuel Pinto de Vilalobos: Da engenharia militar à Arquitectura* (Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), ed. policopiada, Lisboa, 1991
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal no séc. XV* [Dissertação de Doutoramento em História, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa], vol. I, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1982
- VIVIAN, George – *Scenery of Portugal and Spain*, Londres, 1839

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

- ADB/UM – Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho – *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira – Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima, ordenado pelo 3º Visconde D. Francisco de Lima. 1535* (s/cota de arrumação)
- Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima – *Relação das Cazas e Bens pertencentes ao Hospital da Gafaria que foi dada a esta S^{ta} Casa da Mizericordia sua Administração pello nosso Augusto Rey o Snr. D. João 3º por Provizão datada de 16 de Junho de 1551* (s/cota de arrumação)

JOÃO GOMES DE ABREU DE LIMA

**A HEURÍSTICA
APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA**



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
PORTO – 2012**

JOÃO GOMES DE ABREU DE LIMA

**A HEURÍSTICA
APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA**



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
PORTO – 2012**

JOÃO GOMES DE ABREU DE LIMA

**A HEURÍSTICA
APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA
O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA**

(VOL. II – APÊNDICE DOCUMENTAL)

TRABALHO APRESENTADO À UNIVERSIDADE FERNANDO
PESSOA, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA E URBANISMO



VISTA DA LAPA SOBRE O LARGO DO CHAFARIZ, NA VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1860

Fotografia feita cerca do ano 1860 e atribuída ao Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra.

Presumivelmente desenhada por Nogueira da Silva e gravada por processo xilográfico, foi inserida na fl. 385 do vol. VII da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1864



O LARGO DO CHAFARIZ, NA VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1860

Fotografia feita cerca do ano 1860 e assinada pelo Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra.

Desenhada por Bernardo Lima e gravada por processo xilográfico por João Pedroso, foi inserida na fl. 117 do vol. X da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1867

ÍNDICE GERAL

VOL. I – CORPO DA DISSERTAÇÃO

ÍNDICES	xvii	
<i>PREÂMBULO</i>	1	
CAP. I – INTRODUÇÃO		
1 – A questão de fundo	3	
2 – A percepção da questão	3	
3 – Formulação da Tese	3	
4 – Metodologia e estrutura do trabalho	6	
5 – Resultados expectáveis	10	
CAP. II – A HEURÍSTICA NA REABILITAÇÃO URBANA		10
1 – Nota Prévia	11	
2 – Evolução de alguns conceitos fundamentais na análise do espaço urbano	11	
2.1 – O Património urbano	11	
2.2 – A percepção da imagem urbana	17	
2.3 – Evolução territorial e urbana	21	
2.4 – Reabilitação urbana	47	
3 – Estado da Arte	51	
3.1 – Fundamentos teóricos da Heurística	51	
3.2 – A Heurística aplicada à Arquitectura	54	
3.3 – Fontes heurísticas de referência	61	
CAP. III – ESTUDO DE CASO. A VILA DE PONTE DE LIMA		66
1 – Enquadramento territorial	66	
2 – Evolução histórica e urbana	77	
3 – Análise da estrutura urbana pelo Tombo de 1535	114	
3.1 – Generalidades	114	
3.2 – Discrepâncias entre os Tombos de 1412 e 1535	127	
3.3 – O eixo norte-sul – a rua Direita	128	
3.4 – A área central – a Praça	138	
3.5 – A Ribeira	141	
3.6 – A rua Nova	144	
3.7 – Os Açougues	148	
3.8 – O Outeiro de Selas e as Pereiras	153	
3.9 – O eixo nascente-poente – a rua velha	158	
3.10 – Os arrabaldes	163	
3.11 – Aplicação do modelo de Caniggia na vila de Ponte de Lima	164	
CAP. IV – CONCLUSÃO FINAL		166
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	180	

VOL. II – APÊNDICE DOCUMENTAL

Iconografia da vila de Ponte de Lima nos séc. XVII, XVIII e XIX (7 registos)	
Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima em 1535 (Fac-símile reduzido do original)	
Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima em 1535 (Transcrição paleográfica)	
Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima em 1535 (Quadro sinóptico)	
Esquema interpretativo da estrutura urbana da vila de Ponte de Lima a partir do Tombo das casas reguengas da vila de Ponte de Lima em 1535 (Esquema gráfico)	
Evolução da estrutura urbana da vila de Ponte de Lima a partir de 1535 (desenho)	

ÍNDICE DO VOL. II – APÊNDICE DOCUMENTAL

ICONOGRAFIA DA VILA DE PONTE DE LIMA NOS SÉC. XVII, XVIII E XIX

A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, NO SÉC. XVII

Aguarela monocromática legendada, inserida no álbum *Typis Portugaliae* [Imagens Portuguesas], conservado numa colecção particular e que se julga ter sido executado no decénio 1603-1613

VISTA DE SANTA MARINHA DE ARCOZELO SOBRE A VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1780

Prova da gravura (exemplar único) que ilustraria a descrição da vila de Ponte de Lima num dos tomos não editados da obra *Os Estrangeiros no Lima*, de Manuel Gomes de Lima Bezerra. Gravura aberta a buril por Ventura Silva, sobre desenho feito em 1780 pelo Mestre-Escola Tomás da Silva Campos

VISTA DE MERIM SOBRE A VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1818

Gravura sobre desenho do Ten. Coronel George Thomas Landemann, inserida com o nº 58 no vol. II da sua obra *Historical, Military and Picturesque Observation on Portugal ...*, publicada em Londres em 1818

VISTA DO ARRABALDE DE S. JOÃO DE FORA SOBRE A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1839

Gravura em processo litográfico, sobre desenho de autor desconhecido, inserida com o nº 22 na 1ª edição (nº 15 na reedição) do álbum de George Vivian, *Scenery of Portugal and Spain*, editado em Londres em 1839

VISTA DE ALÉM DA PONTE SOBRE A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1858

Fotografia feita em 1858 e atribuída ao Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra

VISTA DA LAPA SOBRE O LARGO DO CHAFARIZ, NA VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1860

Fotografia feita cerca do ano 1860 e atribuída ao Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra. Presumivelmente desenhada por Nogueira da Silva e gravada por processo xilográfico, foi inserida na fl. 385 do vol. VII da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1864

O LARGO DO CHAFARIZ, NA VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1860

Fotografia feita cerca do ano 1860 e assinada pelo Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra. Desenhada por Bernardo Lima e gravada por processo xilográfico por João Pedroso, foi inserida na fl. 117 do vol. X da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1867

VISTA DO CAMPO DO ARNADO SOBRE A PONTE E SANTO ANTÓNIO DA TORRE VELHA, EM 1863

Xilogravura executada por João Pedroso sobre desenho de Bernardo Lima, decalcado de fotografia anterior a 1860 e inserida com a designação

“Ponte do rio Lima”, na fl. 337 do vol. VI da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1863

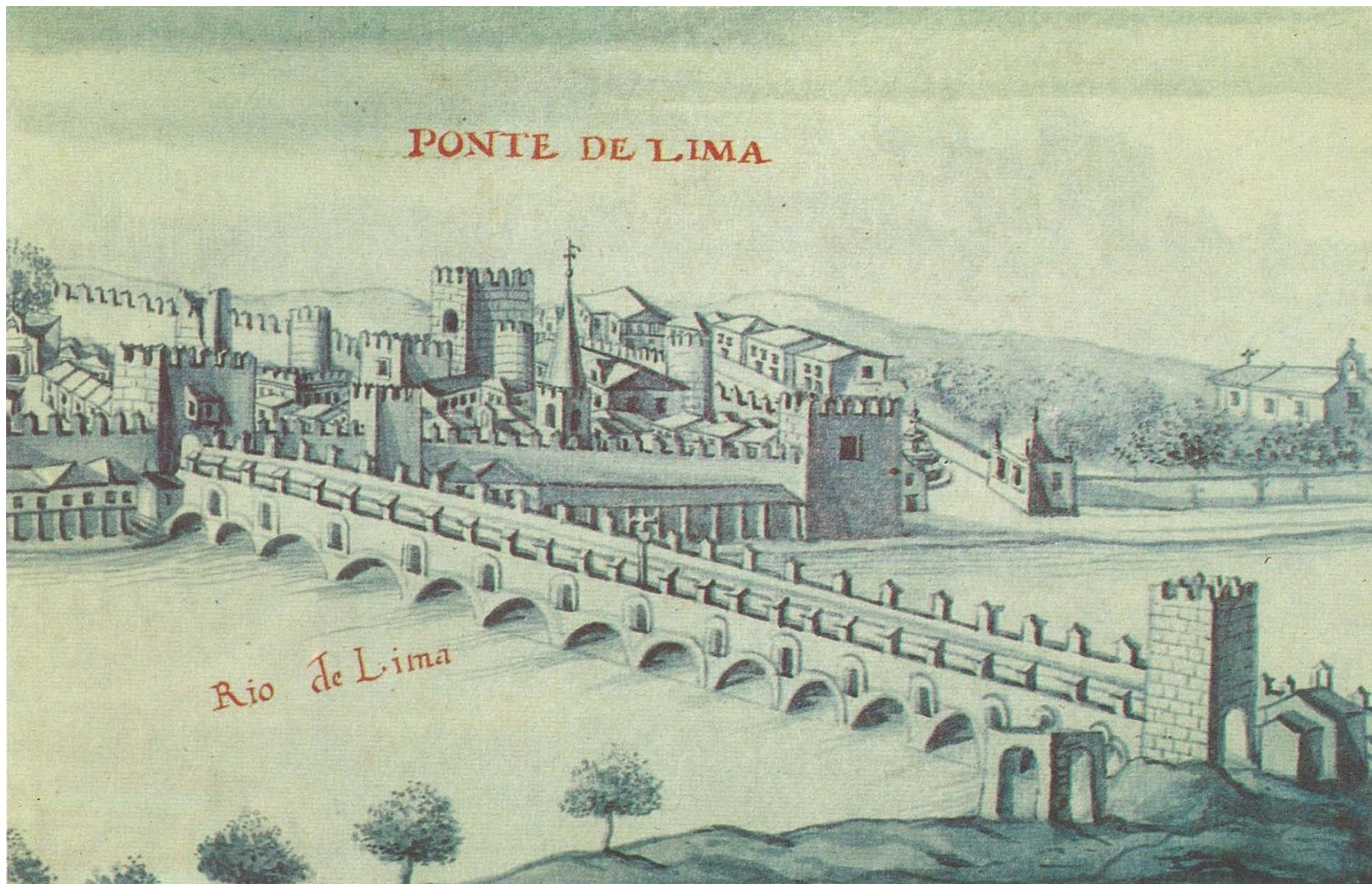
TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE LIMA EM 1535 (FAC-SÍMILE REDUZIDO DO ORIGINAL)

TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE LIMA EM 1535 (QUADRO
SINÓPTICO)

ESQUEMA INTERPRETATIVO DO TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE
LIMA EM 1535

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DA VILA DE PONTE DE LIMA A PARTIR DE 1535

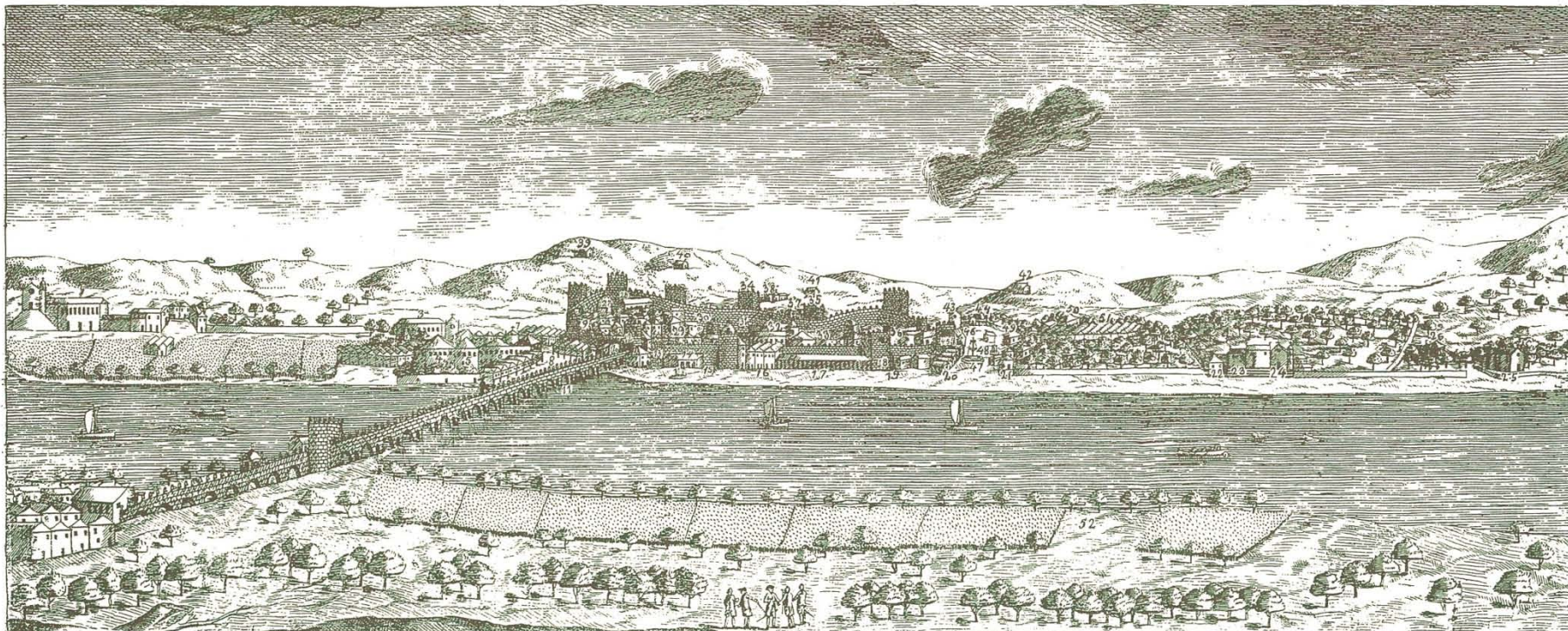
**ICONOGRAFIA DA VILA DE PONTE DE LIMA
NOS SÉCULOS XVII, XVIII E XIX**



A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, NO SÉC. XVII

Aguarela monocromática legendada, inserida no álbum *Typis Portugaliæ* [Imagens Portuguesas], conservado numa colecção particular e que se julga ter sido executado no decénio 1603-1613

VISTA SEPTENTRIONAL DE PONTE DE LIMA.



- | | | |
|---|-------------------------------------|---|
| 1 Cap. de S. Torze. | 9 Torre Santa e Cap. de S. João. | 17 Praça dos Muradores. |
| 2 Entrada da Villa da Barca. | 10 Cap. do Noz. sobre a Ponte. | 18 Torre da Cadeia. |
| 3 C. de S. João. Alvaraz de Sá. Sobr. N. Ponte. | 11 Ponte. | 19 Praça Nova e Cap. da Penha. |
| 4 C. de S. Fr. M. Percevaldo. | 12 Torre da Ponte e porta da Villa. | 20 Praça das Estalagens. |
| 5 C. de S. Fr. Delio de Barboza. | 13 Praça do Suro. | 21 e 22 Mirantes do Jardim do Visconde. |
| 6 C. de S. João. Qui. Colgado. Abade. | 14 Praça do Suro e Quinquaharias. | 23 Tgr. das Torrezas. |
| 7 Cap. de Santiago. | 15 Torre e Porta de S. Paulo. | 24 Cap. de S. Ant. dos Capuz. |
| 8 Campo de S. João. | 16 Praça Nova. | 25 Cap. de S. S. da Guai. |
| | 26 C. de S. M. Pedro de Castro | |



- | | | |
|---|--|--|
| 26 C. de S. M. Pedro de Castro. | 34 Torre e Porta de Braga. | 42 Cap. da Magdalena em Formosa. |
| 27 Cap. das Paixiras. | 35 Torre de Salvaza. | 43 M. de S. Lopo. |
| 28 C. de S. Fr. Rita Malheiro. | 36 Torre do Cast. e Pico do Visconde. | 44 Entrada da quinta da Lagoa. |
| 29 C. de S. Fr. de Barros Gavião. | 37 C. da Lagoa de S. João de Abreu. | 45 Torre e Porta do Souto. |
| 30 C. de S. Torze. Taluz. Marmoz. | 38 C. de S. Bento de V. de S. Lourenço. | 46 Cap. de S. Sebastião. |
| 31 Torre das Barras Com. da Taxa. | 39 Cap. de S. Catharina em V. de S. Paulo. | 47 Chafariz da porta do Souto. |
| 32 Tgr. Coligada da Villa. | 40 Cap. de S. Tomé e S. Agostão ali. | 48 Torre de S. Pedro. |
| 33 Tgr. e Hospital de S. M. de S. Lourenço. | 41 Tgr. de S. Jeronimo. | 49 C. da Villa de S. Francisco de S. Lourenço. |
| 34 Praça da Casaca. | | 52 Torre de S. Tomé na freg. de S. Paulo. |

Tom de Campos. pin.

Ventur. Silva. sul.

VISTA DE SANTA MARINHA DE ARCOZELO SOBRE A VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1780

Prova da gravura (exemplar único) que ilustraria a descrição da vila de Ponte de Lima num dos tomos não editados da obra *Os Estrangeiros no Lima*, de Manuel Gomes de Lima Bezerra.

Gravura aberta a buril por Ventura Silva, sobre desenho feito em 1780 pelo Mestre-Escola Tomás da Silva Campos



Porto de Lima antiently called Forum Lemnicorum Entre Douro e Minho.
London, Published 1818, by T. Cadell & W. Davies, Strand.

VISTA DE MERIM SOBRE A VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1818

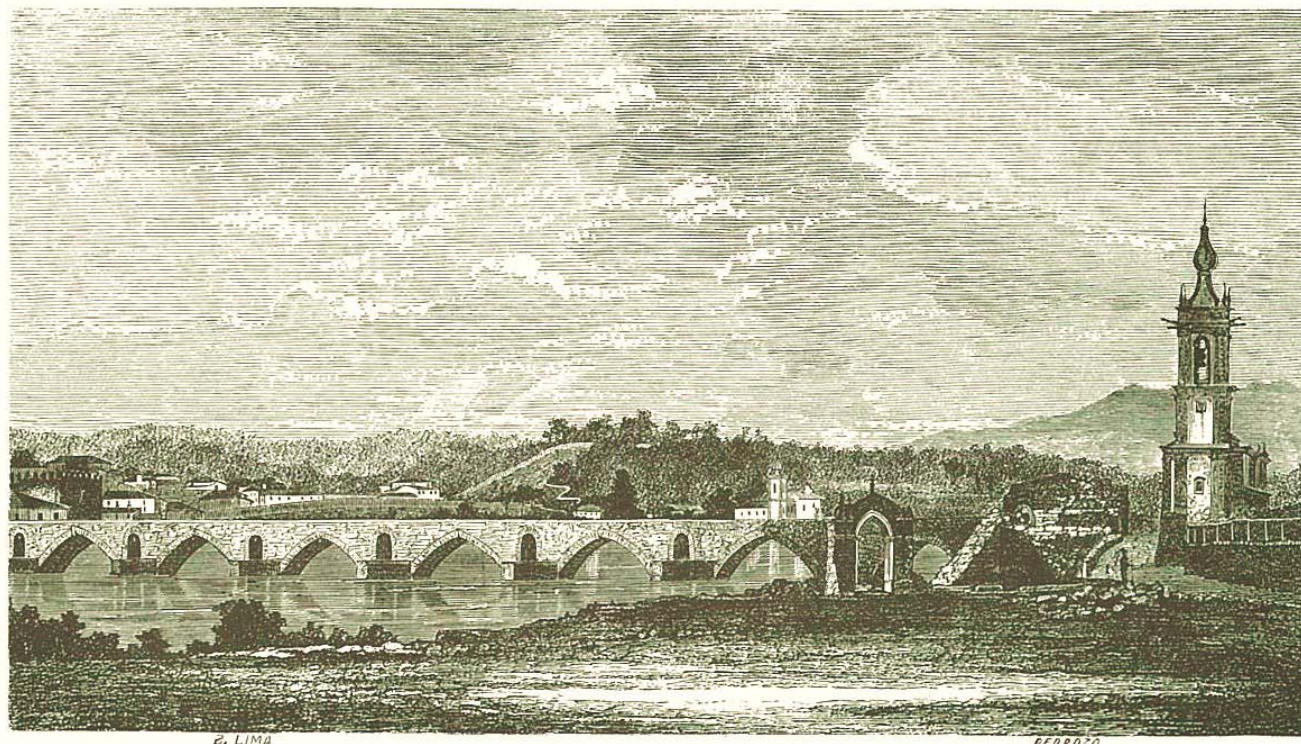
Gravura sobre desenho do Ten. Coronel George Thomas Landemann, inserida com o nº 58 no vol. II da sua obra *Historical, Military and Picturesque Observation on Portugal ...*, publicada em Londres em 1818



VISTA DO ARRABALDE DE S. JOÃO DE FORA SOBRE A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1839
Gravura em processo litográfico, sobre desenho de autor desconhecido, inserida com o nº 22 na 1ª edição (nº 15 na reedição) do álbum de George Vivian, *Scenery of Portugal and Spain*, editado em Londres em 1839

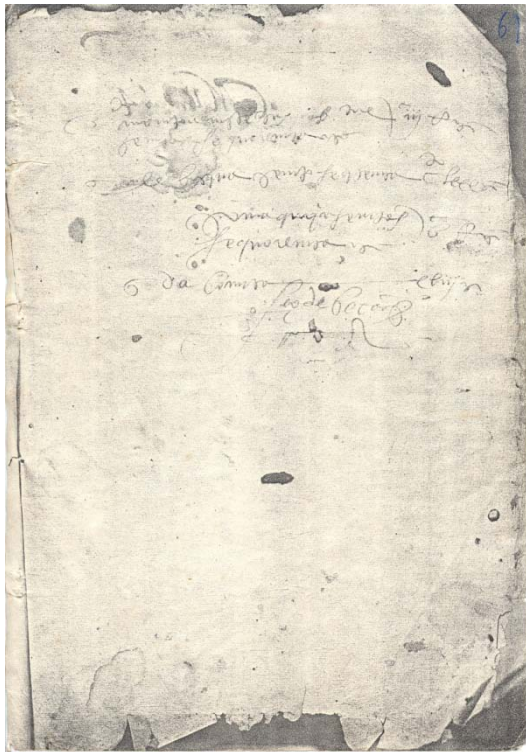


VISTA DE ALÉM DA PONTE SOBRE A PONTE E VILA DE PONTE DE LIMA, EM 1858
Fotografia feita em 1858 e atribuída ao Fotógrafo amador Antero Frederico de Seabra



VISTA DO CAMPO DO ARNADO SOBRE A PONTE E SANTO ANTÓNIO DA TORRE VELHA, EM 1863
Xilogravura executada por João Pedroso sobre desenho de Bernardo Lima, decalcado de fotografia anterior a 1860 e inserida com a designação "Ponte do rio Lima", na fl. 337 do vol. VI da revista *Archivo Pittoresco*, publicado em 1863

**TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE
PONTE DE LIMA EM 1535
(FAC-SÍMILE REDUZIDO DO ORIGINAL)**



**TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE
PONTE DE LIMA EM 1535
(TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA)**

f/ 1 Anno do nascimento de / nosso snor Ihuu Xpo de mil he / quinhentos e trinta e
cynquo anos / aos quimze dias do mes de setembro / do dito anno na Villa de pomte
de / llyma nas casas do s^{or} Dom frãõ / cisquo de lima bicomde de villa noua / de
cerueira e allcaide moor da dyta / Villa e senhor Dos Direitos reays / Della ex [sic]
por elle sor bysconde foy / Dado a mym escriuão adiamte nomeado ãm petisãõ
feita por elle ao Doutor / françisquo machado comtador da comarqua / Da dita
Villa com huã despacho e / mamdado ao pee della Do dito doutor / fram çisquo
machado comtador por / elle escrito e asynado quq todo he escry^{to} [ilegível] //

f/ 2 Sor C^{or} e qtador / Diz o bisconde q elle tem nesta Vylla / tem nesta villa [sic]
muytas casas regenguas / e outras que paguam çensos, as quais / casas e censos
delas estão per Im / quiirições nomeadas as pessoas que has / suiãõ trazer, as quais
pessoas todas / hou a mayor parte delas são falle / cidas e as ditas casas são tres /
pasadas ẽ outras pessoas mays mo / dernas, e por outros nomes segundo / Vosa
merçe Vera pela Inquiriçãõ / q ho coreguedor guomçallo diaz tirou / por mandado
del rey nosso s^{or} e por / q em elas não faça mais comfusam / da que he feyta, peço
e requeyro / a Vosa merçe que mamde reformar / os nomes das pessoas que hora
pesuem / e trazem as ditas casas e cemsos / pera declaração dos direytos reaays
/ e se saber por quem se ha de re / cadar e diso mande fazer huã / caderno que
ãde acostado a dita / Inquiriçam no que me fara jus / tiça e merçe. / Mando ao
escriuão dos cõtos / que tome o tombo omde / estao as propriedades dos /
regenguos e censos que / sua allteza tem nesta / Villa e arue as ruas //

f/ 3 Delas e pelo dito tombo re / forme os nomes das pessoas / que pesoirem as ditas
casas / a quall reformaçãõ se / fara em huã caderno a / partado no quall se fara
mencãõ / Do posuidor ãtiguõ e asy do / que achar em pose das ditas / casas ao
quall declarara / como faz esta reformaçãõ / por meu mandado e seũalç
posuidor poser nisso algãia / Duuida ou o comtradiser lhe / noteficara que Venha
logo / com elle escriuão peramte mym / a alleguar quallquer rezãõ / q tiuer de
comtradiçãõ / fr^{co} machado Doutor/

Dada a dyta petiçãõ e mamdado / do dito comtador como dito he eu es / criuão em
comprimemto delles e a / requerimemto do dito s^{or} bisconde / fui lloguo a rua de
sãõhoane q / he dentro na dita villa e asentey / e fiz tombo das casas que na dita
/ rua estão sytas e o que paguãõ / e com quem comfromtãõ e asy / em diamte nos
mais dias e ruas / da dita Villa na maneira ao diamte escrita segundo forma do dito
mandado / e por estarem as ditas casas no tonbo / e Imquiriçãõ feita ja sobre iso
q o dito / s^{or} bisconde tem em seu poder eu sobre / dito escriuão o escrevy //

fl 4 **Tº das casas da rua de sanhoane /**

¶ a casa que foi de Joane anes amado e / ora he e a pesue symão allvrez seu / jenro mostrase pagar cada ano / de çenso vimte e sete r^s segundo / confesou Ines anes mulher do dito / symão allvrez a quall casa parte / por diamte com rua pubryqua / e per de tras vay ter com ho muro / e duan das Ilharguas com casas / de joam guonçallvez de Vyanna / e da outra com casas dos erdeiros / de pero guomçalvez dioguo de sa / miguell ho escreuy e asinou por / ha dita Ines anes frãocisquo / Dias escriuão damtre o ouuidor / do byscomde a seu roguo fr^{co} dias [na margem esq^a - He de b^{or} gondim] - [na margem dir^a - xxbij r^s] /

¶ a casa q foy de Joam guomsallvez / da boqua e ora he de bastiam / guomçalluez seu filho e de / briatize anes sua madrasta q ha / pesuem mostrase pagar cada anno / de censo dezoyto r^s segumdo confe / sou o dito bastiam glz a quall casa / parte por diamte com a dita rua pu / briqua e de tras com ho rosyo que / vai pera as pereiras e duam das ilhar / guas com casas de p^o anes e de g^o anes / Dilhade e o dito bastião glz asynou / aqui dioguo de samiguell o escrevi [na margem esq^a - riscado e ilegível - He de João garçia] - [na margem dir^a - xbiij r^s] //

fl 5 ¶ a casa q foy dana da boqua e ora he / de dioguo guomçalluz cidadão que / ha pesue mostrase paguar se della / cada anno de censo vymte r^s se / gumdo confesou o dito dioguo / guomçallvez a quall casa parte / por diamte com rua pubriqua / he da traseira vay ter com ho / muro e duam das Ilharguas com / casas de herdeiros de Joam glz de / Vyanna e com casas de bastiom glz / he asinou o dito dioguo guomçalvez / eu sobredito escriuão o escreuy / - dioguo guomçalvez da mou [na margem esq^a - riscado e ilegível - He de Simão quintrº] - [na margem dir^a - xx r^s]

¶ a casa q foy de guomçalle anes / piquetos na quall ora vive e a pesue / Isabell guomçallvez mulher q foy / de francisquo guomez ferador mos / trase pagar cada ano della de / çenso vymte e simquo r^s segundo / confesou a dita ysabell guom / sallvez a quall casa parte por diante / com rua pubriqua e de tras vay / ter ao rosyo das pereiras e das ilhar / guas com casas de pedre anes e com / casa de guomçallo de melhe capat^{ro} / e asinou por ella ysabell guonçallvez / a seu roguo ho dito framçisquo / Diz eu sobredito escrivão ho / escreuy - francisquo Dias [na margem esq^a - (riscado) - Esta casa he de João Soares - 25 - xxb r^s] /

¶ outra casa q foy de guonçallo Fernão / dez de Valldeuez e ora he do dito //

fl 6 guomçallo de melhe capateiro q nela / viue e a pesue mostrase pagar / se della cada ano de çenso dezoyto / r^s segundo confesou o dito gom / çallo de melhe a qual casa parte / por diamte com a rua pubriqua e / de tras vay ter as pereyras e

das / ilharguas parte duam banda com / casas de françisquo guonçaluez / capateiro e com casas da dita Isabel / guomçalluez atras escrita e o dito / guomçallo de melhe hasinou dioguo / de samiguel ho escreui - g^o de melhe [*na margem esq^a - riscado e ilegível - he de m^{el} Carv^o*] - [*na margem dir^a - 18 - xbiiij r^s*] /

¶ outra casa q foi de dioguo allvrez / damorim e ora he do dito francisco / guomçalluez capateiro sobredito / que nella viue e a pesue he del rey / he se mostra paguarse della cada / ano por prazo noventa r^s segundo / comfeso ho dito frãocisquo gom / calluez e sua molher constança llopez a quall casa parte por diante / com rua pubrica e de tras em / testa na rua das pereiras pêra / omde tem sayda e dña das ilhargas / com casas do dito guomçallo de / melhe capateiro e dallvro Romeu / e asynou o dito frãocisquo guon / callvez e por sua molher ho dito frãocisquo Diz eu sobredito / escriuão ho escrevy - fr^{co} Diz [*na margem esq^a - he de d^{os} Alz*] - [*na margem dir^a - 90 - IR r^s*] /

¶ outra casa q foi de Joam franquo / capateiro e ora he do dito allvro //

f/7 Romeu atras escrito q nella vive e a / pesue mostrase paguarse della cada / Ano de censo vymte rs segundo / comfeso o dito allvro Romeu a quall / parte por diamte com rua pubriqua / e de tras vay ter as pereiras e das / ilharguas parte com casas do dito / frãocisquo guomçallvez e de mateus / afonso e asynou ho dito allvro Romeu / dioguo de samiguell ho escrevy - allvro Romeu [*na margem esq^a - riscado e ilegível - 20*] - [*na margem dir^a - xx r^s*] /

T^o das casas da rua da p^{orta} da ponte /

¶ as casas que forão de Joam annes / da porta da pomte e ora são de joan / allvrez mercador e sua molher margarida / llourenço são dell rey e se mostra pagar / se dellas cada ano per prazo cento / e oitenta r^s segundo comfesarão / os ditos Joam allvrez e sua molher / has quais casas parte por diante / com rua pubriqua e de tras vão ter com ho muro e ãa das ilharguas com ho dito / muro e da outra com casas que / forão desteuão roiz allmocreue / e asynou ho dito Joam alvrez / e por a molher ho dito frãocisquo / diz a seu roguo eu sobredito es / criuão o escreui - fr^{co} Diaz [*na margem esq^a - De Di^o ...*] - [*na margem dir^a - São dos herdr^{os} de João Salgado - c^{to} lxxx^{ta} r^s*] //

f/8 ¶ has casas que forão desteuão roiz / allmocreue e ora são de rodriguo est^{ez} / hou de Joam pita seus erdeiros que / ãdão em demanda sobre cujas serão / mostrase paguarem cada ano per prazo / a elrey cento e oytenta r^s segundo / comfeso o dito Rodrigo esteuez as / quais partem por diamte com rua / pubriqua e de tras com hazinhagua q vay pera ho muro e duan Ilharga / com casas de Joam allvrez e da outra / com casa dallvro anes merquadores / e asynou ho dito rodriguo esteuez / posuidor dioguo de samiguell / ho escrevy - rodriguo esteuez [*na*

margem esq^a - riscado e ilegível - São de thome l^{so} e oie de mel l^{so}] - [na margem dir^a - c^{to} lxxx^{ta} r^s] /

¶ outra casa na dita rua q foy / pero llourenco e ora he damtonyo / Diz seu Jemro mostrase pagaren / cada ano de censo setenta r^s segumdo / confesou o dito amtonio diz e sua / molher briatizeanes e partem / por diamte com rua pubryqua / e de tras vão ter nas casas de / allvro annes mercador e das Ilhargas / com casas do dito allvro annes e com / com casas da comprida e por ella asynou aquy ho dito ãtonyo diaz / e o dito framcisquo diaz a / synou por sua molher ha / seu roguo eu sobredyto / escriuão o escreuy - fr^{co} diaz [na margem esq^a - riscado e ilegível - São de g^{lo} Pr^a sapatr^o e oie de Atanzio D^{es} motta] - [na margem dir^a - lxx r^s] //

fl 9 ¶ casas que forão de rui Diaz e ora / são de rui guomçallvez cidadão / do porto mostrase paguarse dellas / cada anno Vynte r^s de censo se / gumdo o dito rui guomçallues he / caterinna fernaodez sua molher / has quais parten por diamte com rua / pubriqua e de tras com cazas de / fernão barbosa e dũa ilhargua com / ho muro e da outra com casas que / forão de louremço dãtas e esto asynou / ho dito ruy guonçalluez e por / sua molher asynou a seu roguo / ho dito framçisquo Diaz dioguo / De samyguell ho escreuy - fr^{co} / Diaz - ruy guomçallvez [na margem dir^a - 20 - são do R^{do} m^{el} Mendes. Venderãoce a l^{so} P^a tauora - xx r^s] /

¶ casas que forão de lourenco dãtas / e ora sam de tomas dabreu mostrase / paguarem cada ano de çenso cem / r^s segumdo confesou ho dito / thomas dabreu e partem por / diamte com rua pubrica e de / tras com casas de fernão barbosa / e duan ilhargua com rua pu / briqua da capatarya e da outra com / casas do dito Ruy guomçallvez / cidadão e esto asinou ho dito / tomas dabreu eu sobredito es / crivão ho escrevy - tomas dabreu [na margem esq^a - riscado e ilegível - São de D^{os} correa sapatr^o] - [na margem dir^a - 100 - c^{to} r^s] //

fl 10 Em os Vymte Diguo em os dezasete / Dias de setembro de mill e quinhentos / e trimta e cimquo anos se fez / tomo das casas seguimtes

T^o da rua da çapatarya /

¶ casas q forão de guonçallo da costa e / ora são de bertolameu glz mercador / mostrase paguarem cada ano de çenso / trinta r^s e partem por diamte com / rua pubriqua e de tras emtestão / nas pereiras e duam das ilharguas / com casas da maçeira e com casas / de dioguo allvrez do novall os quais / trimta r^s de çenso confesou pagar / cada ano o dito bertollameu guomçal / vez e asynou dioguo de samiguell / ho escrevy | o quall bertolameu / guomçallvez decrarou que ho dito / çenso era obriguado pagar diogo / allvrez de novall pellas casa em / q viue por escretura ãtre elle he / Joam de pomte eu sobredito es / crivão ho escrevy -

bertolla / meu guomçallvez [na margem esq^a - são de m^a barboza e oie de m^a rois v^a de Bastião a^o] - [na margem dir^a - 30 - xxx r^s] /

¶ casas q forão de Joam de Pomte /capateiro e ora são de dioguo / allvrez do novall mercador mostrase / paguarem cada ano de censo corenta / e oyto r^s segumdo comfeso ho dito //

f/ 11 ho dito dioguo allvrez as quais partem /por diamte com rua pubrica e da tra / seira com as pereiras e duam Ilharga / com casas do dito bertollameu glz / e com casas de guomçallo allvrz ca / pateiro e por elle asynou aquy / ho dito dioguo allvrez eu sobredito / escriuão ho escreui e dise mais ho / dito dioguo allvrez que era hobrigado / pagar pellas casas de bertollameu / guonçalluez acyma escritas setenta / r^s as quais são de pagar por as /delle dioguo allvrez da maneira q as / casas sobreditas delle dioguo alvrez / paguão cada ano cemto e dezoyto / r^s de censo e as de bertollameu / guomçallvez trimta r^s somemte / e asynou - dioguo allvrez [na margem dir^a - 118 - são de marcos glz - c^{to} xbiiij r^s] /

¶ casas q forão de guomçallo allvrez / o framco e ora são de framcisquo / Anes mercador mostrase paguarem cada / Ano de çenso vimte r^s segumdo / comfeso o dito framçisquo anes / e sua molher Joana piz e partem / por diamte com rua pubriqua e / de tras vão ter as pereiras ~~da~~ das Ilhargu as com casas de dioguo / Allvres e da outra com casas de guom / callo de baros e asynou o dito fr^{co} / anes e por sua molher a seu roguo / ho dito fr^{co} Diz Dioguo de samigel / ho escrevy - fr^{co} diaz [na margem esq^a - riscado e ilegível] - [na margem dir^a - 20 - são de B^{ar} de brito - xx r^s] //

f/ 12 ¶ casas q forão de gomçallo barbosa / e ora são de fernam barbosa seu / filho mostrase paguarem cada anno / de censo trimta r^s segumdo confeso / ho dito fernão barbosa e partem / por diamte com rua pubriqua e / de tras emtestão no muro e ãa ilhar /gua com casas de tomas dabreu e da / outra com casas desteuão roiz es / cudeiro e por elle asynou aquy / ho dito fernão barbosa eu sobre / dito escriuão ho escrevy - fer / nnão barbosa [na margem esq^a - De l^{co} Pr^a tauora] - [na margem dir^a - 30 - xxx r^s] /

¶ casas q forão do abade de burall / e ora são do dito esteuão rodriguez / escudeiro mostrase paguarem cada / Ano de censo setemta r^s segumdo / comfeso ho dito esteuão roiz / e partem por diamte com rua pu / briqua e da traseyra com ho muro / e duam Ilhargua com casas do dito / fernão barbosa e da outra com / casas de Joam piz merquador / o quall esteuão rodriguez a / synou dioguo de samyguell / ho escrevy - esteuão roiz [na margem esq^a - De l^{co} Pr^a tauora] - [na margem dir^a - 70 - lxx r^s] /

¶ casas do dito Johao Piz mercador q / forão de dioguo daugua são dell rey / e mostrase paguarem cada anno / por prazo fateosym çemto he //

f/ 13 he cimquoemta r^s segumdo comfesou / ho dito Joam piz e partem por diamte / com rua pubrica e de tras com ho / muro e dĩa ilhargua com azinhagua / q vay da rua pubrica ao llomguo / dellas pera o muro e das casas que / forão de costança malheira e da outra / com casas do dito esteuão roiz e o / dito Joam piz asynou eu sobredito / escriuão ho escrevi joam / piz e posto q digua q ho foro he çemto / e cimquoemta r^s são cemto he / oytenta e sete r^s e não yn / ... e asinou - Joam piz [na margem esq^a - De João dantas morim- riscado e ilegível] - [na margem dir^a - 187 - c^{to} lxxx^{ta} bij r^s] /

¶ casas q forão de maria afomso e / de llopo rodriguez seu marido e ora / são de marguarida llopez e paguão cada / Anno de censo cemto e doze r^s segundo / ella comfesou e partem por diamte / com rua pubriqua e de tras com rosyo / das pereyras e duam Ilhargua com / casas de guomçallo de baros e da outra / com casas dos erdeiros q forão / de Joam rodriguez, e o dito frão / cisquo diz asynou a roguo / da dita marguarida lopez dioguo / de samiguell o escreuy - fr^{co} dias [na margem esq^a - São de João Salgao de Castro e oie de Vicente Correa de puga] - [na margem dir^a - 112 - c^{to} xij r^s] /

¶ casas q forão de Joam Rodriguez / e ora são de briatize annes e maria / suas filhas e mostrase paguarem //

f/ 14 cada ano per prazo quinhentos e dez / r^s segumdo comfesou a dita brya / tize annes e partem por diamte con / rua pubriqua e de tras com as pereiras / e duam ilhargua com as casas sobre / ditas de marguarida llopez e com casas / de joam casado e esto asynou ho dito / frãoçisquo Diz a roguo da dita brya / tize annes e eu sobredito escrivão / o escrevy - frãocisquo dias [na margem esq^a - São de João Salgado de Castro e oie de Vicente Correa de puga] - [na margem dir^a - 510 - b^c x r^s] /

¶ casas q forão dafomso casado / e ora são de joam casado mercador / q nellas viue mostrase paguarem / cada anno de prazo cemto e cinco~~ta~~ ta r^s segumdo comfesou o dito / Joam casado e cezillia daraujo / sua molher e partem por diamte / com rua pubriqua e vão per de tras / ter as pereiras e dĩa Ilhargua con / casas dos erdeiros de joam rodriguez / e da outra com casas de pero guoncalluez / mercador e asynou o dito Joam casado / e o dito frãoçisquo diz por sua molher / a seu roguo dioguo de samiguell / ho escrevy - francisquo Dias [na margem esq^a - São de João Salgao de Castro e oie de Vicente Correa de puga] - [na margem dir^a - 150 - c^{to} l^{ta} r^s] /

¶ casas q forão de pero glz mercador / e ora são de maria rodriguez / sua nora e paguão cada ano de / çenso dezoyto r^s segundo se / mostra e a dita maria roiz com //

f/ 15 comfesou e partem por diamte cõ / rua pubrica e de tras vão ter as / pereyras e duam ilhargua com casas / de Joam casado e com casas de branca / glz piqueta veuva e esto asynou / o dito frãoisquo diz a roguo da dita m^a / rodriguez eu sobredito escriuão ho / escrevy - framçisquo dias [na margem esq^a - riscado e ilegível] - [na margem dir^a - são do p^e João Velho gondim - xbiiij r^s] /

¶ outras casas q estão peguadas na traseira / das sobreditas q são dallvro velho / cleriguo em q viue mostrse pagarem / cada anno per prazo coremta r^s e / são delrey segumdo comfesou ho / dito allvro velho q nellas viue he / parten por diante com ho rosyo e rua / das pereiras e tem outra serventia / per baixo per azinhagua q vay pera / a rua de sanhoane e da pomte he / duam ilhargua com o forno dout^o / de sellas e da outra com casas de / guomçallo do cabo e por elle asynou / aquy Dioguo de samyguell / ho escrevy - allvro Velho [na margem esq^a - riscado e ilegível] - [na margem dir^a - de xp^{ão} de A... - R^{ta} r^s] /

¶ as casas de bramqua g piqueta diguo / de branca glz piqueta veuva / e em que viue mostrase pagar em / cada anno de çenso cincoemta r^s / segundo ella comfesou e partem / por diamte com rua pubrica da / capataria e por de tras com has pereiras //

f/ 16 e duam Ilhargua com casas de pero glz / e com casas que forão de bramqua da fonte em que vive ãtonyo / barbosa escudeiro fidallguo e esto / asynou ho dito framçisquo diz ha / roguo da dita bramqua guomcallvez / eu sobredito escriuão o escreui - fr^{co} diz [na margem dir^a - l^{ta} r^s] /

¶ as casas q forão de bramqua da fonte / e ora são do dito ãtonio barbosa atras / mostrase paguarem dellas em cada ã / Anno de çenso oytenta e tres r^s se / gundo comfesou o dito ãtonio bar / bosa e partem por diamte com rua pu / briqua e de tras com ho forno dout^o / de sellas e dũa ilhargua com casas / da dita bramqua guomçalvez piqueta / e com casas de rodriguo annes da / codeceira capateiro e o dito ãtonio / barbosa asynou Dioguo de samy / guell ho escrevy / - ãtonio barbosa [na margem esq^a - ...De Gaspar me... São oie de Raphael de matos] - [na margem dir^a - lxxx^{ta} iij r^s] /

¶ as casas do dito rodriguo anes da / codeseira capateiro em que viue / mostrase paguarem cada ano de / censo trimta r^s segundo comfesou / ho dito rodriguo annes e parten / por diamte com rua pubrica e de / tras com o dito forno dout^o de / sellas e duam Ilhargua com ha / zinhagua q vay da dita rua pera / ho dito forno e pera a rua da ta / noaria e pereiras e da outra //

- f/ 17* com casas do dito ãtonio barbosa e o / dito rodriguio annes asynou eu / sobredito escriuão ho escrevy - ro / rodriguio annes [*na margem dir^a - xxx r^s*] /
- ¶ as casas q forão de llopo malheyro ho / Velho e ora são de nicollao llopez / mostrase paguarem cada ano de / çemso oytemta r^s segumdo / comfesou caterina Vaaz sua mulher / e Joam piz seu pay della e parten / por diamte com rua pubrica e de tras / com ho muro e dda ilhargua com / azinhagua que vay da dita rua ao / llonguo dellas pera o muro e da outra / com casas de Jorgue pereira e o / dito Joam piz asynou e pella sobre / dita sua filha o dito framcisquo diz dioguo de samiguell ho escrevy - Joam piz [*na margem esq^a - riscado e ilegível - 80*] - [*na margem dir^a - ...lourenço Pr^a marinho - lxxx^{ta} r^s*] /
- ¶ cazas q forão de pero de llanheses / e ora são de seu Jemro framçisco / Annes capateiro e que nellas viue / mostrase paguarem cada ano de çenso / cemto e coremta r^s segundo / comfesou o dito framcisquo anes / as quais partem por diamte com / rua pubrica e de tras com ho / dito forno sobredito e duan //
- f/ 18* Das Ilharguas com azinhagua sobre / dita que vay pera o dito forno / dout^o de sellas e dda outra com casas / de caterina allvrez e o dito frõcisco / Annes asynou eu sobredito escriuão / ho escrevy - framcisco annes [*na margem esq^a - riscado e ilegível - São de Ant^o dias sapatr^o (riscado)*] - [*na margem dir^a - São de Sebastião A^o e oie são de D^{os} da Costa sapatr^o - 140 - c^{to} R^{ta} r^s*] /
- ¶ casas q forão dallvro gill e ora são de / caterina allvrez sua filha mostra / se paguarem cada ano de censo de / zoyto r^s segundo comfesou a dita / caterina allvrez e partem por / diamte com rua pubrica e de tra / seira com ho dito forno e rua da / tanoaria e dda Ilhargua com casas / do dito framçisco annes capateiro / e com casas de llopo malheiro comen /dador em que viue guomçallo allvrez / cleriguo e por a dita caterina all / vrez asynou a seu roguo ho dito / framcisquo diz Dioguo de samigell / ho escrevy - framcisquo diz [*na margem esq^a - São de Ant^o fr^{co} e oie de D^{os} fran^{co}*] - [*na margem dir^a - xbiiij r^s*] /
- ¶ a casa q foy de Jorge Da fomte / e ora são do dito llopo malheyro / sobredito em que viue o dito guonçallo / allvrez cleriguo mostrase pagarem / cada anno per prazo fateosym / cemto e çimquoemta r^s seg^{do} / comfesou ho dito llopo malheiro / as quaes partem por diamte com rua //
- f/ 19* com rua pubrica e de tras com ho / dito forno e tanoaria e dda Ilharga / com casas da dita caterina allvrez e / com casas de pedreannes denxyo mer / quador e o dito llopo malheyro asynou / eu sobredito escriuão ho escrevy e por / ao tempo do asynar o dito llopo ma / lheyro ser ausemte asynou frão / çisquo diz que estaua presente /ao tempo q elle comfesou ho sobre / dito framçisco diz - llopo

malheiro [na margem esq^a - riscado e ilegível - São de bastião A^o - São de Ant^o diz sapatr^o] - [na margem dir^a - 150 - c^{to} |^{ta} r^s] /

¶ ho chão da escada das casas do dyto / lopo malheiro que esta de fora / dellas e he de pedra mostrase pa / guar cada ano de prazo fateozin / delle oytenta r^s segundo comfe / sou ho dito llopo malheiro e parte / a dita escada com a rua pubrica e / Dũa Ilhargua com a Ilhargua das / mesmas casas e da outra com ho / rosyo q esta peguada com ellas do / Dito llopo malheiro asinou dioguo / De samyguel o escrevy e por ao / tempo do asynar o dito llopo malheiro / ser ausemte asynou por elle fr^{co} / Diz por estar presentemte ao tempo / q se pasou ho sobredito - frão / cisqu Diz - llopo malheyro [na margem esq^a - riscado e ilegível - o R^{do} lopo malh^o] - [na margem dir^a - lxxx^{ta} r^s] /

¶ as casas q forão de Joam allvrez / coyrao e ora são de Jorge meirelles //

f/ 20 em que viue e mostrase paguarem cada / Anno de censo vymte r^s segumdo com / fesou o dito Jorgue meirelles e sua / molher llianor velha e partem por diante / com rua pubrica e dũa Ilhargua / com casas dallvro piz carnyçeiro e / da outra com casas desteuão vaaz / e de tras vão ter azinhagua que / vay pera o muro e o dito Jorgue / meirelles asynou eu sobredito es / criuão ho escreui e o dito framçisco / diz por sua molher o quall çemso / dise o dito Jorgue meirelles que era / somente da traseira das ditas casas / q partem com o dito allvro piz / carnyçeiro e emtestão e tem ser / ventia pera o rosyo de tras de que / paga ho dito censo - framçisco / Dias - Jorge meirelles - Jorge Meireles [sic] [na margem esq^a - Lucas de ... oie de pelonia soltr^a confeiteira] - [na margem dir^a - xx r^s] //

¶ casas q forão de Joaneannes cerqueira e / ora são de seu filho dioguo anes / cleriguo em que viue mostrase / paguarem cada ano per prazo q / dellas tem trezentos r^s segumdo / tudo comfesou ho dito dioguo anes / e partem per diamte com rua pu / brica e de tras vão ter pera / a rua dos mercadores na traseyra / das casas de framcisqu Soarez / o quall prazo dise ser fateosym / e dũa Ilhargua com rua dos mercadores / e da ribeira e o dito dioguo anes asinou / dioguo de samigel o escreui - d^o anes [na margem esq^a - riscado e ilegível - P^o Lopes serieiro - eran de Iignes Pinta caza de Bertianos] - [na margem dir^a - 300 - iij^c r^s] //

f/ 21 ¶ as casas q forão de martim glz / allmocreue e ora são de seu Jenro / frãocisqu de crasto paguase delas / cada ano de censo treze r^s segumdo / comfesou mecia diz tendeyra que / nellas viue da mão do sobredito os / pagar e partem por diamte com rua / pubrica e de tras vão ter na tra / seira das casas de marcos diaz que / forão de guomçallo allurez cleriguo / e duam das Ilharguas com casas / do dito dioguo anes cleriguo ha / tras escrito e com casas que forão / de guomçalleannes allmocreue e / ora sam dana rodriguez sua / filha e o dito

francisquo diz a / synou por a dita mecia diz a seu roguo/ eu sobredito escriuão ho escrevy - francisquo Dias [na margem esq^a - riscado e ilegível] - [na margem dir^a - 13 - xiiij r^s] /

¶ a casa q foy de guomcallo annes all / mocreue em que ora viue a dita / ana guomçallvez [sic] sua filha pagão / cada ano per prazo trezentos e se / semta r^s segundo comfeso ha dita ana guomçallvez e são delrey / partem por diamte com rua pu /brica e de tras emtestão nas / traseiras das casas do dito marquos / diz e dũa ilhargoa com casas do / dito francisquo de crasto e da outra com casas de Jacome glz / capateiro asynou o dito frãõ //

f/ 22 cisquo diz a roguo da sobredita ana / guomçallvez dioguo de samiguel / ho escrevy estas casas são de frãõ / cisco diz per prazo nouo de que ha / de pagar cada huñ anno os ditos / trezentos e sesemta r^s e hũa gua /llinha e por verdade asynou a / quy - frãõcisquo dias [na margem esq^a - riscado e ilegível - ... R^{do} João de puga oie de Ant^o da Cunha oie do R^{do} fran^{co} Correa da Cunha] - [na margem dir^a - 360 - riscado e ilegível] /

¶ casas q forão de dioguo afomso / allmocreue e ora são de vasco mendez / paguão cada ano per prazo trezentos / e coremta r^s e são delrei segundo / comfeso o dito vasco mendez e par / tem por diamte com rua pubrica ~~estam~~ estam por de tras com casas do dito / vasco mendez e de Joam guomcalluez / mestre que estão na rua dos mer / cadores e dũa Ilhargua com casas / dana guomçallvez sobredita / e com casas de llouremço roiz mer / quador e o dito vasco mendez ha / synou aqui eu sobredito escriuão / ho escrevy - vasco mendez [na margem esq^a - riscado e ilegível - forão de Ant^o Roiz e são de João de azevedo sirieiro] - [na margem dir^a - 340 - riscado e ilegível] /

¶ casas q forão dallvro Diz tabalião / e ora são de francisco llourenço / mercador e paguão cada ano de çenso coremta e oyto r^s seg^{do} / elle francisco llouremço e sua //

f/ 23 molher comfesarão e partem por diãte / com rua pubrica e de tras emtestão / com casas de ãtonio de llemos cle /rigo e duam Ilhargua com casas / de bertollameu roiz e com azinhaga / que esta ãtre ellas e a casa des / teuão piz saralheiro que vay ao / llomguo ter pera a porta travesa / da ygreja e o dito francisco llou /remço asynou e por sua molher ho / dito francisco diz dioguo de sa / myguell ho escrevy /- fr^{co} Diaz [na margem esq^a - ...do Pe Bernardo Paços adiente outro asento q ajusta ...q paga q são os 6 r^s] - [na margem dir^a - Rbiiij r^s - 48] /

¶ as casas dastallajem q forão des /teuão annes marão e ora são de / sua molher Isabell annes são / Dellrey e paguão cada anno per / prazo seis cemtos r^s segundo / ella Isabell annes comfeso e par / tem por diamte com rua pubriqua / e de tras

vão ter com casas do / frade allmocreue e ~~da~~ Ilhar / gua com casas de briatiz diz / quimteira e da outra com a rua / pubrica q vay pera a porta do / postiguo e por a sobredita ha / synou o dito frãocisco diaz / a seu roguo eu sobredito es / crivão ho escrevy - framcisco dias Diaz [na margem esq^a - são de P^o de crasto, e m^{el} Ribr^o e cada hũ paga 300] - [na margem dir^a - bj^c r^s - 600] //

fl 24 ¶ a casa q foy dallvro diz allmocreue / e ora são de Justa guomçallues e / paguão cada anno de censo coremta / e oito r^s segumdo ella comfesou / e partem por diamte com rua pu / briqua e de tras emtestão com as / casas do frade allmocreue e my /sericordia eũd IL hargua com casas / da dita briatiz diz quimteira veuva / e da outra com o rosyo dãte ha / porta da ygreja e misericordia / e por ella Justa guomçalluez / asinou a seu roguo ho dito / frãocisco diz dioguo de samigel / ho escrevy - framcisco diaz [na margem esq^a - he de m^{el} Roiz] - [na margem dir^a - Rbiiij r^s] /

¶ casas q forão de Joam da bouca / allmocreue e ora são desteuão piz / saralheiro que nellas viue pa / guão cada ano de censo coremta / r^s segumdo comfesou o dito esteuão / piz e partem por diamte com rua / pubrica e ~~da~~ ilhargua com a / zinhagua que esta entre ellas e / as casas de fr^{co} louremço tudo atras / nomeado e da outra com rosyo que esta / entre ellas e a ygreja e de tras vão ter / com casas de ãtonio diz de lemos clerigo / e o dito esteuão piz asynou aqui eu / sobredito escriuão o escreui - esteuão piz [na margem dir^a - R^{ta} r^s] //

fl 25 Em Vymte dias de Set^o do dito ano / se fez tombo das casas seg^{tes}

T^o das casas da Rua dos mercadores /

¶ dum pequeno De chaão q se diz estar / em pardieiro que marcos diz tomou / com outro mais chaão em que ora / fez sua casas do quall pedaço / de chaão se paga cada anno de censo / vinte r^s o quall chaão e casas / partem com rua pubriqua por / diamte e duam ilhargua com rua / q vay ao llonguo das ditas casas / e das dines pimta pera a tanoaria / e da outra com as mesmas casas / o quall chaão dise o dito marquos / Diz que seria de comprido de / tres varas e huũ pallmo pouco / mais ou menos e damcho huũa / vara e delle paguaua hos ditos / vymte r^s como dito he e asynou / Dioguo de samiguell o escrevy - marquos Dias [na margem esq^a - Paulo de mello de S. payo] - [na margem dir^a - 20 - xx r^s] /

¶ as casas que forão de guomçallo all / vrez o verde clerigo e ora são / do dito marcos diz paguão cada / Anno de censo treze r^s segumdo //

fl 26 comfesou o dito marcos diz e partem / por diamte com rua pubrica e / detras emtestão com casas de fr^{co} / de crasto e das ilharguas com casas / de joam

guomçallues mestre e de / frãocisco soares e o dito marcos / Diz asynou eu sobredito escriuão / ho escreuy - marcos diz [na margem dir^a - 13 - xiiij r^s] /

¶ casas q forão de pero do reguo / e ora são de guomçallo diz malheiro / paguão cada anno de censo vimte / e sete r^s segumdo comfesou / ho dito guomcallo diz e partem por / diamte com rua pubrica e de tras ~~testam~~ testam com a traseira das casas / de Ines pimta em que viue Joam / devora e das ilharguas com casas / de frãocisco soares e de Ines / vaaz veuva molher q foy de g^o / mendez e o dito guomçallo diz / asynou dioguo de samyguel / ho escrevy - gomçallo diaz [na margem dir^a - 27 - xxbij r^s] /

¶ casas da dita Innes Vaaz Veuva / ẽ que nellas viue e paguão cada / Anno dellas de çenso vymte / e sete r^s que comfesou a dita / Innes vaaz e partem por diamte //

f/ 27 com rua pubrica e vão ter per de / tras pera omde tem saida defronte / das casas de symão llopez na rua / da bramcaria e das ilharguas com / casas sobre ditas do dito guonçallo / Diz e com casas de jeronimo piz ta / ballião em que viue a molher que / foi damtonio de soure e por a / sobredita Ines vaaz asynou / ho dito framcisco Diz a seu rogo / eu sobredito escrivão ho escreuy / - framcisquo dias [na margem dir^a - 27 - xxbij r^s] /

¶ casas em q vivia llopo fellgueira / e viveo martim do reguo que ora / são de duarte fernãodez mercador / e paguão cada ano de çenso çento / e coremta r^s segundo comfesou ho / dito duarte fernãodez e partem / por diamte com rua pubrica / e de tras emtestão com casas / de guomçallo guomçallvez ataq^o / e dũa Ilhargua com ho dito gom / çallo guomçallvez e com casas / de vasquo mendez e o dito duarte / fernãodez asynou dioguo de / samiguell o escrevy - duarte frz [na margem esq^a - do Abb^e P^o de Amorim Calhr^{os}] - [na margem dir^a - 140 - c^{to}R r^s] /

¶ as casas de Vicente allvrez cação / morador em valldevez são delrey / e paguão cada anno per prazo //

f/ 28 trezentos r^s segumdo comfesou a / fonso fernãodez barbeiro que nellas / vive e as pesue da mão do dito vicente / allvrez e por elle os pagar cada ano / e partem por diamte com rua pubrica / e de tras vão ter com as casas de / framcisco llopez remdeiro e dũa / Ilhargua com casas de guomçallo / diz malheiro e da outra com casas / do dito jeronimo piz taballião em / q viue a molher q foy dãtonio de / soure e asynou o dito afomso / fernãodez posuidor eu sobredito / escriuão ho escrevy - afonso frz [na margem esq^a - R^{do} P^o de Amorim Calh^{os} - 300] - [na margem dir^a - iiij^c r^s] /

¶ casas q forão de guomçallo afomso / allfaiate e ora são de guomçallo / guomçalluez ataqueiro e paguão / cada anno de censo coremta e oyto / r^s segundo comfesou o dito / guomçallo guomçalluez e partem por / diamte com rua pubrica e

de tras / com casas de llourenco roiz q vão / pera a ribeyra e das Ilharguas / com casas do dito duarte fernãodez / atras nomeado e com casas de Fernão / llopez cidadão e asynou o sobre / dito e por sua molher ho dito / framçisco diz a seu roguo / Diogo de samiguel ho escrevy - fr^{co} diz [na margem esq^a - riscado e ilegível - 48] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - Rbiiij r^s] //

f/ 29 ¶ casas em q soia de viver martim do / reguo e ora são de fernão llopez cy / dadão e paguão cada anno de censo / coremta e oito rs segumdo comfesou / ho dito fernão llopez e partem / por diamte com rua purbrica e / de tras emtestão com casas de / frãocisco llouremço e duan ilhargua / com outras suas mesmas casas / em que elle viue e da outra com / casas do sobre dito guomçallo / guomçalluez e asynou ho dito / fernão llopez eu sobredito escriuão ho escrevy - Fernão llopez [na margem esq^a - riscado e ilegível] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - 48 - Rbiiij r^s] /

¶ casas de guomçallo diz malheyro q são / da capella de martim furtado / ẽ que elle guomçallo diz vive e / paguão cada anno de censo sesemta / e sete r^s segundo elle guomçallo / diz comfesou e partem por diante / com rua pubrica e da traseyra / emtestão em outra casa da dita / capella e duam ilhargoa partem / com rua pubrica da triparya / e da outra com casas do dito Viçente / Allvrez cação e o dito guomçallo / diz asynou Dioguo de samyguel / ho escrevy - guomçallo dias llopez [na margem esq^a - riscado e ilegível - He de ... marinho] - [na margem dir^a - lxbij r^s] /

Em os vimte e dous dias de setebro do / dito ano se fez tombo das casas / seguintes //

f/ 30 **Tº das casas da Rua da praça /**

¶ as casas que forão de pero corea / e ora são de llianor allvrez sua molher / paguão de censo cada ano vymte e / sete r^s segumdo ella llianor allvrez / comfesou a partem por diamte com / rua pubrica da praça e de tras com / ho esprital e dũa Ilhargua com ho / rosyo da mesiricordia e da outra com / casa de duarte piz tosador e por / a sobredita asynou o dito frãocisco / diz a seu roguo eu sobredito escriuão ho escrevy - frão / çysco Dias [na margem esq^a - 27] - [na margem dir^a - xxbij r^s] /

¶ a casa que foy de Joam afonso capa / teiro e ora he dafonso annes seu / filho e pagua cada anno de censo / vymte e oito r^s segumdo comfesou / bastião carualho que nellas vive / e a pesue da mão do dito afonso annes / as quais partem com rua pubrica / por diamte e de tras vão ter ao / muro e duan ilhargua com casas de / pedreannes de cerueyra e com / casas de pedreannes allmocreue e o dito bas / tião carualho asynou dioguo de samiguel / o escrevy e por ao tempo do asynar ho /

dito bastião carualho ser falecido a / synou o dito framcisco diz presentem / quem
comfesou ho sobredito - fr^{co} diz [na margem esq^a - 28] - [na margem dir^a - xxbij r^s]
//

f/ 31 ¶ a casa que foy de guomçallo Roiz / capateiro e ora he damtonio glz sa / ralheyro
seu filho paguara do anno / do censo vimte r^s segumdo confesou / pedreannes
annes [sic] barbeiro que nellas / viue da sua mão e a pesue e partem / por diamte
com rua pubrica e de tras / com ho muro e das ilharguas com / casas de pero
fernaodez allmocreue / e com casas de pedre annes doliueira / em que viue /
ãtonio piz Jemro do / sobredito e o dito pedre annes bar / beiro asynou aquy eu
sobredito es / criuão ho escreuy esta casa era / toda hũa e se repartiu em duas /
moradas e ãa morada e de pedre / annes doliueira e outras do dito ãtonio
guomçalluez e paguão cada / hua dellas dez r^s de censo e asy / narão ho dito
pedre annes doliueira / pedre annes doliueyra [na margem dir^a - 20 - xx r^s] /

¶ a casa que foy de vasco Roiz e ora he / de sua molher caterina llopez paga / cada
anno de çenso coremta e oyto / r^s que omfesou a dita caterina / llopez e partem
por diamte com / a praça e rua pubrica e de tras / com emxido das casas de
bernaldo / diaz e das casas e diguo e das / Ilharguas com casas de louremço roiz
/ e de joam glz tiçam em que vive grabiel / roiz tosador e por a sobredita asynou
/ a seu rogo o dito fr^{co} diz Diogo de Samiguel / o escrevy - fr^{co} Dias [na margem
esq^a - m^{el} fiuza] - [na margem dir^a - Rb [sic] r^s] //

f/ 32 ¶ huã pardieiro q se ora ergueo ẽ casas

¶ a casa que foy de llianor miz veuva / e ora são de joam guomçallvez capa / teyro
dallcunha tição paguão cada / anno de çenso cemto e vymte e quatro / r^s segumdo
comfesou o dito Joam glz / e partem por diamte com rua / pubrica da praça e de
tras com / ẽxido do dito bernaldo dias e das / Ilharguas com casas de vasco roiz
/ e ora são de sua molher e com casas / de Joam lleytão diguo de Joam ãtão /
mercador e o dito Joam guomcallvez / asynou dioguo de samiguell / ho escrevy -
Joam guomcallvez [na margem dir^a - he de fr^{co} ... sirgueiro - 124 - c^{to}xxiiij r^s] /

¶ a casa que foi de bertollameu dyz / e ora he do dito Joam ãtão mercador / e
pagoa cada anno de censo trimta / e seys r^s segumdo comfesou ho dito / Joam
ãtão e parte por diamte com rua / pubrica da praça e de tras com / ho dito
emxido de bernaldo diz e das / Ilharguas com casas do dito ber / naldo diz e do
dito Joam ãtão eu / sobredito escriuão o escreui - Joam ãtão [na margem esq^a -
36] - [na margem dir^a - xxxbj r^s] //

f/ 33 ¶ as casas que forão de lluis de meireles / e ora são de llianor nunez molher que /
foi de duarte pereira e de seus filhos / e paguão cada anno de semso sesemta / e

seys r^s segumdo ella comfesou / e partem por diamte com rua pubrica / da praça e de tras vão ter ao forno / de jorgue meirelles e das Ilharguas / com casas do dito bernaldo diz e com / casas que forão de pedro homem / em que viue manuell homem seu / filho e asynou por a sobredita lianor / nunez o dito framcisco diaz a seu / roguo dioguo de samigell ho escreui - frãocisco dias [na margem esq^a - São de m^{el} mendes barq^o] - [na margem dir^a - lxbj r^s] /

¶ as casas dama [sic] da barba são delrei / e paguão cada ano per prazo do / zentos r^s segumdo comfesou os / pagar cada anno symão pires / mercador que nellas viue e as / pesue e partem por diamte com / rua pubrica da praça e de tras / com a zinhagua que vai pera ha / rua noua e das Ilharguas com / casas de lluis omem comendador / de fornellos em que viue Joam / tomas e com casas que forão de / pedro homem sobreditas e asinou / o dito symão piz eu sobredito / escriuão o escreui - Simão pires [na margem esq^a - 200 - de g^o de Amorim e tem Prazo feito ao depois do tombo por q paga. São cem r^s] - [na margem dir^a - ijc r^s] //

f/ 34 ¶ casas que forão de guomcallo diz bes / teiro e ora são de briatiz allvrez molher / q foy de pedrallvrez e seus erdeiros / são dellrey e paguão cada ano per / prazo dozentos e vimte e cinco rs / segumdo ella e seu filho dioguo / piz comfesarão paguarem e partem / por diamte com a rua pubrica da / praça e de tras vão ter a zinhagua / sobredita que vay pera a rua noua / e das Ilharguas com casas dama da / barba e com casas que forão de duarte / fernãodez e ora são dairez Sanches / e por a sobredita asynou o dito frão / cisco diz a seu roguo e o dito diogo / piz dioguo de samiguell o escrevy / asyno por minha mão - Dioguo piz [na margem esq^a - riscado e ilegível - De Ant^o Frz nobrega. São de João de olvr^a] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - ijc^cx^b r^s] /

¶ casas que forão de ferdeannes [sic] mercador / e ora são de framcisco Soares / Soares [sic] e paguão cada anno de censo / sesenta r^s segumdo comfesou / o dito framcisco Soares pagar / e partem por diamte com rua pu / brica da praça e de tras com azi / nhagua sobredita e das Ilharguas / com casas sobreditas do dito Ayres / Sanchez e com casas de llopo fel / fellgueyra [sic] e também da traseira / com ho forno q foy dalluro / malheiro e o dito framcisqu / Soares asynou eu sobredito / escriuão ho escrevy [na margem esq^a - riscado e ilegível - São de madalena l^{sa}] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - lx r^s] //

f/ 35 ¶ as casas que forão de caterina allvrez / e ora são de lopo fellgueira são delrey / e paguão cada anno per prazo dozentos / r^s segumdo comfesou pagar ho dito / llopo fellgueira e partem por diamte / com a dita praça e de tras vão ter as / casas da bagulha e das Ilharguas / com casas do dito framcisco Soares e com / a rua pubrica do souto e o dito llopo / fellgueira asynou dioguo de samigel / o

escreui os quais dozentos r^s paga / somente da metade dellas comtra a / praça
por a outra metade ser da ga / faria - llopo fellgueira [na margem esq^a - riscado e
ilegível - São de P^o de mag^{es}] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - ij^c r^s] /

¶ casas em que soy a viver fernão guom / çalluez cristão nouo que ora são /
damtonio llopez filho de dioguo lopez / tabaliam em as quais viue Afonso / diz
mercador paguão cada anno de censo / coremta e quatro r^s segundo / confesou
paguar ho dito afonso / diz posuidor e partem por diamte / com rua pubrica da
dita praça e de / tras emtestão nas casas do abade / de calheiros em que viue
llançarote / de baros e das ilharguas com casas / de Justa llouremço veuva e com
ha / rua pubrica de carazedo e por elle / asynou aquy ho sobredito afonso / Dias
eu sobredito escrivão ho / escrevy - afonso Dias [na margem esq^a - riscado e ilegível
- de g^{lo} mendes de britto] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - 44 - Riiij r^s] //

f/ 36 ¶ casas em que forão de rodriguio allvrez / dos picouços e ora são da mulher que /
ficou de joam de campos e de seus / filhos erdeiros e paguão cada anno / de
çenso oitenta e oito r^s segundo / confesou guarçia llopez calheiros / titor dos
filhos da sobredita e seu / cunhado e partem por diamte com / a rua pubrica da
traseyra da / Igreja e de tras vão ter ao enxido / seu que esta peguado com o
das casas da mai de dom pedro e das / Ilharguas com casas da dita may / de dom
pedro e com casas de dioguo / Dias das pereiras em que viveo ma / noell daraujo
Juiz de fora e a / synou ho dito guarçia llopez dio / guo de samiguell ho escreuy
[na margem esq^a - são oie do l^{do} P^o da Costa] - [na margem dir^a - são de d^{os} Velho de
barros - 88 - lxxxbiij r^s] /

¶ as casas que forão de dioguo roiz / e ora são damtonio diz de llemos / cleriguio
paguão cada anno de / censo coremta e oyto r^s segundo / confesou ho dito
amtonio diz e partem por diamte com ha rua pu / brica da ylhargua da ygreja / e
samcristia della e da traseyra / com casas de fernão llopez cidadão / e asy dũa
das Ilharguas e da / outra ilhargua com casas de fr^{co} / llouremco merquador e
azinhagua / que esta peguada com ellas / e o dito ãtonio diz asynou e eu

f/ 37 sobredito escrivão ho escrevy e por / ao tempo do asynar ho dito ãtonyo / de
llemos ser ja fallecido asynou / framcysquo diz presentem quem com / fesou ho
sobredito - fr^{co} dias [na margem esq^a - 48] - [na margem dir^a - Do P^e Bernardo de Pasos
- Rbiij r^s] /

R^o das casas da Rua Nova /

¶ a casa que foi de gill llouremco / e ora he damtonio llopez syr /gueiro seu jenro
e ysabell / llouremço sua mulher são dellrey / e paguão per prazo cada ano
dozentos / e vymte e cymquo r^s segundo com / fesarão os sobreditos e partem /
por dismtte com rua pubrica e / de tras emtestão com casas que / forão de

martim afomso e das / Ilharguas com casas de rodriguu / esteuez e com casas
que forão / de pero de pomte e o dito ãtonio / llopez asynou e por sua molher /
ho dito framcisco diz dioguo de / samyguell ho escrevy - frão / cisquu Dias - ãtº
llopes [na margem esqª - De bras falcão] - [na margem dirª - riscado e ilegível] /

¶ a casa que foi de guomçallo Vaaz / e ora he de sua molher e de mar / çall vaaz
seu filho que nella / Vive e paguão cada anno de censo //

fl 38 do emxido dellas cymquo rº segumdo / confesou o dito marçall vaaz he / partem
por diamte com rua pubrica / e per de tras contra emxido que vai / ter ao muro e
das ilharguas com / casas de briatiz allvrez molher que / foi do dito gill llouremço
e com / casas de Lopo vaaz mercador e asynou / o dito marçall vaaz eu sobredito
es / criuão ho escrevy ho quall censo / do emxido somente das ditas casas / Eu
dioguo de samiguell ho escrevy / - marcall vaaz [na margem esqª - Rocha] - [na
margem dirª - riscado e ilegível - b rº] /

¶ as casas que forão de Joam dolly / veira e ora são de pedre annes dem / xio
paguam cada anno de censo trinta / e seys rº segundo confesou pagar / ho dito
pedre annes e partem por / diamte com rua pubrica e de tras / com ho emxido do
dito marçall vaaz e sua mai e das ilharguas com as casas dos sobreditos marçall
vaaz / e sua may e com casas dafomso / ãtão mercador e o dito pedre annes /
asynou dioguo de Samiguel ho escrevi - pºanes [na margem esqª - 36] - [na margem
dirª - foi de bras Rebello - riscado e ilegível] /

¶ a casa que foi de pero de pomte e ora / he de seus herdeiros e paga de / censo
cada ano corenta rº se / gumdo confesou llianor piz / que ora tem as ditas casas
//

fl 39 e pesue e partem por diamte com / rua pubrica e de tras emtestão / com a
zinhagua que vay pera as / casas de martim afomso e fer / não piz merquador e
das ilhargas / com casas de rui cerqueira e de / ãtonio llopez sirgueiro e por ha /
dita llianor piz asynou o dito / framcisquu diz a seu roguo / eu sobredito escriuão
ho escrevi / - framcisquu dias [na margem esqª - 40] - [na margem dirª - esta Caza
pellas confrontações he a que se segue á de bras falcão ... - Rª rº] /

¶ casas que forão de Joane annes bes / teiro e ora são de guomcallo / annes
cleriguu seu filho / paguão cada anno de censo ~~ẽta~~ / rº segumdo confesou
paguar / cada anno Joam diz mercador que / pesue as ditas casas da mão / do
dito guomçalleannes as quais / partem por diamte com rua pu / brica e de tras
emtestão com / emxido do dito marçall vaaz e / sua mai e das Ilharguas com /
casas que forão damtonio piz / e com ho rosyu que vai pera ho / poço de Joane
annes besteiro e o / dito Joam diz asynou dioguo / de samiguel o escrevi [na
margem esqª - riscado e ilegível] - [na margem dirª - 40 - Rª rº] /

Tº das casas da rua do souto /

¶ a casa que foi dallvro rodriguez //

fl 40 Daraujo e ora he de sua molher /costamça diz que nellas viue e são / delrey e paguão cada anno per / prazo cento e dez r^s segumdo / comfesou a dita costamça diz / e partem por diamte com rua pu / brica e de tras com ho rosyo da / diamteira das casas de joam anes / besteiro e das ilharguas com casas / De dioguo allvrez cidadão e com casas / De dioguo velho em que vive ãtonio / De sequeiros e asynou pella sobre / dita o dito framçisquo dias / a seu roguo eu sobredito es / criuão ho escrevy - fr^{co} diaz [na margem esq^a - São do pasteleiro Andre glz franco] - [na margem dir^a - c^{to}x r^s - riscado e ilegível] /

¶ casas que forão de balltazar allvrez / e ora são de dioguo allvrez seu / filho cidadão do porto são delrey / e paguão cada anno per prazo cym / quomta r^s segumdo comfesou / o dito dioguo allvrez e partem / por diamte com a rua pubrica / e de tras vão ter a emtrada / da rua noua e das Ilharguas / com casas que forão de pero / guomçalluez da porqueira em / que ora viue o bacharell afonso / fernãodez e com as casas da dita / costamça diz veuva atras decla / rada e o dito dioguo allvrez a / synou aqui Dioguo de sa / miguell ho escrevy [na margem esq^a - São de Pº Frz traquete] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - l^{ta} r^s] //

fl 41 ¶ casas que forão do dito pero guom / çallvez da porqueira em que ora / viue o dito bacharell ãfomso / fernãodez paguão cadano [sic] de çenso / trimta r^s segumdo comfesou ho / dito bacharell pesuidor dellas e / partem por diamte com rua pu / brica e de tras vam ter com a rua / que vay pera a noua e das ilhar / guas com casas daires pymto / escudeiro fidallgo e com casas do dito dioguo allvrez cidadão / sogro do dito bacharell o quall / asynou aquy eu sobredito escrivão ho escreuy e por não querer asynar o dito bacharell e com / fesar o dito cemso peramte bernaldo diz taballião elle / taballião asinou aqui - bernaldo dias [na margem esq^a - São oie de B^{ar} Carvalho pastelrº - são dos endr^{os} do l^{do} João de Barros] - [na margem dir^a - xxx^{ta} r^s] /

¶ as casas que forão dallvro malheiro / e ora são de seus filhos orfãos / paguam cada ano de çenso sesemta / r^s segumdo comfesou amtonyo / Diz malheiro titor dos filhos do dito / allvro malheiro seu irmão e partem / por diamte com rua noua e das / Ilharguas com casas daires / pimto e com casas de pero / Borjes comendador que forão / de pero de baros e o dito ãtonio / diz malheiro asinou dioguo de sa / miguell ho escreui - ãtº diz malheiro [na margem esq^a - riscado e ilegível - De Gaspar marinho] - [na margem dir^a - 60 - lx r^s] //

fl 42 ¶ a casa que foi dallvro glz allfaiate / que ora he de seu neto allvro e / paguão de çenso cada ano cimquoenta / r^s segumdo comfesou fernão glz / titor do dito allvro e partem por diante / com rua pubrica e de tras vão / ter e emtestão nas casas de cate / rinna roiz fiuza e das Ilharguas / com casa desteuão piz e com / casas de joam guomçalluez ca / pateiro e o dito fernão guom / callvez titor do dito allvro asynou / eu sobredito escrivão ho / escrevy - fernão guomcallvez [*na margem esq^a* - D João soares] - [*na margem dir^a* - l^{ta} r^s] /

¶ a casa de ruy piz sapateiro em / que elle e seu fylho guonçallo / rodriguez vivem e paguão cada / anno della de censo setemta r^s / segumdo comfesou o dito guom / çallo rodriguez e partem por / diamte as ditas casas com rua / pubrica e de tras emtestão com / casas de joana piz que vão dar / na rua noua e das Ilharguas / com casas do dito pero borjes / comendador e com casas dantonio / llopez filho de dioguo llopez / taballião e o dito guomçallo / rodriguez aasynou dioguo / de samiguell ho escrevy / - guomçallo rodriguez [*na margem dir^a* - D Gaspar marinho - 70 - lxx^{ta} r^s] //

fl 43 ¶ casas que forão do dito dioguo / lopez tabalião e ora são do dito / ãtonio llopez seu filho pagão / de çenso cada ano trimta e seys / r^s segumdo comfesou ho dito / ãtonio llopez e partem por / diamte com rua pubrica e / de tras com casas da dita Joana / piz e vão dar na rua noua e das / Ilharguas com casas de ruy piz / capateiro e com casas do mesmo / ãtonio llopez em que vive fer / não Jorge horivez e o dito ãtonio / llopez asynou aqui eu sobre / dito escriuão ho escreveu São / destas casas a pagua [*riscada a palavra Vim*] trita / e seis r^s - ãtonio llopez [*na margem esq^a* - De Gp^{ar} marinho] - [*na margem dir^a* - xxxbj r^s] /

¶ as casas atras escritas do dito / amtonio llopez em que vive ho / dito fernão Jorgue orivez / que forão de Pedro Afonso feuza / paguão dellas de çenso cada ano / treze r^s segumdo outrosy com / fesou o dito ãtonio llopez cujas / são e partem por diamte com / rua pubrica e de tras com / casas da dita Joana piz que / estão jumto da rua noua e das Ilharguas com as casas atras do dito amtonyo llopez e com casas //

fl 44 ¶ q forão dafomso allvrez fell / pudo e o dito amtonio llopez ha / synou dioguo de samiguell / ho escreveu - ãtonio llopez [*na margem esq^a* - De Gp^{ar} marinho] - [*na margem dir^a* - 13 - xiiij r^s] /

¶ as casas q forão dafomso allvrez fel / pudo e ora as tem arendadas / anna vaaz molher de Joam guom / çalluez allfaiate e paguão cada / Anno de çenso vymte r^s segundo / comfesou ha dita anna vaaz e parten por diamte com rua pu / briqua e de tras com ha dita / Joanna piz e rua do forno / e das Ilharguas com casas do dito ãtonio llopez em que vive ho dito / fernao Jorge oriuez e com casas / de

Joam casado capateiro e a / synou por ella anna vaaz a seu / roguo o dito
frãocisco dias / eu sobredito escriuão ho escrevy - fr^{co} diz [na margem esq^a - De
Gp^{ar} marinho] - [na margem dir^a - 20 - xx r^s] /

¶ casas q forão de dioguo Afonso / sardinheiro e ora são de cate / rina diz sua
mulher e paguão / cada anno de censo noue r^s se / gumdo comfesou ha dita
caterina / Dias que nellas vive e partem / por diamte com rua pubrica / e de tras
emtestão com casas //

f/ 45 que forão de fernão damorim e da / Ilhargua com rua pubrica que / vai pera o
castelo da dita villa diguo / da dita rua do souto e da outra com / casas que forão
de joam feijo / que ora são de pedralvrez daraujo / e por a sobredita caterina
diz / asinou a seu roguo o dito frão / cisquodiz dioguo de samigel / ho escrevy / -
francisco dias [na margem dir^a - 20 - ix r^s] /

¶ casas q forão do dito Joam feijoo / e ora são do dito pedralvrez da / raujo
cidadão paguão de censo / cada no [sic] cento e oitemta r^s / segumdo comfesou o
dito pedralvrez / e partem por diamte com rua pu / bryca e de tras emtestam nas
casas / que forão dp dito fernão damorin / e das Ilharguas com casas da dita /
caterina diz e com casas de pero / Damorym em que vive o s^{or} dom joam / De
llyma e os cento e oitemta / r^s dise que paguaua [a saber] cento / das ditas casas
em que vive / e os oitemta das casas atras / escritas em que vive Joana piz / na
rua do forno a par da rua noua / e dambas paga os ditos cento / e oitemta r^s por
serem suas / e asynou eu sobredito es / crivão ho escrevy - pedralvrez [na
margem dir^a - c^{to}lxxx r^s] //

f/ 46 ¶ casas q forão de dioguo afonso / feuzo e ora são dana piz ba / gulha e paga cada
de çenso sesemta / r^s segumdo comfesou a dita ana / piz e partem por diamte
com rua / pubrica e de tras com casas que / forão de ferdeannes [sic] e ora são /
de francisco soares em que vive / manoell piz e das Ilharguas / com casas de
llouremco piz / capateiro e com casas de llopo fellgueira em que / viuem os
criados de dom Joam / e por a sobredita asynou o dito / francisco diz a seu
roguo / dioguo de samiguel o escreuy - francisco diz [na margem esq^a - meireles] -
[na margem dir^a - 60 - lx r^s] /

R^o das casas da rua q vay / da do souto pera o castelo /

de que se fez tombo em noue de dezemzro [sic] do dito anno

¶ as casas de caterina roiz feuzo em / que ella ora viue paguão cada anno / de
censo trimta r^s segumdo comfe / sou a dita caterina roiz que nellas / viue e
partem por diamte com a dita / rua pubrica emtestão por de / tras com ho pumar
do s^{or} byscomde / q esta demtro na villa e das Ilharguas / com casas de guomçallo

guomez / escudeiro e com casas desteuão / rodriguez em que vive ho dito /
framçisco diz sobredito o quall //

fl 47 asynou pella dita caterina roiz / a seu roguo eu sobredito escry / vão ho escrevy
/ - framçisco diz [*na margem dir^a - xxx r^s*] /

¶ casas que forão de dioguo leyall / allmovreue e ora são de guaspar / damorim e
paguão cada anno de çenso / vimte r^s segumdo comfesou o dito / guaspar damorin
e partem por diante com há rua pubryca e de tras com / com ho dito pumar do s^{or}
byscomde e das / Ilharguas com casas de guonçallo / diz feijoo e com casas do
dito gas / par damorim asynou dioguo de samiguel o escrevy - Gaspar damorî [*na
margem dir^a - xx r^s*] /

Em dezoito de Janeiro de quin /hentos e trimta e seys se / fez tombo das casas
seg^{tes}

T^o das Da rua do carazido /

¶ casas de duarte fernãodez mercador / em que viue são delrei e paguão / cadanno
[*sic*] per prazo fateosym / dozentos e vymte e cimquo r^s se / gundo comfesou o
dito duarte / fernãodez e partem por diamte / com a rua pubrica e adro da
Igreja e de tras vão ter na Ilhargua //

fl 48 Das casas de guarçia llopez Caualeiro / e dũa Ilhargua com rua pubrica / do souto
e da outra com casas em / que vive fernão guomçallues ca / pateiro e o dito
duarte fernãodez / asinou aqui eu sobredito es / criuão ho escreuy - duarte frz
[*na margem esq^a - meireles*] - [*na margem dir^a - 225 - ij^cxxb r^s*] /

¶ casas do dito fernão guomçallvez / capateiro sãodelrei e paguão cada / Anno per
prazo dozentos r^s se / gumdo comfesou o dito fernnãoglz / e partem por diamte
com rua pu / bryca e adro da dita ygreja e / de tras com casas do dito guarçia /
llopez e das Ilharguas com casas / do dito duarte fernãodez e com / casas de
joam piz tosador diguo / mercador em que viue joam dell / guado oriuez e o dito
fernnão / guomçalluez asynou dioguo / De samiguell o escrevy - fernnãoo
guomçalluez [*na margem esq^a - meireles*] - [*na margem dir^a - 200 - ij^c r^s*] /

¶ as casas que forão de Joam guomçallvez / allfaiate e ora são de guarçia /
guomçalluez sua sua [*sic*] filha q / nellas viue e paguão de çenso / cada anno
cymquo r^s e cymquo cey / tis segumdo comfesou a sobre / dita guarçia
guomçallvez he / partem por diamte com rua pu //

fl 49 brica e das Ilharguas com casas do / dito Joam piz mercador em que / viue o dito
Joam dellguado oriuez / e com casas damtonio pereira mer / quador e de tras vão
ter as casas / q forão de fernão damorim e a / sinou por a sobredita o dito frão /

cisquo dias a seu roguo eu sobre / dito es crivão ho escrevy - fr^{co} diz [na margem esq^a - meireles] - [na margem dir^a - 5 $\frac{1}{2}$ - b r^s b c^{tis}] /

¶ casas que forão de fernão pymto / e ora são do dito amtonio pereira / em que elle viue e paguão de çenso / cada anno da diamteyra e da tore / que tem na traseira vymte / r^s de todo juntamemte segundo / comfesou o dito ãtonio pereira / e partem por diamte com rua / pubrica e por diamte [sic] com casas / da dita guarçia guomçallvez / e com casas de greguorio tran / quoso e de tras com a tore vão / ter as casas que forão de Fer / não damorim e o dito amtonio / pereira asinou dioguo de sa / miguell ho escrevy - ãt^o p^{ra} [na margem esq^a - Luis meirelles] - [na margem dir^a - 20 - xx r^s] /

¶ casas que forão de greguorio allvrez / e ora são do dito greguorio tran / çoso paguam cada ano de cemso / setemta e cinco r^s segundo / comfesou o dito greguorio tran / quoso e partem por diamte con / rua pubrica e de tras com casas //

f/ 50 que forão do dito fernão damorin / e das Ilharguas com casas so / breditas do dito amtonio pereira / e com casas de dioguo de soutello / em que viue guomçallo damorym / seu cunhado e o dito greguoryo / tramquoso asinou aqui eu sobre / dito escriuão ho escrevy - gr^o trãcoso [na margem esq^a - riscado e ilegível - Luis meireles] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - 75 - lxxb r^s] /

¶ casas de Duarte lopez abade de / calheiros em que viue lamcarote / de baros seu Jenro paguão / cada ano de censo coremta r^s / segumdo comfesou ho dito llan / carote de baros pesuidor e par / tem por diamte com rua pu / bryca e de tras vão ter com em / xido a traseyra das casas de / branca diz may de dom pedro de / mello e das Ilharguas com casas / de ãtonio llopez em que vive / afomso diz mercador e com casas / de bastião llouremço e o dito llam / carote de baros asinou dioguo / de samiguell ho escreuy - L^{te} de baros [na margem esq^a - são de m^{el} teixr^a] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - 40 - R^{ta} r^s] /

¶ as casas da lleda em q ella vive / paguão cada ano de cemso vym /te e cimquo r^s segundo della / comfesou e partem por diamte / com rua pubryca e de tras / com casas que forão de fernão / damorim sobreditas e das ilhar / guas com as casas dallvro corea //

f/ 51 e com casas de dioguo de soutello en / que viue guomçallo damorym e / por a sobre dita lleda asynou / a seu roguo o dito framcisco / Diz eu sobredito dioguo de / samiguell escriuão ho escreuy - framcisco Dias [na margem dir^a - 25- xxb r^s] /

¶ casas que forão de tareja damorym / e ora são de ysabell damorym / sua filha que nellas vive / e paguão de censo cada anno / coremta r^s segumdo ella Isa / bell damorym comfesou e par / tem por diamte com rua pu / brica e de tras com

emxido das / casas que forão de fernão / damorym e das ilharguas / com casas do dito allvro corea / e com casas de caterina damorym / sua Irmã e por a sobredita / a seu roguo asinou o dito / framcisco diz Dioguo de sa / miguell ho escreui - fr^{co} dias [na margem dir^a - R^{ta} r^s] /

¶ casas que forão de mem rodrigez / e ora são de guomçallo esteuez / jenro de guomçallo annes bar / beiro em que vive ora guomçallo dātas e paguão cada ano de / censo setemta e cinco r^s / segundo comfesou o dito guom //

f/ 52 callo esteuez e partem por diāte / com rua pubrica e de tras / vão ter a rua que vai pera ho cas / tello e das ilharguas com casas / do filho de Joam fernnãodez / jemro dallvro guomçalluez em que vive dioguo velho e damtonio / Dias pedreiro e o dito guonçallo / esteues asinou eu sobredito / escriuão ho escreuy - Gonçalo esteuez [na margem dir^a - 75 - lxxb r^s] /

¶ casas que forão de marineannes e / ora são de Martim fernnãodez ca / valleiro e paguão de censo cada anno / treze r^s segundo comfesou o dito / martim fernnãodez e partem / por diamte com rua pubryca / e de tras vão ter com casas / de guomçallo pimto e das ilharguas / com casas que forão de pero / damorym o velho em que ora vive / manoell cerueira seu Jenro e / com casas do dito guomçallo pimto / e o dito martim fernãodez asynou / Dioguo de samiguell ho escrevy - martim fernãodez [na margem dir^a - 13 - xiiij r^s] /

¶ casas que forão do bacharell fernão / pereira em que ora vive ãtonio / Diz malheiro são delrei e pagão / cada anno per prazo cemto e //

f/ 53 Vymte e cynquo r^s segumdo con / fesou o dito amtonio diz posuidor / e partem por diamte com rua / pubrica e de tras com rua / pubrica do castello e das ilhargas / J [a saber] dũa com rua pubryca e da / outra com casas de ãtonio diz / pedreiro e o dito ãtonio dias / malheyro asinou aqui eu sobre / dito escriuão ho escrevy - ãtonyo / Dias malheyro [na margem dir^a - 120 [sic] - c^{to}xxb r^s] /

¶ casas que forão de guomçallo com / prido em que ora vive frãocisco / De magualhães seu jemro e são / de amtonio guomçalluez seu cunhado / filho do dito guomçallo comprido / paguão em cada huũ anno de çenso / cemto e oito r^s segumdo comfesou / ho dito frãocisco de magualhaes / e Isabell guomçallvez sua molher / e partem por diamte com rua pu / brica e de tras com casas do / abade de calheiros em que vive / maria dias da porqueira e das / Ilharguas com ruas pubricas dos acouges e da tryparya e o dito / frãocisco de magualhaes asynou e pella molher o dito frão / cisco dias dioguo de samigel / ho escrevy - frãocisquo diz - framçisco de magualhães [na margem esq^a - De B^{or} de amorim bacelar] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - 108 - c^{to}biiij r^s] /

f/ 54 **Tº das casas da rua do car / nycarya e acougues**

¶ casas que forão de Joam diz dau / Goa e ora são dafonso vaaz meirinho / de valldevez morador nos arquos / em que viue allvro fernãodez he / paguão cada anno de çenso noue / r^s segumdo comfesou o dito afonso / fernaodez e partem por diamte / com rua pubrica e dos acouges / e de tras com rua da tryparya / pera omde tem serventia e das / Ilharguas com casas de gregrº / fernãodez allmocreue e de Gaspar / da costa em que viue francisco / damorym e asinou o sobredito / eu sobre dito escriuão ho escrevy - afonso Vaaz [na margem esq^a - São 4^{eis} da Cavalaria] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - 8 - 9 - ix r^s] /

¶ casas que foram do fidallgo / carniceiro e ora são do sobre / dito guaspar da costa e que viue / ho dito framçisco damorym e / partem por diamte e por de tras com / ruas pubricas dos acouges / e triparya sobreditas e das Ilhargas / com casas do dito afonso vaaz e com / casas de jeronimo piz tabaliao e ho dito / fr^{co} damorÿ asynou dioguo de sa / miguell o escreui - frãocisco damoryn [na margem esq^a - São 4^{eis} da Cavalaria e erão de gabriel Pr^a digo morou nellas] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - 57 - l^{ta}bij r^s] //

f/ 55 ¶ casas que forão de Joan piz car / niceiro e ora são de ãtonio piz / allmocreue seu filho em que vive / Jeronimo piz tabaliao paguão de / çenso cada ano cymquoemta e / sete r^s segundo comfesou ho / dito Jeronimo piz taballiao po / suidor e prtem por diamte e de / tras com as ruas sobre ditas pera / omdeũas e outras tem servem / tias e das ilharguas com casas / em que viue ora allvro cam all / caide e o dito Jeronimo piz asynou / eu sobredito escriuão o escrevy - Jeronimo piz damoryn [na margem esq^a - riscado e ilegível] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - 57 - l^{ta}bij r^s] /

¶ casas que forão de mecia Roiz / a revelha e ora são de Jusarte / De baros em que elle vive / paguão cadanno [sic] de çenso cemto / e vymte r^s segumdo comfesou / o dito Jusarte de baros e partem / por diamte e por de tras com has / ditas ruas dos açougues e car / niçarya e das ilharguas com / casas em que vive ho dito Je / ronimo piz tabaliao e com casas / de Joam rodriguez carniceyro / e o dito Jusarte de baros a / synou Dioguo de samiguell ho / escrevy - Jusarte de baros [na margem esq^a - riscado e ilegível] - [na margem dir^a - 120 - c^{to}xx r^s] //

f/ 56 ¶ a casa que foy de Joam cuspo for / neiro em que soya de viuer são / dellrey e ora as tem allvro annes / e nicollao miz e paguam cada anno / setemta r^s e estão ora redadas / por prazo segumdo comfesou ho / dito allvro annes e partem por / diamte com a rua pubryca da / carnicaria e de tras com a fomte / e das Ilhargas com casas de / Joam rodriguez carniceiro e / com ãs pardieiros que forão / de fernão annes da mamoa e o / dito allvro annes asynou eu / sobredito escrivão ho

escrevy / - allvaro annes [*na margem dir^a - riscado e ilegível* - são de l^{co} da gama - lxx r^s] /

¶ o dito pardieiro que foy forno / do sobredito fernão annes da / mamoa que ora trazem os ditos / allvro annes e nicollau martîs / paguão cada anno de çenso sesenta / r^s e partem por diamte com rua / pubrica segumdo comfesou pagar / ho dito çenso o dito allvro annes e / da traseyra com a fomte e das / Ilharguas com rua que vay pera / a fomte e com as casas sobre / ditas que forão de joam cuspo / e o dito allvareannes asinou Diogo / de samyguell o escrevi - alv^{ro} anes [*na margem dir^a - lx r^s*] //

f/ 57 ¶ a casa noua que fez Joam allvrez / que ora he de joam allvrez abade / de fuoio llobal [?] seu filho paguão / de censo cada ano coremta r^s se / gumdo comfesou ho dito abade he / partem por diamte com rua pu / brica e de tras vão ter com casa / de guomçallo pymto e das Ilhar / guas com casas de caterina alvrez / sua yrmã e com casas do dito / guomçalo pinto e o dito abade / asynou aquy dioguo de samigel / escriuão sobredito ho escrevy / - Joham allvrez [*na margem dir^a - R^{ta} r^s*] /

¶ ho emxydo que foy das casas de / pero do barall que ora tem e he / de framçisco de calldas paga / cada ano de censo nove r^s / segumdo comfesou ho dito / framçisco de calldas o quall / esta peguado com as casas em / que viue e emtestão no muro e / parte com ho curro dos touros / e caminho que vay pera ha / porta de bragua e o dito frão / cisco de calldas asynou dioguo / de samiguell ho escreui [*na margem dir^a - 9 - ix r^s*]

T^o da rua da tryparya / e casas dellas

¶ casas que forão de Joham domingez / allmocreue e ora são de sua//

f/ 58 molher meçia fernandez e paguão / cada anno de censo coremta r^s se / gumdo comfesou a dita mecya / fernãodez e partem por diamte com / rua pubryca e de tras com ha / fomte e rua da cadea e dñia Ilharga / com a rua pubrica da fomte e da / outra ylhargua com casas de / Illena dias mestra e asynou pella / sobredito o dito frãocisco dias / eu sobredito escriuão ho escreui - frão / cisco dias [*na margem esq^a - nestas Cazas mora ... Miranda cobra... aquellas contam q a... glz - São de João Peixoto*] - [*na margem dir^a - 40 - R^{ta} r^s*] /

¶ casas que forão de Joam ãtão e ora / são de lianor damorym Veuva em / q viue afonso guomçallvez por terco / paguão cada anno de censo cem r^s / segumdo comfesou ho dito a / fonso guomçallvez possuidor / e partem por diamte com rua / pubrica e de tras emtestão com / casas de framcisco llopez / e das Ilharguas com casas / de tome guomcallvez barbeiro / e de dominguos roiz preguoeiro / em que viue dominguos roiz / capateiro e o dito afonso glz / asinou Dioguo de

samiguel / ho escrevy - afonso glz [na margem esq^a - riscado e ilegível] - [na margem dir^a - 100 r^s - c^{to} r^s] /

¶ casas que forão de Joam lluis / capateyro e ora são de fr^{co} //

f/ 59 anes capateiro em que vive Joam / guomçalluez seu cunhado e paguão / cada anno de censo coremta e coatro / r^s segumdo comfesou ho dito / framcisco anes e partem por diãte / com rua pubrica e de tras com / emxido das casas que forão de / Joam do campo e das ilharguas / com casas de greguorio piz all / faiate e com casas do abade / darcozello em que viue ho / dito framcisco anes o quall / asinou eu sobredito escriuão / ho escreuy - framçisico anes [na margem esq^a - São de D. bernarda] - [na margem dir^a - 48 [sic] - Riiij r^s] /

¶ as casas que forão de Joan de Valença / e ora são de Ilena diz mestra e / paguão cada anno de censo treze / r^s segumdo comfesou ha dita Ilena / Diz e partem por diamte com rua / pubrica e de tras com ha rua da / cadea e fomte e das Ilharguas / com casas que forão de Joam domîgez / e são de mecia fernãodez atras / nomeada sua molher e com hos / pardieiros de nicollao martîz / e allvro anes e asynou por ha / sobredita o dito frãocisco diz / a seu roguo dioguo de samigel / ho escrevy - framçisico dias [na margem esq^a - riscado e ilegível - São oie de mel da Costa alfaiate] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - xiiij r^s] /

¶ as casas de Joam allvrez abade dar / cuzello em que viue framcisco / anes capateiro são delrey //

f/ 60 e paguão cada ano per prazo dozentos / r^s segumdo comfesou ho dito / framçisico anes pesuidor he / partem por diamte com rua pu / bryca e da traseyra com enxido / das casas que forão de Joam do campo / e das Ilharguas com casas do mesmo / framçisico anes atras nomeados / e com casas de Ines gill molher soll / teyra e o dito framçisiquo anes / asinou aquy eu sobredito es / cryuão ho escreuy e ao asynar / Dise o dito framçisico anes que / paguaua os ditos dozentos r^s / avia tres annos e que o abade / dono das casas lhe disera ora / q se não paguauão mais q çento / e oitemta r^s pello prazo e tanto / lhe lleuarya em comta e mais não / - framçisico anes [na margem esq^a - São de D. Bernarda] - [na margem dir^a - 200 - ij^c r^s] /

¶ casas de greguorio piz ho moço all / faiate em que viue são delrei / e paguão cada anno per prazo / dozentos r^s segumdo elle com / fesou e partem por diamte / com rua pubryca e de tras / emtestão em casas dillena diz / e das Ilharguas com casas / De francisco anes capateiro / e de outra com rua pubryca da / carniçaria e da fomte e o dito gre / guoryo piz asinou dioguo de sa / miguell ho escreuy - gr^o piz [na margem dir^a - 200 - ij^c r^s] //

fl 61 ¶ casas que forão de Joane anes allmo / creue e ora são doliueiros dall /meida em que viue framcisco / Soarez e sua molher bryatiz de / guimarães paguão cada de çemso coremta e oito r^s segumdo confesou / ho dito oliueiros dallmeida e / partem por diamte com rua pu / bryca e das Ilharguas com casas / de framçisco Soarez e de Joam / fernãodez tanoeiro e de tras vão / ter com ha degira [sic] da traseira das / casas do dito Joam fernãodez / e o sobredito asinou eu sobre / dito escriuão ho escrevy - oliveyros dalm^{da} /

¶ o forno do outeiro de sellas que he / damtonio llopez paga cada / Anno de censo trimta e seys / r^s segumdo comfesou ho dito / ãtonyo piz e anna fernãodez / sua molher e parte por diamte / com a rua das pereiras e de trás / com a zinhagua que vay pera / a rua de sanhoane ao llonguo das casas de rodriguu annes / capateiro que atras / faaz memçãao pera a casa dall / vro velho e das ilharguas / com casas de rodriguu afonso / diguo dafonso roiz capateiro / e do dito allvro velho e asynou / Dioguo de samigel o escrevy - ãt^o lopez [na margem esq^a - são do Vig^{io} de s^{ta} Comba - D^{os} frz] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - xxxbj r^s] //

fl 62 ¶ casas do lecenciado pero farto e sua / molher anna fernamdez em que viven / estão na rua das pereiras são delrei / e paguão cada ano per prazo dozentos / r^s e segumdo comfesou ho dito / llecenciado e parten por diamte / com rua pubryca e das pereiras / e de tras com emxido damtonio / pereira e das Ilharguas com casas / de ysabell damorym em que vive / framçisco damorim o moço e o / dito llecenciado asinou eu sobre / dito escriuão ho escrevy - p^o farto [na margem dir^a - riscado e ilegível - 200 - ij^c r^s] /

¶ as casas q forão de gill glz capa / teiro que estão na rua da try / parya atras escryta e ora são / de Ines gill molher sollteyra / e de seu Irmão bento guomçaluez / em que ella Ines gill viue pa / guão cada anno de censo coremta e / e [sic] oito r^s segumdo ella comfesou e / partem por diamte com rua pu / bryca e de tras com emxido / das casas de Joam do campo e das / Ilharguas com casas de Joam / allvrez e com a traseira das casas / de vasco damtas e azinhagua que / ãtre ellas esta tapada o quall / censo paga ella a metade e o dito / seu Irmão outra ametade e asinou / por ella o dito frãocisco dias dioguo / de samigell ho escreui - fr^{co} dias [na margem esq^a - ficarão de ... - São oie de m^{el} mendes Barq^o] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - Rbiiij r^s] //

fl 63 ¶ as casas de justa diz molher veuva / em que ora vive ãtonio llopez / Jemro de fernão annes são delrey / e paguão cada ano per prazo çemto / e cimquo emta r^s segumdo com / fesou a dita Justa diz e partem / por diamte com rua pubriqua da ta / noaria e de tras vão ter com ho / pumar damtonio pereyra e das / ilharguas com casas de Joam fer / nãodez tanoeiro e com casas de / Jorgue pereira em que

viue ãtonio / llopez allfaiate e tendeiro pela / quall asinou dioguo soares morador / em momção e Joam guomçallvez capa / teiro Dioguo de samigell o escreui / - Dioguo soarez - Joam glz [na margem esq^a - São oie de d^{os} Roiz tição] - [na margem dir^a - riscado e ilegível - c^{to} r^s] /

¶ casas que forão de duarte fernãodez / e ora são dairez sanches Seu Jenro / e paguão cada anno de censo sesenta / r^s e segumdo confesou duarte / fernãodez e ayrez sanchez he / partem por diamte com rua pu / bryca da praça e adro e das Ilhar / guas com casas de pedrallvrez / mercador e com casas que forão / de ferdeannes [sic] que ora são de fr^{co} / soarez e de tras com ho forno / de guomcallo diz malheiro e os / sobreditos asynarão dioguo de / samiguell o escrevy - airez sanchez [na margem dir^a - riscado e ilegível - 60 - lx r^s] //

fl 64 ¶ casas que forão de Joam piz mercador q estão / na rua da praça em que viveo / Joam dellguado o . . . [ilegível] paguão / cada ano de prazo nouo feito / trezentos r^s segumdo confesou / o dito joam piz e partem por diãte / com rua pubryca e detras / emtestão nas casas de guarçia / llopez da facha e das ilhargas / com casas de fernão glz capateiro / e de guarçia guomçalluez dioguo / de samiguell o escreuy e asynou o dito Joam piz - Joam piz [na margem dir^a - 300] /

¶ as casas que forão de fernão dagiar / cleriguo e ora são de joam de / Joam de [sic] guimarães paguão cada / Anno de çenso vymte r^s se / gundo confesou o dito Joam / De guimarães e partem por diãte / com rua pubryca de são tome / e detras vão ter a hũ enxido / de mateus afonso e das Ilharguas / com casas do dito mateus afonso / e com casas que forão de guon / çallo allvrez maceiro e asynou / Aqui Dioguo de samiguell / ho escreuy - Joam de guimarães [na margem dir^a - xx r^s] /

¶ hũs [sic] pardieiro q esta na rua que / vay pera a castello e pera hos / acouges que forão do madris //

fl 65 e ora são de dominguos feijoo capelão / do s^{or} bisconde são delrey per prazo / imfat . . . [ilegível] ta e paguão cada / anno coremta r^s segumdo confesou / ho dito dominguos feijoo e partem / por diamte com a rua pubrica / eũã Ilhargua com casas de / afonso diz e da outra com rua / pubrica e da traseyra com casas / que forão do sardinheiro dioguo / de samiguell ho escreuy o dito do / minguos feijoo asynou e asy pa / guarão mais duas guallinhas / allem dos coremta r^s e asynou / - Dominguos feijoo [na margem dir^a - R^{ta} r^s] /

¶ as casas de bastião louremco em que / viue que forão de cristouão / corea que estão na rua do cara / zido mostrase paguarem de çenso / ~~ũãdanõu~~ dozemtos r^s se / gumdo confesou o dito bastião / llouremço e partem por diamte / com rua pubrica e das ilhargas / com casas em que viue llançarote / de baros e

da outra com casas de / pero damorym o moço e da traseira / vão ter aos
emxidos da mai de dom / pedro Dioguo de samiguell ho / escrevy e o dito bastião
llouremço / asynou - bastião llouremço [na margem dir^a - 20 - xx r^s] /

¶ as casas da fomso diz mercador en / que ora viue dioguo borges //

f/ 66 que o dito afomso diz fez den . . . [ilegível] q / estão na rua dos açougues e pagão
/ a ell rei cada anno dez r^s segundo / confesou o dito afomso diz e par / tem por
diamte com ha dita ruua / e das ilharguas com casas dantonio / freire abade e da
outra com par / dioeyros de dominguos feijoo / outro sy abade e detras vão / ter
com as casas qur forão do / sardinheiro e o dito a fomso / Diz asinou aqui dioguo
de sa / miguell ho escreuy - afonso diz [na margem dir^a - x r^s] /
ho quall tresllado e tombo / atras esXp^{to} eu gaspar de / amorym esXp^{vão} o fiz
treslladar / Do propyo q he ẽ meu poder / bem e fyellmente sem am / trellinha
nem borradura que / Dovyda faça somemte / hos asinnados que dizem t^{am} / em esta
vylla - nome - q se fez / por v^rdade vay esXp^{to} ẽ / trymta e tres folhas / com esta
consertado p^r / mim esXp^{vão} com ho ha / Dyamte asinado em este / t^resllado
mamdou dar tomas / Dabreu caual^{ro} fydall / guo da casa delrey nosso / Sn^r q hora
serve de cor // . . .

f/ 67 gedor na comarqua / . . . de vyanna . . .

. . . e vay p^r elle / asynado e o sellado com / ho sello das armas do dito / so^r ... esta
coreiçãõ ... despacho ... mamdou dar este tresllado / ao so^r byscomde dom Jm^o / de
llima . . . vay / no rosto deste tombo^{te} / de llyma aos trymta dyas / do mês
doutubro do ano do / nacymento de nosso Snr / Jesu x^o de myll e quynhem / tos e
sesemta e oyto anos. /

Tomas dabreu /

. . . g damorym /

e comigo . . . gp^{ar} Samygel

**TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE
PONTE DE LIMA EM 1535
(QUADRO SINÓPTICO)**

TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE LIMA EM 1535										
Nº de ordem	Proprietários à data	Residência	Moradores/Proprietários anteriores	Confrontação anterior	Confrontação posterior	Confrontação lateral 1	Confrontação lateral 2	Contrato	Foro (reais)	Proprietários no séc. XVII/XVIII (averbamentos à margem)
RUA DE SANHOANE (R. DE S. JOÃO DE DENTRO)										
1	Simão Álvares c.c. Inês Anes		João Anes Amado (sogro)	rua pública	muro	casas de João Gonçalves, de Viana	casas de Herd. de Pedro Gonçalves	censo	27	Baltazar Gondim
2	Sebastião Gonçalves e madrastra Beatriz Anes		João Gonçalves da Boca (pai)	rua pública	rossio que vai para as Pereiras	casas de Pedro Anes	casas de Gonçalo Anes de Ilhadse	censo	18	João Garcia
3	Diogo Gonçalves Cidadão		Ana, da Boca	rua pública	vai ter com o muro	casas de Herd. de João Gonçalves, de Viana	casas de Sebastião Gonçalves	censo	20	Simão Quintero
4	Isabel Gonçalves, viúva de Francisco Gomes (ferrador)	S	Gonçalo Anes Piquetos	rua pública	vai ter ao rossio das Pereiras	casas de Pedro Anes	casas de Gonçalo de Melhe (sapateiro)	censo	25	Ana Barbosa (riscado) - Estalagem de João Soares
5	Gonçalo de Melhe (sapateiro)	S	Gonçalo Fernandes, de Valdevez	rua pública	vai ter às Pereiras	casas de Francisco Gonçalves (sapateiro)	casas de Isabel Gonçalves (atrás)	censo	118	Manuel Carvalho
6	Francisco Gonçalves (sapateiro) c.c. Constança Lopes	S	Diogo Álvares de Amorim	rua pública	entestam na rua das Pereiras, para onde tem saída	casas de Gonçalo de Melhe (sapateiro)	casas de Álvaro Romeu	prazo	90	Domingos Álvares
7	Álvaro Romeu	S	João Franco (sapateiro)	rua pública	vai ter às Pereiras	casas de Francisco Gonçalves (sapateiro)	casas de Mateus Afonso	censo	20	(riscado)
RUA DA PORTA DA PONTE										
8	João Álvares (mercador) c.c. Margarida Lourenço		João Anes, da Porta da Ponte	rua pública	vai ter com o muro	muro	casas que foram de Estêvão Roiz (almocreve)	prazo	180	Diogo... - Herdeiros de João Salgado
9	Rodrigo Esteves ou João Pita (seus herdeiros, em demanda)		Estêvão Roiz (almocreve)	rua pública	azinhaga que vai para o muro	casas de João Álvares (mercador)	casas de Álvaro Anes (mercador)	prazo	180	Tomé Lourenço - hoje Manuel Lourenço
10	António Dias c.c. Beatriz Anes		Pedro Lourenço (sogro)	rua pública	casas de Álvaro Anes (mercador)	casas de Álvaro Anes (mercador)	casas da "Comprida"	censo	70	(riscado) - Gonçalo Pereira (sapateiro) - Atanásio Domingues da Mota
11	Rui Gonçalves, cidadão do Porto c.c. Catarina Fernandes		Rui Dias	rua pública	casas de Fernão Barbosa	muro	casas que foram de Lourenço Dantas	censo	20	Rev. Manuel Mendes - Vendidas a Lourenço Pereira de Távora
12	Tomás de Abreu		Lourenço Dantas	rua pública	casas de Fernão Barbosa	rua da Sapataria	Rui Gonçalves, cidadão	censo	100	(riscado) - Domingos Correia (sapateiro)
RUA DA SAPATARIA										
13	Bartolomeu Gonçalves (mercador)		Gonçalo da Costa	rua pública	entestam nas Pereiras	casas da "Maceira"	Diogo Álvares, do Noval	censo	30 (1)	Manuel Barbosa - Maria Roiz (viúva de Sebastião Afonso)
14	Diogo Álvares, do Noval (mercador)		João da Ponte (sapateiro)	rua pública	Pereiras	casas de Bartolomeu Gonçalves	casas de Gonçalo Álvares (sapateiro)	censo	48 + 70 (2)	(riscado) - Marcos Gonçalves
15	Francisco Anes (mercador) c.c. Joana Pires		Gonçalo Álvares, o Franco	rua pública	vão ter às Pereiras	casas de Diogo Álvares	casas de Gonçalo de Barros	censo	20	(riscado) - Baltazar de Brito
16	Fernão Barbosa		Gonçalo Barbosa (pai)	rua pública	entestem no muro	casas de Tomás de Abreu	casas de Estêvão Roiz (Escudeiro)	censo	30	Lourenço Pereira de Távora
17	Estêvão Roiz (Escudeiro)		Abade de Burreal	rua pública	muro	casas de Fernão Barbosa	casas de João Pires (mercador)	censo	70	Lourenço Pereira de Távora
18	João Pires (mercador)		Diogo de Augoa (Água?)	rua pública	muro	azinhaga que vai da rua pública para o muro, ao longo delas e das casas de Constança Malheiro	casas de Estêvão Roiz (Escudeiro)	prazo	150	João Dantas Morim
19	Margarida Lopes		Maria Afonso e seu marido Lopo Rodrigues	rua pública	rossio das Pereiras	casas de Gonçalo de Barros	casas de Herd. de João Rodrigues	censo	112	João Salgado de Castro - hoje Vicente Correia de Puga
20	Beatriz Anes e Maria Anes		João Rodrigues (pai)	rua pública	Pereiras	casas sobradadas de Margarida Lopes	casas de João Casado	prazo	510	João Salgado de Castro - hoje Vicente Correia de Puga
21	João Casado (mercador) c.c. Cecília de Araújo	S	Afonso Casado	rua pública	vão ter às Pereiras	casas de Herd. de João Rodrigues	casas de Pedro Gonçalves (mercador)	prazo	150	João Salgado de Castro - hoje Vicente Correia de Puga
22	Maria Rodrigues		Pedro Gonçalves (mercador) (sogro)	rua pública	vão ter às Pereiras	casas de João Casado	casas de Branca Gonçalves Piqueta, viúva	censo	18	Padre José Velho Gondim
23	Álvaro Velho (clérigo)	S	—	rossio e rua das Pereiras	tem uma serventia por baixo, para a azinhaga que vai para a rua de Sanhoane e da Ponte (encostadas pela traseira às do nº 22)	forno do Outeiro de Selas	casas de Gonçalo do Cabo	prazo	40	Cristóvão de Amorim
24	Branca Gonçalves Piqueta, viúva	S	—	rua pública	Pereiras	casas de Pedro Gonçalves	casas que foram de Branca da Fonte, onde vive António Barbosa (Escudeiro Fidalgo)	censo	50	
25	António Barbosa (Escudeiro Fidalgo)		Branca da Fonte	rua pública	forno do Outeiro de Selas	casas de Branca Gonçalves Piqueta	casas de Rodrigo Anes, da Codeceira (sapateiro)	censo	83	Gaspar Mendes - hoje de Rafael de Matos
26	Rodrigo Anes, da Codeceira (sapateiro)	S	—	rua pública	forno do Outeiro de Selas	azinhaga que vai da rua pública para o forno do Outeiro de Selas e para a rua da Tanoaria e Pereiras	casas de António Barbosa (Escudeiro Fidalgo)	censo	30	
27	Nicolau Lopes c.c. Catarina Vaz (filha de João Pires)		Lopo Malheiro, o Velho	rua pública	muro	azinhaga que ao longo destas casas vai da rua pública para o muro	casas de Jorge Pereira	censo	80	(riscado) - Lourenço Pereira Marinho
28	Francisco Anes (sapateiro)	S	Pedro de Lanheses (sogro)	rua pública	forno do Outeiro de Selas	azinhaga que vai da rua pública para o forno do Outeiro de Selas	casas de Catarina Álvares	censo	140	(riscado) - António Dias (sapateiro) (riscado) - Sebastião Afonso - Domingos da Costa (sapateiro)
29	Catarina Álvares		Álvaro Gil (pai)	rua pública	forno do Outeiro de Selas e rua da Tanoaria	casas de Francisco Anes (sapateiro)	casas de Lopo Malheiro, Comendador, em que vive Gonçalo Álvares, clérigo	censo	18	António Francisco - hoje de Domingos Francisco
30	Gonçalo Álvares (clérigo), sendo as casas de Lopo Malheiro	S	Jorge da Fonte	rua pública	forno do Outeiro de Selas e rua da Tanoaria	casas de Catarina Álvares	casas de Pedro Anes de Enxia (mercador)	prazo	150	(riscado) - Sebastião Afonso (riscado) - António José
31	Lopo Malheiro (o chão das escadas das suas casas, que está de fora delas e é de pedra)		—	rua pública	as mesmas casas de Lopo Malheiro	rossio junto às mesmas casas de Lopo Malheiro	as mesmas casas de Lopo Malheiro	prazo	80	(riscado) - Rev. Lopo Malheiro
32	Jorge Meireles c.c. Leonor Velho (a parte das traseiras das suas casas, que encostam às de Álvaro Pires e entestam e têm serventia para o rossio de trás)	S	João Álvares Coirão	rua pública	vão ter à azinhaga que vai para o muro	casas de Álvaro Pires (carniceiro)	casas de Estêvão Vaz	censo	20	Lucas de Araújo - hoje de Pelónia, solteira (confeiteira)
33	Diogo Anes (clérigo)	S	João Anes Cerqueira (pai)	rua pública	vão ter à rua dos Mercadores, na traseira das casas de Francisco Soares	rua dos Mercadores e da Ribeira	—	prazo	300	(riscado) - Pedro Lopes (cerieiro) - eram de Inês Pinta/Casa de Bertandos
34	Francisco de Crasto		Martim Gonçalves (almocreve) (sogro)	rua pública	vão ter nas traseiras das casas de Marcos Dias, que foram de Gonçalo Álvares (clérigo)	casas de Diogo Anes (clérigo)	casas de Ana Rodrigues, que foram de seu pai Gonçalo Anes (almocreve)	censo	13	(riscado)
35	Ana Gonçalves	S	Gonçalo Anes (almocreve) (pai)	rua pública	entestam nas traseiras das casas de Marcos Dias	casas de Francisco de Crasto	casas de Jácome Gonçalves (sapateiro)	prazo	380	(riscado) - ? - António da Cunha - hoje do Rev. Francisco Correia da Cunha
36	Vasco Mendes		Diogo Afonso (almocreve)	rua pública	entestam com as casas de Vasco Mendes e de João Gonçalves Mestre, que estão na rua dos Mercadores	casas de Ana Gonçalves	casas de Lourenço Roiz (mercador)	prazo	340	(riscado) - António Roiz - João de Azevedo (cerieiro)
37	Francisco Lourenço (mercador)		Álvaro Dias (tabelião)	rua pública	entestam com casas de António de Lemos (clérigo)	casas de Bartolomeu Roiz	azinhaga que está entre elas e a casa de Estêvão Pires (serralheiro), que vai ao longo ter para a porta travessa da igreja	censo	48	(riscado) - Padre Bernardo de Passos
38	Isabel Anes, viúva (casas da estalagem)		Estêvão Anes, marrão [judeu]	rua pública	vão ter com casas do Frade (almocreve)	casas de Beatriz Dias Quintero, viúva	rua pública que vai para a porta do Postigo	prazo	600	Pedro de Crasto e Manuel Ribeiro
39	Justa Gonçalves		Álvaro Dias (almocreve)	rua pública	entestam com casas do Frade (almocreve) e com a Misericórdia	casas de Beatriz Dias Quintero, viúva	rossio diante à porta da igreja e Misericórdia	censo	48	Manuel Roiz
40	Estêvão Pires (serralheiro)	S	João da Bouça (almocreve)	rua pública	vão ter com casas de António Dias de Lemos (clérigo)	azinhaga que está entre elas e as casas de Francisco Lourenço	rossio que está entre elas e a igreja	censo	40	
RUA DOS MERCADORES										
41	Marcos Dias (um pequeno chão que ele tomou como pardieiro, com outro chão em que ora fez suas casas com 3v 1p x 1v [3,5m x 1,1m])		—	rua pública	—	rua que vai ao longo destas casas e das de Inês Pinto, ter à Tanoaria	as mesmas casas (de Marcos Dias)?	censo	20	Paulo de Melo Sampaio
42	Marcos Dias		Gonçalo Álvares, o verde (clérigo)	rua pública	entestam com casas de Francisco de Crasto	casas de João Gonçalves Mestre	casas de Francisco Soares	censo	13	
43	Gonçalo Dias Malheiro		Pedro do Rego	rua pública	entestam com a traseira das casas de Inês Pinto, onde vive João de Évora	casas de Francisco Soares	casas de Inês Vaz, viúva de Gonçalo Mendes	censo	27	
44	Inês Vaz, viúva de Gonçalo Mendes	S	—	rua pública	de frente das casas de Simão Lopes, na Rua da Brancaria, para onde têm saída.	casas de Gonçalo Dias	casa de Jerónimo Pires (tabelião), onde vive a viúva de António de Soure	censo	27	
45	Duarte Fernandes (mercador)		Lopo Felgueira e Martim do Rego	rua pública	entestam com casas de Gonçalo Gonçalves (ataqueiro)	casas de Gonçalo Gonçalves (ataqueiro)	casas de Vasco Mendes	censo	140	Abade Pedro de Amorim Calheiros
46	Afonso Fernandes (barbeiro), sendo as casas de Vicente Álvares Cação, morador em Valdevez	S	—	rua pública	vão ter com as casas de Francisco Lopes (rendeiro)	casas de Gonçalo Dias Malheiro	casa de Jerónimo Pires (tabelião), onde vive a viúva de António de Soure	prazo	300	Abade Pedro de Amorim Calheiros
47	Gonçalo Gonçalves (ataqueiro)		Gonçalo Afonso (alfaiate) c.c. Isabel Gonçalves	rua pública	casas de Lourenço Roiz, que vão para a Ribeira	casas de Duarte Fernandes mercador	casas de Fernão Lopes Cidadão	censo	48	(riscado)
48	Fernão Lopes Cidadão		Martim do Rego	rua pública	entestam com casas de Francisco Lourenço	casas do mesmo Fernão Lopes Cidadão, onde vive	casas de Gonçalo Gonçalves (ataqueiro)	censo	48	(riscado)
49	Gonçalo Dias Malheiro, sendo as casas da capela de Martim Furtado	S		rua pública	entestam com outra casa da capela de Martim Furtado	rua da Triparia	casas de Vicente Álvares Cação	censo	68	(riscado) - ... Marinho

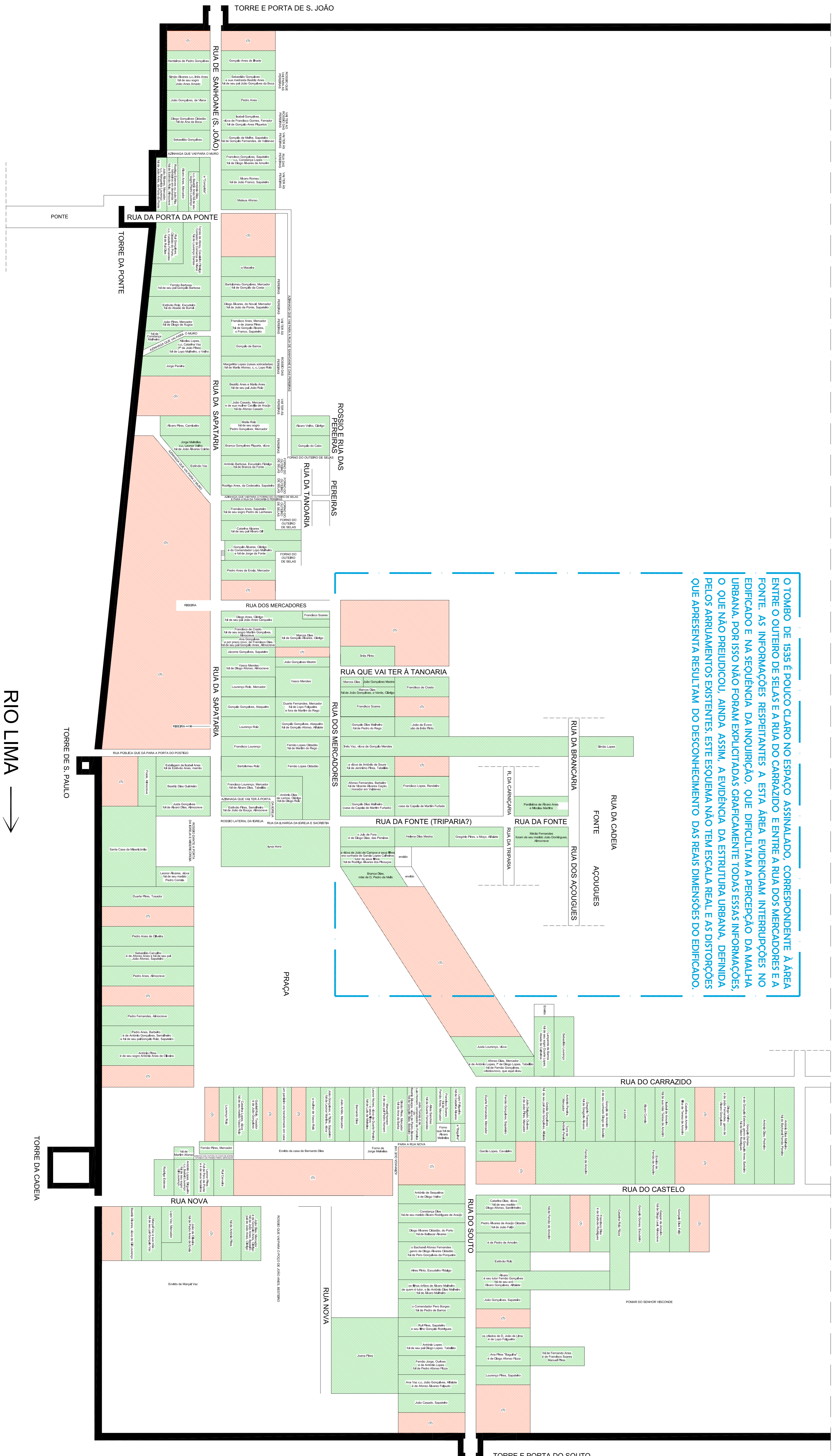
TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE LIMA EM 1535										
Nº de ordem	Proprietários à data	Residência	Moradores/Proprietários anteriores	Confrontação anterior	Confrontação posterior	Confrontação lateral 1	Confrontação lateral 2	Contrato	Foro (reais)	Proprietários no séc. XVII/XVIII (averbamentos à margem)
RUA DA PRAÇA										
50	Leonor Álvares, viúva		Pedro Correia (marido)	rua pública	Hospital	rossio da Misericórdia	casas de Duarte Pires (tosador)	censo	27	
51	Sebastião Carvalho, sendo as casas de Afonso Anes		João Afonso (sapateiro) (pai)	rua pública	vão ter ao muro	casas de Pedro Anes de Oliveira	casas de Pedro Anes (almocreve)	censo	28	
52	Pedro Anes (barbeiro), sendo as casas de António Gonçalves (serralheiro) (esta casa era toda uma e se repartiu em duas moradas, uma de Pedro Anes de Oliveira e outra de António Gonçalves)	S	Gonçalo Roiz (sapateiro) (pai)	rua pública	muro	casas de Pedro Fernandes (almocreve)	casas de Pedro Anes de Oliveira, onde vive seu genro António Pires	censo	10 + 10	
53	Catarina Lopes, viúva		Vasco Roiz (marido)	praça e rua pública	enxido das casas de Bernardo Dias	casas de Lourenço Roiz	casas de João Gonçalves Tição, onde vive Gabriel Roiz (tosador)	censo	48	Manuel Fiúza
54	um pardieiro que se ora ergueu em casas									
55	João Gonçalves Tição (sapateiro)		Leonor Martins, viúva	rua pública da praça	enxido de Bernardo Dias	casas de Vasco Roiz, que ora são de sua mulher	casas de João Antão (mercador)	censo	124	Francisco ... (sirurgieiro)
56	João Antão (mercador)		Bartolomeu Dias	rua pública da praça	enxido de Bernardo Dias	casas de João Gonçalves			36	João da Silva
57	Leonor Nunes, viúva de Duarte Pereira e de seus filhos		Luís de Meireles	rua pública da praça	forno de Jorge Meireles	casas de Bernardo Dias	casas de Pedro Homem, em que vive seu filho Manuel Homem	censo	66	(riscado) - Manuel Mendes (barqueiro)
58	Simão Pires (mercador)	S	Ama da Barba	rua pública da praça	azinhaga que vai para a Rua Nova	casas de Luís Homem, Comendador de Fornelos, onde vive João Tomás	casas de Pedro Homem, em que vive seu filho Manuel Homem	prazo	200	(riscado) - Gonçalo de Amorim
59	Beatriz Álvares, viúva de Pedro Álvares e mais Herd. (entre eles, o filho Diogo Pires)		Gonçalo Dias (besteiro)	rua pública da praça	azinhaga que vai para a Rua Nova	casas da Ama da Barba	casas que foram de Duarte Fernandes e ora são de Aires Sanches	prazo	225	(riscado) - António Fernandes Nóbrega - João de Oliveira
60	Francisco Soares		Fernão Anes (mercador)	rua pública da praça	azinhaga que vai para a Rua Nova e com o forno que foi de Álvaro Malheiro	casas de Aires Sanches	casa de Lopo Felgueira	censo	60	(riscado) - Madalena Lourença
61	Lopo Felgueira paga só da metade da casa do lado da praça porque a outra metade é da Gafaria		Catarina Álvares	rua pública da praça	casas da "Bagulha"	casas de Francisco Soares	rua do Souto	prazo	200	(riscado) - Pedro de Magalhães
62	Afonso Dias (mercador), sendo as casa de António Lopes, filho de Diogo Lopes (tabelião)	S	Fernão Gonçalves, cristão-novo, que aqui viveu	rua pública da praça	entestam na casa do Abade de Calheiros, onde vive Lançarote de Barros	casas de Justa Lourenço, viúva	rua do Carrazido	censo	44	(riscado) - Gonçalo Mendes de Brito
63	a viúva de João de Campos e seus filhos Herd. (fez a declaração Garcia Lopes Calheiros, Tutor dos filhos dela e seu cunhado)		Rodrigo Álvares, dos Picouços	rua pública da traseira da igreja	vão ter ao enxido seu, que está pegado com o das casas da mãe de D. Pedro	casas da mãe de D. Pedro	casas de Diogo Dias, das Pereiras, em que vive o Juiz de Fora	censo	88	Lic. Pedro da Costa
64	António Dias de Lemos (clérigo)		Diogo Roiz	rua pública da ilharga da igreja e sacristia dela	casas de Fernão Lopes Cidadão	casas de Fernão Lopes Cidadão	casas de Francisco Lourenço (mercador) e azinhaga que está pegada com elas	censo	48	Padre Bernardo de Passos
RUA NOVA										
65	António Lopes (sirurgieiro) c.c. Isabel Lourenço		Gil Lourenço (sogro)	rua pública	casas que foram de Martim Afonso	casas de Rodrigo Esteves	casas que foram de Pero de Ponte	prazo	285	Brás Falcão
66	Marçal Vaz e sua mãe	S	Gonçalo Vaz (pai e marido)	rua pública	seu enxido que vai ter ao muro	casas de Beatriz Álvares, viúva de Gil Lourenço (atrás)	casas de Lopo Vaz (mercador)	censo	5	(riscado) - Rocha
67	João de Oliveira		Pedro Anes de Enxía	rua pública	o enxido de Marçal Vaz e de sua mãe (atrás)	casas de Marçal Vaz e de sua mãe (atrás)	Afonso Antão (mercador)	censo	36	Brás Rebelo
68	Leonor Pires (são dos Herdeiros de Pero de Ponte)	S	Pero de Ponte	rua pública	entestam com a azinhaga que vai para as casas de Martim Afonso e de Fernão Pires (mercador)	casas de Rui Cerveira	casas de António Lopes (sirurgieiro)	censo	40	"esta casa pelas confrontações é a que ... Brás Falcão ..."
69	João Dias (mercador) (são de Gonçalo Anes (clérigo))		João Anes (besteiro) (pai do clérigo João Anes)	rua pública	o enxido de Marçal Vaz e de sua mãe (atrás)	casas que foram de António Pires	rossio que vai para o poço de João Anes (besteiro)	censo	40	(riscado)
RUA DO SOUTO										
70	Constança Dias	S	Álvaro Rodrigues de Araújo (marido)	rua pública	rossio da dianteira das casas de João Anes (besteiro)	casas de Diogo Álvares "Cidadão" (do Porto)	casa de Diogo Velho, onde vive António de Sequeiros	prazo	110	André Gonçalves Franco (pasteleiro)
71	Diogo Álvares (Cidadão do Porto)		Baltazar Álvares	rua pública	vão ter à entrada da rua Nova	casas que foram de Pedro Gonçalves da Porqueira, onde vive o Bacharel Afonso Fernandes	casa de Constança Dias (atrás)	prazo	50	Pedro Fernandes Traquete
72	Bacharel Afonso Fernandes (atrás) (genro de Diogo Álvares "Cidadão" (atrás))	S	Pero Gonçalves da Porqueira	rua pública	vão ter com a rua que vai para a Nova	casas de Aires Pinto (Escudeiro Fidalgo)	casas de Diogo Álvares (Cidadão do Porto) (atrás)	censo	30	(riscado) - Herdeiros do Lic. João de Barros - hoje de Baltazar Carvalho (pasteleiro)
73	Os filhos órfãos de Álvaro Malheiro, por quem falou seu tutor António Dias Malheiro (irmão de Álvaro Malheiro)		Álvaro Malheiro	rua pública	rua Nova	casas de Aires Pinto	casa de Pero Borges (Comendador), que foram de Pedro de Barros	censo	60	(riscado) - Gaspar Marinho
74	Álvaro, por quem falou seu tutor Fernão Gonçalves		Álvaro Gonçalves (alfaiate) (avô)	rua pública	vão ter e entestam nas casas de Catarina Roiz Fiúza	casas de Estêvão Roiz	casas de João Gonçalves (sapateiro)	censo	50	(riscado) - ... Soares
75	Rui Pires (sapateiro) e seu filho Gonçalo Rodrigues	S		rua pública	entestam com casas de Joana Pires, que vão dar na rua Nova	casas de Pedro Borges (Comendador) (atrás)	casas de António Lopes, filho de Diogo Lopes (tabelião)	censo	70	(riscado) - Gaspar Marinho
76	António Lopes		Diogo Lopes (tabelião) (pai)	rua pública	casas de Joana Pires (atrás), que vão dar na rua Nova	casas de Rui Pires (sapateiro)	casas de António Lopes, em que vive Fernão Jorge (ourives)	censo	36	(riscado) - Gaspar Marinho
77	Fernão Jorge (ourives) (casas que são de António Lopes (atrás))	S	Pedro Afonso Fiúza	rua pública	casas de Joana Pires (atrás), que estão junto da rua Nova	casas de António Lopes (atrás)	casas que foram de Afonso Álvares Felpudo	censo	13	(riscado) - Gaspar Marinho
78	Ana Vaz, mulher de João Gonçalves (alfaiate) e as tem por arrendamento		Afonso Álvares Felpudo	rua pública	casas de Joana Pires (atrás) e rua do Forno	casas de António Lopes (atrás), em que vive Fernão Jorge (ourives)	casas de João Casado (sapateiro)	censo	20	(riscado) - Gaspar Marinho
79	Catarina Dias	S	Diogo Afonso (sardinheiro) (marido)	rua pública	entestam com casas que foram de Fernão de Amorim	rua pública que vai da rua do Souto para o castelo da vila	casas que foram de João Feijó e agora são de Pedro Álvares de Araújo	censo	9	(riscado)
80	Pedro Álvares de Araújo "Cidadão" (dos 180 reais de censo, 100 são destas casas e 80 das casas em que vive Joana Pires (atrás), na rua do Forno, a par da rua Nova)		João Feijó	rua pública	entestam com casas que foram de Fernão de Amorim	casas de Catarina Dias (atrás)	casas de Pedro de Amorim, em que vive o Sr. D. João de Lima	censo	180	(riscado)
81	Ana Pires "Bagulha"		Diogo Afonso Fiúza	rua pública	casas que foram de Fernando Anes e ora são de Francisco Soares, em que vive Manuel Pires	casas de Lourenço Pires (sapateiro)	casas de Lopo Felgueira, em que vivem os criados de D. João	censo	60	(riscado) - Luís de Meireles
RUA QUE VAI DA DO SOUTO PARA O CASTELO										
82	Catarina Roiz Fiúza	S	—	rua pública	entestam com o pomar do Senhor Visconde que está dentro na vila	casas de Gonçalo Gomes (Escudeiro)	casas de Estêvão Rodrigues, em que vive Francisco Dias	censo	30	(riscado)
83	Gaspar de Amorim		Diogo Leal (almocreve)	rua pública	entestam com o pomar do Senhor Visconde que está dentro na vila	casas de Gonçalo Dias Feijó	casas de Gonçalo Gomes (Escudeiro) (atrás)	censo	20	
RUA DO CARRAZIDO										
84	Duarte Fernandes (mercador)	S	—	rua pública e adro da Igreja	vão ter na ilharga das casas de Garcia Lopes (Cavaleiro)	rua do Souto	casas em que vive Fernão Gonçalves (sapateiro)	prazo	225	(riscado) - Luís de Meireles
85	Fernão Gonçalves (sapateiro)		—	rua pública e adro da Igreja	casas de Garcia Lopes (Cavaleiro)	casas de Duarte Fernandes mercador (atrás)	casas de João Pires (mercador) (atrás), em que vive João Delgado (ourives)	prazo	200	(riscado) - Luís de Meireles
86	Grácia Gonçalves	S	João Gonçalves (alfaiate) (pai)	rua pública	vão ter às casas que foram de Fernão de Amorim	casas de João Pires (mercador) (atrás), em que vive João Delgado (ourives)	casas de António Pereira (mercador)	censo	5 (+5 ceitis)	(riscado) - Luís de Meireles
87	António Pereira (mercador) (paga os 20 reais pela dianteira e pela torre que tem na traseira)	S	Fernão Pinto	rua pública	com a torre vão ter às casas que foram de Fernão de Amorim	casas de Grácia Gonçalves (atrás)	casas de Gregório Trancoso	censo	20	(riscado) - Luís de Meireles
88	Gregório Trancoso		Gregório Álvares	rua pública	casas que foram de Fernão de Amorim	casas de António Pereira (mercador) (atrás)	casas de Diogo de Soutelo, em que vive seu cunhado Gonçalo de Amorim	censo	75	(riscado) - Luís de Meireles
89	Lançarote de Barros	S	Duarte Lopes (Abade de Calheiros) (sogro)	rua pública	vão ter com enxido à traseira das casas de Branca Dias (mãe de D. Pedro de Melo)	casas de António Lopes, em que vive Afonso Dias (mercador)	casas de Sebastião Lourenço		40	(riscado) - Manuel Teixeira
90	A Leda	S	—	rua pública	casas que foram de Fernão de Amorim	casas de Álvaro Correia	casas de Diogo de Soutelo, em que vive Gonçalo de Amorim	censo	25	(riscado)
91	Isabel de Amorim	S	Teresa de Amorim (mãe)	rua pública	enxido das casas que foram de Fernão de Amorim	casas de Álvaro Correia	casas de Catarina de Amorim (irmã da referida Isabel de Amorim)	censo	40	
92	Gonçalo Dantas e são de Gonçalo Esteves, genro de Gonçalo Anes (barbeiro)	S	Mem Rodrigues	rua pública	vão ter à rua que vai para o castelo	casas do filho de João Fernandes genro de Álvaro Gonçalves, em que vive Diogo Velho	casas de António Dias (pedreiro)	censo	75	
93	Martim Fernandes (Cavaleiro)		Marinha Anes	rua pública	vão ter com casas de Gonçalo Pinto	casas que foram de Pedro de Amorim, o Velho, em que ora vive Manuel Cerveira, seu genro	casas de Gonçalo Pinto	censo	13	(riscado)
94	António Dias Malheiro	S	o Bacharel Fernão Pereira	rua pública	rua do Castelo	rua pública	casas de António Dias (pedreiro)	prazo	125	
95	Francisco de Magalhães, e são de seu cunhado António Gonçalves (filho de Gonçalo Comprido)	S	Gonçalo Comprido (sogro)	rua pública	casas do Abade de Calheiros, em que vive Maria Dias, da Porqueira	rua dos Açougues	rua da Triparia	censo	108	Baltazar de Amorim Bacerlar

TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE PONTE DE LIMA EM 1535										
Nº de ordem	Proprietários à data	Residência	Moradores/Proprietários anteriores	Confrontação anterior	Confrontação posterior	Confrontação lateral 1	Confrontação lateral 2	Contrato	Foro (reais)	Proprietários no séc. XVII/XVIII (averbamentos à margem)
RUA DA CARNIÇARIA E AÇOUQUES										
96	Álvaro Fernandes e são de Afonso Vaz (Meirinho de Valdevez e morador nos Arcos)	S	João Dias de Augoa (Água?)	rua dos Açougues	rua da Triparia, para onde tem serventia	casas de Gregório Fernandes (almocreve)	casas de Gaspar da Costa, em que vive Francisco de Amorim	censo	9	"são Quarteis de Cavalaria"
97	Francisco de Amorim e são de Gaspar da Costa (atrás)	S	o Fidalgo (carneiro)	rua dos Açougues	rua da Triparia	casas de Afonso Vaz (atrás)	casas de Jerónimo Pires (Tabelião)	censo	108	"são Quarteis de Cavalaria - eram de Gabriel Pereira, digo morou nelas"
98	Jerónimo Pires (Tabelião) e são de António Pires (almocreve)	S	João Pires (carneiro) (pai de António Pires)	rua dos Açougues	rua da Triparia, para onde tem serventia	casas de Gaspar da Costa (atrás)	casas em que vive Álvaro Cão (alcaide)	censo	57	(riscado)
99	Juzarte de Barros	S	Mécia Roiz (a Revelha)	rua dos Açougues	rua da Carniçaria	casas em que vive Jerónimo Pires (Tabelião)	casas de João Rodrigues (carneiro)	censo	120	(riscado)
100	Álvaro Anes e Nicolau Martins (que as arrendaram por prazo)		João Cuspo (fornheiro)	rua da Carniçaria	Fonte	casas de João Rodrigues (carneiro)	pardieiros que foram de João Anes da Mamoá	censo	70	(riscado) - Lourenço da Gama
101	pardieiro que foi forno de João Anes da Mamoá, que ora trazem Álvaro Anes e Nicolau Martins (atrás)		—	rua pública	Fonte	rua que vai para a fonte	casas que foram de João Cuspo (atrás)	censo	60	(riscado)
102	João Álvares, Abade de F... (?)		João Álvares (a casa nova que ele fez) (pai)	rua pública	vão ter com casas de Gonçalo Pinto	casa de Catarina Álvares (irmã do Abade João Álvares)	casas de Gonçalo Pinto (atrás)	censo	40	(riscado)
103	enxido que tem Francisco de Caldas		foi das casas de Pedro do Barral		pegado com as casas em que vive Francisco de Caldas e entestam no muro e parte com o curro dos touros e caminho que vai para a Porta de Braga			censo	9	(riscado)
RUA DA TRIPARIA E OUTRAS										
104	Mécia Fernandes		João Domingues (almocreve) (marido)	rua pública	Fonte e rua da Cadeia	rua da Fonte	Helena Dias "Mestra"	censo	40	João Peixoto - A Miranda
105	Afonso Gonçalves (porteiro) e são de Leonor de Amorim, viúva		João Antão (marido de Leonor de Amorim)	rua pública	entestam com casas de Francisco Lopes	casas de Tomé Gonçalves (barbeiro)	casas de Domingos Roiz (pregoeiro), em que vive Domingos Roiz (sapateiro)	censo	100	(riscado)
106	João Gonçalves e são de seu cunhado Francisco Anes (sapateiro)	S	João Luís (sapateiro)	rua pública	enxido das casas que foram de João do Campo	casas de Gregório Pires (alfaiate)	casa do Abade de Arcozelo em que vive Francisco Anes (atrás)	censo	44	D. Bernarda
107	Helena Dias "Mestra"		João de Valença	rua pública	rua da Cadeia e Fonte	casas que foram de João Domingues e são de Mécia Fernandes, sua viúva (atrás)	pardieiros de Nicolau Martins e Álvaro Anes (atrás)	censo	13	(riscado) - hoje de Manuel da Costa (alfaiate)
108	Francisco Anes (sapateiro)	S	casas de João Álvares (Abade de Arcozelo)	rua pública	enxido das casas que foram de João do Campo	casas de Francisco Anes (atrás)	casas de Inês Gil, solteira	prazo	200	D. Bernarda
109	Gregório Pires, o Moço (alfaiate)	S	—	rua pública	entestam com casas de Helena Dias	casas de Francisco Anes (sapateiro)	rua da Carniçaria e da Fonte	prazo	200	
110	Francisco Soares c.c. Beatriz de Guimarães e são de Oliveiros de Almeida	S	João Anes (almocreve)	rua pública	vão ter com a ? da traseira das casas de João Fernandes	casas de Francisco Soares	João Fernandes (tanoeiro)	censo	48	
111	forno do Outeiro das Selas, de António Lopes c.c. Ana Fernandes		—	rua pública	azinhaga que vai para a rua de Sanhoane, ao longo das casas de Rodrigo Anes (sapateiro) (atrás) para a casa de Álvaro Velho	casas de Afonso Roiz (sapateiro)	casas de Álvaro Velho	censo	36	Domingos Fernandes - Vigário de Santa Comba
112	Licenciado Pedro Farto c.c. Ana Fernandes	S	—	rua das Pereiras	enxido de António Pereira	casas em que vive Gaspar Soares	casas de Isabel de Amorim em que vive Francisco de Amorim, o Moço	prazo	200	
113	Inês Gil, solteira (são suas e de seu irmão Bento Gonçalves)	S	Gil Gonçalves (sapateiro)	rua pública	enxido das casas de João do Campo	casas de João Álvares	traseira das casas de Vasco Dantas e azinhaga que entre elas (casas de João Álvares e Vasco Dantas) está tapada.	censo	48	herdeiros que ficaram de Manuel de ... - Manuel Mendes (barqueiro)
114	António Lopes (genro de Fernão Anes) e são de Justa Dias, viúva	S	—	rua da Tanoaria	vão ter com o pomar de António Pereira	casa de João Fernandes (tanoeiro)	casas de Jorge Pereira, em que vive António Lopes (alfaiate e tendeiro)	censo	150	Domingos Roiz Tição
115	Aires Sanches		Duarte Fernandes (sogro)	rua pública da praça e adro	forno de Gonçalo Dias Malheiro	casas de Pedro Álvares (mercador)	casas que foram de Afonso Anes e ora são de Francisco Soares	censo	60	
116	João Pires (mercador), onde viveu João Delgado		—	rua pública da praça	entestam nas casas de Garcia Lopes da Facha	casas de Fernão Gonçalves (sapateiro)	casas de Garcia Gonçalves	prazo	300	
117	João de Guimarães		Fernão de Aguiar (clérigo)	rua de S. Tomé	vão ter a um enxido de Mateus Afonso	casas de Mateus Afonso	casas que foram de Gonçalo Álvares Maceiro	censo	20	
118	um pardieiro que é de Domingos Feijó (Capitão do Sr. Visconde)		o Madriz	rua que vai para o castelo e para os açougues	casas que foram do Sardinheiro	casas de Afonso Dias	rua pública	prazo	40 + 2 galinhas	
119	Sebastião Lourenço	S	Cristóvão Correia	rua do Carrazido	vão ter aos enxidos da mãe de D. Pedro	casas em que vive Lançarote de Barros	casas de Pedro de Amorim, o Moço	censo	200	
120	Diogo Borges, sendo as casa de Afonso Dias (mercador)	S		rua dos Açougues	vão ter com as casas que foram do Sardinheiro	casas de António Freire (Abade)	pardieiros de Domingos Feijó (Abade)	censo	10	

**ESQUEMA INTERPRETATIVO DO
TOMBO DAS CASAS REGUENGAS DA VILA DE
PONTE DE LIMA EM 1535**

ESQUEMA INTERPRETATIVO DO TOMBO DAS PROPRIEDADES RECUENÇAS DA VILA DE PONTE DE LIMA EM 1535

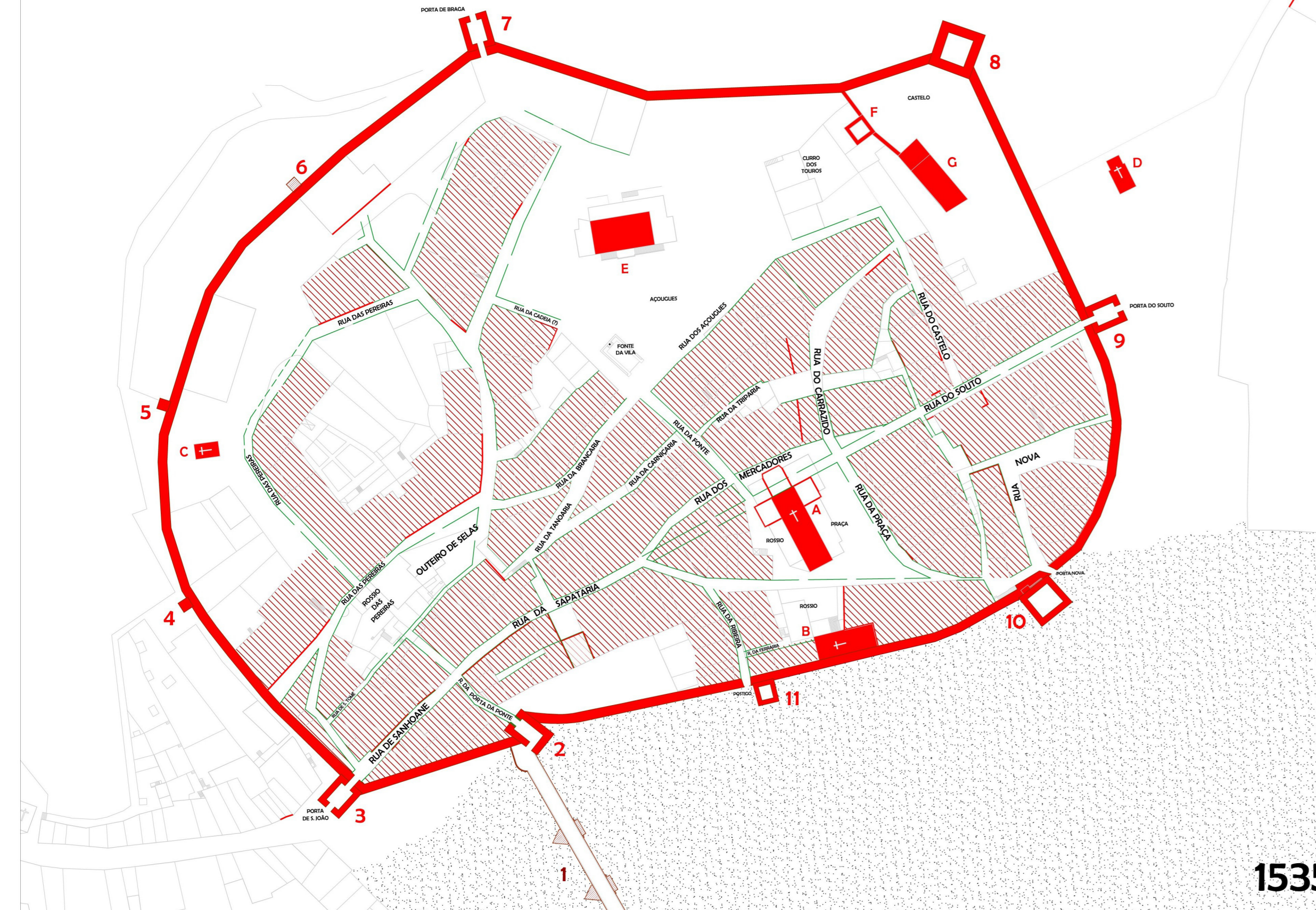
O TOMBO DE 1535 É POUCO CLARO NO ESPAÇO ASSINALADO, CORRESPONDENTE À ÁREA ENTRE O OUTEIRO DE SELAS E A RUA DO CARRAZIDO E ENTRE A RUA DOS MERCADORES E A FONTE. AS INFORMAÇÕES RESPEITANTES A ESTA ÁREA EVIDENCIAM INTERRUPÇÕES NO EDIFICADO E NA SEQUÊNCIA DA INQUIRÇÃO, QUE DIFICULTAM A PERCEÇÃO DA MALHA URBANA. POR ISSO NÃO FORAM EXPLICITADAS GRAFICAMENTE TODAS ESSAS INFORMAÇÕES, O QUE NÃO PREJUDICOU, AINDA ASSIM, A EVIDÊNCIA DA ESTRUTURA URBANA, DEFINIDA PELOS ARRUMAMENTOS EXISTENTES. ESTE ESQUEMA NÃO TEM ESCALA REAL E AS DISTORÇÕES QUE APRESENTA RESULTAM DO DESCONHECIMENTO DAS REAIS DIMENSÕES DO EDIFICADO.



ESTA PEÇA DESENHADA É PARTE INTEGRANTE DO VOL. II DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA POR JOÃO GOMES DE ABREU DE LIMA NA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, NO ANO 2012, PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA E URBANISMO. A DISSERTAÇÃO TEM POR TÍTULO "A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA. O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA".

**EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DA VILA DE
PONTE DE LIMA A PARTIR DE 1535**

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DA VILA DE PONTE DE LIMA A PARTIR DE 1535



1535



1858-1900



2012

EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE INTERESSE COLECTIVO COEVOS OU ANTERIORES A 1535

- 1 - PONTE
- 2 - TORRE DA PONTE, OU DOS GRILOS, OU DO ERADO
- 3 - TORRE E PORTA DE S. JOÃO
- 4 - TORRE DA ESCRIMA
- 5 - TORRE DAS PEREIRAS
- 6 - TORRE DA CARVALHEIRA
- 7 - TORRE E PORTA DE BRAGA
- 8 - TORRE DO CASTELO, OU DOS CODEÇOS, OU DA MENAGEM
- 9 - TORRE E PORTA DO SOUTO, OU DE S. BENEDITO
- 10 - TORRE DA CADREIA (CADEIA DA CORREIÇÃO)
- 11 - TORRE DE S. PAULO

- A - IGREJA MATRIZ DE PONTE DE LIMA
- B - IGREJA E HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
- C - CAPELA DAS PEREIRAS
- D - CAPELA DE S. SEBASTIÃO (ANTIGA SINCOGAT)
- E - PAÇOS DO CONCELHO
- F - CADEIA DO ALCAIDE (POSTERIOR TORRE DA PÓLVORA)
- G - ALCAIDARIA OU PAÇO DO MARQUÊS DE PONTE DE LIMA

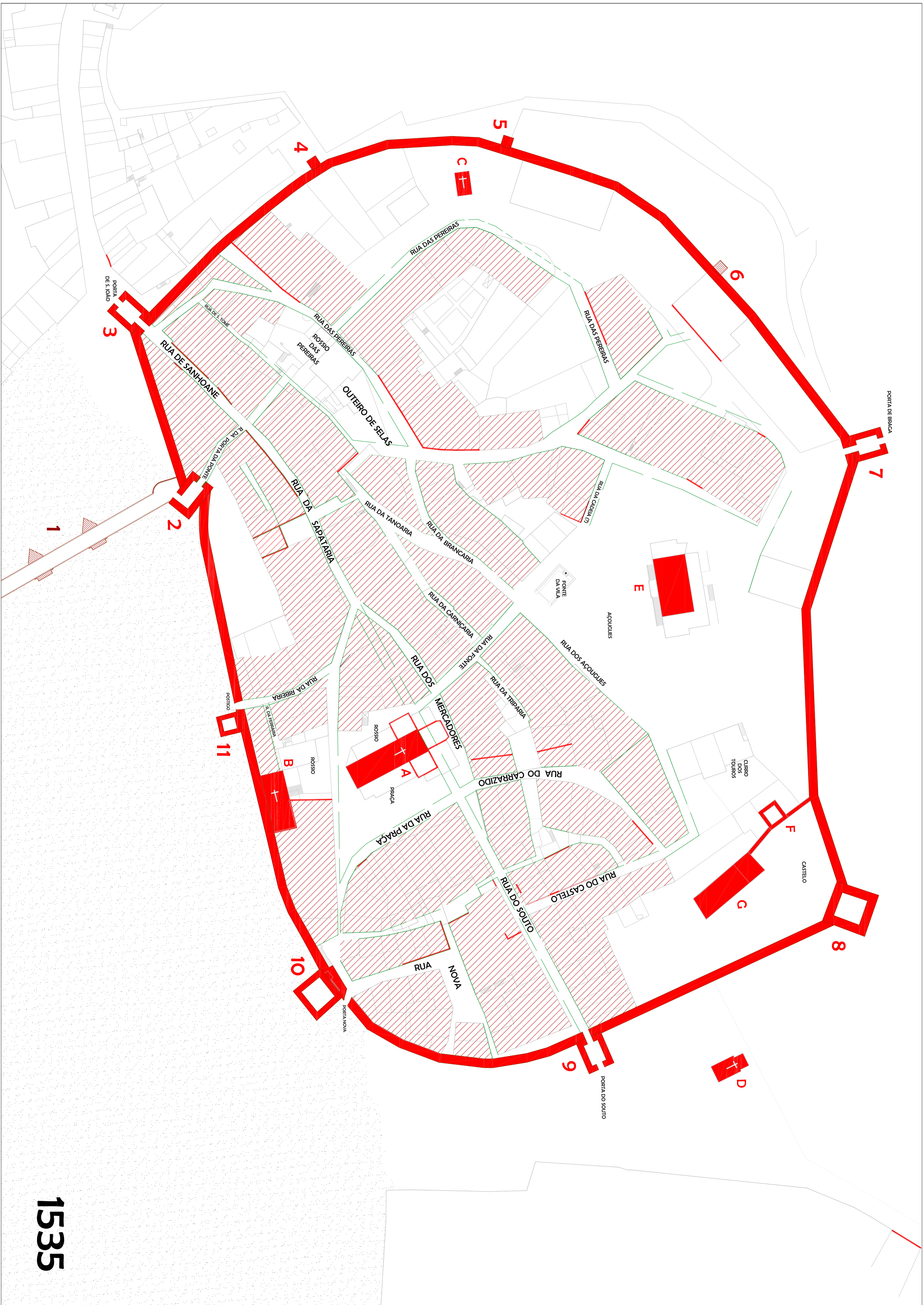
- FRENTE EDIFICADA COM VESTÍGIOS COEVOS OU ANTERIORES A 1535
- FRENTE EDIFICADA QUE APARENTEMENTE CONSERVA ALINHAMENTOS PRIMITIVOS
- DEDUÇÃO DE ALINHAMENTOS PRIMITIVOS POR INTERPRETAÇÃO DOS INDÍCIOS EXISTENTES

- MALHA URBANA REPORTADA A 1535 COM BASE NOS INDÍCIOS CONHECIDOS
- MALHA URBANA AJUSTADA AO PERÍODO 1858 - 1900
- MALHA URBANA ACTUAL (2012)

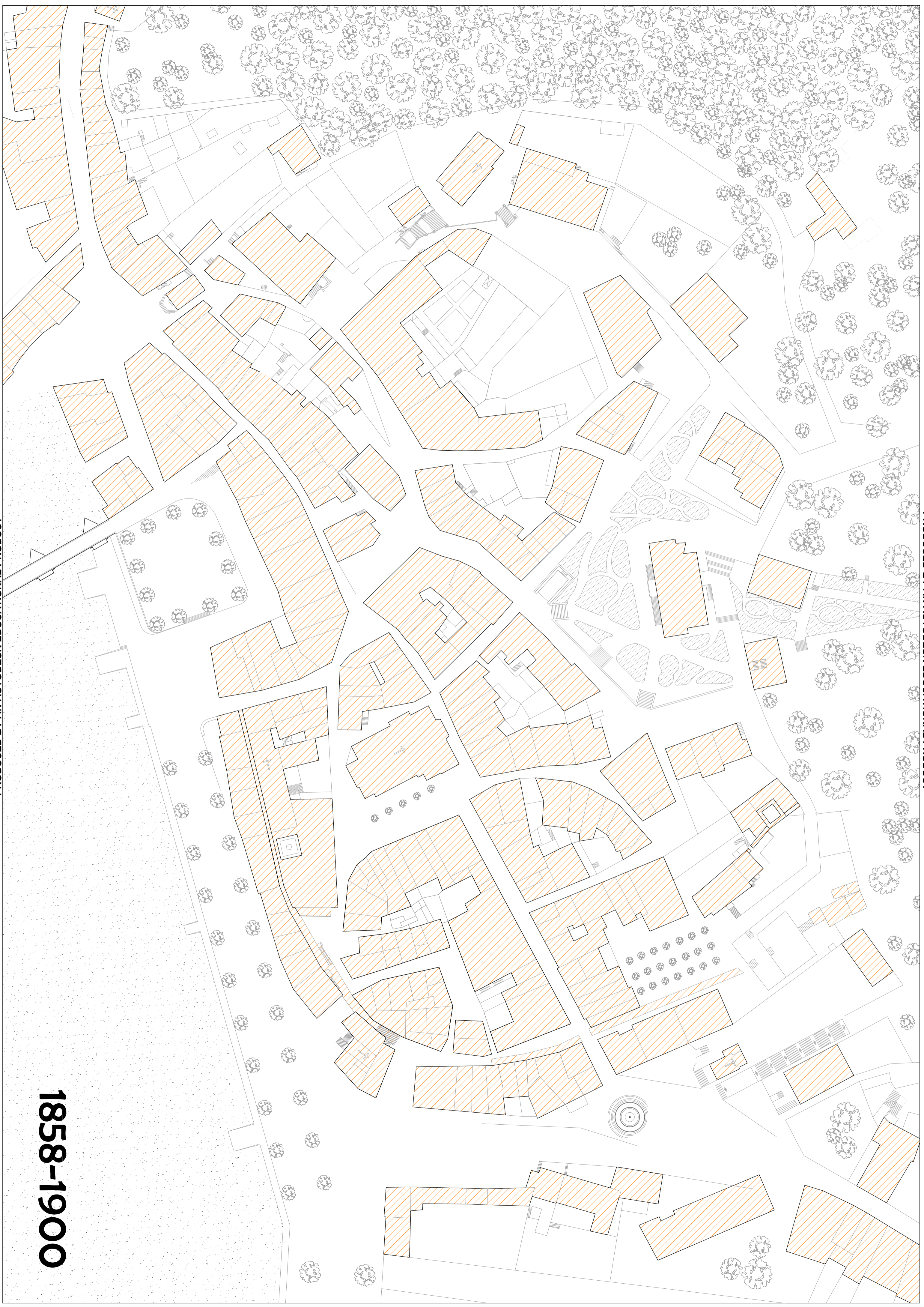
ESC. 1:1000

← NORTE

ESTA PEÇA DESENHADA É PARTE INTEGRANTE DO VOL. II DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA POR JOÃO GOMES DE ABREU DE LIMA NA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA, NO ANO 2012. PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA E URBANISMO. A DISSERTAÇÃO TEM POR TÍTULO "A HEURÍSTICA APLICADA NA REABILITAÇÃO URBANA. O CASO DA VILA DE PONTE DE LIMA".



1535



PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

1858-1900



PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

2012